UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Victor Borges Sobreira

O MODELO DO GRANDE DOMÍNIO:

Os Polípticos de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Bertin

História e Historiografia

versão corrigida

SÃO PAULO

2012

Victor Borges Sobreira

O MODELO DO GRANDE DOMÍNIO:

Os Polípticos de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Bertin

História e Historiografia

versão corrigida

Dissertação apresentada como requisito
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História
Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientador: Marcelo Cândido da Silva

São Paulo

2012

Victor Borges Sobreira

O MODELO DO GRANDE DOMÍNIO:

Os Polípticos de Saint-Germain-Des-Prés e de Saint-Bertin

História e Historiografia

Dissertação apresentada como requisito
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História
Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, devo agradecer aos meus pais, Celina e Ricardo, pelo apoio incondicional dado às minhas escolhas. Agradeço também à minha irmã, Vanessa, companheira nos momentos mais difíceis.

Aos meus padrinhos, José Eli e Maria Luiza, que me ajudaram sempre que puderam. Aos meus tios, Luís e Cecília, pela revisão de todos os resumos em inglês que eu precisei fazer ao longo do mestrado. Aos meus tios, Laís e Alain, por toda a ajuda que eles me deram em Paris e sem a qual eu não teria conseguido fazer o levantamento bibliográfico necessário à pesquisa.

À Lina, cuja companhia, ao longo de toda a minha formação, me deu força e tranquilidade.

Ao meu orientador, professor Marcelo Cândido da Silva, não apenas pela confiança, pelos comentários e provocações feitos ao longo do trabalho, mas também por me ter apresentado a uma área de pesquisa que nunca imaginei que um dia me interessaria.

A todos os meus colegas do Laboratório de Estudos Medievais (LEME), cujos comentários e observações, ao longo desses dois anos de reuniões, foram fundamentais para a constituição desta dissertação. Em especial, ao professor André Pereira Miatello que, desde a minha Iniciação Científica, respondeu a todos os meus pedidos de ajuda com sabedoria e humildade.

Ao Danilo, cujos debates intelectuais (do *funk* à conjuntura política nacional) me incentivaram a querer aprender sempre mais.

Por fim, agradeço à professora Cláudia Antinori Passeggio, cujos primeiros ensinamentos e eterna curiosidade foram, e são, um exemplo para mim.

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi compreender como se deu a construção do conceito de Grande Domínio (*Grundherrschaft*) e discutir os problemas e os limites do emprego desse modelo para o estudo do Período Carolíngio. Com esse intuito, analisamos, comparativamente, dois documentos: o Político de Saint-Germain-des-Prés e o Político de Saint-Bertin. Surgido no início do século XIX, esse conceito foi desenvolvido pelo historiador alemão Karl Theodor von Inama-Sternegg, algumas décadas depois. Inama-Sternegg tinha como objetivo explicar a evolução econômica alemã, desde a queda do Império Romano até a formação do Feudalismo. Apesar da pretensão de uma explicação evolutiva ter sido abandonada, esse modelo continuou a ser utilizado, com as mais diferentes abordagens, dentre os estudos sobre a história do ocidente europeu. Mesmo que diversos documentos tenham sido estudados a partir desse conceito, um assume maior relevância: o Político de Saint-Germain-des-Prés, seja pela edição feita em 1836, pela sua extensão com mais de 130 fólios ou pelos detalhes que suas informações trazem, como a quantidade e os nomes dos filhos de cada casal do domínio. Apesar da utilização de outras fontes, o estudo do Grande Domínio permaneceu por mais de um século atrelado à fonte de Paris. Apenas na segunda metade do século XX, com a reedição e a edição crítica de diversos Políticos, como o de Saint-Bertin, que a relação entre o Grande Domínio e os Políticos começou a ser debatida com profundidade.

Palavras-chave: Grande Domínio. Políticos. Período Carolíngio.

ABSTRACT

The aim of this project is to comprehend how the concept of Manorial System (*Grundherrschaft*) was built and to debate the problems and limits of the use of this model in the study of the Carolingian period. To reach our objectives, two documents will be comparatively analyzed: the Polyptychs of Saint-Germain-des-Prés and the Polyptychs of Saint-Bertin. This concept appeared at the beginning of the XIXth century and it was developed decades later by Karl Theodor von Inama-Sternegg. This researcher wanted to explain the evolution of the Germany economy from the fall of Rome to the beginning of the feudalism. Although the pretension of an evolutionary explanation was abandoned, the concept is still being used in different historical approaches. In spite of researchers having adopted this concept to study several documents, one among them was more significant: the Polyptych of Saint-Germain-des-Prés. This is due not only to its early edition of 1836, its length (more than 130 folios) but also to its detailed information about the family of the peasants, such as names and number of children from each couple. Despite the use of other sources, the study of the Manorial System kept linked to the document from Paris. It is only in the second half of the XXth century, with the re-edition and critical edition of various Polyptychs, such as the Saint-Bertin, that the relation between the Polyptychs and the Manorial System started to be deeply debated.

Keywords: Manorial System. Polyptychs. Carolingian Period.

SUMÁRIO

PARTE A. INTRODUÇÃO.....	8
PARTE B. DESENVOLVIMENTO	11
Capítulo 1 – Apresentação: Os Polípticos de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Bertin.....	11
1.1 O que é um Políptico?	13
1.2 Os manuscritos	26
1.3 A confecção de um Políptico	36
1.4 Utilização dinâmica do Políptico	44
Capítulo 2 – A construção do conceito de Grande Domínio (1844-1973).....	47
2.1 O surgimento do domínio bipartido	49
2.2 A conceitualização do <i>Grundherrschaft</i>	56
2.3 Os continuístas	64
2.4 O Grande Domínio quantificado	75
2.5 O Grande Domínio para além do eixo Sena-Eifel.....	83
2.6 O Grande Domínio em xeque.....	87
Capítulo 3 – Problemas, limites e possibilidades do conceito de Grande Domínio.....	94
3.1 O Grande Domínio clássico	95
3.2 A teoria fiscalista: o fim do Grande Domínio?	99
3.3 O Modelo Evolutivo.....	118
3.4 Os domínios excêntricos	134
PARTE C. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
ANEXOS.....	166
ANEXO 1 – Políptico de Saint-Bertin	166

PARTE A. INTRODUÇÃO

Ao lermos o último livro do historiador belga Adriaan Verhulst, *The Carolingian Economy*¹, publicado em 2002, chamou-nos a atenção a importância do *Manorial System*. Todo o capítulo intitulado *Production* foi escrito a partir desse conceito. Nesse sistema, as terras controladas por poderosos senhores eram divididas em duas: uma era explorada diretamente pelo senhor, a outra era dividida e cedida para diversas famílias camponesas, que em troca pagavam algumas taxas ao senhor. Essas taxas poderiam ser desde alguns dias de trabalho por semana até a entrega de uma determinada quantia de produtos, como: cereais, ovos, frangos, madeira ou mesmo uma quantia de moedas. Alguns anos depois, o professor francês Pierre Toubert escreveu um livro síntese sobre a economia na Idade Média². Especialista na história da Itália, Toubert incluiu a *curtis* em sua análise, isto é, o sistema bipartido também estudado por Verhulst. Mais recentemente, o pesquisador japonês Yoshiki Morimoto publicou um livro intitulado *Études sur l'économie rurale du haut Moyen Âge*³, onde o primeiro capítulo inteiro é dedicado à discussão historiográfica sobre o que ele chama de *Grand Domaine*, a mesma estrutura descrita por Verhulst e Toubert.

A presença dominante dessa organização fundiária, que faz parte de um *Manorial System* ou que recebe o nome de *curtis* ou *Grand Domaine* nos estudos sobre a economia carolíngia neste início de século, mostra o importante papel dessa organização para a estruturação da produção no mundo franco. Em outra obra publicada no mesmo período, dedicada ao estudo do “sistema social na Europa dos francos”⁴, de autoria de Jean-Pierre Devroey, em que temas como “amizade” e “fidelidade” são abordados, novamente um grande espaço é dedicado ao estudo do *Grand Domaine*. A presença quase absoluta desse conceito tanto em obras que se dedicam ao estudo da economia quanto ao estudo das relações sociais nos levam a questionar sobre as origens de tal expressão.

O primeiro fato observável é que o conceito de Grande Domínio está intimamente ligado a um corpo documental específico: os Polípticos. Todos os autores, acima mencionados, utilizam esses documentos na construção de suas teses. Todavia, nem todos os

¹ VERHULST, Adriaan. *The Carolingian Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

² TOUBERT, Pierre. *L'Europe dans sa première croissance*. Paris: Fayard, 2004.

³ MORIMOTO, Yoshiki. *Études sur l'économie rurale du haut Moyen Âge*. Bruxelas: de Boeck, 2008.

⁴ DEVROEY, Jean-Pierre. *Puissants et misérables. Système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VI^e-IX^e siècles)*. Bruxelas: Académie royale de Belgique, 2006.

Polípticos são igualmente analisados. Um dentre eles, ao longo das décadas, ganhou mais importância: o Políptico de Saint-Germain-des-Prés. Isso ocorreu devido ao volume e ao detalhe de informação que ele traz, chegando até mesmo a mencionar o nome dos filhos do casal responsável por uma tenência e se eles eram nascidos na abadia ou vindos de fora. A partir da sua primeira edição, na primeira metade do século de XIX, esse documento começou a ser estudado sistematicamente por pesquisadores de toda Europa e até mesmo Estados Unidos, se tornando o modelo de referência do que poderia se chamado de Políptico. Consequentemente, outros documentos que se afastavam do modelo do mosteiro de Saint-Germain-des-Prés não foram tão estudados e alguns pesquisadores chegaram até mesmo a afirmar que não seriam Polípticos, mas apenas descrições de algumas terras. Aos poucos, a partir das informações contidas nessa fonte, o paradigma do Grande Domínio foi construído e novos estudos sobre o assunto, mesmo quando abordavam outras regiões que não Paris, se utilizavam desse modelo para o desenvolvimento da pesquisa.

A íntima relação entre o conceito de Grande Domínio e um corpo documental específico, os Polípticos, nos leva a questionar a própria fonte, trabalho esse desenvolvido no primeiro capítulo dessa dissertação. O que seria um Políptico? Esse termo é utilizado tanto por pesquisadores franceses quanto alemães e ingleses? Apesar de a palavra latina ter surgida no século V dentre documentos administrativos romanos, ela não consta em nenhum documento carolíngio. Quando eles passaram a ser assim chamados? Quais são os seus traços definidores? O que difere uma descrição de terras em uma carta de doação de um Políptico? A partir de uma definição mais clara da documentação utilizada nessa pesquisa, pudemos abordar, de forma mais consistente, o objeto desse trabalho: o Grande Domínio.

No segundo capítulo tivemos como objetivo traçar a construção desse conceito na historiografia. Quando o termo surgiu? Como ele foi utilizado pelo pesquisador que o criou? Como os pesquisadores posteriores se apossaram desse conceito e o utilizaram em suas pesquisas? O nosso objetivo não era descrever exaustivamente todos os autores, desde o século XIX até o século XXI, que utilizaram o conceito de Grande Domínio em seus trabalhos, mas sim, procurar debater algumas interpretações chaves que continuam influenciando a pesquisa até hoje.

Por fim, após definirmos o corpo documental e entendermos melhor como se deu a construção do conceito com que pretendemos discutir, o terceiro capítulo desse trabalho objetivou discutir os problemas e os limites do conceito de Grande Domínio para a

compreensão do mundo franco. Para tanto, apesar de utilizar o Político de Saint-Germain-des-Prés, já que ele se constitui como modelo para muitos trabalhos, o nosso foco de análise foi o Político de Saint-Bertin. Tal escolha se justifica primeiro, pela localização dos dois mosteiros, ambos ao norte do Reino Franco, já que muitas das diferenças entre os documentos foram explicadas a partir de diferenças geográficas. Segundo, apesar de descrever Grandes Domínios, assim como foi conceituado a partir do documento parisiense, o documento de Sithiu traz elementos que fogem do modelo estabelecido. Como compreendê-los? Esses elementos chegam a invalidar o modelo de Grande Domínio, que poderia ser aplicado somente a algumas áreas restritas? Dessa forma, pretendemos contribuir para o debate em torno de um conceito fundamental na pesquisa atual sobre o Período Franco.

PARTE B. DESENVOLVIMENTO

Capítulo 1 – Apresentação: Os Polípticos de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Bertin⁵

Na primeira frase do artigo *Savoir compter des terres et des hommes - note sur la breviatio de Saint-Bertin*, Élisabeth Magnou-Nortier deixou claro que não considera o documento produzido nesse mosteiro um Políptico: “*Le document appelé improprement ‘polyptyque de Saint-Bertin’ a fait l’objet de travaux aussi nombreux que célèbres*”⁶. Em sua conclusão, ela vai além ao afirmar que esse documento não pode ser utilizado “*(...) ni pour le calcul des rendements, ni pour la démographie, ni pour l’histoire économique, ni pour connaître la propriété paysanne*”⁷, apenas para o estudo de técnicas administrativas durante o Período Carolíngio. Quase que concomitantemente e sem ter lido esse artigo de Magnou-Nortier, Étienne Renard publicou outro texto sobre o Políptico de Saint-Bertin com uma visão oposta à primeira autora, isto é, o documento de Saint-Bertin é sim um Políptico, ideia já explícita no título: *Lectures et relectures d’un polyptyque carolingien (Saint-Bertin, 844-859)*⁸. Tamanha divergência ocorre, em torno de um mesmo documento, pois não há um consenso entre os historiadores sobre o que define um Políptico.

Os documentos assim chamados se tornaram uma das principais fontes para o estudo do Período Carolíngio, principalmente para as pesquisas em torno do Grande Domínio, a ponto de não podermos discorrer sobre o tema sem mencioná-los. Além dos inúmeros estudos econômicos, também foram feitos estudos demográficos⁹, estudos topográficos¹⁰ e até mesmo

⁵ Para todos os exemplos retirados do Políptico de Saint-Germain-des-Prés utilizei a edição de Dieter Hägermann, indicando o *breve* e o parágrafo em que se encontra o trecho e para o Políptico de Saint-Bertin, utilizamos a edição e os comentários de François Louis-Ganshof, indicamos apenas o *breve*, pois o documento não é dividido em parágrafos: HÄGERMANN, Dieter. **Das Polyptychon von Saint-Germain-des-Prés**. Viena: Böhlau, 1993; GANSHOF, François Louis. **Le polyptyque de l’abbaye de Saint-Bertin (844-859)**. Paris: Imprimerie Nationale, 1975.

⁶ “O documento chamado impropriamente de ‘Políptico de Saint-Bertin’ foi objeto de trabalhos tão numerosos quanto célebres”. (tradução nossa). MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *Savoir compter des terres et des hommes. Note sur la breviatio de Saint-Bertin*. In: FELLER, Laurent. (org.). **L’argent au Moyen Âge**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1998, p.145.

⁷ “(...) nem para o cálculo dos rendimentos, nem para a demografia, nem para a história econômica, nem para conhecer a propriedade camponesa”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 157.

⁸ RENARD, Étienne. *Lectures et relectures d’un polyptyque carolingien (Saint-Bertin, 844-859)*. **Revue d’histoire ecclésiastique**, p. 373-435, 1999. Na primeira nota do artigo, o autor deixa claro que teve conhecimento do artigo de Magnou-Nortier, mas que não teve tempo para lê-lo, já que houve um atraso em sua publicação.

⁹ Para uma bibliografia introdutória sobre o assunto, cf.: DEVROEY, Jean-Pierre. *Les méthodes d’analyse démographique des polyptyques du Haut Moyen Âge*. **Acta Historica Bruxellensia**, tomo IV, p. 71-88, 1981; LOT, Ferdinand. *Conjecture démographique sur la France au IX^e siècle*. **Le Moyen Âge**, p. 1-27, 1921;

trabalhos únicos, como o estudo do infanticídio na Idade Média¹¹. Em 1836, o Políptico de Saint-Germain-des-Prés foi o primeiro a ser editado, por Benjamin Guérard, que oito anos depois publicou uma nova edição, acrescida de um prolegômeno com quase mil páginas¹². Devido à qualidade da edição e da análise feitas por Guérard, além do volume e do detalhamento das informações fornecidas (descrição detalhada de cada tenência, nomes dos pais e dos filhos, etc.), essa fonte se tornou central para a compreensão do Império Franco. As informações contidas nessa edição foram consideradas modelos e utilizadas em comparação com um grande número de documentos, moldando e direcionando diversos estudos. O Políptico de Saint-Bertin foi publicado pelo mesmo pesquisador, em 1840, dentro do cartulário da abadia, sem notas ou comentários¹³. Apesar de contar com uma reedição publicada em 1950, que novamente tinha como foco o cartulário e não o Políptico em si¹⁴, o documento de Sithiu, diferentemente do documento de Paris, foi pouco estudado até a segunda metade do século XX. Em 1975, François-Louis Ganshof publicou, pela primeira vez, uma edição comentada, o que a tornou mais acessível e a inseriu tardiamente nas análises sobre o período¹⁵.

Dessa forma, antes de abordar diretamente a questão do Grande Domínio, este capítulo debate, a partir do Políptico de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Bertin, como os pesquisadores definiram e trabalharam com esse conceito, para que assim possamos definir o conceito de Políptico que foi utilizado neste trabalho. Depois, será apresentada a tradição manuscrita dos mesmos e as condições de produção e os objetivos daqueles que o produziram serão discutidos. Por fim, apontaremos como os questionamentos sobre os Polípticos, feitos

MÉNAGER, Léon R. Considération sur la démographie des grands domaines ecclésiastiques carolingiens. In: **Études d'histoire du droit canonique dédiées à Gabriel le Bras**, tomo II. Paris: Sirey, 1964, p. 1317-1335; PERRIN, Charles-Edmond. Note sur la population de Villeneuve-Saint-Georges au IX^e siècle. **Le Moyen Âge**, p. 75-86, 1963; SCHWARZ, G. M. Village populations according to the polyptyque of the abbey of St. Bertin. **Journal of Medieval History**, n° 2, p. 31-41, 1985; ZERNER, Monique. Enfants et jeunes au IX^e siècle. La démographie du polyptyque de Marseille 813-814. **Provence Historique**, n° 31, p. 355-377, 1981.

¹⁰ Auguste Lognon não só reedita o Polípticos de Saint-Germain-des-Prés como também faz uma ampla revisão topográfica, corrigindo muitos apontamentos de Benjamin Guérard, cf.: LONGNON, Auguste. **Polyptyque de l'abbaye de Saint-Germain-des-Prés**. Paris: Chez H. Champion, 1886.

¹¹ COLEMAN, Emily R. L'infanticide dans le haut Moyen Âge. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, n° 2, p. 315-335, 1974.

¹² GUÉRARD, Benjamin (ed.). **Polyptyque de l'abbé Irminon ou dénombrement des manses, des serfs et des revenus de l'abbaye de Saint-Germain-des-Prés sous le règne de Charlemagne**. Paris: Imprimerie Royale, 1844.

¹³ GUÉRARD, Benjamin (ed.). **Cartulaire de l'abbaye de Saint-Bertin**. Paris: Crapelet, 1840, p. 97-107.

¹⁴ GYSSELING, M; KOCH, A. C. F. **Diplomata belgica ante annum millesimum centesimum scripta ediderunt**. Tongeren: Belgisch Inter-Universitair Centrum voor Neerlandistiek, 1950.

¹⁵ GANSHOF, François-Louis. *op. cit.* 1975.

no decorrer da segunda metade do século XX, abriram novas perspectivas para o estudo do Grande Domínio.

Definir, descrever e questionar as fontes que foram trabalhadas foi um processo necessário, já que o objeto de estudo, o Grande Domínio, só pode ser estudado a partir dos Polípticos.

1.1 O que é um Políptico?

Depois de mais de um século de estudo, ainda não há um consenso em torno do que seria um Políptico, como demonstrou a divergência entre Magnou-Nortier e Renard, no final do século XX. A dificuldade em se chegar a uma definição criou um problema antes mesmo do início da pesquisa: Como iniciar o estudo de uma fonte sem saber exatamente a sua natureza, principalmente quando o objeto de estudo, o Grande Domínio, está intimamente ligado a esses documentos? Se atentarmos para a etimologia da palavra, o termo Políptico é um adjetivo de origem grega, utilizado para designar um conjunto de folhas dobradas sobre elas mesmas¹⁶ ou apenas um livro com diversas páginas, o que não descreve de forma precisa os documentos aqui estudados, pois quase todos os documentos do período se encaixam nessa definição. Apesar de muito divergentes, as definições existentes têm um ponto em comum: elas não se atêm à forma do documento, mas sim ao seu conteúdo. Nenhum dos autores define os Polípticos a partir da quantidade de páginas, divisão do texto em colunas ou o material do suporte, mas exclusivamente a partir das informações neles contidas. O problema é que nem sempre é claro o que está sendo descrito. Os documentos são sucintos e recorrem à utilização de termos técnicos, cujos significados também não são claros. Diante desse problema, procuramos discutir como o termo Políptico foi utilizado pelos historiadores e quais documentos eles o assim chamaram, para que então chegássemos a uma definição. O estudo de como o conceito de Políptico foi construído nos ajuda, não apenas a melhor compreender esses documentos, mas também a esclarecer algumas abordagens sobre a Alta Idade Média, em especial, sobre o Grande Domínio.

¹⁶ É este o caso de quatro ou mais painéis pintados, que formam um conjunto, como a obra o *Retábulo de Gante*, pintado por Jan van Eyck, finalizado em 1432, que se encontra na catedral de São Bavão, em Gante.

Apesar de ser um conceito utilizado pelos historiadores modernos, a palavra em si não foi inventada pelos mesmos. No século IV d.C, temos um dos primeiros registros romanos que utilizava a palavra *polyptychum*¹⁷. Vegécio, assim chamava um livro no qual ele registrava informações sobre o abastecimento de alimentos e o estatuto dos cidadãos. Em 422 d.C., uma lei imperial utilizava a palavra *polyptycha* para designar os livros, nos quais pessoas e impostos eram cadastrados¹⁸. Até o século VII, o termo era ainda empregado. Nos séculos seguintes, registros sobre pessoas e terras continuavam sendo feitos, porém com outras denominações, como: *breviarium*, *breviatio*, *breves* ou *brevis*¹⁹. É apenas no século XVII que esses documentos do século IX receberam a designação de Polípticos. Jean Mabillon assim os chamou em sua obra *De Re diplomatica*, publicada em 1681²⁰. Charles du Fresne, em seu *Glossarium Mediae et infimae latinitatis*, citou tanto o termo *polyptychum* quanto *polyptycha*, esse último sendo definido como: “*Libri commentarii privati, in quos vel Ecclesiarum vel privatorum bona regerebantur, in quibus Chartae ipsae donationum, emptionum, et similes describebantur*”²¹. Os continuadores da obra de Fresne acrescentaram a descrição do mosteiro de Saint-Germain-des-Prés como exemplo de um *polyptychum*²².

Já Benjamin Guérard, apesar da preocupação com a definição das palavras, como ele mesmo deixa explícito na primeira página dos seus prolegômenos²³, em nenhum momento definiu claramente o que é um Políptico, apenas reconheceu que tal expressão não aparece na documentação original e que é um nome dado posteriormente²⁴. Contudo, a partir dos usos que Guérard faz do termo e os documentos que ele classifica como tal, é possível depreender qual é a sua concepção. Para ele, o Políptico descreve as terras pertencentes ao senhor (seja ele religioso ou laico), as pessoas que nelas habitam e os seus rendimentos. Eles teriam sido

¹⁷ Para todas as informações relativas aos usos do termo Polípticos entre os romanos, consultar: LONGNON, Auguste. *op. cit.* 1886, p. V.

¹⁸ É importante mencionar que nenhum desses documentos chegou até nós, apenas menções a eles.

¹⁹ Para informações complementares sobre o assunto, cf.: GUÉRARD, Benjamin (ed.). *op. cit.* 1844, p. 17.

²⁰ MABILLON, Jean. **De re diplomatica**. Paris: Robustel, 1709 (1681). *apud*. GUÉRARD, Benjamin (ed.). *op. cit.* 1844, p. 16.

²¹ “Livro de comentários, da Igreja ou de particulares, no qual estão descritos doações, compras e similares”. (tradução livre feita pelo autor). FRESNE, Charles et. al. **Glossarium Mediae et infimae latinitatis**. Niort: L. Favre, 1883-1887, p. 440.

²² “*Exstant veterrimi etiamnum id genus libri; qualis est Irminonis Abbatis S. Germani*”. FRESNE, Charles et. al. *op. cit.* p. 440.

²³ “*J’ai donné aussi le plus grand soin aux définitions, et je m’en suis rarement tenu à celles qui étaient en usage: la plupart m’ont semblé vagues, obscures, imparfaites, et plusieurs radicalement fausses*”. Tradução: “Eu tive também o maior cuidado com as definições e eu raramente aceitei aquelas que estavam em uso. A maior parte delas me pareceu vaga, obscura e imperfeita e muitas radicalmente falsas”. (tradução nossa). GUÉRARD, Benjamin. *op. cit.* 1844, p. I.

²⁴ *Ibidem*. p. 16.

produzidos pelos mosteiros a mando do imperador²⁵, entre o século VII e o século XIII, em todo o ocidente europeu²⁶. Suas origens remontariam ao Baixo Império Romano.

Algumas décadas mais tarde, Numa Denis Fustel de Coulanges vai além. Ele afirma que os Polípticos Carolíngios tem como origem a documentação romana. A Igreja teria conservado o costume de escrever esses documentos desde o Baixo Império e durante toda a Alta Idade Média. Segundo o autor, apesar de não ter chegado até nós nenhum documento do Império Romano, os carolíngios seguem o que é prescrito por Ulpiano e Valentiniano I. Contudo, apesar de possuírem a mesma forma, os documentos do Período Romano e do Período Carolíngio teriam naturezas distintas, segundo Fustel de Coulanges, pois o regime de propriedade da terra teria se alterado profundamente durante esses séculos. Enquanto os primeiros registrariam impostos públicos e teriam sido redigidos a mando do Estado, os outros registrariam rendimentos privados, redigidos a mando da Igreja²⁷. Apesar de outros autores relacionarem o Império Romano ao Império Franco, como o faz Guérard e mais tarde Jean Durliat²⁸, é importante ressaltar que Fustel de Coulanges é o único autor a relacionar diretamente os documentos romanos e carolíngios. Os documentos carolíngios não seriam um desenvolvimento dos documentos romanos, mas sim os mesmos, uma tradição de escrita mantida pela Igreja durante mais de cinco séculos. Coulanges os relaciona apenas citando documentos do século IX, já que possuímos somente menções aos documentos romanos e não os documentos em si²⁹. Além disso, os Polípticos carolíngios não detalhavam apenas rendimentos, como aponta Fustel de Coulanges, mas também diversas outras informações sobre o domínio, como a extensão das terras e a capacidade produtiva das mesmas, informações que estariam ausentes na documentação romana³⁰. Por fim, diante das diferenças apontadas pelo próprio Fustel de Coulanges e a diferença entre o que é descrito nos documentos romanos e carolíngios, não podemos chamar ambos pelo mesmo nome, assim como o pesquisador francês o faz.

²⁵ Tema discutido posteriormente.

²⁶ *Ibidem*, p. 24.

²⁷ COULANGES, Numa Denis Fustel de. **Recherches sur quelques problèmes d'histoire**. Paris: Librairie Hachette, 1913 (1885), p. 83-86.

²⁸ As teses desse autor foram discutidas em mais detalhes neste capítulo e no capítulo seguinte.

²⁹ Posteriormente, autores como Jean Durliat, defendem que os Polípticos são um desenvolvimento direto dos documentos romanos, mas não defende, assim como Fustel de Coulanges o faz, que a prática da escrita desses documentos teria se mantido intacta por mais de cinco séculos.

³⁰ O conteúdo detalhado dos Polípticos de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Bertin foi discutido mais adiante.

Já Karl Theodor von Inama-Sternegg utiliza três termos diferentes para se referir à documentação: *Urbar*, *Grundbuch* e *Güterverzeichnis*³¹, aparentemente sem critério e algumas vezes os utilizando como sinônimos³². O autor emprega essas palavras para descrever qualquer fonte que contenha informações sobre as terras de um senhor, incluindo os documentos chamados de Polípticos por Guérard, mas também cartas de doações e registros de transferência de terras.

No início do século XX, alguns autores, ainda de forma pontual, se questionaram sobre a natureza e a definição da fonte com que trabalhavam. Alfons Dopsch, no livro *Die Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit*³³ definiu, de forma precisa, os documentos que descrevem estruturas fundiárias. Ele os dividiu em três: *Traditionbuch*, *Traditionregister* e *Urbar*. Para ele, o primeiro termo se refere à coleção de cartas de doação e de transferência de terras e são as principais fontes para o estudo da economia carolíngia, devido ao seu volume e a extensão espacial abrangida. O segundo termo se refere às descrições de domínios específicos e cita os *Breves Notitiae* como exemplo. Por último, *Urbar* é o termo utilizado para documentos que descrevem as terras, as pessoas e os rendimentos de um determinado senhor. Com esta última definição, que não possui marcos cronológicos, o autor classifica tudo o que não se encaixa nas duas categorias anteriores, como pode se observar em seu livro sobre os *Urbare* austríacos, no qual Dopsch estende a sua análise até o século XV³⁴. Contudo, segundo Dopsch, diferentemente dos *Traditionbücher*, o *Urbar* deve ser utilizado com muitas ressalvas, já que eles descrevem apenas uma pequena extensão de terras e de forma fragmentária. Os benefícios, por exemplo, não seriam descritos³⁵. A visão do autor sobre os Polípticos (*Urbar*) influencia de forma decisiva a sua visão sobre o Grande Domínio, que ele vê com ressalvas³⁶.

³¹ *Urbar* é o termo traduzido diretamente como Polípticos. *Grundbuch*, em uma tradução livre seria “livro das terras” e *Güterverzeichnis*, “lista de bens”.

³² INAMA-STERNEGG, Karl. Theodor. **Deutsche Wirtschaftsgeschichte**. Leipzig: Ducker & Humblot, 1879, p. 291, p. 339.

³³ DOPSCH, Alfons. **Die Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit**. Weimar: Hermann Böhlau Nachfolger, 1921, p. 101-102.

³⁴ DOPSCH, Alfons. **Österreichische Urbare**. Viena: Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1904.

³⁵ DOPSCH, Alfons. *op. cit.* 1921, p. 111-119. É importante ressaltar que a observação de Dopsch em relação à ausência de descrição dos benefícios não se sustenta. No Políptico de Saint-Germain-des-Prés, por exemplo, no primeiro *breve*, parágrafo 39, lê-se: *Ratgis habet in beneficio mansos ingenuiles III*. (negrito nosso). Para outros exemplos, cf.: Polípticos de Saint-Germain-des-Prés, I, §40; V, §42; VI, §2, §55; XIII, §38; XIV, §92; XV, §92; XVI, §90, §91, §92; XVII, § 48; Fragmento Duo, §13.

³⁶ A visão de Dopsch sobre os Grandes Domínios foi trabalhada com mais detalhes no capítulo 2.

Concomitante a Dopsch, historiadores como o inglês Frederic Seebohm³⁷ e o americano James Westfall Thompson³⁸ utilizam exclusivamente o termo Político. O primeiro emprega a expressão em francês *polyptyque* para se referir aos documentos de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Bertin. Já o segundo utiliza o termo inglês *polytychs* e é um dos primeiros a discutir, mais profundamente, o que seria um Político e em que condições eles teriam sido produzidos. Por meio do confronto entre autores franceses e alemães, Thompson afirma que os Políticos surgiram entre o final do século VIII e início do IX, a partir da combinação de duas formas de registro: O *census de rebus* e o *capitatio*. Diferentemente dos registros do Período Merovíngio, o Político não é, para Thompson, um registro fiscal, mas um registro de aluguel³⁹. Apesar da utilização do termo Político por americanos e ingleses, Dopsch não o utiliza na tradução para o inglês do seu livro *Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung*. Sendo assim, o que ele chama de *Urbar von St. Germain des Prés*⁴⁰ ou *Prümer Urbar*⁴¹, em inglês ele utiliza a expressão latina *descriptio*⁴².

Até esse momento, a divergência dos pesquisadores de língua inglesa, francesa e alemã em relação aos termos e conceitos utilizados para se referir aos documentos revela também que, com exceção de Thompson, esse debate era quase inexistente entre historiadores que escreviam em línguas distintas. Enquanto Dopsch, em Viena, e Thompson nos Estados Unidos, se preocupavam em dar definições mais claras para os agrupamentos de documentos feitos pelos historiadores, os pesquisadores franceses não abordavam a questão no início do século XX. Ferdinand Lot utiliza Político⁴³, assim como o faz Guérard, autor que é utilizado pelo primeiro como base do seu artigo sobre demografia carolíngia⁴⁴, sem críticas ou reflexões. Já Charles-Edmond Perrin utiliza em seus primeiros trabalhos os termos *polyptyque* e *censiers* como sinônimos e, assim como Guérard e Dopsch, estende a sua produção para além do século IX⁴⁵. Contudo, em seus últimos trabalhos, Perrin abandona o termo *censiers* e

³⁷ SEEBOHM, Frederic. French Peasant Proprietorship Under the Open Field System of Husbandry. **The Economic Journal**, vol. 1, p. 59-72, 1891.

³⁸ THOMPSON, James Westfall. The Statistical Sources of Frankish History. **The American Historical Review**, vol. 40, p. 625-645, 1935.

³⁹ *Ibidem*. p. 631-632.

⁴⁰ DOPSCH, Alfons. **Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung**. Viena: Seidel & Sohn, 1923, p. 21.

⁴¹ *Ibidem*. p. 324-325.

⁴² DOPSCH, Alfons. **The economic and social foundations of European civilization**. Londres: Stephen Austin and Sons, 1937.

⁴³ LOT, Ferdinand. Note sur la date du polyptyque de Montierender. **Le Moyen Âge**, p. 108-117, 1924-25.

⁴⁴ LOT, Ferdinand. *op. cit.* 1921.

⁴⁵ PERRIN, Charles-Edmond. Une étape de la seigneurie: l'exploitation de la réserve a Prüm au IX^e siècle. **Annales d'histoire économique et sociale**, p. 450-466, 1934; *Id. Recherches sur la seigneurie rurale en Lorraine, d'après les plus anciens censiers (IX-XII siècle)*. Paris: Les Belles Lettres, 1935.

passa a utilizar exclusivamente Políptico⁴⁶. Apesar das críticas às edições existentes⁴⁷, o autor não procurou, em nenhum dos seus trabalhos, detalhar o que seria um Políptico, o que torna o termo indefinido.

A imprecisão dos termos para se referir à documentação durante a segunda metade do século XX se estendeu também para os trabalhos de Marc Bloch. Ao se referir aos Polípticos, o pesquisador utiliza termos amplos como *inventaires seigneuriaux*⁴⁸ e *inventaires de droit et biens seigneuriaux*⁴⁹, ou segue Perrin chamando-os de *censiers*⁴⁹. Para ele, o termo Políptico não deve ser empregado, pois não possui nenhuma precisão terminológica, os documentos são assim chamados apenas por hábito⁵⁰. Como já exposto, o termo utilizado por Perrin também não define nada, ao contrário, gera mais dúvidas: Os *censiers* fazem o levantamento somente de pessoas ou também de terras? Seria realmente um inventário de direitos senhoriais? Se é um inventário de bens senhoriais, por que também descreve as tenências? Já em seus últimos trabalhos, Bloch passa a utilizar somente o termo Políptico em uma tentativa, segundo ele, de utilizar um conceito que seja comum a todos os historiadores⁵¹.

No início da segunda metade do século XX, os conceitos se mantiveram imprecisos. Duby utiliza amplamente o termo Políptico⁵² e, algumas vezes, para evitar repetições, ele utiliza termos como *inventaire*⁵³. Assim como os outros, esse autor não se preocupa com definições e, como Dopsch, acredita que os Polípticos são documentos limitados, com grandes problemas de interpretação, que nos passa uma imagem deformada da realidade camponesa⁵⁴ e, por isso, deve ser utilizado com precaução. Essa ideia foi reforçada mais tarde por outros autores, como Robert Fossier, que afirma que os Polípticos representam apenas 1%

⁴⁶ PERRIN, Charles-Edmond. L'abbaye de Saint-Germain-des-Prés au neuvième siècle. *Revue de Deux Mondes*, p. 318-324, 1951; *Id. La seigneurie rurale en France et en Allemagne du début du IX^e siècle à la fin du XII^e siècle*. Paris: Centre de documentation universitaire, 1953; *Id. Le manse dans le polyptyque de l'abbaye de Prüm à la fin du IX^e siècle*. In: *Études historiques à la mémoire de Noël Didier*. Paris: Montchrestien, 1960, p. 245-258; *Id. op. cit.* 1963.

⁴⁷ PERRIN, Charles-Edmond. *op. cit.* p. 452, 1934; *Id. Observations sur le manse dans la région parisienne au début du IX^e siècle*. *Annales d'histoire sociale*, nota 52, p. 51, 1945.

⁴⁸ BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: Armand Colin, 1952 (1931), p. 4.

⁴⁹ BLOCH, Marc. La seigneurie lorraine: critique de témoignages et problèmes d'évolution. *Annales d'histoire économique et sociale*, p. 451, 1935.

⁵⁰ BLOCH, Marc. *op. cit.* 1952 (1931), p. 67.

⁵¹ BLOCH, Marc. Les invasions. Occupation du sol et peuplement. *Annales d'histoire sociale*, p. 26, 1945.

⁵² DUBY, Georges. *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'occident médiéval*. Paris: Aubier, 1962.

⁵³ *Ibidem*. p. 66.

⁵⁴ *Ibidem*. p. 91.

das terras ao norte do Império Carolíngio e, por isso, não tem grande valia⁵⁵. É importante ressaltar que se descartarmos os Polípticos como fonte de estudo da história rural carolíngia, coisa que nem Duby nem Fossier fizeram, ficaríamos quase que limitados à arqueologia, já que eles são os principais documentos do período e da região⁵⁶.

No final da década de 1960, Adriaan Verhulst fez uma comunicação intitulada *La genèse du régime domanial classique en France au haut Moyen Âge*⁵⁷, em que ele parte de Perrin e de outros autores coevos como o próprio Duby e Ganshof⁵⁸, para desenvolver uma hipótese sobre a origem do Grande Domínio carolíngio. Dentro de sua hipótese, o Políptico de Saint-Germain-des-Prés tem um papel fundamental, pois é a fonte modelo do que ele chama de “regime dominial clássico”⁵⁹. Apesar de utilizar esse documento como base de sua teoria, ele não discute a definição do mesmo. Por outro lado, a sua comunicação incitou um amplo e longo debate em torno da economia e da sociedade carolíngia, que levou, posteriormente, a um questionamento das próprias fontes utilizadas nesses estudos, incluindo os Polípticos.

O aumento do número de estudos com esses documentos trouxe duas consequências principais. A primeira diz respeito aos pesquisadores, que perceberam que as edições que vinham sendo utilizadas até então não eram somente problemáticas (erros de transcrição, omissão de alguns trechos), como não traziam importantes informações sobre os manuscritos (condições materiais, descrição detalhada dos fólios, observações paleográficas etc.), como já apontara Charles-Edmond Perrin. Diante desses problemas, os documentos chamados de Polípticos passaram a ser editados ou reeditados. Segundo Jean-Pierre Devroey, a edição e os

⁵⁵ FOSSIER, Robert. **Polyptyques et censiers**. Turnhout: Brepols, 1978, p. 33.

⁵⁶ Os dados arqueológicos que possuímos sobre o Período Carolíngio são escassos. Há estudos sobre a arquitetura do período feitos a partir de escavações de igrejas que foram sendo reconstruídas e reformadas ao longo dos séculos, como a de Saint-Denis, estudada por Crosby, cf.: CROSBY, Summer McKnight. *Excavations in the abbey church of St.-Denis 1948: the façade of Fulrad's church*. **Proceedings of the American Philosophical Society**, p. 347-361, 1949; e estudos de necrópoles, como lembra André Debord, cf.: DEBORD, André. *L'archéologie médiévale*. **Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public**, p. 223, 1989. Já dados arqueológicos sobre o mundo rural são raros, como aponta os estudos sobre o mundo camponês, que em grande parte, têm como foco as habitações, cf.: D'ARCHIMBAUD, Gabrielle Démians. *L'habitation rurale en Provence occidentale: techniques de construction et d'aménagement d'après des fouilles récentes*. **Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public**, p. 59-110, 1972. É apenas a partir da década de 1990, depois de mais de três décadas de intensas escavações, que historiadores e arqueólogos começaram a buscar uma síntese sobre o assunto, cf.: PESEZ, Jean-Marie. *Archéologie de la maison paysanne*. **Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public**, p. 181-192, 1990. Dessa forma, apesar dos avanços feitos pela arqueologia no estudo da sociedade rural carolíngia, os Polípticos são até hoje as fontes mais ricas para o estudo do assunto.

⁵⁷ VERHULST, Adriaan. *La genèse du régime domanial classique en France au haut Moyen Âge*. **Settimane di Studio di Spoleto**, p. 135-160, 1965.

⁵⁸ GANSHOF, François-Louis. *Quelques aspects principaux de la vie économique dans la monarchie franque au VII^e siècle*. **Settimane di Studio di Spoleto**, p. 74-101, 1958.

⁵⁹ VERHULST, Adriaan. *op. cit.* p. 139, 1965. Essa questão será discutida em mais detalhes no capítulo 2.

comentários do Políptico de Saint-Bertin, feita por Ganshof, abriram uma nova era de estudos das sociedades rurais carolíngias⁶⁰. Entre as décadas de 1970 e 1990, todos os Polípticos foram publicados à luz das novas pesquisas, relativas aos manuscritos carolíngios⁶¹. Essas novas edições permitiram uma maior circulação do conteúdo dessas fontes, que antes, em sua grande maioria, só eram acessíveis por meio de raras edições do século XIX ou do próprio manuscrito⁶². A segunda consequência diz respeito à intensificação da pesquisa junto com a edição dos documentos, que levaram os pesquisadores a se questionar de forma mais profunda sobre a natureza do documento com o qual trabalhavam e a pergunta “o que é o Políptico?” voltou a ocupar os historiadores de forma mais incisiva.

A partir da década de 1980, esse questionamento ocorreu de forma mais intensa, devido, não só às reedições dos documentos, mas também às hipóteses elaboradas por Jean Durliat e reforçadas pelos trabalhos de Elizabeth Magnou-Nortier⁶³. O primeiro, no final da década de 1970, utilizou o Políptico de Saint-Germain-des-Prés para estudar as vinhas da região parisiense no século IX⁶⁴. Para esse autor, os Polípticos não eram documentos administrativos dos senhores, mas sim uma ferramenta fiscal, utilizada pelo imperador em proveito do Estado carolíngio. Dez anos mais tarde, ele desenvolve a sua teoria de forma mais ampla, ao analisar o *brevium* de Annepes⁶⁵. Esse documento, assim como o Capitulário *de Villis* e os Polípticos, seriam inventários elaborados pelos responsáveis dos Grandes Domínios, que eram encarregados de recolher os impostos imperiais, entregar o que era devido aos camponeses e encaminhar para o tesouro público a diferença entre o que havia sido coletado e o que havia

⁶⁰ DEVROEY, Jean-Pierre. Les premiers polyptyques rémois VII^e-IV^e siècles. In: VERHULST, Adriaan (ed.). **Le grand domaine aux époques mérovingiennes et carolingiennes**. Gante: Publication du Centre belge d'histoire rurale, 1985, p. 95-96.

⁶¹ Bernhard Bischoff é lembrado por muitos historiadores como o maior especialista sobre o assunto. Em 1994, os seus trabalhos mais citados foram traduzidos para o inglês, cf.: BISCHOFF, Bernhard. **Manuscripts and Libraries in the Age of Charlemagne**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

⁶² GANSHOF, François-Louis (ed.). *op. cit.* 1975; SCHWAB, Ingo (ed.). **Das Prümer Urbar**. Düsseldorf: Publikationen GRhKde, 1983; DEVROEY, Jean-Pierre (ed.). **Le polyptyque et les listes de cens de l'abbaye de Saint-Rémi de Reims (IX^e-XI^e siècles)**. Reims: Académie nationale de Reims, 1984a; *Id.* **Le polyptyque et les listes de biens de l'abbaye de Saint-Pierre de Lobbes**. Bruxelas: Académie royale de Belgique, 1986; DROSTE, Claus-Dieter (ed.). **Das polyptychon von Montierender**. Trier: Trierer Historische Forschungen, 1988; HÄGERMANN, Dieter; ANDREAS, Hedwig (eds.). **Das Polyptychon und die Notitia de Areis von Saint-Maur-des-Fossés**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1990; *Id.* **Das Polyptychon von Saint-Germain-des-Prés**. Colônia: Böhlau Verlag 1993.

⁶³ DEVROEY, Jean-Pierre. Elaboration et usage des polyptyques. Quelques éléments de réflexion à partir de l'exemple des descriptions de l'Église de Marseille (VIII^e-IX^e siècles). In: HÄGERMANN, Dieter; HAUBRICH, Wolfgang e JARNUT, Jörg (eds.). **Akkulturation. Probleme einer germanisch-romanischen Kultursynthese in Spätantike und frühem Mittelalter**. Berlin: Walter de Gruyter & Co, 2004, p. 436.

⁶⁴ DURLIAT, Jean. La vigne et le vin dans la région parisienne au début du IX^e siècle d'après le polyptyque d'Irminon. **Le Moyen Âge**, p. 387-419, 1968.

⁶⁵ *Id.* **De conlaboratu: faux rendements et vraie comptabilité publique à l'époque carolingienne**. **Revue historique de droit français et étranger**, p. 445-457, 1978.

sido usado nos pagamentos. Segundo Durliat, esse sistema de cobrança de impostos funcionava desde o Baixo Império e permaneceu em vigor até, pelo menos, o início do século IX. Devido à ênfase dada ao sistema de coleta fiscal, essa teoria ficou conhecida como “fiscalista”.

Alguns anos depois, Durliat afirmou que a pesquisa em torno dos Polípticos não avançava devido à indefinição em relação à natureza real do Políptico⁶⁶. Afinal, o que é um Políptico? Ele reafirmou e aprofundou as suas teses anteriores. Esses documentos que possuiriam a mesma estrutura e vocabulário dos documentos públicos fiscais, que teriam sido redigidos após a ordem do imperador e que utilizariam os mesmos métodos de recenseamento do Baixo Império, não poderiam ser “títulos de propriedade privada”, que descreviam a “grande propriedade”, mas sim registros do imposto público. Eles teriam sido confeccionados a partir da reunião de diversos documentos de recenseamento fiscal feitos *in loco*, “(...) *comme un chef-d’oeuvre de calligraphie destiné à satisfaire la vanité de l’abbé bien plus qu’ à donner les moyens d’une gestion efficace*”⁶⁷ e por isso, encontramos tantas incorreções numéricas no documento, já que o copista não teria preocupações administrativas, assim como teriam os recenseadores. Dessa forma, Durliat chegou a uma conclusão muito próxima de Duby e Fossier, mas por um caminho distinto. O uso dos Polípticos para se escrever uma história rural carolíngia estaria limitado, já que o Políptico trataria apenas de questões fiscais⁶⁸.

Devroey é o primeiro pesquisador a questionar frontalmente a “teoria fiscalista”. Para ele, entre inúmeros outros problemas da tese de Durliat⁶⁹, a existência de um vocabulário comum entre os documentos fiscais do Baixo Império e os Polípticos carolíngios não é suficiente para sustentar a relação direta entre eles. Ao longo dos séculos, os termos se mantiveram, mas o seu significado e os seus usos se alteraram a ponto de não permitirem que

⁶⁶ *Id.* Le polyptyque d'Irminon et l'impôt pour l'armée. **Bibliothèque de l'École des Chartes**, tomo CXLI, p. 183-208, 1983.

⁶⁷ “(...) como uma obra prima da caligrafia destinada a satisfazer a vaidade do abade, mais do que dar os meios para uma gestão eficaz [do mosteiro]”. (tradução nossa). DURLIAT, Jean. *op. cit.* p. 190, 1983.

⁶⁸ Neste artigo, ele desenvolve essa ideia de maneira muito sucinta. Ele abordará o tema mais tarde, no artigo: *Id.* Le manse dans le polyptyque d'Irminon - nouvel essai d'histoire quantitative. In: AT SMA, Hartmut. (ed.). **La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1989, p. 467-504. Para mais detalhes sobre a “teoria fiscalista”, conferir capítulo 2 e 3.

⁶⁹ Para mais detalhes, conferir capítulo 3.

se afirme a proximidade entre períodos tão distantes⁷⁰. O pesquisador belga reforça os apontamentos de um outro historiador, Léon R. Ménager, que alguns anos antes afirma:

*(...) il importe de ne pas perdre de vue qu'un polyptyque était en ordre principal un inventaire des revenus et des sources de revenus d'un seigneur, que celui-ci fût une collectivité ou une personne physique. C'est en ordre secondaire seulement, qu'il était un inventaire de propriétés*⁷¹.

E acrescenta que o Político é um instrumento de gestão e um instrumento de controle social, que tinha como um dos objetivos formalizar as relações legais entre o senhor e os camponeses⁷². Além disso, o autor afirma que não podemos falar de “um” Político:

*(...) mais des formes de descriptions, plus ou moins adaptées aux situations réelles qu'elles interrogent et qui éclairent (ou occultent) de manière différente les aspects multiples de la société rurale. Lire un polyptyque suppose donc un travail de décodage qui puisse cerner au plus près ces zones d'ombres et de lumière et considérer avec autant d'attention le dit et le non dit*⁷³.

Para fugir de uma definição rígida, incapaz de englobar a diversidade dos Políticos, Devroey propõe a elaboração de um modelo analítico baseado no que é para ele as duas funções do documento: gerenciar as terras e controlar os habitantes. A confrontação entre o tipo ideal e um Político particular permite observar mais claramente o que é descrito e quais eram os objetivos ao se confeccionar aquele documento.

⁷⁰ Para mais detalhes da argumentação do autor, cf.: DEVROEY, Jean-Pierre. Polyptyques et fiscalité à l'époque carolingienne. Une nouvelle approche? **Revue belge de philologie et d'histoire**, tomo 63, p. 783-794, 1985a.

⁷¹ “(...) é importante não perder de vista que um Político era principalmente um inventário de renda e de fontes de renda de um senhor, seja uma coletividade ou uma pessoa física. É somente de maneira secundária que ele era um inventário de propriedade”. (tradução nossa). GANSHOF, François-Louis (ed.). *op. cit.* 1975, p. 3. (tradução nossa).

⁷² DEVROEY, Jean-Pierre. Pour une typologie des formes domaniales en Belgique romane au haut moyen âge. In: **La Belgique rurale du Moyen Âge à nos jours**. Bruxelas: Publications de l'Université Libre de Bruxelles, 1985c, p. 33-34.

⁷³ “(...) mas de formas de descrições, mais ou menos adaptadas a situações reais que elas interrogam e que esclarecem (ou ocultam) de maneira diferente os aspectos múltiplos da sociedade rural. Ler um Político supõe um trabalho de decodificação que possa examinar de mais perto essa zona de sombras e luzes e considerar com atenção tanto o dito quanto o não dito”. (tradução nossa). *Ibidem*.

Esquema 1: O Político como instrumento de gestão⁷⁴

Figura 01: Organograma Esquema 01 – O Político como instrumento de gestão

Esquema 2: O Político como instrumento de controle social⁷⁵

Figura 02: Organograma Esquema 02 – O Político como instrumento de controle social

⁷⁴ *Ibidem.* p. 35. (tradução nossa).

⁷⁵ *Ibidem.* p. 35. (tradução nossa).

Mesmo sem citar diretamente Jean-Pierre Devroey, Dieter Häggerman possui uma abordagem muito semelhante ao analisar mais de uma dezena de Polípticos⁷⁶, pois ele não busca uma definição restritiva para Políptico, mas mostra como o conteúdo desses documentos pode variar de acordo com os objetivos daqueles que o confeccionaram. O pesquisador alemão dividiu as fontes em *Inventar* e *Urbare*. Para ele, *Urbare* está estritamente ligado ao sistema bipartido, consequentemente, ao Grande Domínio, isto é, à descrição da reserva, das tenências, dos rendimentos, assim como à soma final de tudo. Já *Inventar* se refere aos documentos que descrevem terras e/ou rendimentos, mas que não possuem a estrutura bipartida de um Grande Domínio. Pode ser alguns *mansi* e os seus habitantes, as terras de uma igreja, de um cavaleiro etc. Apesar dessa divisão, ele crê que não é possível interpretar todos os *Urbare* de forma homogênea, necessitando estar atento ao seu “principal ponto de vista”⁷⁷, isto é, os objetivos ao se confeccionar aquele documento. Alguns *Urbare* podem ter como foco principal os rendimentos totais de cada terra; outros, o quanto cada habitante deve para a abadia. Por fim, vale a pena ressaltar que o pesquisador alemão, diferentemente dos historiadores da primeira metade do século XX, como Alfons Dopsch, limita os Polípticos temporalmente. Assim, os Polípticos são documentos produzidos ao longo do século IX, que descrevem os Grandes Domínios bipartidos.

No final do século XX, Étienne Renard, a partir de toda a discussão feita nas décadas anteriores, procurou uma definição ampla o suficiente para incluir documentos que não fossem idênticos, nem em sua forma nem em seu conteúdo, mas ao mesmo tempo restritivo o suficiente, para evitar com que qualquer documento que descrevesse terras e pessoas fosse chamado de Políptico. Ao estudar o Políptico de Saint-Bertin⁷⁸, o autor considerou a definição de Ménager excessivamente restritiva, já que muitos Polípticos descrevem terras dadas *in beneficium*⁷⁹, isto é, terras livres de qualquer cobrança⁸⁰. A partir dos apontamentos de Devroey, ele define o Políptico como:

(...) *une descriptio des biens et revenus d'un seigneur (dominus), collectivité ou personne physique. Plus précisément, il vise à donner un tableau complet des revenus réguliers que ce seigneur tire des terres et des individus qui lui appartiennent ou lui sont assujettis (...) Les relevés plus ou moins détaillés de ce*

⁷⁶ HÄGERMANN, Dieter. Quellenkritische Bemerkungen zu den karolingerzeitlichen Urbaren. In: RÖSENER, Werner. **Strukturen der Grundherrschaft im frühen Mittelalter**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993a, p. 47-73.

⁷⁷ Tradução nossa para *leitenden Gesichtspunkte*.

⁷⁸ RENARD, Étienne. *op. cit.* 1999.

⁷⁹ No Políptico de Saint-Germain-des-Prés, por exemplo: I, §39 *Ratgis habet in beneficia mansos ingenuiles*; III, § 40): *habet Teodradus in beneficia mansos ingenuiles II et dimidium*. (grifo nosso). Cf.: nota 35.

⁸⁰ RENARD, Étienne. *op. cit.* nota 4, p. 374, 1999.

*type - les seuls qui méritent le nom de polyptyque - se présentent en outre comme la consignation de droits: droits du seigneur, mais aussi, droits de ses dépendants, libres et serfs*⁸¹

É esta complexidade, segundo o autor, que define um Políptico. Não podemos considerar qualquer lista de bens, de pessoas ou de impostos como tal. Documentos detalhados dessa maneira surgiram no século IX, se tornam raros no século X e desaparecem no século XI. Por outro lado, não é possível criar uma definição rígida, já que há grandes variações.

Concluindo, através desse debate historiográfico em torno do termo Políptico, podemos perceber que a indefinição do seu conceito se deu principalmente pela discordância em torno das informações nele contidas, o que influencia diretamente os estudos sobre o Grande Domínio. Seria um livro com as transações fundiárias, como aponta Charles du Fresne? Seria uma descrição das terras, rendimentos e pessoas de um senhor, segundo Guérard? Ou seria um livro fiscal do imperador, como sugere Durliat? Um documento que descreve apenas as terras e as pessoas que estão submetidas de alguma forma ao senhor, na definição de Ménager? Ou um documento que descreve um Grande Domínio, de acordo com Häggerman? Após o debate em torno da tese “fiscalista”, que durou em torno cerca de vinte anos, Renard, a partir dos estudos de Devroey, apontou, pela primeira vez, uma definição que buscava harmonizar os diferentes pontos de vista. E foi essa definição a utilizada neste trabalho: os Polípticos são documentos que descrevem as terras, rendimentos, pessoas, direitos do senhor e dos seus dependentes, sejam eles servos ou livres. É um instrumento de gestão, que ao mesmo tempo registra os direitos dos senhores e dos camponeses. Dependendo do documento, um desses pontos pode ser mais ou menos enfatizado, de acordo com os objetivos do senhor ao confeccionar o Políptico. Por fim, o Políptico é um dos poucos documentos, nos quais é possível observar uma organização bipartida.

⁸¹ “uma *descriptio* de bens e rendas de um senhor, coletividade ou pessoa física. Mais precisamente, ele visa dar uma visão completa das rendas regulares que um senhor obtém de suas terras e dos indivíduos que o pertence ou que a ele estão submetidos (...) Os dados mais ou menos detalhados desse tipo - os únicos que merecem o nome de Polípticos - se apresentam, além disso, como uma consignação de direitos: direitos do senhor, mas também direitos dos seus dependentes, livres e servos”. (tradução nossa). RENARD, Étienne. *op. cit.* p. 374, 1999.

1.2 Os manuscritos

Conhecer o manuscrito e a história das fontes com que se trabalha é uma premissa de qualquer historiador, independentemente do período pesquisado. O trabalho somente com edições pode levar a crer que o documento é muito mais coerente e uniforme do que ele realmente é. O material de suporte, a tinta, a caligrafia, a diagramação do texto, as iluminuras, as rasuras, as reescritas, as adições, os espaços em branco, tudo pode fornecer informações sobre o período e o local estudado. Além dos manuscritos, é importante conhecer a história das cópias, principalmente ao trabalhar com Polípticos, já que para apenas um deles, o Políptico de Saint-Germain-des-Prés, temos um manuscrito do século IX. Para os demais, existem apenas cópias de séculos posteriores.

O cuidado com os manuscritos e as suas cópias se tornou ainda mais imperativo nos estudos que utilizam os Polípticos quando, na década de 1980, duas novas cópias do Políptico de Saint-Remi de Reims foram encontradas por Pierre Desportes e François Dolbeau⁸², o que obrigou uma revisão da recém-publicada edição, feita por Jean-Pierre Devroey. Os dois autores apontam diversos problemas na transcrição do pesquisador belga, que ocorreram devido ao desconhecimento de outras cópias do documento. Por exemplo, na página 5, nas linhas 19-20 Devroey transcreve: “*Baldaingus cum infante I*”, mas Desportes e Dolbeau apontam que na verdade é “*Balda ing(enua) cum infante I*”, o que modifica completamente a informação⁸³. Segundo a transcrição de Devroey, temos um homem, Baldaingus, que não sabemos o seu status, com uma criança. De acordo com os pesquisadores franceses, temos Balda, uma mulher livre, com uma criança.

Por outro lado, não é possível prescindir das edições, já que o acesso às fontes é muito difícil e, na maior parte dos casos, impossível; sem mencionar todas as dificuldades que envolvem a leitura de um texto medieval. Contudo, devemos utilizá-las com ressalvas. A edição do Políptico de Saint-Germain-des-Prés de Guérard, de 1836, era a única disponível até uma nova edição, de 1993. Contudo, o erudito francês transcreveu o manuscrito da maneira que ele achou mais correta, sem apontar mudança de mãos, rasuras e palavras duplicadas. Isso levou diversos pesquisadores, como Jean Durliat, a acreditar que o

⁸² DESPORTES, Pierre; DOLBEAU, François. Découvertes de nouveaux documents relatifs au polyptyque de Saint-Rémi de Reims. *Revue du Nord*, p. 575-607, 1986.

⁸³ *Ibidem*. p. 582.

documento era apenas um exercício de caligrafia, sem ligação direta com a prática fundiária do período, o que demonstra, mais uma vez, a relação estreita entre a concepção que o historiador tem do documento e a sua visão sobre o problema estudado, nesse caso o Grande Domínio. Diante da importância de se conhecer a materialidade do documento com o qual trabalhamos, assim como a história das suas cópias, foi feita uma breve descrição do único manuscrito do Políptico de Saint-Germain-des-Prés, assim como do *stemma codicum* do Políptico de Saint-Bertin, para depois discutir os problemas em torno da autoria desses documentos.

1.2.1 O Políptico de Saint-Germain-des-Prés

Como dito anteriormente, o Políptico de Saint-Germain-des-Prés é o único manuscrito que temos, datado do século IX. Até a Revolução Francesa, ele permaneceu na biblioteca do mosteiro com o número 439/2. No ano de 1796, foi transferido para a Biblioteca Nacional, junto com a coleção da abadia, onde permanece até hoje, com o código *fonds latin 12832*. No total, são 20 cadernos, com 129 folhas, que foram, posteriormente, numeradas de 1 a 130 (a número 93 foi perdida)⁸⁴, unidas por uma encadernação de couro do século XVII. A numeração dos parágrafos de cada domínio também é posterior. Devroey aponta, ainda, que faltam quatro cadernos inteiros e, talvez, um volume inteiro, que descreveria as terras cedidas em benefício.⁸⁵ E mesmo os cadernos que chegaram até nós, três deles possuem descrições interrompidas no meio. Muitas folhas estão danificadas pela umidade, como a primeira e a última folha, o que dificulta a leitura em alguns momentos. Cada uma possui 31 cm de altura e 23 cm de largura. O texto foi escrito com minúsculas carolíngias, organizado por parágrafos, divididos em duas colunas. Em algumas páginas, as letras iniciais possuem ornamentos, como nos *breves* XII e XIII. O documento possui diversas palavras rasuradas e outras reescritas, o que indica o seu uso posterior à sua confecção. Além disso, a própria composição dos cadernos do manuscrito indica um constante remanejamento dos fólhos. Devroey aponta, por exemplo, que o caderno XXI foi composto pela junção de dois outros cadernos.

⁸⁴ A numeração dos fólhos é posterior ao século IX. Para todos os dados referentes à descrição física do manuscrito, consultar: HÄGERMANN, Dieter; ANDREAS, Hedwig (eds.). *op. cit.* 1993, p. I a XIII.

⁸⁵ DEVROEY, Jean-Pierre. Saint-Germain-des-Prés et le polyptyque d'Irminon. Problèmes de critique autour du polyptyque de l'abbaye de Saint-Germain-des-Prés. In: AT SMA, Hartmut. (ed.). **La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1989, p. 441-465.

Figura 03: Imagem: Codex ms. lat. 12832, folio 2r. Neste folio podemos observar na coluna à esquerda a numeração posterior dos parágrafos. fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84260311/f12.image>

Figura 04: Imagem: codex ms. lat. 12832, folio 65r. Início do *breve* XIII com ornamentos na letra inicial. fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84260311/f139.image>

O Político de Saint-Germain-des-Prés está dividido em 25 *breves*. Cada um possui a descrição de um ou mais domínios das abadias. Por exemplo: o *breve* II, que descreve Palatiolo, o mais comentado entre eles, consta apenas a localidade que leva este nome; o *breve* IX descreve Villamilt e outras *villae*, *decanias* e até mesmo descrições separadas de *mansi*. A grande maioria dos *breves* começa com a descrição do *mansus* senhorial, como por

exemplo: o *breve* XXV, que se inicia com: “*Habet in Mansio[ni]bus mansum dominicatum cum casa et aliis aedificiis sufficienter*”⁸⁶. Apenas quatro *breves* não se iniciam de tal forma: o I, pois seu primeiro fólio foi perdido (é possível que essa descrição se encontrasse nele); o XII, que descreve apenas doações recebidas pela abadia; o XVIII, no qual essa informação vem no segundo parágrafo, assim como o *breve* XX, que descreve inicialmente os domínios de uma igreja, controlada por Hairmannus, um presbítero.

Em seguida, os terratenentes e o seus respectivos filhos são nomeados⁸⁷, por exemplo, no *breve* VI: “*Ragamboldus colonus et uxor eius colona, nomine Acleualda, homines sancti Germani, habent secum infantes II, Hildeboldus, Ragamberga*”⁸⁸. Depois, a qualidade e quantidade de terras pertencentes a eles são elencadas: “*Tenent mansum ingenuilem I, habentem de terra arabile bunaria V et antsingas II. De vinea aripennos IIII, de prato aripennos IIII e dimidium*”⁸⁹ e as obrigações devidas em relação ao senhor:

*Solvit de unumquodque mansum bovem I; ad alium annum soalem I; in lignericia denarios IIII, de vino in pascione modios II, vervice cum agno I. Arat ad hibernaticum perticas IIII, ad tremissem perticas II; corvadas, carropera, manopera, caplim, quantum ei iubetur; pullos III, ova XV*⁹⁰.

Após a descrição de todos os terratenentes, seus filhos, suas terras e suas obrigações em relação ao senhor, pode-se seguir a descrição de outra tenência ou a soma de todos os *mansi* do domínio e o total de obrigações devidas em um ano:

Habet in Palatiolo mansos ingenuiles CVIII, qui solvunt omni anno ad hostem carra VI ad tertium annum sogales CVIII, ad alterum annum vervice cum agnis CVIII de vino in pascione modios CCXL, de argento in lignericia solidos XXXV, pullos CCCL, ova MDCCL, de capatico solidos VIII.

*Fiunt simul mansi, inter ingenuiles et absos et serviles CXVII*⁹¹.

Por fim, se compararmos o Político de Saint-Germain-des-Prés com o Político ideal, descrito por Devroey, podemos observar que o pesquisador belga, ao pensar em um modelo,

⁸⁶ “Há em Mansionibus, *mansus* senhorial com casa e todos os edifícios necessários”. (tradução nossa). XXV, § 1.

⁸⁷ Em sua grande maioria, as crianças são nomeadas; porém, em alguns casos, elas não o são.

⁸⁸ “Ragamboldus colono e sua mulher colona, chamada Acleualda, homens de Saint-Germain, têm II crianças, Hildeboldus, Ragamberga”. (tradução nossa). VI, § 6.

⁸⁹ “Têm I *mansus* livre, possuem V *bonários* de terra arável e II *antsingas*. IIII arpentos de vinho, IIII arpentos e meio de prado”. (tradução nossa). XV, § 3.

⁹⁰ “Por cada um dos *mansus*, pagam em um ano I boi, no outro I porco; IIII denários pelo corte da madeira, II módios de vinho na páscoa, uma ovelha com um cordeiro. No inverno, ara IIII vergas, no outono II vergas; corveias, serviços de transporte, serviços manuais, corte de madeira, quanto for exigido, III frangos, XV ovos”. (tradução nossa). XXI, § 59.

⁹¹ “Há em Palatiolo CVIII *mansi* livres, que pagam por ano VI carroças para o exército, a cada três anos CVIII porcos, no outro ano CVII ovelhas com cordeiros, CCXL módios de vinho na páscoa, XXXV soldos pelo corte da madeira, CCCL frangos, MDCCL ovos, VIII soldos pelo *capatico*. CXVII *mansi* entre livres, não habitados e servis”. (tradução nossa). II, § 121.

tem em mente a abadia parisiense. O único dado não fornecido é a quantidade de grãos que cada domínio produz:

Esquema 1: O Político como instrumento de gestão em Saint-Germain-des-Prés

Figura 05: Organograma Esquema 01 – O Político como instrumento de gestão Saint-Germain-des-Prés

Esquema 2: O Político como instrumento de controle social em Saint-Germain-des-Prés

Figura 06: Organograma Esquema 02 – O Político como instrumento de controle social em Saint-Germain-des-Prés

Assim, podemos observar que o Políptico de Saint-Germain-des-Prés foi confeccionado para ser utilizado, tanto como um instrumento de gestão fundiária, quanto um instrumento de controle social de uma das abadias mais ricas do império carolíngio⁹².

1.2.2 O Políptico de Saint-Bertin

Diferentemente de Saint-Germain-des-Prés, possuímos apenas cópias posteriores do Políptico de Saint-Bertin. Dessa maneira, um estudo que analise o conteúdo escrito dessa fonte não pode ignorar a tradição do manuscrito, isto é, o contexto em que cada cópia, edição e digitalização foram feitas, assim como as possíveis alterações e adições realizadas em cada uma dessas etapas⁹³. Diante de uma cópia do manuscrito, surgiram questões como: Quantas existem? Quando e por quem foram feitas?

Acredita-se que diversos agentes dominiais tenham feito o levantamento das informações nas terras da abadia de Saint-Bertin (A1)⁹⁴. A partir desses dados, um segundo documento teria sido redigido, compilando e organizando os dados recolhidos, formando o Políptico (A). A primeira cópia que temos notícia, data do século X e se encontrava dentro de uma *Gesta*, chamada de *Uetus Folcuinus* (B). Ela teria sido conservada até o século XVIII e destruída na Revolução Francesa. Assim, o manuscrito mais antigo que possuímos data do século XII e é uma cópia direta do *Uetus Folcuinus*, encontrado hoje na biblioteca municipal de Boulogne-sur-Mer (C). Em 1693, Dom Bertin Portebois, monge de Saint-Bertin, fez uma outra cópia das *Gesta*, que hoje se encontra na Biblioteca Nacional de Paris (C). Tanto no manuscrito C quanto no D, o texto foi alterado com o objetivo de corrigi-lo, mas, segundo Ganshof, essas alterações não provocam grandes problemas⁹⁵. Em 1775, Dom Charles Joseph Dewitte, também monge de Saint-Bertin, fez uma nova cópia do documento, publicada no livro *Grand Cartulaire*, que hoje se encontra na biblioteca municipal de Saint-Omer (E).

⁹² Para mais informações sobre a abadia de Saint-Germain-des-Prés no século IX, cf.: PERRIN, Charles-Edmond. *op. cit.* 1951.

⁹³ Kuchenbuch analisa, de forma mais detalhada, os problemas ao se considerar somente o conteúdo do documento, sem levar em consideração o contexto de sua transmissão. Além disso, ele utiliza como exemplo a história do manuscrito de outro Políptico, o da abadia de Prüm: KUCHENBUCH, Ludolf. Sources ou documents?. In: **Hypothèses**, nº 1, p. 287-315, 2003.

⁹⁴ Para todas as informações referentes ao *stemma codicum* do Polípticos de Saint-Bertin, cf.: GANSHOF, François-Louis. *op. cit.* 1975, p. 3-8.

⁹⁵ GANSHOF, François-Louis (ed.). *op. cit.* 1975, p. 4.

Além disso, esse mesmo monge fez uma cópia completa do *Uetus Folcuinus*, que também está em Saint-Omer (F). A partir dessa pequena história do manuscrito, podemos estabelecer o seguinte *stemma codicum*⁹⁶:

Figura 07: Organograma *Stemma Codicum*

Podemos observar que nenhuma das cópias feitas tinha como objetivo copiar o *Políptico* de Saint-Bertin, mas sim as *Gesta*, entre as quais ele estava incluído. Isso reforça a tese de que os *Polípticos* teriam perdido completamente importância, após o século X. Todas as cópias foram feitas exclusivamente por monges de Saint-Bertin, o que demonstra que o interesse era local e não extrapolava os muros do mosteiro até o século XIX. Por fim, a inexistência do original não permite que seja feita uma análise paleográfica e codicológica do *Políptico*, assim como fez Devroey com o *Políptico* de Saint-Germain-des-Prés.

O *Políptico* descreve 24 localidades. Algumas descrições, como a de Bermingham, são detalhadas e seguem o mesmo padrão encontrado em Saint-Germain-des-Prés: descrição da

⁹⁶ GANSHOF, François-Louis (ed.). *op. cit.* 1975, p. 7. (tradução nossa).

reserva senhorial, das tenências e dos terratenentes, das taxas a serem pagas e, por fim, outras terras ou pessoas que se encontram dentro daquele domínio. Outras, como a de Bodningahem, possuem apenas uma pequena nota: “(...) *Bertrada habet aliam unde debet arare*”⁹⁷. Os terratenentes não são nomeados, assim como o são no Político de Saint-Germain-des-Prés, salvo algumas exceções, como na descrição de Kelmis: “*Ded habet bunaria VI, arat bunaria II*”⁹⁸; ou quando a pessoa possui alguma função, como no domínio de Atcona: “*Iremharius maior habet casam indominicatam cum aliis casticiis*”⁹⁹; ou se as terras destinadas a ele constituem um “pequeno domínio”¹⁰⁰, como no caso de Morningehem: “*Berharius caballarius habet mansam, de terra arabili bunaria XX, de prato bunaria V, de silua minuta bunaria VI; mansa II per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia VIII*”¹⁰¹. Nenhuma criança é citada, o que nos leva a crer que apenas aqueles que pagavam taxas ou prestavam algum serviço para a abadia eram mencionados. No final de cada domínio não há uma soma recapitulativa; porém, o capítulo XXXV descreve as dependências do mosteiro, com suas oficinas, hortas, cozinha, fornos, cervejaria, assim como os trabalhadores ligados diretamente a abadia, o que não acontece no Político de Saint-Germain-des-Prés.

Diferentemente de outros Políticos, o de Saint-Bertin possui um título e uma introdução feita no século X. No título se lê: “*breuiatio uillarum monachorum uictus*”¹⁰². Ganshof afirma que a primeira palavra se refere à ação de se escrever um *breuia*. Entretanto, o substantivo *breuiatio*, construído a partir do verbo *breuiare*, não indica apenas a ação, mas também o resultado. A outra parte do título nos fornece mais um dado importante. O documento que temos é uma descrição das *uillae monachorum uictus*. Esse último termo significa literalmente “comida”, mas pode ser entendido, em um sentido mais amplo, como tudo aquilo que os monges precisavam para se manter. Assim, esse *breuiatio* não se refere a todas as terras do mosteiro, mas apenas àquelas destinadas ao sustento da vida monástica¹⁰³. Renard, em diálogo com os estudos de Ganshof, aceita a ideia de que o Político que nós temos não se refere a todas as terras do mosteiro e levanta uma hipótese: As descrições, que chegaram até nós, teriam sido copiadas de uma documentação mais completa, esse

⁹⁷ “Bertrada possui terras e deve ará-las”. (tradução nossa). XXII.

⁹⁸ “Ded possui VI *bonários*, ara II *bonários*”. XVI (tradução e negrito nosso).

⁹⁹ “Iremharius, *maior*, tem uma casa senhorial com outras construções”. XXI (tradução e negrito nosso).

¹⁰⁰ Para mais detalhes, conferir capítulo 3.

¹⁰¹ “O cavaleiro Berharius possui um *mansus*, XX *bonários* de terras aráveis, V *bonários* de prado, VI *bonários* de floresta com pequenas árvores, II *mansi* com XII *bonários* cada um; paga assim com os outros; VIII *mancipia*”. (tradução nossa). XVIII.

¹⁰² “Breve das *villae* destinadas ao sustento dos monges”. (tradução nossa).

¹⁰³ GANSHOF, François-Louis. *op. cit.* 1975, p. 5.

desmembramento atenderia a objetivos políticos, isto é, reivindicações dos monges diante do rei¹⁰⁴. Apesar dessas especificidades, o uso dessa fonte não é inválido para o estudo do Grande Domínio, como afirma Élisabeth Magnou-Nortier¹⁰⁵, pois apesar de não descrever o conjunto de terras do mosteiro, o que nenhum Político faz, ele nos dá novos elementos para a discussão sobre o Grande Domínio, feito em detalhes no capítulo 3 deste trabalho.

Por fim, se compararmos o Político de Saint-Bertin com o tipo ideal, assim como foi feito com Saint-Germain-des-Prés, é possível observar que o Político de Saint-Omer traz um menor número de informações:

Esquema 1: O Político como instrumento de gestão em Saint-Bertin

Figura 08: Organograma Esquema 1: O Político como instrumento de gestão em Saint-Bertin

¹⁰⁴ RENARD, Étienne. *op. cit.* p. 375-378, 1999.

¹⁰⁵ Esta autora, preocupada com a contabilidade no Período Carolíngio, não vê utilidade em uma fonte que possui uma forte incongruência nos números apresentados e não traz tantos detalhes como o de Saint-Germain-des-Prés, cf.: MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *op. cit.* p. 145-158, 1998. Porém, ao constatar essas incongruências, a autora descarta todas as outras informações que o documento traz sem prestar a devida atenção nos dados sobre organização espacial e cobrança de serviços.

Esquema 2: O Político como instrumento de controle social em Saint-Bertin

Figura 09: Organograma Esquema 2: O Político como instrumento de controle social em Saint-Bertin

A partir da observação desses dois esquemas, podemos perceber que o Político de Saint-Bertin, assim como ele chegou até nós, está muito mais próximo de um instrumento de controle social do que um instrumento de gestão, já que possuímos poucas informações sobre as tenências. Por outro lado, não podemos negar completamente o seu papel na gestão da abadia, já que as descrições não têm como foco somente as terras ou as pessoas, mas também as taxas devidas por eles.

1.3 A confecção de um Político

A reedição de diversos Políticos, publicados com comentários críticos, fez com que os historiadores se debruçassem em questões há muito tempo esquecidas e pouco abordadas, por exemplo: Como se dava a confecção de um Político? Era uma iniciativa real? Senhorial? Haveria um modelo pré-estabelecido ou cada mosteiro registrava aquilo que achava pertinente? Entre os registros de um mesmo mosteiro, havia alguma lógica interna? Apenas uma pessoa ficava responsável pelo documento ou eram várias? A forma como cada pesquisador respondeu a essas amplas questões influenciou diretamente seus trabalhos sobre o Grande Domínio, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Se os Políticos foram confeccionados a partir de uma ordem real, o Grande Domínio estaria inserido dentro de uma política que visava uma melhor organização do Império Franco, o que explicaria tanto a uniformidade interna dos documentos quanto a semelhança entre eles. Caso contrário, se os

Polípticos fossem uma iniciativa exclusivamente senhorial, o Grande Domínio estaria restrito a poucas regiões, o que explicaria o pequeno número de documentos que chegaram até nós, diminuindo assim a sua importância.

Em seus prolegômenos, Guérard já indica que os Polípticos teriam sido redigidos sob a ordem do imperador ou do rei e fornece alguns indícios. Ao assumir o trono, Pepino ordenou que todas as terras da Igreja fossem inventariadas: “*Pippinus rex elevatus est. Res ecclesiarum descriptas atque divisas*”¹⁰⁶. O pesquisador francês vê nesse relato uma ordem para que os Polípticos de todos os estabelecimentos eclesiásticos fossem redigidos. Em 787, Carlos Magno se dirigiu ao abade Landrico de Jumièges e ao conde Ricardo para exigir que os bens da abadia de Saint-Vandrille fossem descritos: “*(...) haec vero est summa de rebus ejusdem monasterii [Fontanellensis], quae, praecepto invictissimi Caroli regis, annumerata esta a Landrico, abbate Gemmetico, ac a Richardo comite, anno vigesimo regni sui*”¹⁰⁷. Anos mais tarde, em 812, Carlos Magno preocupou-se com as terras dadas em benefícios e exigiu que elas fossem registradas em detalhes:

V. Ut missi nostri diligenter inquirant et describere faciant unusquisque in missatico, quid unusquisque de beneficio habeat vel quot homines casatos in ipso beneficio.

*VII. Ut non solum beneficia episcoporum, abbatum, abbatissarum, atque comitum sive vassalorum nostrorum sed etiam nostri fisci describantur, ut scire possimus quantum etiam de nostro in uniuscujusque legatione habeamus*¹⁰⁸.

Segundo Guérard, essa preocupação dos governantes carolíngios com o levantamento dos bens perdura com Luís, o Piedoso e com Carlos, o Calvo, que em 869 ordenou que os bispos, abades e abadessas lhe enviassem, até primeiro de maio, as condições de suas posses: “*Et antequam ad Conadam pergeret, per omne regnum suum litteras misit, ut episcopi,*

¹⁰⁶ “Pepino é elevado a rei. Todos os bens da igreja devem ser descritos.”. (tradução nossa). PERTZ, Georg Heinrich (ed.). **Monumenta Germaniae Historica, Annales Allamannici**, a. 751, SS. Hannover: Libreria Aulica Hahniana, 1826, p. 27. *Apud*. GUÉRARD. *op. cit.* p. 18.

¹⁰⁷ “(...) também deve ser feito a soma dos bens do mosteiro [Fontenelle], ordenado pelo invencível rei Carlos, ao abade Landrico de Jumièges e ao conde Ricardo, no ano vigésimo do seu reino”. (tradução nossa). LOEWENFELD, S. (ed.) **Monumenta Germaniae Historica, Gesta Abbatum Fontanellensium 747-787**, SS rer. Germ. Hannover: Libreria Aulica Hahniana, 1886, p. 45. *Apud*. GUÉRARD, *op. cit.* 1844, p. 19.

¹⁰⁸ “V. Que os nossos diligentes inquiram e descrevam, em cada viagem, os benefícios assim como os homens ali estabelecidos. VII. Que não apenas os benefícios dos bispos, dos abades, das abadessas e dos condes assim como dos nossos vassalos e também nossos fiscos sejam descritos, para que possamos saber o quanto possuímos em cada região”. (tradução nossa). BORETIUS, Alfred Erwin (ed.) **Monumenta Germaniae Historica, Capitularia regum Francorum I**. Hannover: Libreria Aulica Hahniana, 1883, p. 177. *Apud*. Guérard, *op. cit.* 1844, p. 19.

*abbates et abbatisse breves de honoribus suis, quanta mansa quisque haberet, futuras kalendas maii deferre curarent (...)*¹⁰⁹.

Apesar de não ser possível relacionar diretamente cada uma dessas ordens com um ou mais Polípticos, os estudiosos do século XX aceitaram a ideia de que esses documentos teriam sido redigidos sob a ordem do rei ou até mesmo de um abade¹¹⁰. Contudo, há ressalvas em relação ao peso que uma ordem de um governante carolíngio poderia ter. Como avaliar se uma ordem, contida em um capitulário, era realmente seguida? Como medir o impacto de uma nova medida na sociedade do período? Vale a pena ressaltar que afirmar que os Polípticos tenham sido feitos após ordens reais, não significa dizer que eles eram instrumentos imperiais de arrecadação fiscal, como aponta Durliat.

Ao aceitar que os Polípticos foram feitos após ordens reais, uma outra questão surge: Quem os teria efetivamente redigido? Havia um responsável por tal trabalho? Tanto o Políptico de Saint-Germain-des-Prés quanto o de Saint-Bertin não fornecem informações sobre as pessoas que teriam participado da coleta de informações, entretanto, possuímos alguns indícios sobre quem teria coordenado. No século XI, um cronista anônimo faz referência ao trabalho feito pelo abade Irminon:

*Prudentissimus abba Irmino omnium redhibitiones villarum s. Germani, videlicet usque ad unum ovum et pullum vel etiam scindulam, scripto sub uno comprehendit; et quantum monachi in proprios usus haberent, quantumque abba ad exercitum regis vel in proprium vindicarent disposuit*¹¹¹.

Além disso, essa citação é corroborada por trechos do próprio documento, que citam vinhas plantadas pelo abade: “(...) *habet ibi de vinea veteri aripennos LIII; de vinea novella, quam domnus Irmino abba plantavit (...)*”¹¹², ou construções feitas sob suas ordens: “*Habet ibi mansum dominicatum bene constructum et allis casticiis sufficienter, et broilum muro*

¹⁰⁹ “Antes de partir para Cosne, ele [Carlos, o Calvo] despachou cartas para todo o seu reino, exigindo que bispos, abades e abadessas façam os *breves* de seus *honoribus*, declarando quantos *mansi* cada um possui. Isso deve ser enviado ao rei até o mês de maio”. (tradução nossa). WAITZ, Georg (ed.). **Monumenta Germaniae Historica, Annales Bertiniani**, a. 869, SS rer. Germ. Hannover: Libreria Aulica Hahniana 1883, p. 98. *Apud*. GUÉRARD. *op. cit.* 1844, p. 19.

¹¹⁰ Cf.: HÄGERMANN, Dieter. *op. cit.* 1993a, p. 62.

¹¹¹ “O prudentíssimo abade Irminon descreveu em um só escrito os rendimentos das *villae* de Saint-Germain-des-Prés, na verdade até mesmo um único ovo, frango ou pedaço de madeira foi descrito; e quanto os monges tinham para o seu próprio uso, assim como quanto o abade deveria dar para o exército real e quanto ficaria para ele próprio”. (tradução nossa). Esse trecho é uma interpolação do século XI no ano 877 dos Anais de Saint-Bertin. *Apud*. DEVROEY, Jean-Pierre. Saint-Germain-des-Prés et le polyptyque d’Irminon. Problèmes de critique autour du polyptyque de l’abbaye de Saint-Germain-des-Prés. In: ATSMÄ, Hartmut. (ed.). **La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1989, p. 456.

¹¹² “(...) há neste local LIII arpentos de vinhas antigas; vinhas novas, que o abade Irminon plantou (...)”. (tradução nossa). VII, §3. Outros exemplos em: XIII, § A; XV, §1; XIX, §1; XXI, §1; XXIV, §1; XXV, §1.

petrino circumseptum, quem dommus Irmino abba construxit”¹¹³. Sabemos que Irminon foi abade entre os anos de 794-829 e, por esse motivo, sem uma data exata, acredita-se que esse Políptico foi feito no início do século IX. Já o Políptico de Saint-Bertin, sabemos o período em que ele foi feito e o abade que coordenou o trabalho, através da introdução da primeira cópia feita pelo abade Folcuíno no século X:

(...) *Abbas igitur Adalardus uillas ad fratum usus pertinentes, uel quicquid exinde sub qualicumque seruitio uidebatur prouenire, absque his que in aliis ministeriis erant distribute uel que militibus et cauallariis erant beneficiate tali iussit breuitate describere*¹¹⁴.

Como Adalardo foi abade de Saint-Bertin, entre os anos de 844 e 859, acredita-se que o Políptico foi feito na metade do século IX.

Dessa maneira, sabemos que os Polípticos foram feitos sob ordem real e a sua confecção coordenada pelos abades¹¹⁵. Porém, como era feito o trabalho? Teriam Adalardo e Irminon feito tudo sozinhos? Haveria um grupo de pessoas responsável pelo trabalho? O que deveria ser recenseado era pré-estabelecido ou cada um descrevia o que achava mais importante?

Ao analisar o Políptico de Saint-Germain-des-Prés, Jean-Pierre Devroey identificou dois formulários distintos para as reservas e as tenências e oito formulários distintos para as somas finais. A localização geográfica desses formulários permitiu observar uma divisão espacial das descrições. O formulário A foi utilizado para descrever os domínios orientais da abadia, enquanto que o formulário B foi utilizado para descrever os domínios de Villamilt, Nuuliaco, Buxido e Centena Corbonensi, além das *villae* situadas à jusante do Sena. A homogeneidade dos formulários e das respostas em um documento tão extenso nos leva a crer que o recenseamento foi feito em um curto espaço de tempo, tendo como base um único e detalhado questionário.

Essa tese, baseada na análise estilística do documento, é reforçada pela análise paleográfica. O documento não foi escrito por apenas uma pessoa, dentro de uma biblioteca,

¹¹³ “Há neste local um *mansus* senhorial bem construído e outras construções suficientes, e um local cercado por um muro de pedras, que o abade Irminon construiu”. (tradução nossa). XXII, §1.

¹¹⁴ “(...) O abade Adalardo descreveu as *villae* destinadas ao sustento dos irmãos e tudo o que era proveniente delas, exceto aquelas concedidas em benefício aos *ministeriales*, assim como aos soldados e aos cavaleiros”. (tradução nossa). XV.

¹¹⁵ Sobre a importância dos abades do mundo carolíngio, cf.: FELTEN, J. Franz. *Herrschaft des Abtes*. In: PRINZ, Friedrich. **Herrschaft und Kirche**. Stuttgart: Hiersemann, 1988, p. 174-296; KUCHENBUCH, Ludolf. *Die Klostergrundherrschaft im Frühmittelalter. Eine Zwischenbilanz*. In: PRINZ, Friedrich. **Herrschaft und Kirche**. Stuttgart: Hiersemann, 1988, p. 297-385.

mas foi produzido por um grupo de recenseadores, em um curto período. Devroey observou que o documento foi escrito por quatorze pessoas e, mesmo quando se analisa apenas uma escrita, é possível observar diferenças, provavelmente devido à troca da pena, da tinta ou da redação em momentos diferentes. Além disso, algumas partes se encontram raspadas e reescritas, o que sugere uma correção posterior, como nas somas do domínio de Morsang. Assim, o pesquisador belga reforça a sua tese ao afirmar que esse Políptico aparece como um “(...) *exemplaire de travail, dépourvu de titres de chapitres, confectionnée immédiatement après les recensements locaux, qui nous offre donc un reflet direct de cette inquisitio*” conduzido por um agente dominial, de *villa* em *villa*¹¹⁶, ao contrário de Durliat, que defende que o Políptico é uma “obra prima da caligrafia”¹¹⁷, como já mencionado.

No Políptico de Saint-Bertin, não é possível observar uma divisão espacial a partir dos formulários utilizados na escrita do documento. Contudo, é evidente que um mesmo questionário foi utilizado em todos os domínios. A descrição das terras senhoriais obedecia uma ordem, que nunca era rompida: construções, prados, terras aráveis, florestas e pasto. Não obrigatoriamente todos os domínios possuíam tudo o que foi citado, mas a ordem era mantida, assim como é possível observar nos exemplos a seguir:

*Mansum indominitum cum casa et aliis casticiis. De prato bunaria XXXVIII. De terra arabili bunaria CLXXX. De silua grossa bunaria XXX. De silua minuta bunaria XV*¹¹⁸.

*Casam indominitam cum aliis casticiis. De prato bunaria XI. De terra arabili bunaria CC. De silua minuta bunarium I. De pastura inculta bunaria L*¹¹⁹.

*Indominitum mansum cum casticiis. De prato bunaria XV. De terra arabili bunaria CXX. De silua grossa bunaria XL, ad saginandos porcos XX. De silua minuta bunaria C*¹²⁰.

*Casam indominitam cum aliis casticiis. De prato bunaria XL. De terra arabili bunaria CLX. De silua minuta bunaria XXXV*¹²¹.

¹¹⁶ “(...) exemplar de trabalho, capítulos desprovidos de títulos, confeccionado imediatamente após os recenseamentos locais, que nos oferece um reflexo direto desta *inquisitio*” (tradução nossa). DEVROEY, Jean-Pierre. Saint-Germain-des-Prés et le polyptyque d’Irminon. Problèmes de critique autour du polyptyque de l’abbaye de Saint-Germain-des-Prés. In: ATSM, Hartmut. (ed.). **La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1989, p. 452. Neste trecho ele cita: Fossier, Robert. *op. cit.* 1978, p. 29.

¹¹⁷ DURLIAT, Jean. *op. cit.* nota 2, p. 190, 1983.

¹¹⁸ “*Mansus* senhorial com casa e outras construções. XXXVIII *bonários* de prado. CLXXX *bonário* de terras aráveis. XXX *bonários* de floresta com grandes árvores. XV *bonários* de floresta com pequenas árvores”. (tradução nossa). XVI.

¹¹⁹ “Casa senhorial com outras construções. XI *bonários* de prado. CC *bonários* de terras aráveis. I *bonário* de floresta com pequenas árvores. L *bonários* de pasto não cultivado”. (tradução nossa). XXI.

¹²⁰ “*Mansus* senhorial com construções. XV *bonários* de prados. CXX *bonários* de terras aráveis. XL *bonários* de floresta com grandes árvores, que podem alimentar XX porcos. C *bonários* de floresta com pequenas árvores”. (tradução nossa). XXIII.

*In Rumingahem habet mansum cum casticiis. De terra bunaria XV. De silua minuta bunaria X*¹²².

*Mansum I indominicatum. De terra arabili bunaria CLVIII. De silua grossa faginina et minuta mixta bunaria CCCC, ad saginandos porcos DC*¹²³.

*Indominicatum mansum cum casticiis. De prato bunaria XVI. De terra arabili bunaria CLVIII. De silua grossa bunaria XVIII, ad saginandos porcos XX. De silua minuta bunaria LI. De pastura communi sufficienter*¹²⁴.

*In Aldomhem habet casam indominicatum cum aliis casticiis. De prato bunaria XV. De terra arabili bunaria XCVIII. Silua grossa bunaria L, ad saginandos porcos XXX. Silua minuta bunaria LIII*¹²⁵.

*In Scala habet casam indominicatum cum aliis casticiis. De prato bunaria VII. De terra arabili bunaria LXXXII. De pastura communi sufficienter*¹²⁶.

*Habet ibi casam indominicatum cum aliis casticiis. De prato bunaria LXXX. De terra arabili bunaria CXLVIII. De silua grossa bunaria XXX, ad saginandos porcos XX. De silua minuta bunaria XL. De pastura communi sufficienter*¹²⁷.

*In Teruuanna habet casam indominicatum cum aliis casticiis. De terra arabili bunaria LIII. De silua grossa bunaria VI ad porcos IIII. De silua minuta bunaria IIII*¹²⁸.

*Indominicatum. De prato bunaria XV. De terra arabili bunaria CXLVII. Silua minuta bunaria VIII. De pastura communi satis*¹²⁹.

Além disso, em uma outra passagem, foi dito que não há *lunarii* naquele domínio: “*Lunarium nullum*”¹³⁰; o que reforça a hipótese que havia um questionário pré-estabelecido antes do recenseamento de cada região, que exigia que o número de *lunarii* em cada lugar fosse mencionado.

¹²¹ “Casa senhorial com outras construções. XL *bonários* de prados. CLX *bonários* de terras aráveis. XXXV de floresta com pequenas árvores”. (tradução nossa). XXV.

¹²² “Em Rumingahem há um *mansus* com construções. XV *bonários* de terra. X *bonários* de floresta com pequenas árvores”. (tradução nossa). XXVI.

¹²³ “I *mansus* senhorial. CLVIII *bonários* de terras aráveis. CCCC *bonários* de floresta de árvores grandes e pequenas, que podem alimentar DC porcos”. (tradução nossa). XXVII

¹²⁴ “*Mansus* senhorial com construções. XVI *bonários* de prado. CLVIII de terras aráveis. XVIII de floresta com grandes árvores, que podem alimentar XX porcos. LI *bonários* de floresta com pequenas árvores. Pasto comum suficiente”. (tradução nossa). XXVIII.

¹²⁵ “Em Aldomhem há uma casa senhorial com outras construções. XV *bonários* de prado. XCVIII *bonários* de terras aráveis. L *bonários* de floresta com árvores grandes, que podem alimentar XXX porcos. LIII *bonários* de floresta com pequenas árvores”. (tradução nossa). XXX.

¹²⁶ “Em Scala há uma casa senhorial com outras construções. VII *bonários* de prado. LXXXII *bonários* de terras aráveis. Pasto comum suficiente”. (tradução nossa). XXXI.

¹²⁷ “Há uma casa senhorial com outras construções. LXXX *bonários* de prado. CXLVIII *bonários* de terras aráveis. XXX *bonários* de floresta com grandes árvores, que podem alimentar XX porcos. XL *bonários* de floresta com pequenas árvores. Pasto comum suficiente”. (tradução nossa). XXXII.

¹²⁸ “Em Teruuanna há uma casa senhorial com outras construções. LIII *bonários* de terras aráveis. VI *bonários* de floresta com grandes árvores, que podem alimentar IIII porcos. IIII *bonários* de floresta com pequenas árvores”. (tradução nossa). XXXIII.

¹²⁹ “Senhorial. XV *bonários* de prado. CXLVII *bonários* de terras aráveis. VIII *bonários* de floresta com pequenas árvores. Pasto comum suficiente”. (tradução nossa). XXXIII.

¹³⁰ XXVII.

Por último, apesar de não ser possível observar uma divisão espacial a partir dos formulários utilizados em Saint-Bertin, a ordem em que cada domínio foi descrito obedece a certa divisão. Os primeiros domínios descritos foram aqueles ao redor da abadia, depois, os mais distantes, como podemos observar nos mapas abaixo¹³¹:

Mapa 1: Domínios próximos ao mosteiro de Saint-Bertin

Figura10: Mapa 1: Domínios próximos ao mosteiro de Saint-Bertin. LEGENDA: XVI. Kelmis; XVII. Fresingahem; XVIII. Loningahem; XVIIIa. Elciaco; XVIIIb. Moringehem; XXI. Atcona; XXIa. Selem; XXII. Bodningahem; XXIII. Beinga; XXVIII. Weserinio; XXX. Aldomhem; XXXIII. Teruuanna; StB: mosteiro de Saint-Bertin.

¹³¹ Os números que aparecem no mapa são os mesmos da documentação e correspondem à ordem em que eles são descritos. A numeração começa em XVI.

Mapa 2: Domínios distantes do mosteiro de Saint-Bertin

Figura 11: Mapa 2: Domínios distantes do mosteiro de Saint-Bertin. LEGENDA: XX. Bermingham; XXV. Coiaico; XXVI. Rumingahem; XXVII. Pupurninga; XXVIII. Pascandala; XXXI. Scala; XXXII. Gisna; XXXIII. Thorbodeshem; A-Colonia

Como conclusão, é possível afirmar que os Polípticos foram redigidos após ordens do imperador, do rei ou dos abades. Não podemos compreender a confecção dos Polípticos como uma ação desconexa e isolada de alguns senhores. Diversos agentes dominiais percorriam os domínios das abadias e, baseados em um formulário comum, coletavam informações referentes às terras, aos homens e às obrigações devidas, que eram organizadas em um único *corpus* documental. Dependendo dos objetivos do senhor, um ou outro ponto era mais detalhado. Constantemente correções eram feitas ou novos dados acrescidos, de acordo com a necessidade, reafirmando o caráter dinâmico do documento.

1.4 Utilização dinâmica do Políptico

Como exposto anteriormente, o Políptico foi desacreditado por um grande número de historiadores, como Alfons Dopsch, Georges Duby e Robert Fossier, pois, segundo eles, esses documentos deformaram a realidade, por ser apenas um retrato de um momento exato de uma região muito pequena. Por não ter chegado até nós uma sequência de Polípticos de uma mesma região, não seria possível observar as modificações ao longo do tempo. Assim, os Polípticos teriam pouca utilidade para o trabalho do historiador. Vale a pena ressaltar mais uma vez que essa visão se deve, em grande parte, à utilização das edições desses documentos do século XIX e início do século XX.

A partir da década de 1970, houve um ataque intensivo a essa visão estática do Políptico. Devroey aponta que, até aquele momento, os historiadores estavam se esquecendo de questões básicas ao estudar os Polípticos, como: 1. O que a confecção de um Políptico nos diz sobre o autor e o que o autor nos diz ao fazer um Políptico? 2. O que a existência desses documentos nos diz sobre a sociedade carolíngia do século IX? 3. Sobre qual parte do mundo carolíngio os Polípticos nos informam? Qual a qualidade de seu testemunho?¹³² Já Morimoto ataca a visão fixista sobre o documento. Primeiramente, o pesquisador japonês salienta que não podemos ler os Polípticos carolíngios como blocos homogêneos. A partir da leitura das novas edições dos Polípticos, feitas por Schwab e Devroey¹³³, ele afirma que é possível observar diversos extratos cronológicos nos documentos (a maioria do século IX, mas também dos séculos X e XI), o que comprova que os Polípticos eram documentos da prática, que foram utilizados e modificados posteriormente. Podemos ainda citar o exemplo do Políptico de Saint-Remi de Reims, que possui extratos dos séculos IX e X, o que, segundo Desportes e Dolbeau, reforça a sua importância para o estudo da sociedade e da economia rural: “*Du fait même de son manque d’unité chronologique, le registre rémigien est une source incomparable tant pour l’étude de la société et de l’économie rurales que pour celle de l’onomastique et du vocabulaire technique*”¹³⁴. A aparente unidade dos documentos teria

¹³² DEVROEY, Jean-Pierre. *op. cit.* p. 33, 1985. Vale a pena fazer uma ressalva: Algumas dessas questões foram abordadas apenas parcialmente ao longo da dissertação, pois elas não são o foco do trabalho.

¹³³ Conferir nota 52.

¹³⁴ “Devido à sua falta de unidade cronológica, o registro remigense é uma fonte incomparável tanto para o estudo da sociedade e da economia rural quanto para a onomástica e o vocabulário técnico”. (tradução nossa). DESPORTES, Pierre; DOLBEAU, François. *op. cit.* p. 604, 1986.

sido posteriormente construída, a partir de cópias tardias, e consolidadas pelas edições publicadas nos séculos XIX e primeira metade do século XX¹³⁵.

Diante dessa constatação, Morimoto sugere um método de abordagem dos Polípticos, que ele chama de dinâmico. Para um trabalho completo, que envolva essa documentação, primeiro é preciso identificar todos os extratos cronológicos do documento, seja através da análise paleográfica (quando possível), seja através da análise da ortografia, do vocabulário e dos formulários utilizados. Uma vez feito isso, é possível identificar diferentes extratos cronológicos dos domínios de um mesmo senhor. Por fim, por meio da comparação entre o Políptico e outros documentos, como cartas de doação, é possível precisar informações já conhecidas ou acrescentar ainda outras novas. Para colocar em prática aquilo que sugere, o pesquisador japonês aborda o Políptico de Prüm¹³⁶, que chegou até nós através de uma cópia do século XIII. Sem poder fazer uma análise paleográfica, o autor se baseou na análise da ortografia, das fórmulas utilizadas e das cartas de doação da abadia para identificar os diferentes extratos cronológicos do documento.

Através desses breves apontamentos podemos afirmar que não é mais possível estudar os Polípticos como uma foto estática, de um determinado momento, de uma região específica. As observações feitas, principalmente por Devroey, Morimoto, Desportes e Dolbeau mostraram que é preciso analisar os Polípticos de uma forma dinâmica, que permite um estudo aprofundado dos domínios de um senhor ao longo do tempo.

Os problemas em torno da definição de Políptico, que perdurou por muitas décadas, demonstram que não havia um consenso entre os historiadores sobre o conteúdo dos mesmos, nem sobre as suas condições de produção. As diferentes visões sobre a documentação influenciaram diretamente a pesquisa sobre o período. Se o pesquisador tinha uma visão positiva da documentação, consequentemente ele tinha uma visão positiva sobre o período e sobre o Grande Domínio. Se o pesquisador tinha uma visão negativa da documentação, consequentemente ele tinha uma visão negativa sobre o período e o Grande Domínio. Apesar dessa polarização, o estudo do Políptico esteve ligado todo esse tempo ao estudo do Grande Domínio. Em nenhum momento essa conexão foi contestada. As pesquisas feitas em torno

¹³⁵ MORIMOTO, Yoshiki. État et perspective des recherches sur les polyptyques carolingiens. *Annales de l'Est*, n° 40, p. 99-149, 1988.

¹³⁶ MORIMOTO, Yoshiki. Un aspect du domaine de l'abbaye de Prüm à la fin du IX^e siècle et pendant la première moitié du X^e siècle. Essai d'une utilisation dynamique du polyptyque. In: RÖSENER, Werner (org.). *Strukturen der Grundherrschaft im frühen Mittelalter*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1993, p. 266-284.

dos manuscritos, a partir da década de 1970, mostraram que muitas questões debatidas anteriormente decorriam de uma falta de conhecimento das condições materiais dos documentos que estavam sendo estudados. Esses estudos não apenas encerraram algumas questões antigas, como também abriram novas perspectivas para o estudo do Grande Domínio, discutido nos próximos capítulos desse trabalho.

Capítulo 2 – A construção do conceito de Grande Domínio (1844-1973)

Hoje, o conceito de Grande Domínio predomina de tal forma que não é possível estudar a história carolíngia sem ao menos citá-lo. A partir da leitura dos Polípticos, alguns autores descreveram essa organização com tamanha riqueza de detalhes que nos fazem acreditar que os gestores daquele tempo tinham um raciocínio econômico muito próximo ao nosso. Essa instituição integrava todo o reino com o objetivo de obter a melhor produtividade possível dos trabalhadores, fossem eles camponeses ou artesãos, além de otimizar a distribuição de mercadorias. Esse avanço administrativo melhorou, conseqüentemente, as condições de vida dos camponeses¹³⁷. Outros autores, utilizando os mesmos documentos, descreveram o período de forma tão negativa, que faz com que os primeiros pesquisadores pareçam loucos. Para estes, não havia nada organizado, apenas homens explorando homens, que lutavam contra a natureza pela sua sobrevivência¹³⁸. Por fim, um terceiro grupo de pesquisadores interpretou o período tendo como ponto de partida o Grande Domínio, sem o otimismo exagerado dos primeiros e sem o pessimismo dos segundos, buscando nele, no Grande Domínio, um conceito que pudesse organizar informações que, muitas vezes, parecem desconexas¹³⁹.

Apesar das grandes divergências, brevemente apontadas, os historiadores, que abordaram o assunto, têm um ponto em comum: todos possuem como referência principal as informações contidas no Políptico de Saint-Germain-des-Prés. Seja para confirmar a grandiosidade/ decadência do Império Franco ou utilizar o documento como modelo padrão do que poderia ter ocorrido em outras partes do reino, onde as fontes são escassas. Assim, este capítulo objetivou discutir como o conceito de Grande Domínio foi construído, ao longo dos séculos XIX e XX¹⁴⁰, a partir da leitura dos Polípticos, que, ao longo deste período, se tornam referência para a pesquisa.

¹³⁷ Essa visão otimista do Período Carolíngio, fortemente criticada por outros autores como Alfons Dopsch, pode ser observada na obra de Karl Theodor von Inama-Sternegg, cf.: INAMA-STERNEGG, Karl Theodor von. **Deutsche Wirtschaftsgeschichte**. Leipzig: Ducker & Humblot, 1879.

¹³⁸ Por outro lado, essa visão catastrófica pode ser observada claramente em George Duby, cf.: DUBY, Georges. **L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'occident médiéval**. Paris: Aubier, 1962; *Id.* **Guerriers et Paysans (VII^e-XII^e siècle): premier essor de l'économie européenne**. Paris: Gallimard, 1973.

¹³⁹ O exemplo mais claro dessa postura é o pesquisador belga Jean-Pierre Devroey, cf.: DEVROEY, Jean-Pierre. **Puissants et misérables. Système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VI^e-IX^e siècles)**. Bruxelas: Académie royale de Belgique, 2006.

¹⁴⁰ Os estudos desenvolvidos durante da segunda metade do século XX, assim como os estudos desenvolvidos na primeira década do século XXI foram abordados com mais detalhes no capítulo seguinte.

Os autores foram escolhidos pelo pioneirismo na abordagem do assunto ou pelo impacto de suas obras nos estudos posteriores. Começamos com Benjamin Guérard (1797-1854), primeiro pesquisador a editar um Políptico. Mais do que a edição em si, foi analisado os prolegômenos que ele publicou alguns anos depois. Essa obra influenciou toda a pesquisa desenvolvida na primeira metade do século XX¹⁴¹ sobre os francos e influencia, até hoje, os estudos sobre o período, como por exemplo: o trabalho sobre a cavalaria de Dominique Barthélemy¹⁴² e os estudos sobre o mundo franco de Jean-Pierre Devroey¹⁴³. Em seguida, foi abordado o historiador alemão Karl Theodor von Inama-Sternegg (1843-1908). Além de ser considerado, por alguns estudiosos, como o fundador da história econômica, foi ele quem elaborou o conceito de Grande Domínio (*Grundherrschaft*) e o utilizou para a compreensão da economia carolíngia pela primeira vez, tornando-se o ponto de partida para qualquer estudo sobre o assunto¹⁴⁴. Depois, discutimos, brevemente, o trabalho de Gerhard Wolfgang Seeliger, um exemplo de como o trabalho de Inama-Sternegg influenciou, não apenas a incipiente história econômica, mas outras áreas já há muito tempo consolidadas, como a história do direito. Para Gerhard Wolfgang Seeliger, o Grande Domínio se tornou o ponto de partida na tentativa de compreender como se deu a formação do Estado e das leis alemãs. Fustel de Coulanges foi escolhido, pois os seus apontamentos sobre o assunto pautaram boa parte da historiografia francesa da segunda metade do século XX, apesar de nem sempre ser citado explicitamente.

Adentrando o século XX, Alfons Dopsch, ao defender uma história estritamente científica, criticou tanto a visão geral do período, elaborada por Inama-Sternegg, quanto a utilização que este faz dos Polípticos. Para o pesquisador austríaco, não haveria uma ruptura entre o Período Merovíngio e o Período Carolíngio, mas sim um desenvolvimento contínuo desde o Baixo Império. A principal prova desta continuidade estaria na forma de organização e exploração do solo. Marc Bloch, tendo os estudos de Dopsch como uma das suas principais referências, construiu uma interpretação para toda a França pré-revolucionária, baseada na

¹⁴¹ Sem nenhuma exceção, todos os autores que foram discutidos em nosso trabalho têm Guérard como referência.

¹⁴² Grande parte das referências que Barthélemy utiliza para estudar a cavalaria durante o Período Carolíngio parece ter sido tirada dos prolegômenos de Guérard, que é diretamente citado uma vez: BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria - da Germânia antiga à França do século XII**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 120.

¹⁴³ DEVROEY, Jean-Pierre. *op. cit.* 2006.

¹⁴⁴ Toubert aborda a obra de Inama-Sternegg nos capítulos introdutórios do seu livro: TOUBERT, Pierre. **L'Europe dans sa première croissance**. Paris: Fayard, 2004, p. 32-35; Verhulst também o faz de forma indireta: VERHULST, Adriaan, **The Carolingian Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 31-33.

relação que o homem estabeleceu com a terra e a formas encontradas para explorá-las. O estudo desses três pesquisadores aprofundou o debate em torno da especificidade do Período Carolíngio e a importância do Grande Domínio no desenvolvimento histórico do ocidente europeu. Paralelamente a estes pesquisadores, Ferdinand Lot e posteriormente Charles-Edmond Perrin chamaram a atenção para os problemas contidos na edição do Políptico de Saint-Germain-des-Prés, feita por Benjamin Guérard. Além disso, os dois pesquisadores foram os primeiros a desenvolver estudos amplos sobre a demografia durante a Idade Média, a partir dos Polípticos, o que consequentemente reforçou o papel do Grande Domínio durante o período.

Por fim, os estudos de Ganshof estenderam o conceito do Grande Domínio para além dos nódulos Sena-Eifel. Ao interpretar a documentação da região dos Países Baixos, à luz dessa organização fundiária, o pesquisador belga reafirma a importância desse conceito para a compreensão, não apenas de duas regiões densamente e antigamente povoadas, mas também para regiões com uma ocupação não tão antiga e com população mais escassa. No início da segunda metade do século XX, tivemos as primeiras críticas ao próprio conceito de Grande Domínio nos trabalhos de Georges Duby, o que obrigou os pesquisadores nas décadas seguintes a uma profunda revisão dos seus conceitos e métodos.

2.1 O surgimento do domínio bipartido

Por um lado, o século XIX é visto sob uma ótica positiva, como o período em que surgiu a disciplina histórica. Instituições como a *École Nationale de Chartes* (1821), *École pratique des Hautes Études* (1868) e revistas como a *Revue Historique* foram fundadas nesse momento, assim como inúmeras outras sociedades históricas e arqueológicas provinciais. Sem mencionar a publicação de coleções documentais, como os *Monumenta Germaniae Historica*, iniciada em 1819 e a *Documents inédits relatifs à l'histoire de France*, iniciada em 1835. Por outro lado, o século XIX é visto também sob uma ótica negativa, como um período em que as únicas fontes aceitas como legítimas eram documentos escritos oficiais, a única história a ser estudada era a política, baseada na vida dos grandes líderes. Uma história chamada pejorativamente de factual e positivista. No estudo específico da Idade Média, esse foi

também o período em que diversos problemas abordados durante todo o século XX surgiram, como a organização fundiária em diferentes períodos históricos.

A preocupação com a formação, organização e origem territorial da França não era apanágio de alguns pesquisadores isolados no início do século XIX. Em 1828, a *Académie des inscriptions et belles-lettres* propôs o seguinte problema para o seu concurso:

*Tracer le tableau des changements survenus dans la géographie des Gaules, après la chute de l'empire romain, dans le but de faire connaître les noms de villes, cantons, provinces, comtés, duchés, et toutes les divisions territoriales, civiles et militaires de la monarchie française en-deçà du Rhin, sous les deux premières races de nos rois*¹⁴⁵.

O vencedor desse concurso foi um ex-professor de matemática, aluno da primeira turma da recém-criada *École royale des chartes* e funcionário da Biblioteca Real, Benjamin Guérard. Mais tarde ele se tornou professor de diplomática na mesma instituição e passou a ser membro da comissão editorial da coleção *Documents inédits relatifs à l'histoire de France*. Em 1832, o texto em resposta ao problema do concurso foi publicado sob o título *Essai sur le système des divisions territoriales de la Gaule, depuis l'âge romain jusqu'à la fin de la dynastie carolingienne*. Nessa obra, Guérard utilizou o Políptico de Saint-Germain-des-Prés, que tem o domínio de Palatiolo editado no apêndice. Como já mencionado no capítulo 1, Guérard fez a primeira edição desses documentos poucos anos depois.

Lembrando que o foco deste capítulo não é a edição do Políptico em si, mas como o autor trabalhou a questão da organização fundiária durante o Período Carolíngio nos prolegômenos publicados oito anos depois¹⁴⁶. Esses prolegômenos vão muito além do que o nome propõe, isto é, uma explicação prévia para uma melhor compreensão da obra, e ultrapassam os limites temporais do próprio subtítulo: *pour servir à l'histoire de la condition des personnes et des terres depuis les invasions des barbares jusqu'à l'institution des communes*¹⁴⁷, já que o autor utilizou uma ampla documentação do Império Romano. Essa

¹⁴⁵ “Elaborar um quadro das mudanças ocorridas na geografia da Gália, após a queda do Império Romano, com o objetivo de se conhecer os nomes das cidades, cantões, províncias, condados, ducados e todas as divisões territoriais, civis e militares da monarquia francesa deste lado do Reno, durante o governo das duas primeiras raças de nossos reis”. (tradução nossa). GUÉRARD, Benjamin. *Essai sur le système des divisions territoriales de la Gaule, depuis l'âge romain jusqu'à la fin de la dynastie carolingienne*. Paris: L'Imprimerie Royale, 1832, p. VI. Os merovíngios e os carolíngios eram chamados pelos historiadores do século XIX respectivamente de primeira raça e segunda raça (nota do autor).

¹⁴⁶ GUÉRARD, Benjamin. *Polyptyque de l'abbé Irminon ou dénombrement des manses, des serfs et des revenus de l'abbaye de Saint-Germain-des-Prés sous le règne de Charlemagne*. Paris: Imprimerie Royale, 1844.

¹⁴⁷ “para servir à história das condições das pessoas e das terras desde as invasões bárbaras até a instituição das comunas”. (tradução nossa). Este subtítulo se encontra na contracapa do livro.

obra de 945 páginas, que tem como ponto de partida um Político, constitui, na verdade, uma ampla história dos francos desde as suas origens (identificados, muitas vezes, como os primeiros franceses), o Império Romano, segundo o autor, até os séculos posteriores ao fim da dinastia carolíngia. Guérard teceu comentários sobre diversos assuntos, como: o sistema de medidas, o direito “bárbaro”, a administração e a divisão territorial. Contudo, o autor não priorizou todos os períodos igualmente. Qual a importância do Período Franco dentro da sua narração? Qual o papel de Carlos Magno? E por fim, como o autor concebe a organização fundiária carolíngia, dentro desse contexto, a partir do Político de Saint-Germain-des-Prés?

Em seus comentários sobre o Político, suas premissas em relação ao Baixo Império e a Idade Média se delineiam: As instituições romanas são modelos de perfeição, destruídas por povos bárbaros, que souberam apenas de forma imperfeita, manter a grandiosidade romana. Após pequenos comentários durante toda a obra, no final do livro, Guérard resume a sua visão sobre o período:

Après la destruction de l'empire d'Occident, le cursus publicus et les angariae dégénèrent, comme tout le reste, sous la domination des Barbares. Les institutions romaines, conçues pour un grand peuple civilisé, ne pouvaient, sans être mutilées et faussées, s'ajouter à la taille de ces petites associations grossières et sauvages, qui passaient leur vie à se faire la guerre et qui n'auraient pu s'agglomérer que pour mieux se battre et se déchirer entre elles. Substituer presque partout la famille à la place de l'état, et le privé à la place du public, telle fut, après le pillage et dévastation, la grande œuvre politique des peuples germains et le service immédiat qu'ils ont rendu à la cause sociale¹⁴⁸.

Esta visão catastrófica está presente na abordagem de um grande número de temas, como por exemplo, o sistema monetário merovíngio: “(...) rien à la fois de plus barbare, de plus désordonné, de plus obscur que le principes du système monétaire des Mérovingiens”¹⁴⁹, ou o governo de Luís, o Piedoso. Segundo Guérard, tudo o que ele fez foi acabar com a ordem que seu pai procurou construir em meio à anarquia do período:

Luis le Débonnaire, fils malheureux, mais indigne, mais coupable, de ce grand prince, renversa de fond en comble l'édifice majestueux élevé par son père, il remit

¹⁴⁸ “Após a destruição do Império do Ocidente, o *cursus publicus* e os *angariae* se degeneraram, como todo o resto, sob a dominação dos bárbaros. As instituições romanas, concebidas por um grande povo civilizado, foram, após serem mutiladas e adulteradas, incorporadas em pedaços a estas pequenas associações grosseiras e selvagens, que passavam a vida fazendo guerra e que se aglomeravam somente para melhor lutarem entre si e se despedaçarem. A família substituiu em quase todos os lugares o Estado, o privado substituiu o público. Esta foi, após a pilhagem e a devastação, a grande obra política dos povos germânicos e o serviço imediato que eles prestaram a causa social”. (tradução nossa). GUÉRARD, Benjamin. *op. cit.* 1844, p. 794

¹⁴⁹ “Nada mais bárbaro, mais desordenado, mais obscuro, que os princípios do sistema monetário dos merovíngios”. (tradução nossa). *Ibidem.* p. 112.

*la division partout, dans les hommes comme dans le territoire, et rendit, par la faiblesse et l'inconstance de son spirit, par son manque de foi et de prudence (...)*¹⁵⁰.

Após Luís, o Piedoso, o caos restaurado foi a origem do período seguinte, caracterizado como feudal. Dessa forma, Guérard analisou toda a Idade Média como o momento de destruição de todo o esplendor romano. Diante de tamanho caos, anarquia e degeneração, por que estudar tal período? Primeiramente, Guérard via nos francos a origem da monarquia francesa; logo, estudar esse período seria estudar as origens da nação e o seu desenvolvimento. Guérard não via um reino franco ou um império franco, mas a França¹⁵¹. Dessa forma, apesar do domínio franco representar, por um lado, o fim e a decadência da grandiosidade romana na Gália, por outro é o momento de nascimento da França e, por esse motivo, merecia a atenção do pesquisador.

Além deste aspecto nacional, há outros dois motivos, na visão de Guérard, que faz com que o Período Franco seja digno de estudo, uma instituição e uma pessoa. Apesar de não ser o foco do autor, a instituição eclesiástica está presente em toda a obra. Primeiramente, ela aparece como um senhor de terras, assim como está retratada no próprio Político. Contudo, ela aparece também nas sínteses históricas como fator de unidade e harmonia frente à tamanha desorganização que o autor observava. Se há algo positivo na Idade Média, a Igreja é uma delas: *“Il y eut cependant, comme on le verra, une grande amélioration sociale dans le moyen âge; mais cette amélioration fut un bienfait du christianisme, et non de Germains”*¹⁵² e *“Mais c’était surtout par l’église que les droits de l’humanité étaient le mieux reconnus et le plus respectés dans la personne des serfs”*¹⁵³.

Apesar de o Período Franco ser visto como o momento de nascimento da França e de constituição da Igreja, ele não é estudado igualmente em toda sua extensão temporal. Há um momento, para Guérard, que merece mais atenção, o momento em que os francos se aproximaram da grandiosidade romana, quando ocorre uma descontinuidade entre a

¹⁵⁰ “Luís, o Piedoso, filho sem sorte, mas também indigno, culpado deste grande príncipe [Carlos Magno], destruiu as bases do edifício majestoso construído por seu pai, ele reimplementou a divisão por tudo, tanto dos homens como do território, devido a sua fraqueza e inconstância do seu espírito, devido sua falta de fé e de prudência (...)”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 204.

¹⁵¹ Ao comentar o aumento na circulação de moedas, por exemplo, ele relata o seguinte: *“Mais lorsque l’argent, dit-il encore, fut devenu plus abondant en France, par suite des conquêtes de Charlemagne, ce prince augmenta le poids des sous d’argent (...)”*. “No momento em que a prata se tornou mais abundante na França, como consequência das conquistas de Carlos Magno, esse príncipe aumentou o peso do soldo de prata (...)”. (tradução e negrito nosso). *Ibidem*. p. 110.

¹⁵² “Contudo, como veremos, houve uma grande melhora social na Idade Média, mas essa melhora foi um feito do cristianismo e não dos germânicos”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 276.

¹⁵³ “Mas foi principalmente a Igreja que melhor respeitou e reconheceu os direitos de humanidade dos servos”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 331.

“selvageria germânica dos merovíngios” e a “anarquia feudal” dos séculos seguintes, isto é, o reinado de Carlos Magno. Na visão de Guérard, o imperador lutava contra tudo e todos para restabelecer a unidade das instituições e a glória que um dia o Ocidente vivenciou com Roma: “(...) *enfin le génie de Charlemagne, triomphant de l’esprit germanique, arrêta le règne de la décadence et commença l’ère d’une régénération sociale (...)*”¹⁵⁴. Segundo o autor, a tentativa de Carlos Magno em restabelecer a unidade dos pesos e medidas em todo o seu domínio é a prova desta busca por regeneração¹⁵⁵.

Esse processo de reunificação, liderado por Carlos Magno, que tem como referência o Império Romano, vai desde o sistema métrico, citado anteriormente, da retomada do latim, através das escolas palacianas, do direito¹⁵⁶ até à reconstrução de vias de transporte terrestre seguras (*cursus publicus*)¹⁵⁷. A relação de continuidade entre o Império Romano e o Império Franco se tornou explícita quando Guérard comenta que Carlos Magno recuperava as instituições e costumes romanos, sempre que lhe fosse possível:

*Charlemagne, il est vrai, restaure le pouvoir public et réorganise le gouvernement central, non pas, comme on l’a dit avec beaucoup d’injustice, en contrefaisant l’empereur romain, mais, au contraire, en maintenant tout ce qui pouvait être conservé des coutumes nationales, en les améliorant, en les généralisant, en les élevant au rang d’institutions politiques, en les imprégnant enfin, quand elles en étaient susceptibles, de l’esprit de la législation et de l’administration romaine*¹⁵⁸.

A continuidade deu-se até mesmo na organização geográfica do Império Franco, chamado, no trecho seguinte, de “Gália Romana”: “*Les institutions de Charlemagne, après avoir lutté deux siècles, furent emportées par l’anarchie, et la Gaule romaine se retira devant la France féodale*”¹⁵⁹. Outra prova desta regeneração é a quantidade de documentos escritos pelo monarca em comparação com o período anterior. Documento legais, sobretudo, mas também documentos preocupados com a administração das terras do império, entre eles, os

¹⁵⁴ “(...) enfim, o gênio de Carlos Magno, triunfante diante do espírito germânico, deteve o reino da decadência e começou a era de uma regeneração social (...)”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 344.

¹⁵⁵ *Ibidem*. p. 159.

¹⁵⁶ Guérard acredita que a invasão bárbara acabou com o direito romano e que as leis bárbaras, vindas de um povo corrompido, não tinham força alguma: “*Cet usage de la recommandation ne peut exister que chez un peuple barbare, dépourvu de lois fondamentales de la société, ou chez un peuple corrompu, dont les lois ont perdu leur vigueur*”. “Este uso da recomendação pode existir somente entre um povo bárbaro, desprovido de leis fundamentais da sociedade ou entre um povo corrompido, cujas leis perderam o seu vigor”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 507.

¹⁵⁷ *Ibidem*. p. 813-814.

¹⁵⁸ “Carlos Magno, é verdade, restaurou o poder público e reorganizou o governo central. Não como disseram, com muita injustiça, distorcendo os feitos do imperador romano, mas ao contrário, mantendo tudo o que podia ser conservado dos costumes nacionais, melhorando-os, generalizando-os, transformando-os em instituições políticas, enfim, impregnando-os, quando era suscetível, do espírito da legislação e administração romana”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 794.

¹⁵⁹ “As instituições de Carlos Magno, após terem lutado por dois séculos, foram arrebatadas pela anarquia e a Gália romana se retirou diante da França feudal”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 206.

Polípticos. Assim, para Guérard, apesar de representar o período da destruição do Império Romano, a Idade Média deve ser estudada, pois foi o período em que houve: a formação do Reino Franco, início da história nacional francesa; o surgimento da Igreja, responsável pela melhora das condições de vida das pessoas; e, por fim, a restauração do império, sob o comando de Carlos Magno.

É a partir dessas premissas que o autor aborda a organização fundiária no Período Carolíngio. Como o próprio título da obra aponta, o foco principal do autor, apesar da extensão da obra, é a descrição dos *mansi*, dos servos e dos rendimentos da abadia de Saint-Germain-des-Prés. No parágrafo 240, intitulado *Composition de la propriété*, e nos seguintes, ele desenvolve um tema que já havia começado a trabalhar no livro publicado em 1832: a maneira pela qual as terras controladas pelos senhores eram divididas. Nessa obra, ao analisar o domínio de Palatiolo, Guérard observa que essas terras eram organizadas de forma bipartida:

*Le fisc de Palaiseau se composait de deux parties bien distinctes, savoir, d'une partie dominante, ou, si l'on veut, seigneuriale, et d'une partie dépendante et tenancière. La première, que portait le nom de fiscus dominicus, et que nous appellerons en français domaine, était exploitée par le propriétaire lui-même, c'est-à-dire par l'abbaye de Saint-Germain; la seconde, qui peut être appelée le fisc censuel, était tenue et cultivée par des personnes d'une condition plus ou moins libre, à la charge d'un cens et de certains services au profit de la première, à laquelle était réservé le droit de propriété sur le tout*¹⁶⁰.

Nos prolegômenos, ele vai além e estende a sua análise para todo o reino:

Toute propriété foncière d'une certaine étendue se composait ordinairement de deux parties biens distinctes: l'une occupée par le maître constituait proprement le domaine; l'autre, distribuée entre les personnes plus ou moins dépendantes, formait ce que l'on appelle tenures (...) Le titre de tenures dépendait beaucoup, surtout à l'origine de la condition de l'usufruitier ou, comme nous l'appellerons désormais, tenancier (...) Les tenures régulières consistaient chacune dans un manse. Tous les manses de même nature, appartenant au même fisc supportaient assez généralement les mêmes cens et les mêmes services, c'est-à-dire les mêmes redevances (...) Les redevances dont nous aurons à nous occuper sont purement privées et toutes sont payées à l'abbaye (...) comme au propriétaire ou au seigneur du sol et des hommes qui l'habitent. Aucune d'elles ne constitue ce qu'on appelle un impôt, c'est-à-dire un redevance payée au souverain ou au gouvernement (...) Le système financier fondé par les Romains avait été promptement détruit par les barbares sortis de la

¹⁶⁰ “O fisco de Palaiseau se compunha de duas partes bem distintas, a saber, uma parte dominante, ou, se quisermos, senhorial, e uma parte dependente, dos terratenentes. A primeira, que possuía o nome de ‘fiscus dominicus’, que chamamos em francês de domínio, era explorada pelo próprio proprietário, isto é, o abade de Saint-Germain. A segunda, que pode ser chamada de fisco censual, era controlada e cultivada por pessoas de uma condição mais ou menos livre, em troca de um censo e de certos serviços em proveito da primeira, a qual era reservado o direito de propriedade sobre o todo”. (tradução nossa). GUÉRARD, Benjamin. **Essai sur les divisions territoriales de la Gaule sous les rois des Francs**. Paris: Imprimerie Royale, 1832, p. 167-168.

*Germanie et (...) ceux-ci avaient réduit totalement la chose publique en chose privée peu de siècles après leur conquête*¹⁶¹.

Guérard chama as terras controladas pelo senhor de *beneficium*, pois ele acredita que todas as terras, em algum momento, estavam sob o controle do rei, que as cedeu em troca de apoio; outras vezes, as chama de *fiscus*. Ao longo da obra, Guérard muda a forma como ele chama os camponeses, substitui *usufruitier* por *tenancier*. O autor explica que tal mudança se justifica, pois o termo *usufruitier* presume que a pessoa não possui a posse da terra, mas um direito de uso, o usufruto. Segundo Guérard, os terratenentes, ao longo do século IX e principalmente no período posterior, usurparam as terras do mosteiro e passaram a considerá-las como sua propriedade¹⁶². Dentro dessa interpretação, o termo usufrutuário perdeu o sentido e terratenente ganhou força. Por fim, o autor não apenas aponta os termos latinos para cada uma das partes, mas também dá nomes franceses: o senhor controla um domínio, já os terratenentes controlam tenências. Nas décadas posteriores, o termo “domínio” passou a designar, não apenas as terras dos senhores, chamadas de “reserva senhorial”, mas ambas as partes. Já “terratenente” e “tenência” são utilizados até hoje nos estudos sobre o assunto¹⁶³.

Essas tenências são divididas em dois tipos pelo autor: as perfeitas ou regulares e as imperfeitas ou irregulares. As regulares eram constituídas de um *mansus* e as irregulares de um *hospices* ou uma quantidade de terra variável. Em sua grande maioria elas eram classificadas em *ingenuile* ou *serviles*. Neste documento, praticamente todos os terratenentes são *homines sancti germani*, isto é, na visão de Guérard, os terratenentes estavam sob a proteção da abadia e eram dependentes dela. Cada camponês que utilizava a terra estava submetido a obrigações diversas: pagamentos em espécie ou *in natura*, trabalhos nos campos do senhor, serviços de transporte e de mensagens, conserto e manutenção de construções e cercas, além dos trabalhos específicos feitos pelos prefeitos, decanos e as pessoas

¹⁶¹ “Toda a propriedade fundiária de uma certa extensão se compunha ordinariamente de duas partes bem distintas: uma ocupada por um senhor que constituía propriamente o domínio; a outra, distribuída entre as pessoas mais ou menos dependentes, formavam o que chamamos de tenências (...). O título das tenências dependia muito, principalmente da origem da condição do usufrutuário ou, como chamaremos daqui em diante, terratenente (...). As tenências regulares eram constituídas de um *mansus*. Todos os *mansus* de mesma natureza, pertencentes a uma mesmo fisco, pagavam geralmente os mesmos censos e os mesmos serviços, isto é, as mesmas taxas (...). As taxas que nos ocuparemos são puramente privadas e todas são pagas à abadia (...) assim como ao proprietário ou ao senhor do solo e dos homens que a habitam. Nenhum desses pagamentos são o chamamos de imposto, isto é, uma cobrança paga ao soberano ou a um governo (...). O sistema financeiro fundado por Roma havia sido completamente destruído pelos bárbaros saídos da Germânia e (...) esses haviam reduzido totalmente a coisa pública em coisa privada poucos séculos depois de sua conquista”. (tradução nossa). GUÉRARD, Benjamin. *op. cit.* 1844, p. 481, p. 498-499, p. 657-658.

¹⁶² *Ibidem.* p. 502.

¹⁶³ Na historiografia alemã, não existe um termo que traduza “terratenente” e “tenência”, sempre que um autor quer fazer referência à pessoa ou a terra ligada a um senhor, ele utiliza um termo específico, como *servus*, *lidus*, *colonus* ou *mansus*, *hospitia*, *precária*, etc.

responsáveis pela floresta, pelos porcos e pelos moinhos. Além dessa descrição pormenorizada da divisão das terras, Guérard aponta outros problemas que ele deixa sem resposta, como por exemplo: Devemos ler os Polípticos como retrato de um momento específico ou como o retrato de um processo temporalmente mais amplo? A postura dos pesquisadores diante dessa questão marca de forma incisiva a visão deles sobre a economia carolíngia¹⁶⁴.

Concluindo, para Guérard, estudar os francos é estudar a origem da nação francesa, que tem Carlos Magno como o grande nome do período, agente da unificação territorial e da revitalização das instituições, responsável pela elaboração dos Polípticos, documento que permite o estudo da vida dos primeiros franceses e a observação da organização bipartida das terras, que trouxe muitas melhorias para a população. Vale a pena ressaltar também que o livro *Polyptyque de l'abbé Irminon ou dénombrement des manses, serfs et de revenus de l'abbaye de Saint-Germain-des-Près sous le règne de Charlemagne* deve ser considerado como uma obra fundadora. Pela primeira vez um autor procurou entender a organização da sociedade franca a partir dos Polípticos. A importância desta obra não se deve apenas ao seu pioneirismo, mas também pela amplitude de fontes utilizadas, a profundidade com que elas foram abordadas e pela criação de termos, como “tenência” e “terratenente”, que são utilizados até hoje nos trabalhos sobre o Grande Domínio.

2.2 A conceitualização do *Grundherrschaft*

A publicação do Políptico de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Remi de Reims, assim como os estudos de Benjamin Guérard chamaram a atenção dos estudiosos para um tipo de fonte até então pouco estudado entre os historiadores, que pesquisavam, quase que exclusivamente, documentos legais. No final do século XIX, a nascente história econômica se apropriou dessas fontes e as utilizou amplamente, transformando-as na base de seus estudos. Dentro deste quadro, o pesquisador austríaco Karl Theodor von Inama-Sternegg se destacou como um dos pioneiros nesta área de pesquisa¹⁶⁵. Alfons Dopsch chegou a afirmar que o

¹⁶⁴ Como exemplo, podemos citar Georges Duby, que considera os Polípticos como o retrato de um momento exato, o que o leva, em grande parte, a desconsiderar tais fontes para o estudo do período. (ver adiante).

¹⁶⁵ TOUBERT, Pierre. *op. cit.* 2004, p. 32.

pesquisador alemão foi o primeiro a escrever uma história econômica científica.¹⁶⁶ O próprio Inama-Sternegg se coloca como um desbravador, como alguém que tentava fazer algo nunca feito antes.¹⁶⁷ É importante ressaltar que a história econômica, como campo de pesquisa, ainda era muito incipiente na década de 1870. A primeira revista dedicada ao assunto, *Vierteljahrschrift für Sozial – und Wirtschaftsgeschichte*, foi fundada por Gustav Schmoller apenas em 1903 e a consolidação desta área se deu na primeira metade do século XX. Ainda em 1927, Marc Bloch lamentava a má qualidade dos estudos de história econômica e a inexistência de uma cadeira para a matéria nas universidades francesas:

*A dire vrai, tant que les études d'histoire économique demeureront chez nous (au moins dans la plupart des Universités) sans enseignement régulier, tant qu'elles n'auront pas à leur disposition un périodique capable de grouper et de diriger les travailleurs, tant, en un mot, qu'elles resteront dépourvues de toute organisation, les meilleurs monographies, dans ce genre de recherches, conserveront fatalement quelque chose d'incomplet, et, dans la méthode, d'incertain*¹⁶⁸.

Na introdução do livro *Deutsche Wirtschaftsgeschichte*, obra síntese na qual Inama-Sternegg pretendeu abordar o desenvolvimento econômico alemão durante a Idade Média, ele escreve uma manifesto em defesa da história econômica. Primeiramente, o pesquisador acusa seus antecessores de não terem escrito sobre a história econômica, de serem meros colecionadores de curiosidades antigas, sem método e objetivo.¹⁶⁹ Para ele, a pesquisa em história econômica deveria ser feita assim como se fazia a pesquisa da história do direito, ou seja, a economia não deveria ser apenas um objeto familiar ao historiador, mas sua escrita deveria ser legitimada através de um método de pesquisa, assim como fizeram os primeiros economistas:

*Wie die Rechtsgeschichte von Juristen (...) so muss die Geschichte der Volkswirtschaft von Nationalökonom in Angriff genommen werden. Und es ist am Ende nicht bloss die Vertrautheit mit dem Objekte, das hier historisch untersucht werden soll, wodurch der Nationalökonom eine Legitimation zur Geschichtschreibung erhält; auch in Bezug auf die Methode der Forschung hat der Nationalökonom einiges voraus (...)*¹⁷⁰

¹⁶⁶ DOPSCH, Alfons. **The economic and social foundations of European civilization**. Londres: Stephen Austin and Sons, 1937, p. 24-25.

¹⁶⁷ INAMA-STERNEGG, Karl Theodor von. *op. cit.* 1879, p. V.

¹⁶⁸ “Para dizer a verdade, enquanto os estudos de história econômica permanecerem (pelo menos na maioria das universidades francesas) sem ensino regular, não teremos à disposição um periódico capaz de agrupar e de dirigir os trabalhos, em uma palavra, permaneceremos desprovidos de uma organização, as melhores monografias, neste gênero de pesquisa, conservarão fatalmente qualquer coisa de incompleto e em relação ao método, incerto” (tradução nossa). BLOCH, Marc. Quelques études récentes sur l’histoire économique et sociale de l’ancienne France. **Revue Historique**, 1927, p. 99.

¹⁶⁹ INAMA-STERNEGG, Karl Theodor von. *op. cit.* 1879, p. VI.

¹⁷⁰ “Assim como a história do direito dos juristas, a história nacional econômica do povo precisa começar a ser estudada. A pesquisa histórica não deve apenas ter familiaridade com este objeto, que será analisado

O seu livro é dividido, cronologicamente, em duas partes: a primeira cobre desde as migrações dos povos germânicos até Carlos Magno e a segunda aborda o Período Carolíngio. Ambas as partes possuem uma mesma estrutura: discutem, inicialmente, o assentamento em diferentes regiões da Europa, depois descrevem características sociais destes assentamentos, para, finalmente, discutirem a produção e o transporte de mercadorias. Devido a essa divisão cronológica, abordamos a segunda parte com o objetivo de compreender como o pesquisador alemão define o conceito de Grande Domínio e qual o papel que o autor confere a tal organização no desenvolvimento econômico durante a Alta Idade Média.

O conceito de Grande Domínio perpassa toda a exposição do autor sobre a economia carolíngia. Contudo, tal concepção não foi formulada por Inama-Sternegg, mas sim por Karl Dietrich Hüllmann, que publicou, em 1806, um estudo sobre a origem das classes na Alemanha. No capítulo II, parte 1, intitulado *Als Grundherrschaften*¹⁷¹, Hüllmann descreve o Grande Domínio como uma associação de pequenos senhores de pequenos reinos isolados, que teriam existido no início da Alta Idade Média, no qual um deles se destacava e assumia a liderança militar e jurídica. Com o tempo, este passava também a assumir o controle de todas as terras e os demais tornavam-se servos. Apesar da criação do conceito ter sido no início do século XIX, ele passa a ser amplamente utilizado pelos especialistas apenas após a publicação de *Deutsche Wirtschaftsgeschichte*. Esse livro foi um grande sucesso entre os especialistas, se tornando citação obrigatória em todos os trabalhos sobre o assunto. O livro foi utilizado como principal referência na elaboração de manuais de história do direito e da economia no final do século XIX e no início do século XX, o que deu força para as teorias de Inama durante um longo tempo, ajudando a disseminar o conceito de Grande Domínio.¹⁷² Segundo Pierre Toubert, isso ocorreu porque a obra supria uma necessidade da nascente história econômica alemã, isto é, a inserção de modelos econômicos em uma visão geral do desenvolvimento histórico.¹⁷³ Apesar de utilizar o conceito formulado por Hüllmann, Inama-Sternegg define este termo de forma diferente.

Primeiramente, enquanto Hüllmann descreve o início da Alta Idade Média como momento estruturante do Grande Domínio, Inama-Sternegg descarta essa hipótese e aponta o

historicamente, mas deve defender a legitimação da escrita de uma história econômica nacional, assim como um método de pesquisa para tal empreendimento” *Ibidem*. p. X. (tradução nossa).

¹⁷¹ HÜLLMANN, Karl Dietrich. **Geschichte des Ursprungs der Stände in Deutschland**. Frankfurt an der Ober: Akademischen Buchhandlung, 1806, p. 89-157.

¹⁷² DOPSCH, Alfons. **Die Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit**. Weimar: Hermann Böhlau Nachfolger, 1921, p. 9.

¹⁷³ TOUBERT, Pierre. *op.cit.* 2004, p.33.

Período Carolíngio como o momento de surgimento dessa estrutura. Segundo Inama-Sternegg, durante o Período Merovíngio, o Grande Domínio não era uma organização predominante. Havia muitas terras em poder dos condes, grandes florestas, propriedades desertas, pequenos proprietários espalhados por um território fragmentado, organizado em Marcas¹⁷⁴, Gaus¹⁷⁵, Centenas¹⁷⁶ e mosteiros que não possuíam extensos lotes de terra. A grande mudança teria ocorrido durante o Período Carolíngio, tendo como agentes principais os reis desta dinastia, que, inicialmente, buscavam aumentar o seu poder ao defender os seus direitos sobre as terras não ocupadas, como florestas e terras desabitadas. Com o tempo, os reis carolíngios ampliaram o seu controle sobre diversas regiões, como a Setimânia, a Panônia e a Caríntia, incluindo antigas Centenas e Gaus, aumentando assim o fisco real. Em outras regiões, como a Alamânia, a Turíngia, a Saxônia e principalmente a Baviera, o rei confiscava terras contais. Dessa maneira, dentro de dois movimentos concomitantes, o rei aumentava as suas terras por ter mais poder e obtinha mais poder por ampliar as suas terras. Posses fundiárias, que antes estavam fragmentadas e isoladas, sob o controle de muitos, foram concentradas nas mãos de poucos.

Essas terras, segundo o autor, eram divididas em duas partes: uma controlada diretamente pelo senhor e a outra cedida aos camponeses, que poderia ser um benefício, um precário ou um *mansus*. Dependendo de seu status pessoal e de sua função dentro do Grande Domínio, cada um deveria pagar taxas para o senhor, o que poderia ser feito *in natura* (grãos, cera, farinha, vinho, animais etc.), em trabalhos (cultivo do campo, colheita, serviços de transporte de mercadoria, manutenção de construções, cuidado com o gado etc.) ou em moedas. Para Inama-Sternegg, apesar da existência de benefícios e precários, o *mansus* era a principal unidade do Grande Domínio. Tal estrutura já existia anteriormente, mas se tornou predominante apenas no Período Carolíngio. Antes, uma simples unidade de produção familiar isolada passava a ser uma unidade econômica ao ser integrada ao Grande Domínio. Segundo Inama-Sternegg, ao ceder a terra em troca de um pagamento fixo, seja em dias de trabalho ou *in natura*, o senhor incentivava a produção de seu domínio, já que o que fosse produzido além do exigido ficava com o terratenente. Além disso, muitas terras incultas foram colonizadas e cedidas em forma de *mansus*, o que levou a um aumento geral da produção

¹⁷⁴ Na historiografia alemã do século XIX, Marca era uma terra comumente usada por diversos pequenos proprietários. A união destes pequenos grupos formava uma Associação de Marcas (*Markgenossenschaft*). Tal teoria perdurou até o final deste século, quando começou a ser fortemente questionada e completamente abandonada no século XX.

¹⁷⁵ Divisão territorial durante a Alta Idade Média entre os francos.

¹⁷⁶ Divisão territorial utilizada entre os francos.

agrícola. Assim, o Grande Domínio seria um conjunto de terras, dividido em dois: terras do senhor e terras dos terratenentes. Estes últimos, em troca das terras concedidas, pagavam através de moedas, alimentos ou trabalho.

A descrição feita por Inama-Sternegg liga ao conceito de Grande Domínio, de forma definitiva, a descrição bipartida das terras, feita pela primeira vez por Benjamin Guérard. A semelhança do ponto de vista dos dois autores não é mera coincidência. O pesquisador alemão cita inúmeras vezes os prolegômenos de Guérard, que é utilizado como um exemplo do que ocorria em outras regiões, que não Eifel.

Inama-Sternegg não se limitava à descrição do que ele observava na documentação, ele tentava compreender os impactos da formação do Grande Domínio na economia do período. Segundo o autor, a concentração de terras empreendida pelo rei exigia que ele organizasse uma administração central eficiente. Diante da impossibilidade de administrar regiões tão distantes, o rei concedia terras como benefício e, algumas vezes, concedia também imunidades. Essa atitude aumentava o poder do rei, que recebia em troca o apoio dos beneficiários e ampliava a eficiência da exploração de regiões longínquas. Os mosteiros também ampliaram as suas posses em direção a terras não ocupadas, a terras controladas por pequenos agricultores e a Marcas, além de receberem um grande número de doações. O bispo deixava de ser o único religioso a deter poder. Os mosteiros tinham se transformado em grandes senhores, sob a direção de um abade religioso ou secular, que administrava suas terras com intuito de sempre ampliá-las e obter uma produção eficiente. Dessa forma, havia três tipos de Grande Domínio: real, laico e religioso.

Esta nova forma de organização das terras trouxe um grande avanço para a economia alemã, tornando-a muito superior. Isso porque a economia deixou de ser administrada ao acaso e de forma isolada e passou a ter uma produção de melhor qualidade, além de meios eficientes de transporte, dando condições materiais para uma população crescente.¹⁷⁷ Essa superioridade foi alcançada graças à organização e à especialização do trabalho, que fez com que o Grande Domínio se tornasse uma organização dominante em pouco tempo.¹⁷⁸ Inama-Sternegg observou que o trabalho extremamente especializado¹⁷⁹ é uma prova do grande desenvolvimento econômico do período. E o autor vai além quando afirma que antes dos carolíngios não havia uma economia nacional e que os reis dessa dinastia foram os únicos a

¹⁷⁷ *Ibidem.* p. 341.

¹⁷⁸ *Ibidem.* p. 381.

¹⁷⁹ *Ibidem.* p. 422.

criar uma organização capaz de produzir de uma forma que satisfizesse as necessidades da nação.¹⁸⁰ Com a concentração de terras, o senhor não empreendia apenas uma organização da produção agrícola, mas sim a aplicação total dos princípios básicos da economia.¹⁸¹ Terras incultas, florestas e pequenas propriedades eram organizadas em um todo coerente, o Grande Domínio, e submetidas a um pensamento organizador.

Nesse período, o pequeno agricultor, que dependia das terras da Marca, submeteu-se ao grande senhor. A grande concentração de terras, nas mãos de poucas pessoas, modificou completamente as relações sociais. Grande parte da população, antes livre, se tornou dependente. Apesar da perda da liberdade, o autor afirma que, ao passar a fazer parte do Grande Domínio, os camponeses passaram a ter uma vida muito mais segura e satisfatória do que antes, quando viviam em estabelecimentos isolados, já que contavam com a proteção de um senhor, assim como uma administração centralizada, que permitia uma intensificação da exploração agrícola e um consequente aumento de produção.¹⁸² Assim, o Grande Domínio, para Inama-Sternegg, não só marcou de forma decisiva a economia do período, mas toda a sociedade.

Contudo, a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, a divisão das mesmas em *mansi* e a exploração de regiões antes desertas não garantiam que cada parte funcionasse de maneira adequada.¹⁸³ Para Inama-Sternegg, tal processo não ocorreu espontaneamente, como pensava Hüllmann, através da liderança de alguns senhores espalhados aleatoriamente e isoladamente em todo o território, mas foram comandados pelos reis carolíngios que deram coerência ao conjunto, principalmente Carlos Magno que, através da promulgação de capitulários,¹⁸⁴ influenciou não só a formação de Grandes Domínios reais, mas também influenciou na constituição dos Grandes Domínios nobiliárquicos e religiosos, que eram supervisionados por funcionários reais, como o senescal. Dentro de cada domínio, um encarregado, o *maior*, supervisionava os trabalhos com a ajuda de um *decanus*¹⁸⁵. A política econômica de Carlos Magno colocava um fim a decadência do poder real, que ocorreu durante o Período Merovíngio e, consequentemente, recuperava os bens reais. O senhor

¹⁸⁰ *Ibidem.* p. 346-347.

¹⁸¹ *Ibidem.* p. 314.

¹⁸² *Ibidem.* p. 349.

¹⁸³ *Ibidem.* p. 321.

¹⁸⁴ O Capitulário *de Villis* é o principal deles, mas Inama-Sternegg cita também o Capitulário *de disciplina Palatii Aquensis* de 809, o Capitulário *Aquisgranensis* de 813, além do *Breviarium rerum fiscalium* e as *Hincmari Remensis epistola de ordine palatii*.

¹⁸⁵ *Ibidem.* p. 361.

apareceu na explicação de Inama-Sternegg como um agente econômico consciente de seus atos, que atuava dentro dos Grandes Domínios, organização que dava coerência econômica ao território, melhorava a vida da população e impulsionava a economia nacional. Assim, o Grande Domínio não teria surgido a partir de um conjunto de pequenos proprietários, mas da ação decisiva dos monarcas carolíngios, que concentravam e organizavam um vasto conjunto de bens fundiários, intensificando a produção e desenvolvendo a economia.

Os estudos de Inama-Sternegg sobre o Grande Domínio não só impulsionaram o surgimento de uma nova área de pesquisa, a história econômica, como também influenciaram uma área tradicional e fortemente estabelecida. Os historiadores do direito alemão começaram a pesquisar a relação entre o surgimento do Grande Domínio e a formação das leis, como aparece no trabalho de um aluno da Universidade de Viena, Gerhard Wolfgang Seeliger¹⁸⁶. Dentro de um pensamento evolucionista, Seeliger compreende que a formação do direito alemão se deu por etapas sucessivas, constituídas por movimentos pendulares. Em alguns momentos, a base de poder do senhor é preponderantemente a terra; em outros, o poder é baseado preponderantemente em direitos ou há um equilíbrio entre os dois polos. Segundo o autor, a Idade Média é um período crucial, pois seria o momento de constituição do Estado alemão¹⁸⁷. No início, o poder do senhor tinha como base a propriedade da terra, o que ele chama de *Grundeigentum*. Em um segundo momento, esse poder se expande pelo território controlado e o senhor passa a ter influência sobre a economia dos domínios, assim como sobre a política (*Grundherrschaft*). O senhor é o responsável pelas leis que regem a sua relação com os camponeses, que dependem dele (*Leibherrschaft*). Em torno do século X, a junção do poder legal do senhor ao poder territorial leva para uma etapa seguinte, que Seeliger chama de *Bannherrschaft*, onde o senhor possui o poder total. Com o tempo, esse poder se expande territorialmente para uma última etapa chamada de *Banngrundherrschaft*. É dentro desse esquema que o autor se propõe a estudar o Grande Domínio (*Grundherrschaft*).

Nessa obra, o autor faz uma composição entre as abordagens tradicionais do direito alemão, fundada no final do século XVIII por Justus Möser, e as novas abordagens propostas por Inama-Sternegg. Para ele, o surgimento do *Grundeigentum* colocou fim à liberdade inicial

¹⁸⁶ SEELIGER, Gerhard Wolfgang. *Staat und Grundherrschaft in der älteren deutschen Geschichte*. Leipzig: Edlmanni, 1909.

¹⁸⁷ Seeliger não defende que o Estado alemão do início do século XX era o mesmo que entre os séculos V ao XV. Para ele, a Idade Média foi o momento em que se iniciou um processo que culminou no Estado alemão do século XX.

que cada membro da sociedade germânica possuía¹⁸⁸. A formação do Grande Domínio apenas acentuou essa tendência. Os habitantes das terras organizadas dessa maneira não eram mais livres, não possuíam mais os mesmos direitos e todos, alguns mais do que outros, estavam submetidos ao poder do senhor. A caracterização do Grande Domínio como bipartido, formado por terras senhoriais e tenências, não se diferencia em nada do que já havia sido escrito por Guérard e Inama-Sternegg. Seeliger faz questão de acentuar que os habitantes do Grande Domínio não estavam ligados apenas por laços econômicos, mas também políticos. Assim como o Estado, nas palavras do autor, o poder de um senhor era desconhecido até então pelos germânicos. Foi dentro do Grande Domínio que ele caracterizava também como uma organização militar autossuficiente, que o direito civil e o direito penal começaram a se desenvolver dentro dos tribunais senhoriais.

Entretanto, para Seeliger, não é possível compreender o Grande Domínio dentro de uma dinâmica estritamente privada, como acentua Guérard, sob o julgo dos senhores, pois os reis tiveram grande influência na formação desse “organismo”. Em um primeiro momento, os reis distribuíram imunidades aos senhores em troca de apoio, isto é, os funcionários reais não poderiam adentrar as suas terras. Depois, pessoas livres passaram, voluntariamente, a doar terras para os senhores que possuíam essas imunidades. Ao fazer parte da área de influência de um senhor, o camponês estava livre de agentes reais, que não poderiam mais cobrar impostos e nem exigir que a lei real fosse aplicada. Nesse movimento, o senhor se fortalecia e o rei se enfraquecia, estando incapaz de barrar a privatização do poder, mesmo durante o Período Carolíngio. Tendo inúmeras pessoas submetidas ao seu poder, o senhor, com o passar do tempo, se sentia cada vez mais no direito de se apropriar do trabalho dessas pessoas, por meio da cobrança de taxas.

Apesar de Seeliger partir dos estudos de Inama-Sternegg, que é constantemente citado, e defender que a história da Alemanha é constituída por etapas que se sucedem, assim como o pesquisador alemão faz, as abordagens dos dois autores são distintas, tanto no conteúdo quanto no método e nas repercussões posteriores. Inama-Sternegg defende que os reis carolíngios lideraram uma política de concentração de terras, que foram organizadas sistematicamente, com o intuito de obter o melhor rendimento possível, tanto da produção agrária, quanto do trabalho dos camponeses e artesãos. O Grande Domínio teria sido dominante em todo o Império e estruturante durante todo o Período Carolíngio, criando, pela

¹⁸⁸ SEELIGER, Gerhard Wolfgang. *op. cit.* 1909, p. 4.

primeira vez, uma unidade econômica nacional alemã, influenciando, não apenas a economia, mas também as relações sociais e a constituição política do reino em seus mínimos detalhes. Já para Seeliger, a constituição do Grande Domínio foi um movimento essencialmente privado, influenciado por algumas medidas reais, como a concessão de imunidades. Os carolíngios, apesar de tentarem reverter essa situação, não foram bem sucedidos, segundo o pesquisador polonês.

Ao longo do século XX, os binômios que constituíam as bases do trabalho de Seeliger foram sendo desconstruídos (sociedade igualitária versus Estado, privado versus público); outras abordagens foram abandonadas, como a tentativa de ligar diretamente os Estados nacionais modernos às monarquias medievais. Por outro lado, apesar de ter sido criticado, principalmente no que se refere ao peso dos monarcas carolíngios nos eventos do período e à importância do Grande Domínio, os estudos de Inama-Sternegg não só foram utilizados para a elaboração de manuais de história, utilizados nas universidades europeias, como já mencionado, como continuam sendo referência para a pesquisa do tema, como podemos observar nas listas bibliográficas de dois manuais: um publicado em 2004¹⁸⁹ e o outro em 2006¹⁹⁰. Por fim, enquanto Inama-Sternegg procurava, a todo momento, balizar as suas teses em provas documentais, Seeliger raramente o fazia e construía uma narração sem documentos, apenas a partir de outros autores.

2.3 Os continuístas

A ideia de ruptura entre o Período Romano, Merovíngio e Carolíngio, defendida por Benjamin Guérard e Inama-Sternegg é amplamente refutada por autores como Fustel de Coulanges, Alfons Dopsch e Marc Bloch. Para esses autores, não é possível observar rupturas entre esses três períodos, refutando todas as teorias que defendem que a entrada dos bárbaros no Império Romano provocou um estado de caos e desordem. Algumas modificações teriam ocorrido, mas sem alterações radicais. A principal prova para esse postulado é exatamente o Grande Domínio, que para esses três autores não teria surgido durante o Período Carolíngio, mas sim durante o fim do Império Romano, atravessado o Período Merovíngio até chegar no

¹⁸⁹ TOUBERT, Pierre. *op. cit.* 2004.

¹⁹⁰ DEVROEY, Jean-Pierre. *op. cit.* 2006.

Período Carolíngio, momento em que tal organização seria melhor observável por meio dos Polípticos, como o de Saint-Germain-des-Prés e o de Prüm. Assim, nosso objetivo foi compreender como esses autores entendem o Grande Domínio e como o utilizam na defesa da continuidade entre o Baixo Império e a Alta Idade Média.

Fustel de Coulanges é um admirador do trabalho de Benjamin Guérard, que ele chama de *maître*¹⁹¹, “*l’un des vrais érudits de l’Europe en notre siècle*”¹⁹², e o tem como ponto de partida para a sua pesquisa sobre a organização fundiária do ocidente europeu que também é descrita como bipartida:

*Ces faits expliquent, si nous ne nous trompons, l’essence du colonat. Le colonat correspond toujours à; une division du domaine en deux parts, qui toutes les deux appartiennent également au propriétaire, mais dont l’une est concédée à des tenanciers*¹⁹³.

No livro *Recherches sur quelques problèmes d’histoire*, Fustel interpreta todo o período sob o signo do colonato. Segundo o autor, a origem desse costume é difícil de datar, apontando que, durante o Império Romano, escravidão e colonato conviveram lado a lado, sem interferência do Estado. No século IV, esse costume, de origem privada, nas palavras do autor, passava a ser regulamentado por leis imperiais. A partir daí, a escravidão foi perdendo a importância e o colonato se tornando cada vez mais preponderante. O termo “colonato” possui um sentido dubio na obra de Coulanges: é utilizado tanto para se referir ao costume que fixa o camponês a terra, quanto à divisão das terras em dois, uma reservada para o senhor e outra cedida aos camponeses. Segundo ele:

*Cette division du domaine en deux parts, l’une supérieure, l’autre inférieure, et la première cultivée par la seconde, est peut-être le fait capital de l’histoire de cette période de l’humanité; il est certainement un des usages sociaux qui ont eu l’influence la plus puissante et la plus longue sur les destinées des hommes et des peuples*¹⁹⁴.

¹⁹¹ “mestre”. (tradução nossa). FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. De l’analyse de texte historique. *Revue des questions historiques*, p. 34, 1887.

¹⁹² “um dos verdadeiros eruditos da Europa em nosso século”. (tradução nossa). FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *Recherches sur quelques problèmes d’histoire*. Paris: Librairie Hachette, 1913 (1885), p. 168.

¹⁹³ “Esses fatos explicam, se não nos enganamos, a essência do colonato. O colonato corresponde sempre a uma divisão do domínio em duas partes, que pertencem igualmente ao proprietário, mas uma é concedida ao terratenente”. (tradução nossa). FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *op.cit.* 1913 (1885), p. 183. É importante ressaltar que nessa obra, Fustel de Coulanges analisa toda a organização fundiária na Idade Média sob a luz do colonato, abordagem que ele abandona depois. Em suas obras posteriores, o autor utiliza, na maior parte das vezes, o conceito de Grande Domínio para a Alta Idade Média.

¹⁹⁴ “Essa divisão do domínio em duas partes, uma superior, a outra inferior; a primeira cultivada pela segunda, é talvez o fato capital da história deste período da humanidade. É certamente um dos usos sociais que teve a influência mais poderosa e mais longa sobre os destinos dos homens e dos povos”. (tradução nossa). *Ibidem*, p. 185.

Apesar da homenagem prestada por Coulanges à Guérard, a divergência entre os dois pesquisadores é grande. Para aquele, o colonato, que surge durante os últimos séculos do Império Romano, momento em que a grande propriedade ganha força em detrimento da pequena, se mantém intacto durante o Período Merovíngio e Carolíngio. Isso ocorre, segundo ele, pois a Igreja não tinha interesse algum em modificar um costume que a beneficiava, já que ela recebia um grande número de doações de terras, incluindo os colonos. Por sua vez, os reis francos não teriam motivos para modificar essa instituição, uma vez que esse já era um costume existente entre os germânicos. Dessa maneira, essa estrutura bipartida permaneceu intacta ao longo dos séculos:

*Or cet organisme, qui est si bien décrit dans les polyptyques du neuvième siècle, ne date pas de cette époque (...) Les temps s'écoulèrent, mais chaque domaine, une fois découpé de cette façon, resta immuable. Le partage de la villa en deux et l'existence des colons sont deux faits que nous pouvons suivre parallèlement de génération en génération. Les propriétaires francs qui succédèrent souvent aux propriétaires romains, les propriétaires ecclésiastiques qui remplacèrent souvent les laïques, ne changèrent rien à la constitution intérieure des domaines*¹⁹⁵.

*La première chose qui nous a frappé dans cette étude, c'est la continuité des faits et des usages. Telle domaine était au quatrième siècle, tel il est encore au neuvième. Il a la même étendue, les mêmes limites. Il porte souvent le même nom, qui est celui que lui a donné un ancien propriétaire romain*¹⁹⁶.

Apenas uma pequena modificação teria ocorrido durante o Período Carolíngio: a introdução do *hostilitium*, isto é, a obrigação de pagar uma taxa para o exército.

No livro *L'alleu et le domaine rural pendant l'époque mérovingienne*, o autor se preocupa novamente com a organização fundiária na Europa ocidental e, apesar do título, ele aborda mais uma vez o período compreendido entre os séculos IV ao IX. Entretanto, apesar do tema ser o mesmo, a abordagem e o vocabulário utilizados são distintos. O colonato é mencionado apenas para se referir aos colonos e à sua impossibilidade de deixar a terra que cultiva. Ao falar sobre a bipartição das terras, ele utiliza outro termo: Grande Domínio. Diferentemente de Inama-Sternegg, que vê essa organização como dinâmica, responsável pela criação de uma verdadeira economia nacional, Coulanges afirma que: “*Ce domaine formait à*

¹⁹⁵ “Ora, este organismo, que é bem descrito nos Polípticos do século IX, não data dessa época (...) O tempo transcorre, mas cada domínio, uma vez dividido dessa maneira, permanece imutável. A divisão da *villa* em dois e a existência de colonos são dois fatos que nós podemos seguir paralelamente de geração em geração. Os proprietários francos que sucedem frequentemente os proprietários romanos, os proprietários eclesiásticos que substituem frequentemente os laicos, não mudam em nada a constituição interna dos domínios”. (tradução nossa). *Ibidem*, p. 183

¹⁹⁶ “A primeira coisa que nos choca neste estudo é a continuidade dos fatos e dos costumes. Tal domínio era no século quarto, o que ele era no século nono. Ele possui a mesma extensão, os mesmos limites. Frequentemente possui o mesmo nome, que é aquele dado por um antigo proprietário romano”. (tradução nossa). FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *L'alleu et le domaine rural pendant l'époque mérovingienne*. Paris: Hachette, 1914 (1889), p. 462.

*lui seul une société complète, un petit nombre qui se suffisait à lui-même (...) Le domaine vivait entièrement de sa vie propre*¹⁹⁷. Com uma grande extensão, com terras que englobam desde florestas até vinhas, passando por pastos e campos de cultivo, o Grande Domínio seria uma organização que se sustentaria por si só. Contudo, ele não nega que, eventualmente, o camponês ou o senhor pudessem ir até outro local comprar o que faltava ou vender aquilo que havia sobrado. Por fim, para Fustel de Coulanges, o estudo do Grande Domínio é importante para a compreensão do regime feudal, pois ele forma a base dessa nova forma de organização que surge na Europa: *“L’alleu, la propriété, le grand domaine avec ses terres et ses personnes, forment les fondations cachées et solides sur lesquelles se dressera l’édifice féodal*”¹⁹⁸.

Os apontamentos de Fustel de Coulanges foram diretamente contra o que havia sido estabelecido, tanto na área do direito quanto da economia e por isso nunca foram aceitos: *“(…) its echo died away and it was unnoticed, chiefly, no doubt, because in both France and Germany the later standard Works and text books of legal history were written by adherents of the communistic theory*”¹⁹⁹, afirmou Alfons Dopsch, grande admirador e defensor do trabalho de Fustel de Coulanges.

Dopsch trabalhou durante oito anos na elaboração do *Monumenta Germaniae Historica*, como responsável pela documentação relativa aos carolíngios. Após este período, em 1900, ele se tornou professor da Universidade de Viena, instituição na qual ele desenvolveu as suas pesquisas e publicou os seus principais livros, entre eles, se destaca *Die Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit*²⁰⁰. Esse livro tem como principal interlocutor o seu colega Karl Theodor von Inama-Sternegg. Nesse trabalho, ele procura questionar as principais teorias existentes sobre a economia carolíngia, isto é, a formação e a importância do Grande Domínio e a existência da Associação de Marcas, desde as primeiras migrações até o século X. Essa obra causou um grande impacto entre os historiadores daquele momento. Paul Sander descreve o livro com as seguintes palavras:

¹⁹⁷ “Esse domínio formava sozinho um sociedade completa, um pequeno número que bastava a si mesmo (...) o domínio vivia inteiramente sua vida própria”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 416-417.

¹⁹⁸ “O alódio, a propriedade, o Grande Domínio com suas terras e pessoas, formavam as fundações escondidas e sólidas sobre as quais se erguera o edifício feudal”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 464.

¹⁹⁹ DOPSCH, Alfons. *op. cit.* 1937, p. 26. Décadas depois, Alain Guerreau, em um artigo sobre Fustel de Coulanges, também observa a rejeição da obra deste, principalmente entre os medievista, que o vê como um pesquisador de história antiga cf.: GUERREAU, Alain. Fustel de Coulanges médiéviste. **Revue historique**, p. 381, 1986.

²⁰⁰ DOPSCH, Alfons. *op. cit.* 1921 (1912).

*Es gab gerade für diesen grundlegenden Abschnitt der deutschen Wirtschaftsgeschichte wenn auch keine ausdrücklich anerkannte opnio doctorum, so doch eine unbestrittene Lehre von Gewicht... Dieser idyllische Zustand is dahin*²⁰¹.

Em outro trabalho sobre o assunto, *Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung von Cäsar bis auf Karl den Großen*²⁰², Dopsch amplia a sua pesquisa tanto no espaço quanto no tempo e tem como objetivo, mais do que polemizar, expor a sua visão sobre o período.

Dopsch observa que a história da Idade Média havia sido escrita até aquele momento, com raras exceções, como Fustel de Coulanges, em torno de teorias especulativas, construídas em torno de duas tradições distintas de estudo sobre o período: uma de origem francesa e a outra alemã²⁰³. A escola francesa teria se baseado nos humanistas do século XV e XVI, momento em que os valores da antiguidade estariam sendo redescobertos e sua ruína lamentada. Eles viam as “imigrações bárbaras” e as consequentes guerras como responsáveis pelo desaparecimento da cultura romana, assim como aponta grande parte da obra de Benjamin Guérard. Enquanto isso, uma outra teoria se desenvolvia entre os pesquisadores de língua alemã, a partir do trabalho de Justus Möser (1720-1794), que defende que os homens viviam em povoados relativamente isolados uns dos outros, unidos apenas pelo uso comum de florestas, pastos, pântanos e montanhas. Estas áreas, que não constituíam uma propriedade privada, foram chamadas pelo pesquisador de Marcas (*Mark*) e a união destas comunidades, inicialmente isoladas, foi chamada de Associação de Marcas (*Markgenossen*). Estes camponeses pioneiros eram livres e iguais entre eles, organizando um sistema de autogoverno. Dessa maneira, influenciados pelos trabalhos de Möser, os estudos dessa linha durante o século XIX discutiam os diferentes matizes da relação entre a liberdade original dos germânicos e a ligação destas pessoas a partir da *Markgenossenschaft*, como o trabalho de Seeliger. Segundo Dopsch, os trabalhos de Möser influenciaram toda a pesquisa alemã do século XIX²⁰⁴.

²⁰¹ “Sobre este período verdadeiramente fundamental da história econômica alemã, existia até agora se não um dogma científico expressamente reconhecido, ao menos uma doutrina de grande peso que nunca foi contestada... Esses tempos edílicos acabaram”. SANDER, Paul. Über die Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit. *Jahrbuch für Gesetzgebung*, t. XXXVII, 1913, p. 383. *apud*. BLOCH, Marc. L’origine et la date du Capitulaire de Villis. *Revue historique*, p.42, 1923.

²⁰² Utilizamos uma versão revista pelo autor e traduzida para o inglês sob a sua supervisão: DOPSCH, Alfons. *op. cit.* 1937. Depois desta obra, Dopsch publica outros dois livros: DOPSCH, Alfons. **Naturalwirtschaft und Geldwirtschaft in der Weltgeschichte**. Amsterdam: Scientia-Verlag, 1968 (1930) e DOPSCH, Alfons. **Herrschaft und Bauer in der deutschen Kaiserzeit**. Stuttgart: Gustav Fischer Verlag, 1964 (1934).

²⁰³ DOPSCH, Alfons. *op. cit.* 1937, p. 2.

²⁰⁴ MÖSER, Justus. **Osnabrückische Geschichte**. Berlim, 1780. Para conferir em detalhes todo o desenvolvimento dos trabalhos de Möser no século XIX: DOPSCH, Alfons. *op. cit.* 1937, p. 1-29.

Ambas as escolas, segundo Dopsch, elaboraram teorias que não possuem base científica²⁰⁵. Muitos pesquisadores não utilizavam fontes históricas para elaborar os seus trabalhos, quando o faziam, as utilizam sem nenhuma crítica ou critérios cronológico-espaciais. Dessa maneira, o seu objetivo era se libertar de todas estas teorias que pautavam a pesquisa até o século XIX, voltar às fontes, levando em consideração critérios cronológicos e espaciais, e analisá-las sem se deixar influenciar pelos estudos anteriores. Além disso, para Dopsch, o historiador deve estar atento aos novos desenvolvimentos de outros campos de estudo como a filologia, a arqueologia e a papirologia²⁰⁶. Dessa forma, o nosso estudo objetivou compreender como Dopsch dialoga com os estudos de Inama-Sternegg, qual a sua visão sobre o papel do Grande Domínio no desenvolvimento econômico europeu e a influência de tal organização na sociedade carolíngia.

Apesar das críticas, o historiador austríaco não abandona algumas ideias utilizadas pelos seus professores, como o próprio conceito de Grande Domínio. Contudo, apesar de manter a denominação, o autor dá um sentido e uma importância completamente diversa de Inama-Sternegg. O Grande Domínio seria uma grande extensão de terras, dominada por um senhor, que oferecia proteção a outras pessoas em troca de pagamento, que podia ser em moedas, em produtos ou através de diversos serviços, como: cultivo de terra, transporte de mercadorias, hospedagem ou a manutenção de construções²⁰⁷. Inicialmente, o senhor também cultivava a sua terra, mas com a intensificação das guerras, a sua função militar passou a ser exclusiva²⁰⁸. Entretanto, o Grande Domínio não seria uma organização característica da sociedade carolíngia, já que seria possível observar a sua existência desde pelo menos a época de Tácito (55-120 d.C)²⁰⁹. A prova dessa origem estaria na obra *Germania*, em que é descrita a divisão de terras entre os germânicos, que não era feita igualitariamente, mas *secundum dignationem*, isto é, havia pessoas com muitas terras (senhores), pessoas com poucas e outras sem nenhuma (terratenentes). Além da descrição de Tácito, há um relato do século V de Salviano de Marselha que diz que camponeses livres estavam se colocando sob a proteção de grandes senhores²¹⁰.

²⁰⁵ DOPSCH, Alfons. *op. cit.* 1921, p. VI.

²⁰⁶ DOPSCH, Alfons. *op. cit.* 1937, p. 29.

²⁰⁷ *Ibidem.* p. 136-137.

²⁰⁸ *Ibidem.* p. 45.

²⁰⁹ *Ibidem.* p. 44, p. 46, p. 133, p. 168, p. 171, p. 288.

²¹⁰ *Ibidem.* p. 136.

A existência de Grandes Domínios, desde o início da era cristã, na visão de Dopsch, invalidava as teorias propostas por seus antecessores. A existência de senhores e terratenentes, ligados através de obrigações, desde pelo menos o Baixo Império, além da inexistência de provas documentais²¹¹, impossibilitava qualquer ideia de liberdade e igualdade entre os germânicos. Além disso, para Dopsch, nenhum documento permitia afirmar a existência de uma organização em torno de terras de uso comum como a “Associação de Marcas” e de forma alguma haveria um “espírito associativo” entre esse povo; o senhor era o responsável pela proteção e justiça, e os terratenentes pelo trabalho manual²¹². Por outro lado, é preciso salientar que, apesar de Dopsch mencionar algumas fontes em que seja possível observar um senhor controlando uma grande quantidade de terras, com camponeses sob a sua proteção, nenhum dos exemplos anteriores ao Período Carolíngio mostrava uma organização complexa, assim como aparece nos Polípticos.

O Grande Domínio, na visão do autor, incipiente durante o Baixo Império, teria se ampliado entre os francos, principalmente no Período Carolíngio, devido, em grande parte, à ação da Igreja, que se tornara um grande senhor fundiário e que recebia uma grande quantidade de terras em forma de doações. A Igreja, sem conseguir explorar tais propriedades, acabava por distribuí-las aos camponeses em troca de serviços²¹³. Por último, Dopsch concorda com Inama ao afirmar que houve uma grande expansão do Grande Domínio durante o Período Carolíngio. Porém, essa expansão não representava uma ruptura com período anterior que se encontrava decadente, como aponta Inama-Sternegg, mas representava sim um desenvolvimento do que havia ocorrido durante o Período Merovíngio²¹⁴. O Grande Domínio nunca foi uma organização dominante, já que é possível observar uma enorme quantidade de pequenos proprietários em diversas regiões do Império, como Alsácia, Bavária, Baden, Saxônia e Vestefália, ignorados por Inama-Sternegg. Neste ponto, Dopsch discorda frontalmente dos apontamentos de Coulanges, que reconhece a existência de pequenas propriedades, mas não as concede grande importância: “*La petite propriété fut répandue çà et*

²¹¹ DOPSCH, Alfons. *op. cit.* 1921, p. 369, p.383, p.385, p.396.

²¹² *Ibidem.* p. 43.

²¹³ *Ibidem.* p. 247.

²¹⁴ Essa visão é dominante em toda a obra de Dopsch. Nada do que ocorreu durante o Período Carolíngio teria sido inovador o suficiente para romper com o período anterior. Os monarcas carolíngios teriam dado continuidade a processos que tiveram origem no período merovíngio. DOPSCH, Alfons. *op. cit.* 1921, p. 392. Para outros exemplos, cf.: DOPSCH, Alfons. *op. cit.* 1937, p. 74.

*là sur le sol gaulois, mais n'en occupa qu'une faible partie; la moyenne et la grande couvrirent presque tout*²¹⁵.

Os apontamentos de Dopsch acabam com a visão de um Período Carolíngio excepcional. Ele seria apenas uma continuidade de desenvolvimentos anteriores e limita a utilização do conceito de Grande Domínio para a compreensão da evolução da economia europeia, já que seria apenas uma organização secundária, existente na Europa, muito tempo antes de Carlos Magno. Com exceção do próprio conceito de Grande Domínio, Dopsch refuta todos os apontamentos de Inama-Sternegg sobre o Período Carolíngio. Para o primeiro, o Grande Domínio se origina dentro do Império Romano e atinge o seu auge durante o Período Carolíngio, período em que ele é melhor observável. Contudo, para o autor, não há nada que possa comprovar a sua existência em todo o território franco, muito menos que ela tenha sido estruturante para toda a sociedade do período, engendrando uma economia que possa ser chamada de “nacional”.

Marc Bloch continua a tradição. Em seus livros, o debate com Fustel é intenso²¹⁶ e uma homenagem à Guérard se faz presente: “(...), *un des historiens, [qui] a pénétré le plus profondément dans l'intelligence de l'évolution sociale du moyen-âge*”²¹⁷. A influência de Dopsch no trabalho de Bloch também é observável; além do debate constante em seus livros, o pesquisador francês, ao longo da sua carreira, escreve três artigos para debater as teses do historiador tcheco²¹⁸.

Durante a sua vida, Bloch publicou cinco livros²¹⁹, nos quais, a partir de diversas abordagens - história social, história do direito e principalmente história econômica – ele pesquisa o que ele próprio chamou de “sociedade camponesa” ou, de forma mais ampla, “sociedade rural”, tornando-se seu maior objeto de estudo. Em dois desses livros, ele aborda,

²¹⁵ “A pequena propriedade foi difundida aqui e acolá sobre o solo gaulês, mas ocupa somente uma medíocre parte; a média e a grande propriedade cobriam quase tudo”. FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *op. cit.* 1914 (1889), p. 35.

²¹⁶ BLOCH, Marc. **Les caractères originaux de l'histoire rurale française**. Paris: Armand Colin, 1952 (1931), p. XII e p. 194.

²¹⁷ “(...), um dos historiadores [que] penetrou mais profundamente na inteligência da evolução social da Idade Média”. (tradução nossa). BLOCH, Marc. *op. cit.* 1952 (1931), p. 94.

²¹⁸ BLOCH, Marc. *op. cit.* 1923, p. 40-56. BLOCH, Marc. La organización de los Dominios reales Carolingios y las teorías de Dopsch. **Anuario de Historia del derecho español**, tomo III, p. 89-119, 1926a. BLOCH, Marc. La société du haut moyen âge et ses origines. **Journal des Savants**, p. 403-420, 1926.

²¹⁹ BLOCH, Marc. **L'Ile de France (les pays autour de Paris)**. Paris: Publication de la Revue de synthèse historique, 1913. BLOCH, Marc. **Rois et serfs, un chapitre d'histoire capétienne**. Paris: Librairie ancienne Honoré Champion, 1920. BLOCH, Marc. **Les Rois thaumaturges**. Estrasburgo: Publication de la faculté des lettres de l'Université de Strasbourg, 1924. BLOCH, Marc. *op. cit.* 1952 (1931). BLOCH, Marc. **La société féodale**. Paris: Albin Michel, 2002 (1939).

de forma mais direta, a questão do Grande Domínio, ou como ele chama, o “senhorio”²²⁰: *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* e *La société féodale*. Devido ao recorte temporal deste trabalho, isto é, o Período Carolíngio, apenas o primeiro livro foi debatido.

Apesar de possuir uma estrutura semelhante a trabalhos anteriores, como os livros de Dopsch, que inicia o livro como uma discussão em torno da ocupação solo, Bloch radicalizou os apontamentos deste e de Fustel de Coulanges sobre a continuidade entre os períodos estudados. Para o autor, o mundo rural não acompanhou as vicissitudes políticas que ocorreram na Europa, possuindo uma unidade de funcionamento desde o Baixo Império Romano até a Revolução Francesa²²¹. Bloch não ignora as modificações que ocorreram durante esse longo período²²², porém, na visão dele, elas não eram profundas o suficiente para provocar uma ruptura. Durante esse período, o senhorio “*occupe une place de premier plan. Le passé est plein d'elle. Le présent même demeure fortement marquée de sa griffe*”²²³. Ele teria influenciado a história europeia ao longo de todo esse período:

*For more than a thousand years the seigneurie as thus defined was one of the dominant institutions of Western civilization. Firmly established already in many lands at the dawn of the Middle Ages, its reign over the European countryside came to an end only in times which historians, accustomed to reckon in centuries, would describe without hesitation as recent*²²⁴.

Assim como Dopsch, Bloch não acredita que o senhorio seja uma instituição carolíngia, como defende Inama, e considera que o debate sobre as origens seja uma questão fundamental para a compreensão desse fenômeno²²⁵, debate esse que só pode ser feito de maneira comparativa, pois as informações locais são escassas. Apesar de reconhecer que é apenas no Período Carolíngio que é possível observar, pela primeira vez, os senhorios plenamente constituídos, por meio dos Polípticos²²⁶, principalmente o de Saint-Germain-des-Prés, o pesquisador francês aponta algumas pistas que, segundo ele, permitem vislumbrar o senhorio

²²⁰ Para não causar conflitos com os textos do autor, utilizamos o termo “senhorio”. Contudo, ao utilizar esse termo para abordar o Período Carolíngio, sem dúvida Bloch se refere ao Grande Domínio, expressão que se torna dominante na historiografia francesa após os trabalhos de Adriaan Verhulst e François Ganshof.

²²¹ BLOCH, Marc. *op. cit.* 1952 (1931), p. 21.

²²² BLOCH, Marc. The Rise of Dependent Cultivation and Seigneurial Institutions. In: POSTAN, M. M. (org.). **The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire**, vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1966 (1941), p. 236.

²²³ “(...) ocupa uma posição de primeiro plano. O passado é cheio dele. O presente mesmo continua fortemente marcado por ele” (tradução nossa). BLOCH, Marc. La genèse de la seigneurie: idée d'une recherche comparée. **Annales d'histoire économique et sociale**, p. 15, 1937.

²²⁴ “Por mais de mil anos, o senhorio, assim como foi definido, foi uma das instituições dominantes da civilização ocidental. Já firmemente estabelecido em muitas terras na alvorada da Idade Média, o seu reino sobre o interior europeu chegou ao fim somente nos tempos, que os historiadores acostumados a contar em séculos, descreveriam sem hesitação como recente”. (tradução nossa). BLOCH, Marc. *op.cit.* 1966 (1941), p. 236.

²²⁵ BLOCH, Marc. *op. cit.* p. 225, 1937.

²²⁶ BLOCH, Marc. *op. cit.* 1952 (1931), p. 67. BLOCH, Marc. *op. cit.* p. 237, 1941 (1966).

em períodos mais antigos. A primeira delas seria o nome das cidades na Europa ocidental, fato já apontado por Coulanges²²⁷, que, em sua grande maioria, teria como origem o nome de um homem, como por exemplo: Brenat (*Brennus*), provavelmente um senhor, que dominava a região²²⁸. O *mansus* seria outra prova. O autor o considera como a célula primitiva da “senhorialização” das *villae*, mais tarde completamente integrada aos senhorios carolíngios²²⁹. Por último, assim como Dopsch, ele cita passagens de César e de Tácito, que descrevem a existência de grandes senhores entre os germânicos²³⁰ e cita o costume de se entregar presentes para chefes militares, o que seria a origem das obrigações, que ligam os terratenentes aos seus senhores²³¹. Assim, apesar de não definir diretamente o termo, senhorio é utilizado por Bloch como sinônimo de uma terra de um senhor, que tem sob a sua proteção uma população que lhe deve pagamentos. O fato das terras serem bipartidas ou não, não é determinante para a definição do autor, assim como para definição de Dopsch.

Já para o Período Carolíngio, Bloch não foge à descrição bipartida que é feita desde Guérard e repetida por Inama-Sternegg e Fustel. O pesquisador francês ressalta que a relação entre o *mansus indominicatus* e as tenências é o marco definidor dessa instituição²³², mais do que uma relação econômica, senhor e terratenentes, tinham um relação social estreita, um era dependente do outro²³³. Além disso, as terras do senhor não possuíam uma unidade territorial. Havia tenências que se localizavam distantes da reserva e havia *villae* que eram controladas por mais de um senhor²³⁴. Bloch ainda enfatiza que, apesar da importância social-econômica dos senhorios, eles não eram dominantes durante o Período Carolíngio, como defende Inama e Fustel de Coulanges. O autor dá grande importância à menção à vários alódios²³⁵ nas fontes estudadas, assim como casos de *mansus* que não estavam ligados a nenhum *mansus indominicatus*²³⁶. Dessa maneira, Bloch compreende o senhorio durante o Período Carolíngio exatamente como o faz Inama-Sternegg, por outro lado, ele não aceita que tal organização tenha tido um papel estruturante durante o Período Carolíngio, assim como defende também Dopsch.

²²⁷ FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. *op.cit.* 1914 (1889), p. 462.

²²⁸ BLOCH, Marc. *op. cit.* 1952 (1931), p. 79

²²⁹ BLOCH, Marc. *op. cit.* p. 278, 1941 (1966).

²³⁰ BLOCH, Marc. *op. cit.* 1952 (1931), p. 77.

²³¹ *Ibidem.* p. 67. BLOCH, Marc. *op. cit.* p. 273, 1966 (1941).

²³² BLOCH, Marc. *op. cit.* 1952 (1931), p. 68.

²³³ *Ibidem.* p. 75.

²³⁴ *Ibidem.* p. 72. BLOCH, Marc. *op. cit.* p. 284, 1966 (1941).

²³⁵ BLOCH, Marc. *op. cit.* 1952 (1931), p. 81. BLOCH, Marc. *op. cit.* p. 266, 1966 (1941).

²³⁶ *Ibidem.* p. 242.

Apesar de não ser explícito no livro *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, os Polípticos são a principal fonte de Marc Bloch para estudar o Período Carolíngio influencia a sua visão sobre o período posterior. Devido à grande extensão espacial de seus estudos, Bloch não limita as suas fontes geograficamente, como faz Guérard e Inama. Ele utiliza, além dos já conhecidos Polípticos de Saint-Germain-des-Prés e de Prüm, os Polípticos menos conhecidos naquele momento, como o de Santa Giulia de Brescia, de Saint Maur-des-Fossés e de Montierender. Porém, ele os utiliza como exemplos locais e evita elaborar hipóteses gerais a partir dessas fontes. O Políptico de Saint-Germain-des-Prés continua sendo a principal fonte e o principal modelo para os estudos desenvolvidos. O desaparecimento dos Polípticos, no final do século IX, foi para Bloch uma das provas do início do feudalismo no ocidente europeu, assim como foi para Inama-Sternegg. Aos poucos, os senhores dividiam também a reserva em tenências e ao longo do século X o senhorio deixava de ser bipartido. Esse processo não foi simultâneo em toda a Europa, tendo seu início na França e depois se espalhado para outras regiões como Inglaterra e Alemanha. Assim, um documento como o Políptico, que descrevia a relação entre as duas partes (reserva e tenências), não fazia mais sentido, já que o *mansus indominicatus* não existia mais²³⁷.

O trabalho de Marc Bloch sobre a “sociedade rural” europeia ao mesmo tempo em que se insere dentro uma tradição historiográfica, iniciada no século XIX, diversifica os problemas e abre novos campos de estudo. Assim como Dopsch, o pesquisador francês utiliza o conceito de senhorio de forma ampla, ao ponto de embarcar toda a história medieval europeia. Os estudos sobre as origens se intensificou, assim como a pesquisa sobre o surgimento e desaparecimento dos Polípticos, problemas apenas apontados anteriormente.

Ao defender a continuidade entre o Baixo Império, o Período Merovíngio e o Carolíngio, Fustel de Coulanges quebra com uma tradição, que via a entrada de povos não-romanos no Império como uma invasão que teria provocado uma profunda ruptura, assim como defende Guérard. Dopsch, a partir da leitura desse autor, aprofunda a discussão e procura refutar as principais teses de Inama-Sternegg, isto é, a propagação do Grande Domínio durante o Período Carolíngio e o seu papel central na estruturação da economia daquele momento histórico. Por fim, Bloch extrapola a ideia de continuidade ao afirmar que o senhorio foi a instituição dominante na Europa ocidental até a Revolução. A insistência desses autores na longa continuidade provocou extensos debates ao longo do século XX sobre a

²³⁷ BLOCH, Marc. *op. cit.* 1952 (1931), p. 95-105.

especificidade ou não do Período Carolíngio, o que incluiu os problemas em torno do Grande Domínio.

2.4 O Grande Domínio quantificado

Paralelamente a esses autores, outras pesquisas sobre a estrutura fundiária durante a Idade Média foram conduzidas, com problemas e enfoques distintos. Ferdinand Lot, por exemplo, pesquisou durante mais de cinquenta anos o período compreendido entre os séculos V e XV, com mais de 20 livros e 300 artigos publicados²³⁸, entre eles um grande número de fontes editadas²³⁹. Suas abordagens vão da simples narrativa histórica²⁴⁰ ao estudo da propagação dos rumores no século IX²⁴¹. Em sua longa carreira, Lot se relacionou tanto com professores da chamada escola “metódica”, como Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, de quem ele era amigo íntimo²⁴², quanto com os novos pesquisadores daquele momento, como Marc Bloch, Lucien Febvre²⁴³, François-Louis Ganshof e até mesmo Fernand Braudel²⁴⁴, além de estar em contato com a produção histórica alemã, inclusive com os trabalhos de Karl Theodor von Inama-Sternegg²⁴⁵ e Alfons Dopsch²⁴⁶. A leitura de sua obra permite ver o diálogo de um erudito com os seus mestres, com seus colegas e com seus alunos.

Não tivemos como objetivo analisar o conjunto do trabalho de Lot, mas apenas os artigos em que ele aborda questões relativas à economia, com o intuito de compreender como

²³⁸ BRUNEL, Clovis. Ferdinand Lot. **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo CXI, p. 334-339, 1953.

²³⁹ Para uma lista completa das edições organizadas por Lot, cf. GANSHOF, François-Louis. Ferdinand Lot (1866-1952). **Revue belge de philologie et d'histoire**, tomo 30, p. 1269-1281, 1952.

²⁴⁰ LOT, Ferdinand. La Loire, l'Aquitaine et la Seine de 862 à 866. **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo LXXVI, p. 473-510, 1915.

²⁴¹ LOT, Ferdinand. Le monastère inconnu pillé par les Normands en 845 (comment les rumeurs se propagent au IX^e siècle). **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo LXX, p. 433-445, 1909.

²⁴² FAWTIER, Robert. La dernière lettre de Charles Seignobos à Ferdinand Lot. **Revue Historique**, p. 1-12, 1953.

²⁴³ Para uma reflexão sobre a relação de Ferdinand Lot com os Annales, cf. FAWTIER, Robert. *op. cit.* 1953.

²⁴⁴ BRAUDEL, Ferdinand. Hommage à Ferdinand Lot. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, n° 5, p. 1177-1178, 1966.

²⁴⁵ LOT, Ferdinand. Karl-Theodor von Inama-Sternegg. Deutsche Wirtschaftsgeschichte. **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo LXXIV, p. 361-362, 1913.

²⁴⁶ LOT, Ferdinand. L'histoire urbaine du nord de la France de la fin du III^e siècle à la fin du XI^e siècle. **Journal des Savants**, p. 5-10, p.63-79, 1935.

esse autor dialoga com Benjamin Guérard, principalmente nas questões relativas ao Grande Domínio.

Ainda de forma incipiente, Lot atribui uma grande importância à quantificação dos fatos nos estudos históricos. Na introdução do seu livro *Recherches sur la population et la superficie des cités remontant à la période gallo-romaine*, ele cita Lord Kelvin: “*Si vous pouvez mesurer ce dont vous parlez et l'exprimer par un nombre, vous savez quelque chose de votre sujet, sinon vos connaissances sont d'un pauvre esprit*”²⁴⁷. E no seu artigo sobre demografia ele cita o estatístico Joseph Cuvelier: “*La connaissance des faits n'est jamais complète sans leur analyse numérique*”²⁴⁸. O campo, naquele momento, que melhor se prestava a essa abordagem, era a história econômica. Para o autor, a quantificação poderia ajudar a responder, o que era para ele, o maior dilema dos economistas: Após as invasões bárbaras, houve uma continuidade ou decadência econômica?²⁴⁹. Como exemplo, ele contrapõe as teorias de Henri Pirenne, que observa uma continuidade até o século IX, seguida de decadência, e Alfons Dopsch, que ao contrário, observa uma continuidade durante o Período Carolíngio, sustentado pelo desenvolvimento econômico do anterior. Lot toma o partido de Dopsch e afirma que os argumentos levantados por Pirenne não podem ser comprovados. Para o historiador francês não é possível observar grandes diferenças entre o Baixo Império, o Período Merovíngio e o Período Carolíngio; o que houve foi um período de estabilidade que durou sete séculos²⁵⁰, apenas sujeito a tribulações externas causadas por muçulmanos, normandos e eslavos, abordagem muito próxima também de Fustel de Coulanges e Marc Bloch.

É com esta visão de continuidade que ele escreveu um artigo sobre a demografia francesa no século IX, a partir do Político de Saint-Germain-des-Prés²⁵¹, sendo o primeiro estudo quantitativo sobre a população dos Grandes Domínios. Para Lot, o Estado carolíngio utilizava amplamente estatísticas para saber com exatidão a quantidade de pessoas e riquezas de seus domínios, contudo, praticamente nada chegou até nós e desta forma:

²⁴⁷ “Se você pode medir aquilo que você explica e exprimir por um número, você sabe alguma coisa sobre o seu tema; caso contrário, os seus conhecimentos são de um pobre espírito”. (tradução nossa). LOT, Ferdinand. **Recherches sur la population et la superficie des cités remontant à la période gallo-romaine**. Paris: Champion, 1945, p. 3.

²⁴⁸ LOT, Ferdinand. Conjecture démographique sur la France au IX^e siècle. **Le Moyen Âge**, p. 1, 1921.

²⁴⁹ LOT, Ferdinand. *op. cit.* 1935.

²⁵⁰ *Ibidem*. p. 78-79.

²⁵¹ LOT, Ferdinand. *op. cit.* 1921.

(...) *notre connaissance du régime des terres, de la condition des personnes, de l'économie, de la démographie du haut Moyen Age en France repose sur la description de ces vingt-cinq domaines [de Saint Germain-des-Prés]*²⁵².

O pesquisador, assim como todos os outros o fizeram, ainda aponta os estudos feitos por Guérard²⁵³ como a base de todos os estudos demográficos e econômicos da Alta Idade Média. Contudo, para Lot, Guérard cometeu inúmeros erros de cálculo, tanto relativo à população, quanto à área, o que fez com que os domínios de Saint Germain-des-Prés se assemelhassem a um grande deserto humano. Levando em conta novos números de área e de população e uma ideia de longa continuidade, Lot chegou a uma conclusão oposta. A densidade da França, no século IX, se assemelhava muito com a densidade populacional rural francesa no início do século XX. Para comprovar a sua hipótese, o pesquisador fez, na segunda parte do artigo, uma análise dos domínios do mosteiro e os comparou com dados coletados no século XIX. Ele procurou mostrar que a área e a população de cada região eram muito parecidas, mesmo após mil anos. Contudo, os dados do século IX e do século XIX estavam muito distintos. Lot então dispensou a documentação e argumentou que ou o domínio não foi descrito de forma completa ou ele foi desmembrado durante todos esses séculos.

Influenciado por uma visão extremamente positiva do Período Carolíngio, Lot refez os cálculos de Guérard a fim de obter um resultado mais compatível com a sua visão daquele momento histórico. Apesar de muitas escolhas não justificadas, como calcular em 25% as crianças com menos de 12 anos e não recenseadas ou aplicar a densidade populacional de uma rica região para todo um território irregularmente ocupado, este estudo de Lot lançou as bases para o estudo crítico da demografia durante a Alta Idade Média, abordagem praticamente inexistente até então. Além disso, a utilização exclusiva do Político de Saint-Germain-des-Prés reforçou mais uma vez a importância dessa fonte e consequentemente reforçou também o papel central do Grande Domínio para a compreensão do Período Carolíngio.

Essa visão de continuidade está presente também no estudo de Lot sobre a extensão dos *fisci* carolíngios²⁵⁴, termo muitas vezes utilizado pelo autor como sinônimo de Grande Domínio, principalmente ao abordar o Período Carolíngio. Ele afirma que não está interessado no funcionamento de tais estruturas, que ele também chama de *grande propriété*

²⁵² “(...) nosso conhecimento do regime de terras, da condição das pessoas, da economia, da demografia da Alta Idade Média na França se baseia na descrição de vinte e cinco domínios [de Saint-Germain-des-Prés]”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 10.

²⁵³ GUÉRARD, Benjamin. *op. cit.* 1844, p. 825-903.

²⁵⁴ LOT, Ferdinand. La grandeur des fisci à l'époque carolingienne. *Revue belge de philologie et d'histoire*, tomo 3, p. 51-57, 1924.

foncière, assim como Inama-Sternegg e Dopsch, mas simplesmente no seu tamanho. Ele critica os estudos feitos pelos seus colegas sobre Annapes, que viam nessa região uma pequena fazenda. Para ele, a partir de cartas de doação, o domínio de Annapes tinha, no total, 1069ha, muito próximo aos 987ha da atual comuna. O mesmo ocorria com diversos outros domínios, como Fontaine-Bonneleau, próximo de Amiens. Assim, Lot reafirma a ideia que as estruturas fundiárias, durante o Período Carolíngio, eram caracterizadas pela sua enorme extensão: “*Le fisc royal à l’époque franque correspond pour la superficie non à une ferme, même à une grosse ferme mais à un village moderne*”²⁵⁵. Essa perspectiva é a que o aproxima de Inama-Sternegg e Fustel de Coulanges e o afasta de Dopsch e Marc Bloch.

As visões de Lot sobre a continuidade entre o Baixo Império e o Período Carolíngio, podendo chegar até o século XIX, XX, no caso da análise da extensão dos domínios e de sua população, foram duramente criticadas nas décadas seguintes. Contudo, os seus estudos sobre o assunto abriram um novo campo de pesquisa, já que sua preocupação não era apenas com o funcionamento e a descrição de um sistema, como feito desde Inama-Sternegg, mas também com a quantificação dos dados disponíveis, por mais difícil e limitado que fosse essa abordagem para o Período Carolíngio. Assim, como o Político de Saint-Germain-des-Prés e as discussões em torno do Grande Domínio assumiram papel central nos debates da incipiente história econômica, o mesmo ocorre no início da demografia histórica medieval. Por fim, as conclusões de Lot, defendendo a existência de uma densa população nos Grandes Domínios, corroboraram com a visão positiva elaborada por Inama-Sternegg, que defende que a organização e a centralização da economia, por meio dos Grandes Domínios, permitiram o sustento e o desenvolvimento de uma grande população, apesar da visão distinta dos dois autores sobre a continuidade entre o Baixo Império e Alta Idade Média.

Charles-Edmond Perrin foi aluno, amigo de Lot e escolhido por ele mesmo para substituí-lo na *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*²⁵⁶. Professor da Universidade de Estrasburgo, Perrin encerrou a sua carreira na Sorbonne. Diferentemente de seu professor, Perrin se aprofundou nos estudos sobre os Políticos. A historiografia precedente foi amplamente utilizada pelo autor, tanto francesa quanto alemã. Para ele, Guérard continua a maior autoridade nos estudos dos Políticos e considera os seus prolegômenos como

²⁵⁵ “A superfície do fisco real no período franco corresponde não a uma fazenda, ou até mesmo uma grande fazenda, mas sim a um vilarejo moderno”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 57.

²⁵⁶ Além de um necrológico: PERRIN, Charles-Edmond. Nécrologie - Ferdinand Lot. **Revue Historique**, p. 444-450, 1953a ; Perrin publicou uma biografia sobre Lot: PERRIN, Charles-Edmond. **Un historien français: Ferdinand Lot, 1866-1952**. Genebra: Droz, 1968, p. 7.

fundamentais para a compreensão do tema. Em relação aos estudos do Grande Domínio²⁵⁷, Perrin defende as teses propostas por Inama-Sternegg²⁵⁸ e reconhece as contribuições de Dopsch, mas o acusa de estar mais preocupado em atacar o estudo de outros pesquisadores do que elaborar, de forma satisfatória, o seu próprio trabalho²⁵⁹. O diálogo com os historiadores contemporâneos também é intenso. Por exemplo: apesar da constante colaboração com a revista dos *Annales*²⁶⁰, Perrin se coloca fora de tal movimento²⁶¹. Ao se referir aos historiadores ligados ao *Annales*, ele emprega a expressão “jovem escola histórica”, mesmo tendo a mesma idade que Bloch. Ao longo da carreira, o autor se debruçou sobre dois problemas principais: a origem do Grande Domínio e do *mansus* e suas transformações durante o Período Carolíngio. Assim, objetivamos compreender como o autor aliou a sua análise dos manuscritos com a construção de suas hipóteses e observar se o rigor exigido pelo autor, na crítica aos documentos, refletiu na escolha dos termos utilizados em seus estudos para designar o que ele observa nos documentos.

A sua postura metodológica em relação à historiografia do século XIX é divergente ao da “jovem escola histórica”. Ele não aceitou o adjetivo *événementielle* para caracterizar a pesquisa do período, pois, para Perrin, uma história sem fatos não pode ser história. Ele defende os ensinamentos de Langlois e Seignobos e acusa os *Annales* de terem escolhido estes dois pesquisadores como bodes expiatórios, sem nunca terem abandonado os ensinamentos contidos na *Introduction aux études historiques*²⁶², livro altamente recomendável para os jovens pesquisadores, em suas palavras. A história das massas é vista com ressalvas, pois resultaria em um determinismo social. Por último, Perrin defende a história feita por um grupo de pesquisadores e não apenas um historiador, como única forma se avançar nas pesquisas. Dessa maneira, Perrin assume a mesma postura que Lot, se colocando como uma ponte entre os seus “mestres” e seus colegas, defendendo o rigor da erudição do século XIX, aliado a novas abordagens historiográficas, assim como as propostas por Bloch.

²⁵⁷ PERRIN, Charles-Edmond. **La seigneurie rurale en France et en Allemagne du début du IX^e siècle à la fin du XII^e siècle**. Paris: Centre de documentation universitaire, 1953, p. 10.

²⁵⁸ *Ibidem*. p. 40.

²⁵⁹ *Ibidem*. p. 38. e PERRIN, Charles-Edmond. *Verfassungs- und Wirtschaftsgeschichte des Mittelalters*. **Annales d'histoire économique et sociale**, p. 462, 1929.

²⁶⁰ Perrin publicou, ao longo de sua vida, 12 artigos nessa revista, de acordo com consulta feita no site *Persée*.

²⁶¹ PERRIN, Charles-Edmond. *Observations sur le manse dans la région parisienne au début du IX^e siècle*. **Annales d'histoire sociale**, p. 46, 1945.

²⁶² LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques**. Paris: Hachette, 1898.

A crítica documental é a base do trabalho de Perrin. Para o autor, os Polípticos estão entre os documentos mais importantes para o estudo do Período Carolíngio, contudo lamenta a falta de edições críticas de tais documentos na França²⁶³. Apesar de elogiar os prolegômenos de Guérard, ele critica a edição do Políptico de Saint Germain-des-Prés, principalmente por não possuir uma análise paleográfica cuidadosa, nem indicar possíveis alterações no documento, assim como espaços vazios. Ele chegou até mesmo a formar um grupo para organizar uma nova edição, que seria publicada na comemoração de cem anos do trabalho de Guérard, contudo tal projeto não se concretizou, sendo abandonado logo depois²⁶⁴. Tal crítica vale também para a edição de Beyer²⁶⁵ do Políptico de Prüm²⁶⁶. Por último, ele também lamenta a ausência de qualquer edição do Políptico de Montierender, um documento que ele considera importante para a compreensão da organização espacial do Grande Domínio, pois possui uma regularidade na divisão dos domínios, que são próximos um dos outros, diferentemente do que acontece com Prüm, por exemplo²⁶⁷. Devido a esta falta de trabalhos críticos sobre a fonte, Perrin considera que até aquele momento, os pesquisadores se contentaram em descrever o documento, sem nenhuma preocupação analítica²⁶⁸.

Apesar das críticas ao trabalho de Dopsch, o pesquisador francês, mesmo reconhecendo a inexistência de documentos que comprovem tal afirmação, aceitou a hipótese que tanto o Grande Domínio quanto o *mansus* teriam origem romana²⁶⁹. A primeira organização teria surgido da *villa* galo-romana, enquanto o *mansus* teria surgido do *caput* romano, criado após as reformas de Diocleciano. Tal afirmação criou um problema: Como explicar a existência de Grandes Domínios em regiões que não conheceram a *villa* galo-romana como organização fundiária? Para Perrin, não é possível aceitar a teoria da *Markgenossenschaft*. Desde o primeiro contato com os romanos, os germânicos estariam organizados em torno de chefes e apoiados por pequenos proprietários. Segundo o autor, nenhuma evidência exclui a possibilidade dos germânicos terem se organizado de forma análoga ao Grande Domínio. Contudo, o que faz com que essa organização se torne parecida, tanto na França quanto na

²⁶³ PERRIN, Charles-Edmond. *op. cit.* p. 458, 1929.

²⁶⁴ PERRIN, Charles-Edmond. *op. cit.* p. 51, 1945.

²⁶⁵ BEYER, Heinrich. *Urkundenbuch zur Geschichte der mittelhheinischen Territorien*. Zurique: Georg Olms, 1974 (1860), p. 142-201.

²⁶⁶ PERRIN, Charles-Edmond. Une étape de la seigneurie: l'exploitation de la réserve a Prüm au IX^e siècle. *Annales d'histoire économique et sociale*, p. 452, 1934 e PERRIN, Charles-Edmond. Le manse dans le polyptyque de l'abbaye de Prüm à la fin du IX^e siècle. In: *Études historiques à la mémoire de Noël Didier*. Paris: Montchrestien, 1960.

²⁶⁷ PERRIN, Charles-Edmond. *op. cit.* p. 98-99, 1953.

²⁶⁸ PERRIN, Charles-Edmond. *op. cit.* p. 451, 1934.

²⁶⁹ PERRIN, Charles-Edmond. *op. cit.* p. 40, 1945.

Alemanha, seria a ação decisiva dos reis carolíngios, o que aproxima Perrin a Inama-Sternegg. Assim, o Grande Domínio teria surgido inicialmente em terras galo-romanas e depois se expandido para terras germânicas. Tal movimento explicaria o fato do regime de *mansus* se encontrar decadente, na visão do autor, nas terras da abadia de Saint-Germain-des-Prés (formação mais antiga), na década de 820 e plenamente em funcionamento nas terras da abadia de Prüm (formação mais nova) em 893²⁷⁰. A divisão dos *mansi*, o superpovoamento de tal organização (mais de uma família por *mansi*) e a falta de uma diferenciação na cobrança dos serviços seriam provas de tal decadência. Essa visão negativa sobre os domínios de Saint-Germain-des-Prés, ou seja, a apresentação de um sistema com trabalho forçado, não remunerado e que produz baixos rendimentos agrícolas, como comprovaria a análise da produção do Político de Prüm²⁷¹, foi estendida para todo o império franco no século IX.

Por último, baseado em sua visão negativa sobre o período, Perrin retoma os estudos iniciados por Lot sobre a demografia carolíngia. Para ele, os cálculos feitos pelo seu professor são inválidos por diversos motivos. Primeiro, não é possível saber a quantidade de pessoas que não eram recenseadas pelos Políticos²⁷², como *mancipia*, *prebendari* e homens livres²⁷³. Segundo, não é possível afirmar que apenas as crianças com mais de 12 eram citadas, isto é, aquelas que já haviam feito o juramento e pagariam impostos, pois a cobrança não era feita por pessoa, mas sim por *mansus*. O pequeno número de crianças por casal seria decorrente do casamento dos filhos mais velhos e do desconhecimento do recenseador das crianças da região²⁷⁴. Segundo Perrin, há casos em que quatro crianças são citadas, mas apenas três nomeadas. Há outros casos em que um espaço foi deixado em branco logo após os nomes do casal para ser completado posteriormente, mas permaneceram sem adições. Finalmente, a extensão das florestas é completamente desconhecida, já que as medidas são dadas de acordo com a quantidade de porcos que aquela região alimenta e em léguas, uma medida de distância e não de área²⁷⁵. Tal imprecisão impede qualquer cálculo de densidade demográfica a partir dos Políticos²⁷⁶. Apesar das severas críticas aos estudos de Lot, Perrin aceita a afirmação que as *villae* carolíngias corresponderiam exatamente aos povoamentos rurais franceses do século XVIII, construindo uma imagem linear do mundo rural francês, que teria surgido na *villa*

²⁷⁰ PERRIN, Charles-Edmond. *op. cit.* p. 258, 1960.

²⁷¹ PERRIN, Charles-Edmond. *op. cit.* p. 460, 1934.

²⁷² PERRIN, Charles-Edmond. *op. cit.* p. 257-258, 1960.

²⁷³ PERRIN, Charles-Edmond. Note sur la population de Villeneuve-Saint-Georges au IX^e siècle. **Le Moyen Âge**, p.85, 1963.

²⁷⁴ *Ibidem.* p. 80.

²⁷⁵ *Ibidem.* p. 78.

²⁷⁶ *Ibidem.* p. 86.

galo-romano, passado pela *villa* carolíngia até o início da Revolução²⁷⁷. Dessa maneira, Perrin aliou a análise documental à análise do manuscrito, tendência que se concretizou algumas décadas mais tarde, resultando na reedição de todos os Polípticos conhecidos e no surgimento de novos problemas e abordagens sobre o assunto²⁷⁸.

O rigor e a preocupação na leitura do documento, que faz com que Perrin não trabalhe com as edições, mas apenas com os manuscritos, não reflete nas escolhas dos termos utilizados em seus trabalhos. Com exceção dos termos *manse*, *réserve* e *tenure*, já consagrados por Guérard, o autor não estabelece nenhum critério para os termos *seigneurie*, *grand domaine*, *grand propriété*. Primeiramente, parece que o autor reserva o termo *grand domaine* para o Período Romano e Merovíngio e *seigneurie* para os períodos seguintes, como neste trecho: “(...) *je me propose de traiter les questions suivantes: (...) transformation du grand domaine (romano) en seigneurie rurale (Grundherrschaft) (...)*”²⁷⁹. Contudo, em outro artigo, em que Perrin discute a visão de Dopsch sobre os estudos de Inama-Sternegg, ele afirma: “*Théorie de la Grundherrschaft d’abord, qui cherche dans le régime pratique sur les grands domaines de l’époque carolingienne l’origine exclusives des principales institutions politiques et sociales du haut Moyen Âge (...)*”²⁸⁰. A confusão prossegue. Descrevendo a divisão das terras na região parisiense do século IX, Perrin afirma: “*Dans un tel système [sistema dominial], la villa, base territoriale de la seigneurie rurale, est divisée en deux portions: la réserve ou mansus indominicatus (...) et les tenures ou manses*”²⁸¹. Dessa maneira, parece que o autor utiliza *seigneurie* e *grand domaine* como sinônimos e os define como uma propriedade rural dominada por um senhor. Porém, ao discutir a história da península itálica, ele utiliza o termo *seigneurie* para descrever os governos dos doges italianos dos séculos XIII e XIV, o que nos leva a concluir que o autor utiliza esses termos sem uma precisão conceitual. A sua variação se dá mais devido a uma questão estilística do que uma determinada concepção sobre período estudado.

²⁷⁷ *Ibidem*. p. 79.

²⁷⁸ Esses novos problemas e abordagens foram abordados em detalhes no capítulo 3.

²⁷⁹ “(...) eu me proponho a tratar das seguintes questões: (...) transformação do grande domínio (romano) em senhorio rural (*Grundherrschaft*)”. (tradução nossa). PERRIN, Charles-Edmond. *Le grand domaine en Allemagne - son organisation et les grands traits de son histoire au moyen âge*. In: **Le Domaine**. Wetteren: Éditions Scaldis, 1949, p. 115. (negrito nosso).

²⁸⁰ “Inicialmente, a teoria do *Grundherrschaft* procura no regime prático dos grandes domínios do Período Carolíngio a origem exclusiva das principais instituições políticas e sociais da Alta Idade Média (...)”. (tradução nossa). PERRIN, Charles-Edmond. *op.cit.* p. 461, 1929. (negrito nosso).

²⁸¹ “Em tal sistema [sistema dominial], a *villa*, base territorial do senhorio rural, é dividida em duas porções: a reserva ou *mansus indominicatus* (...) e as tenências ou *mansus*”. (tradução nossa). PERRIN, Charles-Edmond. *op. cit.* 1945. p. 39.

Os trabalhos de Ferdinand Lot e Charles-Edmond Perrin se afastaram da história econômica preconizada pelos pesquisadores austríacos e aquela proposta por Marc Bloch, o que faz com que o Grande Domínio não seja o objeto central de suas pesquisas. Por outro lado, suas observações sobre os manuscritos serviram de base para edição dos Polípticos, a partir da década de 1970, e para os estudos demográficos carolíngios, desenvolvidos a partir de 1960, que, cientes das limitações de tais documentos para uma análise numérica da população, se tornaram muito mais analíticos do que quantitativos.

2.5 O Grande Domínio para além do eixo Sena-Eifel

François-Louis Ganshof, aluno de Ferdinand Lot e Henri Pirenne, foi professor de história medieval em Gante. Ele publicou o seu primeiro artigo em 1920²⁸² e seu último livro em 1975²⁸³. Ao longo destes mais de cinquenta anos, ele se dedicou a temas relativos, quase que exclusivamente à história do direito, principalmente às relações de vassalagem no Período Carolíngio e no período posterior²⁸⁴, mantendo um constante diálogo, não só com a tradição belga, mas também com a francesa, a alemã, a inglesa e a americana²⁸⁵. Apesar de inserido em uma área tradicional da historiografia, a história do direito, Ganshof assumiu uma postura metodológica que rompeu com a tradição anterior e utilizou documentos que, até então, haviam sido ignorados em grande parte, como por exemplo, cartas e poesia, principalmente de Ermoldo, o negro²⁸⁶. A preocupação sobre a organização fundiária e economia medieval permaneceram marginais em seus estudos até o final da década de 1940²⁸⁷. Em 1948, ele publicou uma descrição do domínio bipartido da abadia de Saint-Pierre-au-Mont-Blandin, no

²⁸² GANSHOF, François-Louis. Étude sur l'administration de la justice dans la région Bourguignonne de la fin du X^e au début du XIII^e siècle. *Revue historique*, p. 193-218, 1920.

²⁸³ GANSHOF, François-Louis. *Le polyptyque de l'abbaye de Saint-Bertin (844-859)*. Paris: Imprimerie Nationale, 1975.

²⁸⁴ GANSHOF, François-Louis. Benefice and Vassalage in the Age of Charlemagne. *Cambridge Historical Journal*, vol. 6, n^o 2, p. 147-175, 1939; GANSHOF, François-Louis. L'origine des rapports fêodo-vassaliques. *Settimane di Studio di Spoleto*, p. 27-69, 1953. Sua pesquisa sobre o assunto foi sistematizada em seu conhecido livro: GANSHOF, François-Louis. *Qu'est-ce que la féodalité?*. Paris: Tallandier, 1982 (1944).

²⁸⁵ O conhecimento de Ganshof da historiografia francesa e alemã, como Guérard, Dopsch, Lot, Bloch e Perrin é profundo. Além disso, uma parte de seus artigos foi publicada em revistas inglesas, como a *Cambridge Historical Journal* e americanas, como a *Speculum*.

²⁸⁶ GANSHOF, François-Louis. Notes critiques sur Eginhard, biographe de Charlemagne. *Revue belge de philologie et d'histoire*, tomo 3, p. 725-758, 1924.

²⁸⁷ Até esse momento, questões econômicas e administrativas só eram abordadas superficialmente ao discutir documentos legais, como os capitulários, cf.: GANSHOF, François-Louis. Charlemagne et l'usage de l'écrit em matière administrative. *Le Moyen Âge*, p. 1-25, 1951.

Período Carolíngio²⁸⁸. Alguns anos mais tarde, ele publicou uma descrição da organização fundiária, que cobria toda a região dos “Países Baixos”, isto é, a atual Holanda, Bélgica, Luxemburgo e regiões ao norte da França e da Alemanha²⁸⁹. Depois, publicou um artigo que traz uma visão geral da economia franca no século VII, mas, no qual ele aborda também os séculos VIII e IX²⁹⁰. Finalmente, ele publicou o seu último livro, uma edição comentada do Políptico de Saint-Bertin²⁹¹. Objetivamos compreender a visão de Ganshof sobre a origem de tal organização, suas modificações, sua extensão dentro do reino franco e como seus apontamentos influenciaram a pesquisa a partir da década de 1960.

Primeiramente, vale ressaltar que os Grandes Domínios, analisados por Ganshof, se localizavam fora das regiões tradicionalmente descritas até aquele momento, isto é, os arredores de Paris (mosteiro de Saint Germain-des-Prés) e a região de Eifel (Políptico de Prüm). Em seu primeiro artigo sobre o assunto, Ganshof analisou um domínio da abadia de Saint-Pierre de Gante no século IX, a partir de um Livro de Tradição²⁹² do século X. Nesse domínio, ele identificou todas as características encontradas no domínio modelo de Palatiolo, isto é, uma reserva senhorial com diversos campos e a tenência formada por diversos *mansi*, cultivados por terratenentes, que deviam pagar tributos ao senhor; contudo, com uma extensão reduzida, em torno de 450ha, enquanto os domínios de Saint Germain-des-Prés atingiam mais de 1000ha.

Já em seu segundo artigo sobre o assunto²⁹³, Ganshof aprofundou a sua descrição e ampliou espacialmente, cobrindo os Países Baixos. Nesse texto, ele rompe com as duas abordagens dominantes até então: aquela iniciada por Inama-Sternegg, que afirmava que o Grande Domínio teria se difundido durante o Período Carolíngio; e aquela iniciada por Fustel de Coulanges, que defendia que o Grande Domínio teria surgido durante o baixo Império. Ganshof defende que no século VII é possível observar na região um domínio bipartido, reserva e tenências, controlado por um senhor, que cobra diferentes tipos de taxas de seus terratenentes. Tal domínio não teria um caráter estático, assim como pressupunha os

²⁸⁸ GANSHOF, François-Louis. Le domaine gantois de l'Abbaye de Saint-Pierre-au-Mont-Blandin à l'époque carolingienne. **Revue belge de philologie et d'histoire**, tomo 26, p. 1021-1041, 1948.

²⁸⁹ GANSHOF, François-Louis. Manorial Organization in the Low Countries in the Seventh, Eighth and Ninth Centuries. **Transactions of the Royal Historical Society**, vol. 31, p. 29-59, 1949.

²⁹⁰ GANSHOF, François-Louis. Quelques aspects principaux de la vie économique dans la monarchie franque au VII^e siècle. **Settimane di Studio di Spoleto**, p. 74-101, 1958.

²⁹¹ GANSHOF, François-Louis. *op. cit.* 1975.

²⁹² Esse termo foi criado por pesquisadores alemães (*Traditionbuch*) para descrever um livro que agrupa diversos documentos sobre compra e doações de terras de um mosteiro.

²⁹³ GANSHOF, François-Louis. *op. cit.* 1949.

pesquisadores alemães e alguns franceses, como Georges Duby²⁹⁴, mas estava constantemente passando por transformações, o que lhe conferia um caráter dinâmico²⁹⁵. Diferentemente dos domínios de Saint Germain-des-Prés e de Prüm, os domínios nos Países Baixos são muito mais dispersos. Além disso, não é possível comprovar um arroteamento sistemático na região, mas um avanço em direção ao mar, terras chamadas, na documentação, de *marisci*. Apesar da sua afirmação categórica sobre a existência de Grandes Domínios na região estudada, Ganshof não exclui a existência de camponeses individuais independentes da organização dominial, contudo, ele afirma que não há documentação que permita abordar tal problema²⁹⁶. Assim, pela primeira vez temos um autor que não localiza o surgimento do Grande Domínio no Baixo Império ou no Período Carolíngio, mas no século VII, reconhecendo o seu caráter incipiente. Além disso, ao analisar fontes pouco estudadas até aquele momento, ele reforça a teoria do Grande Domínio ao mostrar que tal estrutura também estava presente em outras regiões do império. Por fim, ele conjuga a dicotomia grande propriedade senhorial/ pequena propriedade camponesa, ao mostrar que, apesar de ser possível comprovar a existência de ambas em uma mesma região, a documentação nos limita ao estudo da primeira, pois as informações sobre a segunda são quase inexistentes.

Em seu último artigo sobre o assunto²⁹⁷, o pesquisador belga procurou delinear as principais características da vida econômica na monarquia franca e reforçou as suas hipóteses anteriores. Para ele, a agricultura tem o papel principal, apesar de não descartar a existência de um comércio regional que se comunicava com um comércio internacional. Ele volta a afirmar que o Grande Domínio teria surgido no século VII, dentro dos territórios francos, e acrescenta a observação que o surgimento de tal organização está intimamente ligado ao surgimento do *mansus*²⁹⁸, contrariamente do que defendia Marc Bloch. Por último, ele inovou a sua abordagem ao utilizar, não somente os Polípticos e os Livros de Tradição, mas também as leis bárbaras, principalmente a *Lex Baiuvariorum*.

Contudo, Ganshof ganhou notoriedade nessa área de pesquisa após a publicação da edição comentada do Políptico de Saint-Bertin²⁹⁹, que ele já havia utilizado para o seu artigo de 1949. Diferentemente da edição do Políptico de Saint-Germain-des-Prés, publicado em

²⁹⁴ Ver mais adiante.

²⁹⁵ *Ibidem*. p. 51.

²⁹⁶ *Ibidem*. p. 39.

²⁹⁷ GANSHOF, François-Louis. *op. cit.* 1958.

²⁹⁸ *Ibidem*. p. 83.

²⁹⁹ GANSHOF, François-Louis. *op. cit.* 1975.

1836, que contava, até aquele momento, com apenas uma edição, o Político de Saint-Bertin já havia sido editado três vezes: a primeira por Benjamin Guérard³⁰⁰, a segunda por Oswald Holder-Egger³⁰¹ e a terceira por M. Gijsseling e A.C.F. Koch³⁰². Porém, nenhuma das três edições tinha como foco o Político, mas sim a *Gesta* do mosteiro, composta no século X. Assim, mesmo já existindo três edições, o pesquisador decidiu elaborar uma quarta, somente do Político e detalhadamente comentada. Apesar de suas observações terem como objetivo apenas esclarecer e descrever passagens do texto, sem nenhuma pretensão de análise, esta edição foi importante para o estudo do Grande Domínio, pois pela primeira vez os pesquisadores passaram a ter fácil acesso a um Político comentado que não o de Saint-Germain-des-Prés, ampliando de forma definitiva as pesquisas, a área analisada e, mais uma vez, reafirmando a importância dos Políticos para a análise do período e sua ligação estreita com o conceito de Grande Domínio.

Concluindo, apesar de marginal em suas pesquisas, os estudos de Ganshof reforçaram o modelo de Grande Domínio ao mostrar que tal estrutura não estava restrita a pequenas regiões densamente povoadas do reino franco, isto é, Paris e Eifel. Ao utilizar em suas análises, além dos Políticos, as leis bárbaras, o pesquisador aproximou dois campos de pesquisa que se constituíam como polo opostos: a história do direito e a história econômica. Por outro lado, os seus apontamentos sobre a origem de tal organização romperam com a tradição anterior e apontaram novas perspectivas de pesquisa, reforçadas, mais tarde, pela descoberta de novos documentos³⁰³, assim como a sua visão dinâmica de tais estruturas permitiu aprofundamentos sobre o estudo dos Políticos³⁰⁴. Por fim, a sua edição do Político de Saint-Bertin transformou essa fonte, antes pouco estudada e comentada, em um documento central para o estudo do tema, tanto quanto o Político de Saint-Germain-des-Prés.

³⁰⁰ GUÉRARD, Benjamin (org.). **Cartulaire de l'abbaye de Saint-Bertin**. Paris: Crapelet, 1840, p. 97-107.

³⁰¹ HOLDER-EGGER, Oswald. *Gesta Abbatum Sancti Bertini Sithiensium*. In: **Monumenta Germaniae Historica**, Scriptores SS, XIII, p. 600-673, 1881.

³⁰² GIJSSELING, M.; KOCH, A.C.F. **Diplomata Belgica ante annum millesium centesimum scripta**. Bruxelas: Belgisch Inter-Universitair Centrum voor Neerlandistiek, 1950.

³⁰³ Para mais detalhes sobre o assunto, cf.; GASNAULT, Pierre. **Documents comptables de Saint-Martin de Tours à l'époque mérovingienne**. Paris: Bibliothèque nationale, 1975.

³⁰⁴ As hipóteses de Ganshof sobre a origem do Grande Domínio foram, mais tarde, desenvolvidas com mais profundidade por Adriaan Verhulst, assim como suas observações sobre a dinamicidade do Grande Domínio foram acentuadas por Yoshiki Morimoto. Ambos os autores foram abordados com mais detalhes no capítulo 3.

2.6 O Grande Domínio em xeque

Apesar das inúmeras divergências entre os pesquisadores até aquele momento, a utilização dos Polípticos para o estudo da Idade Média, assim como o papel do Grande Domínio, não haviam sido questionados com a profundidade que fez Georges Duby. Aluno de doutorado de Charles-Edmond Perrin na Sorbonne, em 1951 se tornou professor de história da Idade Média em Aix-en-Provence e, entre 1970 e 1991, ocupou a cadeira de história das sociedades medievais no *Collège de France*.

Nossa análise se concentrou nos seus primeiros trabalhos, isto é, no artigo *La révolution agricole médiévale*³⁰⁵ e nos livros *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'occident médiéval*³⁰⁶ e *Guerriers et Paysans (VII^e-XII^e siècle): premier essor de l'économie européenne*³⁰⁷, já que posteriormente Duby se afastou das questões iniciais da sua carreira como pesquisador e não escreveu mais sobre o assunto. Objetivamos delinear a sua visão geral sobre a economia carolíngia e compreender o papel que o autor concede ao Grande Domínio nesse período. Por fim, apontar os desdobramentos de sua tese.

Duby, logo no início de um de seus livros, mostra a sua visão negativa sobre o estudo da economia medieval: “*Les espoirs sont minces, en effet, de faire encore, dans cette période de l'histoire rurale, d'importantes découvertes*”³⁰⁸. Todos os arquivos já foram catalogados, as descobertas arqueológicas não acrescentam nada novo, as fontes iconográficas são de difícil utilização³⁰⁹, já que elas não têm a preocupação de representar a realidade. Assim, coube ao autor apenas indicar em que estado as pesquisas se encontravam naquele momento. Essa observação radical criou um estado de imobilismo, não restaria nada a fazer, a não ser aprofundar os estudos para confirmar aquilo que já se sabia.

A quase inexistência de documentos escritos do período estudado³¹⁰, na visão do autor, impediu que inúmeras questões fossem respondidas, já que eles eram necessários para um conhecimento certo e preciso. Questionamentos sobre a relação do campo com a cidade eram

³⁰⁵ DUBY, Georges. La révolution agricole médiévale. *Revue de géographie de Lyon*, n°4, p. 361-366, 1954.

³⁰⁶ DUBY, Georges. *op. cit.* 1962.

³⁰⁷ DUBY, Georges. *op. cit.* 1973.

³⁰⁸ “Na verdade, as esperanças que, neste período da história rural, importantes descobertas sejam feitas, são pequenas”. (tradução nossa). DUBY, Georges. *op. cit.* 1962, p. 56.

³⁰⁹ DUBY, Georges. *op. cit.* 1954, p. 366.

³¹⁰ Para Duby, apenas a partir do século XIV há fontes suficientes para se empreender um estudo amplo sobre a história econômica do ocidente europeu. *Ibidem*, p. 361.

inúteis, já que as últimas deixaram de existir, com raras exceções³¹¹. As populações deixaram de possuir um *habitat* fixo e se deslocavam com frequência em um território dominado pelas florestas, local que também era fonte de alimento, já que os campos ocupavam uma pequena extensão de terras e não eram suficientes para alimentar a população. Com técnicas rudimentares de cultivo, que não integravam a criação de animais (adubo) com a plantação, e ferramentas de madeira³¹², incapazes de revirar o solo propriamente, a produtividade agrícola era baixa. Em tais condições, era necessária uma grande concentração de camponeses, como atesta o Político de Saint Germain-des-Prés, para que se conseguisse uma produção mínima. Sem a utilização de técnicas para recuperar o solo, este tinha que ficar em pousio durante longos períodos, enquanto a população passava fome. Assim, a agricultura, durante a Alta Idade Média, exigia uma grande quantidade de terras, uma grande concentração de pessoas e era ineficiente³¹³. Diante de tais condições, não foi possível sustentar um crescimento populacional, nem mesmo pequeno, assim como defende Ferdinand Lot³¹⁴. A população carolíngia era uma população em crise³¹⁵ e mal alimentada: “*Il semble que dès l'époque carolingienne, le peuplement des campagnes se présente sous la forme d'îlots très restreints où les hommes trop nombreux sont sous-alimentés*”³¹⁶. Assim, o Período Carolíngio, diferentemente dos apontamentos dos autores estudados, é apresentado por Duby como um momento de crise em que o homem lutava contra a natureza pela sua sobrevivência.

Por outro lado, diferentemente do que se poderia pensar, o autor aponta que os homens daquela época não viviam isolados nas clareiras abertas nas florestas, mas mantinham um circuito de relações, principalmente comerciais, tendo como ponto de encontro os mercados rurais semanais. Segundo Duby, “*(...) la monnaie, les 'deniers', ces pauvres petites pièces d'argent noir, jouaient leur rôle dans les relations entre seigneurs et paysans*”³¹⁷. Contudo, como é possível que uma população “esfomeada”, em crise, seminômade, que ignora técnicas agrícolas conhecidas desde o Período Romano, obtinha um excedente agrícola que era

³¹¹ *Ibidem.* p. 56.

³¹² Duby considera o estudo das ferramentas agrícolas durante a Alta Idade Média impossível, cabe apenas breves apontamentos. Para ele, a penúria das fontes é tal, que as ferramentas do camponês do período neolítico são melhor conhecidas do que durante a Alta Idade Média. DUBY, Georges. *op. cit.* 1973, p. 17.

³¹³ *Ibidem.* p. 57-87.

³¹⁴ LOT, Ferdinand. *op. cit.* 1921.

³¹⁵ DUBY, Georges. *op. cit.* 1973, p. 84.

³¹⁶ “Parece que a partir do Período Carolíngio, o povoamento dos campos se apresenta sob a forma de ilhotas muito restritas, onde os homens são numerosos e subalimentados”. (tradução nossa). DUBY, Georges. *op. cit.* 1954, p. 363.

³¹⁷ “(...) a moeda, o denário, pequeno pobre pedaço de prata escura, tinha o seu papel nas relações entre senhores e camponeses” (tradução nossa). *Ibidem.* p. 110.

vendido em mercados, trocado por moedas que ajudavam a pagar as taxas exigidas pelo senhor? Georges Duby se silencia diante do paradoxo.

Após essa descrição sumária da visão que o autor tem da economia durante a Alta Idade Média, surge a questão: Qual o papel do Grande Domínio nesse cenário desolador? Quando ele surge? A sociedade carolíngia não era uma sociedade igualitária, as diferenças são observáveis até entre os camponeses e assim, não era toda a população que sofria as consequências das condições descritas anteriormente. Havia uma camada da população que vivia “*dans l’oisiveté, l’abondance et la puissance*”³¹⁸. O que sustenta tais condições? O Grande Domínio, que começa a tomar forma, segundo o autor, a partir do século VII, corroborando os apontamentos de Ganshof. Assim, tal organização seria uma forma dos senhores explorarem o trabalho camponês, através das corveias (para Duby o pagamento de taxas em moedas e produtos naturais não era significativo) e garantirem para si alimentos em abundância. Apesar da existência de camponeses livres, cada vez mais raros ao longo do século IX, o Grande Domínio ocupava o centro de toda a economia da época³¹⁹.

Os senhores não tinham como objetivo desenvolver os campos e aumentar os rendimentos, assim como defendia Inama-Sternegg, e não havia uma “mentalidade de lucro”³²⁰. A organização da produção e do trabalho tinha como único objetivo alimentar o senhor e a sua “família”. Dessa forma, não havia preocupação com uma organização eficiente do Grande Domínio. Tal desorganização é possível observar, segundo o autor, na leitura do Político de Saint Germain-des-Prés, que descreve diversas famílias de terratenentes habitando um mesmo *mansus* (capaz de alimentar uma única), assim como famílias ocupando meio *mansus* ou até mesmo um quarto de *mansus*. Tal despreocupação também pode ser observada na relação entre o status do terratenente e da terra que ele ocupa. Assim, havia *coloni* que exploravam um *mansus servile* e *servus* que exploravam *mansus ingenuiles*. Essa organização “esclerosada”³²¹, nas palavras do autor, voltada apenas para a satisfação dos desejos do senhor, que não se preocupava com a produtividade das suas terras, teria barrado uma tendência de crescimento econômico e populacional, esboçados nos séculos anteriores. Assim, a visão negativa sobre o século IX se estendeu também para a análise do Grande Domínio, que não seria nada mais do que uma forma do senhor explorar os camponeses. Como o senhor sempre recebia grandes quantidades de alimento dos camponeses, ele não

³¹⁸ “na ociosidade, na abundância e no poder”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 98.

³¹⁹ *Ibidem*. p. 93.

³²⁰ DUBY, Georges. *op. cit.* 1962, p. 99.

³²¹ DUBY, Georges. *op. cit.* 1973, p. 111.

tinha preocupação alguma em aprimorar as técnicas agrícolas, o que tornava o sistema extremamente ineficiente.

Por último, vale a pena ressaltar que Duby, diferentemente de Dopsch, Bloch, Lot e Perrin, utiliza apenas o termo *grand domaine* e não “grande propriedade fundiária” ou “senhorio” e circunscreve tal organização ao Período Carolíngio. Tal utilização do termo passou a ser dominante na segunda metade do século XX.

Porém, quais documentos foram estudados por Duby para a construção de sua tese? Como ele trabalhou com as informações neles contidas? Apesar da raridade de documentos escritos, que permitiam vislumbrar a economia durante a Alta Idade Média, o autor os utilizou e para ele os Polípticos são os únicos que permitem uma abordagem mais ampla sobre o tema. Contudo, segundo Duby, esses documentos que “*analysent les éléments de chaque villa, et qui enregistrent les charges des manses après enquête auprès des tenanciers*” e que são “*actes authentiques, utilisés en justice por défendre les droits du maître*”³²², refletem a realidade rural apenas de forma imperfeita³²³, pois sendo uma ferramenta senhorial, deforma a realidade camponesa ao descrever apenas as terras que produzem riqueza diretamente para o senhor³²⁴. Além disso, o Políptico, para Duby, ao contrário do que aponta Perrin, não passa de uma imagem estática de um determinado momento do Grande Domínio, o que limita temporalmente a utilização dessa documentação. Assim, o autor analisa as fontes de acordo com as suas necessidades. Para ilustrar o nosso ponto de vista, recorreremos a alguns exemplos. Primeiro, a principal prova que Duby dá para a baixa produtividade das plantações, assim como para a quase inexistência de ferramentas de ferro, é uma passagem do *Brevium Exempla*, que descreve o domínio de Annapes. Mesmo tendo afirmado anteriormente que os Polípticos deformam a realidade, ele aceita, sem reservas, as informações contidas nessa fonte. Segundo, ele afirma que apenas oito dos 25 domínios do rico mosteiro de Saint Germain-des-Prés, possuem moinhos, o que é mais uma prova da pobreza vivida pela população naquela época. Contudo, ao analisar apenas numericamente os dados do documento, ele não percebe que 91% da reserva senhorial e 96% das tenências desse mosteiro possuem moinhos a no máximo 10km de distância³²⁵, o que mostra que os moinhos

³²² DUBY, Georges. *op. cit.* 1962, p. 297.

³²³ *Ibidem.* p. 68.

³²⁴ *Ibidem.* p. 91.

³²⁵ SIGAUT, François. **L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle.** Paris: EHESS, 1985, p.5.

existentes, mesmo que em somente oito domínios, atendiam perfeitamente as necessidades de todo o território.

Concluindo, as visões de Georges Duby, sobre a economia na Alta Idade Média romperam com a tradição anterior, que oscilava entre uma visão extremamente positiva (Guérard e Inama-Sternegg principalmente) e uma visão neutra (Dopsch, Bloch, Lot, Perrin e Ganshof). O autor vê a população camponesa como seminômade, que luta contra a natureza com suas próprias mãos, tendo como instituição organizadora o Grande Domínio, que tem como função principal permitir que poucos homens vivam na ociosidade. As hipóteses de Duby, ao invés de imobilizarem a pesquisa, como poderíamos pensar, fomentaram-na. Os pesquisadores, com o intuito de comprovar³²⁶ ou refutar³²⁷ as hipóteses de Duby, aprofundaram as pesquisas, tendo como ponto de partida o Grande Domínio, o que fez com que os estudos nessa área, a partir da década de 1970, se tornassem cada vez mais específicos e tecnicamente refinados.

As pesquisas desenvolvidas ao longo da primeira metade do século XX, em diálogo direto com os pesquisadores do século XIX, aprofundaram os estudos dos Polípticos através da análise de documentos pouco conhecidos até aquele momento, como o Políptico de Montierender e de Saint-Bertin. Ao mesmo tempo, o Políptico de Saint-Germain-des-Prés permaneceu e se consolidou como referência para a pesquisa do Grande Domínio. O estudo de um maior número de documentos influenciou a compreensão dos pesquisadores sobre o tema, que, apesar de se reconhecer a existência de outras formas de organização, considerou o Grande Domínio como fundamental para a compreensão da sociedade e economia carolíngia. O vocabulário utilizado nessas pesquisas se consolidou. O termo “domínio”, utilizado algumas vezes para se referir ao *mansus indominicatus*, como fez Guérard, passou a ser empregado para se referir a toda *villa*, e “reserva” passou a ser o termo para as terras senhoriais. “Tenência” e “terratene” foram amplamente aceitos pelos pesquisadores sem surgir contradições. Já a tradução de *Grundherrschaft* para o francês foi mais complicada, sendo: “senhorio” para Marc Bloch, “grande propriedade” para Perrin, e finalmente “Grande

³²⁶ FOSSIER, Robert. Les tendances de l'économie: stagnation ou croissance?. **Settimane di Studio di Spoleto**, p. 261-274, 1981.

³²⁷ VERHULST, Adriaan. La genèse du régime domanial classique en France au haut Moyen Âge. **Settimane di Studio di Spoleto**, p. 135-160, 1965. Morimoto aponta esse artigo como um ponto de virada nas pesquisas sobre o Grande Domínio, após esse estudo, tal organização assumiu um papel central nas pesquisas sobre a economia do período: MORIMOTO, Yoshiki. Verhulst (Adriaan). Rural and Urban Aspects of Early Medieval Northwest Europe. **Revue belge de philologie et d'histoire**, tomo 73, p. 1062, 1995.

Domínio”, para Ganshof e Duby, utilizado de forma ampla por todos a partir da década de 1960. Por outro lado, as críticas sobre os limites do uso dos Polípticos, assim como os problemas de se usar o conceito de Grande Domínio para a compreensão do período levadas ao extremo por Georges Duby, ao invés de paralisarem as pesquisas sobre o assunto, provocaram um verdadeiro *boom* dos estudos.

O problema da organização fundiária na Idade Média e, em especial, durante o Período Carolíngio, é antigo. Na França, temos primeiramente os prolegômenos de Benjamin Guérard, que influenciou diversas gerações de historiadores e algumas décadas mais tarde, a pesquisa de Numa Denis Fustel de Coulanges sobre as modificações e permanências ocorridas na Europa, entre o Baixo Império e a Alta Idade Média. Na Alemanha, esse campo de estudo ganhou impulso com a formulação e utilização do conceito de Grande Domínio por Karl Theodor von Inama-Sternegg, que procurou explicar a evolução econômica do ocidente Europeu através da análise do Grande Domínio, uma organização que teria se formado depois da queda do Império Romano e antes da formação feudalismo. Apesar da utilização de uma ampla gama de documentos, em todos os três autores os Polípticos são centrais, o de Saint-Germain-des-Prés para os dois primeiros e o de Prüm para o terceiro. A organização fundiária do período aparece de forma clara e compreensível para esses autores nessa documentação. Os outros textos citados são utilizados para reforçar hipóteses construídas a partir da observação dos Polípticos.

Essa relação estreita entre os Polípticos, estudados em detalhes no capítulo 1, e o Grande Domínio, abordado neste capítulo, permanece mesmo em autores que buscam criticar os apontamentos de Guérard e Inama-Sternegg, como Alfons Dopsch e March Bloch. Ambos buscam nos Polípticos elementos para refutar a visão sobre o Grande Domínio, construída por Inama-Sternegg, como a menção a diversas terras que não estão integradas diretamente à organização. Os primeiros estudos quantitativos de Ferdinand Lot e, posteriormente, de Charles-Edmond Perrin também seguem esse padrão. A demografia do período é estudada dentro do Grande Domínio e o documento, que fornece os números necessários, é o Políptico. No movimento feito por François-Louis Ganshof, que procurou estudar a estrutura fundiária fora dos entornos de Paris de Eiffel, segue a mesma lógica. Apesar de utilizar amplamente os cartulários das abadias, os Polípticos de Saint-Bertin e de Gante são utilizados na construção de uma visão coerente para o período e para a região. Por fim, mesmo quando a utilização dos Polípticos para o estudo da estrutura fundiária no Período Carolíngio é duramente criticada,

como faz Georges Duby, o documento é utilizado diversas vezes. Após as discussões feitas no capítulo 1 e 2, é possível observar a ligação estreita que existe entre o estudo do Grande Domínio e os Polípticos, constatação que nos leva a indagações que foram trabalhadas no capítulo 3.

Capítulo 3 – Problemas, limites e possibilidades do conceito de Grande Domínio

A criação do conceito de Grande Domínio e as discussões em torno dele, durante a primeira metade do século XX, como apresentado no capítulo anterior, ofereceram um modelo de explicação do mundo rural carolíngio. Esse modelo provocou diversos debates historiográficos em torno da sua origem, da sua formação, da sua constituição e do seu papel econômico, que promoveram consideráveis progressos historiográficos³²⁸. A partir do final da década de 1960, com a comunicação de Adriaan Verhulst na *Settimane di Studio di Spoleto*, em 1965³²⁹, os estudos em torno do Grande Domínio se intensificaram e o tema, já antes abordado por importantes historiadores, como Inama-Sternegg, Foustel de Coulanges, Alfons Dopsch, Marc Bloch, passou a ser central nas discussões em torno da economia e da sociedade da Alta Idade Média. Como já mencionado, a ampliação dos estudos trouxe consigo, não apenas a crítica aos estudos desenvolvidos na primeira metade do século XX e uma maior reflexão sobre as fontes utilizadas para tais estudos, mas também a crítica ao próprio conceito de Grande Domínio, que nunca havia sido feita antes.

Assim, pretendemos neste capítulo discutir os limites, os problemas, como também as possibilidades que o conceito de Grande Domínio traz para o estudo da sociedade rural franca durante o século IX³³⁰, por meio da análise do Políptico de Saint-Bertin. A escolha do documento de Sithiu se deve ao fato dele ser “aberrante”³³¹ em relação ao modelo estabelecido pelo Políptico de Saint-Germain-des-Prés, o que nos permite chegar mais perto dos limites interpretativos do modelo que estudamos. Para tanto, inicialmente, definiremos o conceito de Grande Domínio “clássico”. Depois, discutiremos os desafios propostos pela “teoria fiscalista” e as possibilidades explicativas da teoria evolucionista. Por fim, abordaremos os domínios excêntricos e o seu papel dentro da “economia de trocas” do reino franco. Nesse percurso temos como objetivo mostrar o peso que o Políptico de Saint-

³²⁸ DEVROEY, Jean-Pierre. **Puissant et misérables. Système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VI^e-XI^e siècles)**. Bruxelas: Académie royale de Belgique, 2006, p. 521.

³²⁹ VERHULST, Adriaan. La genèse du régime domanial classique en France au haut Moyen Âge. *Settimane di Spoleto*, p. 135-160, 1965.

³³⁰ O tema, mesmo depois de décadas de estudo, continua atual, como demonstra o evento realizado em 2010 na Universidade Livre de Bruxelas, em comemoração aos quarenta anos do artigo de Adriann Verhult, citado na nota 2, e em homenagem ao pesquisador japonês Yoshiki Morimoto. Esse evento pretendeu discutir exatamente os limites interpretativos do conceito de Grande Domínio. Para mais informações: <http://calenda.revues.org/nouvelle16481.html>, consultado no dia 20 de abril de 2012.

³³¹ GANSHOF, François Louis. **Le polyptyque de l'abbaye de Saint-Bertin (844-859)**. Paris: Imprimerie Nationale, 1975, p. X-XI.

Germain-des-Prés tem nas análises sobre o Grande Domínio, mesmo em estudos que utilizam outros documentos, e como a leitura do Políptico de Saint-Bertin abre novas possibilidades.

3.1 O Grande Domínio clássico

No primeiro capítulo tivemos como objetivo definir a documentação com que trabalhamos, apontar os problemas que os historiadores enfrentam ao utilizá-las, assim como indicar a ligação estreita que há entre os estudos dos Polípticos e do Grande Domínio. No segundo capítulo procuramos mostrar quando o conceito de Grande Domínio surgiu e como foi utilizado pelos historiadores, ao longo de suas pesquisas. Apesar de muitos momentos a visão dos pesquisadores sobre o Grande Domínio ser explicitada, em nenhum momento o conceito utilizado neste trabalho foi definido e por isso, assim o fizemos neste momento.

A primeira descrição que temos do que foi posteriormente chamado de Grande Domínio (*Grundherrschaft*) é a de 1844, feita por Benjamin Guérard, como exposto no capítulo 2. Como já mencionado, mesmo sem utilizar o conceito de Grande Domínio, formulado pela primeira vez em 1806³³², a escolha vocabular do autor marcou os estudos franceses sobre essa organização fundiária. Termos como *tenência* (*tenure*) e *terratenente* (*tenancier*) passaram a ser utilizados para se referir aos camponeses e as terras que integravam essa organização. Apesar de pretender descrever a *composition de la propriété*³³³ no mundo franco, o autor se baseou exclusivamente no Políptico de Saint-Germain-des-Prés. Estudos posteriores sobre o assunto, que utilizaram outros documentos, sempre consideraram as informações contidas na documentação de Saint-Germain-des-Prés como modelo, como parâmetro³³⁴, principalmente aquelas contidas no *breve* de Palatiolo.

Na década de 1960, como também apontado no capítulo 2, Adriaan Verhulst retomou os apontamentos feitos por Guérard sobre a organização fundiária no mundo franco e marca, de

³³² HÜLLMANN, Karl Dietrich. *Geschichte des Ursprungs der Stände in Deutschland*. Frankfurt an der Ober: Akademischen Buchhandlung, 1806.

³³³ Título do §240 dos prolegômenos de Guérard: GUÉRARD, Benjamin. *Polyptyque de l'abbé Irminon ou dénombrement des manses, des serfs et des revenus de l'abbaye de Saint-Germain-des-Prés sous les règnes de Charlemagne*. Paris: L'Imprimerie Royale, 1844, p. 481.

³³⁴ DURLIAT, Jean. La vigne et le vin dans la région parisienne au début du IX^e siècle d'après le polyptyque d'Irminon. *Le Moyen Âge*, p. 409, 1968.

forma definitiva, o que se entende por Grande Domínio “clássico”³³⁵. Para ele, o Grande Domínio como um todo, é o que as fontes chamam de *villa*, termo que aparece tanto no Políptico de Saint-Germain-des-Prés quanto no de Saint-Bertin:

*Adreharius colonus et uxor eius colona, nomine Ada. Isti sunt eorum infantes. Adalteus, Adrehildis, Adregundis. Et Andegaudus colonus et uxor eius colona, nomine Uualdrada. Isti sunt eorum infantes, Gerouildis, Saxa. Isti duo manent in Flogilivilla*³³⁶.

*Donationem quam fecit Oso in pago Oximense, in centena Corbonense, in villa que dicitur Mosoni*³³⁷.

*Habet in pago Senonico in villa Acanto mansum indominicatum cum casa et aliis casticiis sufficienter*³³⁸.

*In Fresingahem Eueruinus habet bunari V, arat*³³⁹ *iurnales III et soluit denarios VI. In eadem uilla Heleca habet bunarium semis arat iurnalem F*³⁴⁰.

*In Beinga uilla habet ecclesiam*³⁴¹.

*In Pupurninga uilla habet ecclesiam cum bunariis XVIII*³⁴².

Essa *villa* é controlada por um *dominus*, que pode ser o rei, um bispo, um abade ou até mesmo *potentes* laicos. Sua estrutura é bipartida, isto é, há duas partes. A primeira, é a reserva senhorial (*mansum dominicatum*), composta por terras aráveis, vinhas, prados e terrenos não cultivados, como florestas:

Habet in Palatiolo mansum dominicatum cum casa et aliis casticiis sufficienter.

Habet ibi de terra arabili culturas VI, quae habent bunuaria CCLXXXVII, ubi possunt seminari de frumento modios MCCC; de vinea aripennos CXXVII, ubi possunt colligi de vino modios DCCC.

Habet de prato aripennos C, ubi possunt colligi de feno carra CL.

*Habet ibi de silva, sicut aestimatur per totum in giro leuva o I, ubi possunt saginari porci .L. Habet ibi farinarios .III. Exiit inde in cenum de annona modios CLIII*³⁴³.

³³⁵ A ligação entre o trabalho de Guérard e o de Verhulst não é feita simplesmente por ambos trabalharem com o mesmo tema e a mesma fonte. O segundo pesquisador deixa claro que o trabalho do primeiro foi fundamental para o desenvolvimento do que ele chamou de Grande Domínio “clássico”, cf.: VERHULST, Adriaan, *op. cit.* nota 14, p. 139, 1965.

³³⁶ “Adreharius, colono, e a sua mulher colona chamada Ada. Estes são seus filhos. Adalteus, Adrehildis, Adregundis. E Andegaudus, colono, e a sua mulher colona, chamada Uualdrada. Estes são os seus filhos: Gerouildis, Saxa. Estes dois moram em Flogilivilla. (tradução e grifo nosso). IX, §27

³³⁷ “Doação feita por Oso no pago Oximense, na centena Corbonense, na villa que é chamada de Mosoni”. (tradução e grifo nosso). XII, §16

³³⁸ “Há no pago de Senonico, na villa Acanto, mansus senhorial com casa e outras construções suficientes”. (tradução e grifo nosso). XIX, §1

³³⁹ O verbo utilizado no documento é *arare*. Contudo, Ganshof aponta que essa palavra não se refere simplesmente ao ato de “arar” a terra, mas tudo o que é relacionado ao seu cultivo. Desde o ato de semear até colher. GANSHOF, François-Louis. *op. cit.* 1975, p. 36.

³⁴⁰ “Em Fresingahem, Eueruinus tem V bonários, ara III iurnales e paga VI denários. Na mesma villa, Heleca tem meio bonário e ara um iornale. (tradução e grifo nosso). XVII.

³⁴¹ “Em Beinga villa há uma igreja”. (tradução e grifo nosso). XXIII

³⁴² “Em Pupurninga villa há uma igreja com XVIII bonários”. (tradução e grifo nosso). XXVII.

Nesse trecho, a primeira informação que temos é a localização do domínio: *in Palatiolo*, para logo em seguida afirmar que há uma reserva senhorial (*mansum dominicatum*) com uma residência (*casa*), sede do domínio, e outras construções em número suficiente. Em seguida, são descritas as terras pertencentes diretamente àquele senhor e o quanto aquelas terras podem produzir. Neste caso, o senhor possui 287 *bonários*³⁴⁴ de terras aráveis, que podem semear 1.300 módios de trigo, 137 arpentos de vinhas, que podem produzir 800 módios de vinho. Há ainda 100 arpentos de prado, que podem colher 150 carroças de feno, uma floresta que possui em torno de 1 légua, que pode alimentar 50 porcos. Por último, 3 moinhos, que pagam um *censum* de 153 módios³⁴⁵ de grãos. Em outros Polípticos o padrão se mantém: primeiro o domínio é localizado, depois as terras senhoriais são descritas, como por exemplo, no Políptico de Saint-Bertin: “*In Kelmis habent (...) mansum indominicatum cum casa et aliis casticiis. De prato bunaria XXXVIII. De terra arabili bunaria CLXXX. De silua grossa bunaria XXX. De silua minuta bunaria XV*”³⁴⁶, com a diferença que a quantidade de víveres que cada terra pode produzir não é determinada.

A segunda parte descreve os *mansis* ou tenências, que juntas são tão grandes quanto as terras aráveis do senhor. No caso de Palatiolo, elas ultrapassam o número de cem:

*Uualafredus, colonus et maior, et uxor eius colona, nomine Eudimia, homines sancti Germani, habent secum infantes II, his nominibus, Uualahildis, Leutgardis. Tenet mansos ingenuiles II, habentes de terra arabili bunaria VII, de vina aripennos VI, de prato aripennos III*³⁴⁷.

*Gerhaus, colonus sancti Germani, et Fulcraus, colonus sancti Germani, tenent mansum ingenuilem I, habentem de terra arabili bunaria III et dimidium, de vinea aripennos II et duas partes de alio, de prato aripennos III et terciam partem de aripennos*³⁴⁸.

³⁴³ “Há em Palatiolo um *mansus* senhorial com casa e construções suficientes.

Há terras aráveis, VI culturas, que possuem CCLXXXVII *bonários*, que podem semear MCCC módios de trigo; há CXXVII arpentos de vinhas, que podem colher DCCC módios de vinho.

Há C arpentos de prado, que podem colher CL carroças de feno.

Há uma floresta estimada em I légua, que pode alimentar L porcos.

Há III moinhos, que pagam pelo *census* CLIII módios de grãos”. (tradução nossa). II, §1.

³⁴⁴ Medida de área amplamente utilizada durante o Período Carolíngio.

³⁴⁵ Medida de volume amplamente utilizada durante o Período Carolíngio.

³⁴⁶ “Em Kelmis, *mansus senhorial* com casa e outras construções. XXXVIII *bonários* de prado. CLXXX *bonários* de terra arável. XXX *bonários* de floresta com grandes árvores. XV *bonários* de floresta com pequenas árvores”. (tradução e grifo nosso). XVI.

³⁴⁷ “Uualafredus, colono e *maior*, e a sua mulher colona chamada Eudimia, homens de Saint-Germain, tem II crianças, seus nomes, Uualahildis, Leutgardis. Tem II *mansis* livre com VII *bonários* de terras aráveis, VI arpentos de vinhas, III arpentos de prado”. (tradução e grifo nosso). II, §2.

³⁴⁸ “Gerhaus, colono de Saint-Germain, e Fulcraus, colono de Saint-Germin, têm I *mansus* livre com III *bonários* e meio de terras aráveis, II arpentos de vinhas e duas partes de outra, III arpentos mais um terço de arpeno de prado”. (tradução e grifo nosso). V, §9.

*Bertulfus colonus et uxor eius libera, nomine Trutlindis (...) Tenet mansum ingenuilem I*³⁴⁹.

*In Weserinio habet ecclesia (...) Mansa XVIII*³⁵⁰.

*In Aldomhem habet casam indominicatam cum aliis casticiis (...) Mansa XV per bunaria XII*³⁵¹.

*In Thorbodeshem habet ecclesiam (...) Mansa XVIII*³⁵².

A descrição das tenências pode ser mais detalhada, como no caso de Saint-Germain-des-Prés, com a nomeação de cada terratenente e seus filhos, assim como a descrição do conteúdo das terras, como prados, vinhas e terras aráveis; ou menos detalhada, como no caso de Saint-Bertin, em que é mencionada apenas a quantidade de *mansi*.

Por último, Verhulst salienta que a marca do Grande Domínio “clássico”, além da bipartição das terras, é a exploração direta da reserva senhorial e os pagamentos e serviços devidos pelos terratenentes. Esses pagamentos poderiam ser uma quantia de víveres, como grãos, aves, porcos e ovos; serviços para o senhor, como trabalhos agrícolas, manutenção das construções, transporte de pessoas e mercadorias, envio de mensagens; ou um pagamento em moedas:

*Ingenulfus, colonus sancti Germani, habet secum matrem suam et sororem (...) Solvit ad hostem de argento sólidos IIII et ad alium annum multones II; ad tertium annum, propter erbaticum, germia I; de vino in pascione módios III. Arat ad hibernaticum perticas IIII, ad tramisum perticas II; pullos IIII, ova XV. Caropera, manuopera, curbadas, caplim, ubi ei iniungitur*³⁵³.

*Mansa XVIII et semis per bunaria XII, et ille dimidius per bunaria VI, cum seruis XI qui faciunt III dies in ebdomada, VIII ancille VIII faciunt ladmones VIII. Alii ingenui faciunt II dies in ebdomada et de ingenuis feminis X ueniunt ladmones V. Ad uineas carra IIII et semis. Unusquisque, de brace parat modia X, de farina VI; pullos III, ova XX. Lunarii³⁵⁴ XXI. Sunt ibi prebendarii VI. Luminarii³⁵⁵ XC; soluunt inter omnes libram I, sólidos V*³⁵⁶.

³⁴⁹ “Bertulfus, colono, e sua mulher livre, chamada Trutlindis (...) Tem I *mansus* livre”. (tradução e grifo nosso). VIII, §4.

³⁵⁰ “Em Weserino há um igreja (...) XVIII *mansi*”. (tradução e grifo nosso). XXVIII.

³⁵¹ “Em Aldomhem há uma casa senhorial com outras construções (...) XV *mansi* com XII *bonários* cada um”. (tradução e grifo nosso). XXX.

³⁵² “Em Thorbodeshem há uma igreja (...) XVIII *mansi*”. (tradução e grifo nosso). XXXIII.

³⁵³ “Ingenulfus, colono de Saint-Germain, tem consigo mãe e irmã (...) paga em um ano IIII soldos de prata para o exército, no outro ano II carneiros e no terceiro ano, pagamentos pelo pasto, cultiva I; III módios de vinho na páscoa. No inverno, ara IIII vergas, no outono, II vergas; IIII frangos, XV ovos. serviços de transporte, serviços manuais, corveia, corte de madeira, quanto for exigido”. (tradução nossa). V, §28.

³⁵⁴ Dependente das terras senhoriais que não possui terra e deve trabalhar um dia por semana nas terras do senhor.

³⁵⁵ Dependente das terras senhoriais que não possui terra e deve pagar uma taxa para a iluminação da igreja.

³⁵⁶ “XVIII *mansi* com XII *bonários* e meio *mansus* com VI *bonários*, com XI servos que trabalham III dias por semana, VIII servas que fazem VIII peças de tecido. Todos os livres trabalham II dias por semana e as X mulheres livres fazem V peças de tecido. IIII carroças e meia até as vinhas. Cada um deve entregar 10 módios de

Para Verhulst, o surgimento do Grande Domínio foi consequência de um lento processo, que teria como ponto de partida os pequenos domínios escravistas do Período Merovíngio, que promoveram grandes arroteamentos. E como ponto de chegada o domínio bipartido carolíngio, baseado em explorações camponesas familiares. Tal processo teria sido influenciado por fatores naturais, como qualidade do solo; e fatores humanos, como a presença do rei ou de uma alta aristocracia na região, o que levou a intensificação da exploração agrícola, seguido de um adensamento da população. Esse processo não teria ocorrido de forma uniforme em todas as regiões submetidas ao domínio franco, mas sim, surgido inicialmente entre o Loire e o Reno, para depois se desenvolver em outras regiões, como o norte da Itália e terras ao leste do Reno³⁵⁷.

Concluindo, por meio da primeira descrição feita por Guérard, analisada no capítulo anterior, dos apontamentos feitos por Verhulst e da análise de alguns trechos dos Polípticos de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Bertin, podemos definir o Grande Domínio “clássico” como uma grande exploração dominial, que surgiu na região compreendida entre o Loire e o Reno, sob a influência de monarcas carolíngios, constituída de uma reserva senhorial (*mansus (in)dominicatus*) e de tenências (*mansus, mansus ingenuile, mansus lidile e mansus servile*), isto é, uma organização bipartida. Este sistema dominial tem como base a exploração direta da reserva e a relação desta com as tenências, que se dava através de pagamentos em víveres, moedas ou serviços.

3.2 A teoria fiscalista: o fim do Grande Domínio?

Desde a sua primeira formulação teórica³⁵⁸ até a década de 1970, a discussão em torno da origem, da extensão e da produtividade agrícola do Grande Domínio provocou longos debates, mas a sua existência nunca foi posta em dúvida. Porém, Jean Durliat, entre os anos de 1978 e 1990, publicou uma série de artigos que colocou em xeque tal conceito, seguido por aprofundamentos desenvolvidos por Élisabeth Magnou-Nortier. A ênfase dada por esses dois autores ao estudo do sistema fiscal fez com que o conjunto de suas hipóteses fosse chamado

malte, VI de farinha; III frangos, XX ovos. XXI *lunari*. VI são *prebendarii*. XC *luminarii*; pagam no total I libra e V soldos”. (tradução nossa). XXIII.

³⁵⁷ VERHULST, Adriaan. *op. cit.* 1965, p. 156.

³⁵⁸ INAMA-STERNEGG, Karl Theodor. **Deutsche Wirtschaftsgeschichte**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1879, p. 278-346.

de “teoria fiscalista”. A reação a essa teoria foi violenta e sempre acompanhada de muita ironia, o que muitas vezes empobreceu o debate. Os artigos escritos em resposta procuraram, não apenas desqualificar as ideias propostas, mas também os próprios historiadores. Jean-Pierre Devroey, por exemplo, ironiza o fato de Durliat, especialista no mundo Bizantino, se aventurar em terras francas:

*Il faut dès l'abord souligner le **mérite** et le **courage** d'un historien qui, **sans être à proprement parler un spécialiste du monde franc**, a l'ambition d'éclairer les institutions et les pratiques politiques mérovingiennes et carolingiennes par sa maîtrise de l'histoire du Bas-Empire romain et de l'Empire byzantin*³⁵⁹.

Outras vezes, Durliat foi acusado de “ignorância”, sem mais explicações: “*A mon avis, ces arguments dénotent une **profonde ignorance** de la façon dont la terre était exploitée à cette époque; ils ne correspondent d'ailleurs pas du tout à la documentation*”³⁶⁰. Durliat e Magnou-Nortier não ignoraram os ataques e as suas repostas foram dadas no mesmo tom. A pesquisadora francesa, por exemplo, acusa toda a historiografia, até aquele momento, de “ignorante”: “*Je voudrais conclure cette étude par une élucidation des raisons de cette **curieuse ignorance**, dont on a souffert jusqu'à aujourd'hui, et si dommageable finalement à la science historique*”³⁶¹. Indo mais além, ela procura colocar em xeque o próprio fazer histórico:

*Ce qui surprend le plus, en fait, n'est pas tant l'ignorance de sources notoires et publiées depuis longtemps, car nul n'a jamais tout lu, mais plutôt l'esprit de système dans lequel les historiens s'enferment si facilement, et qui les rend imperméables à la progression du savoir, réfractaires aux nécessaires remises en cause de théories devenues indéfendables, voire indignés par cet aggiornamento. Je sais bien que de telles remarques remettent en cause l'élaboration même du savoir historique, que chacun devrait sagement placer sous le signe de la probabilité, jusqu'à ce que les preuves accumulées soient telles qu'elles expriment enfin une évidence. Toutes les sciences progressent ainsi, pourquoi pas l'histoire?*³⁶²

³⁵⁹ “É preciso desde agora enfatizar o **mérito** e a **coragem** de um historiador, que, **sem ser propriamente um especialista do mundo franco**, tem a ambição de esclarecer as instituições e as práticas políticas merovíngias e carolíngias por meio do seu conhecimento de história do baixo Império Romano e do Império Bizantino”. (tradução e grifo nosso). DEVROEY, Jean-Pierre. Polyptyques et fiscalité à l'époque carolingienne. Une nouvelle approche? *Revue belge de philologie et d'histoire*, p. 783, 1985a. Fato também enfatizado por Goetz: GOETZ, Hans-Werner. Review: Les finances publiques de Dioclétien aux Carolingiens (284-889). *Gnomon*, nº 65, p. 687-690, 1993.

³⁶⁰ “Sob o meu ponto de vista, os argumentos denotam uma **profunda ignorância** sobre a maneira com que a terra era explorada naquela época, eles não correspondem de forma alguma com aquilo que é encontrado na documentação”. (tradução e grifo nosso). WICKHAM, Chris. La chute de Rome n'aura pas lieu. *Le Moyen Âge*, p. 112, 1993.

³⁶¹ “Eu gostaria de concluir este estudo por uma elucidação das razões desta **curiosa ignorância**, que sofremos até hoje, tão danosa à ciência histórica”. (tradução e grifo nosso). MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. Le grand domaine: des maîtres, des doctrines, des questions. *Francia*, nº 15, p. 694, 1987.

³⁶² “O que mais surpreende na verdade, não é tanto a ignorância em relação às fontes notariais, publicadas há muito tempo, pois ninguém jamais as leu completamente, mas o espírito de sistema no qual os historiadores se fecham tão facilmente e que os tornam impermeáveis ao progresso do saber, refratários aos necessários

Assim, distante das críticas de cunho pessoal, nosso objetivo primeiro foi mostrar como a “teoria fiscalista” desafiou 150 anos de pesquisa. Segundo, o que fez com que alguns anos depois, tal teoria fosse completamente desconsiderada e, por fim, como a leitura do Político de Saint-Bertin, assim como os Anais produzidos nessa abadia, podem nos ajudar a esclarecer um dos principais problemas desse debate: a questão do *mansus*. Para tanto, fizemos uma breve explanação sobre as ideias de Durliat e Magnou-Nortier e sobre as críticas feitas por outros historiadores, para então, a partir da discussão em torno do conceito de *mansus*, discutir os limites e problemas desta teoria e apontar uma possível leitura para esse termo, utilizando alguns documentos de Sithiu. O debate sobre o *mansus* não é apenas imprescindível, por fazer parte da argumentação de Durliat, mas também por fazer parte, em maior ou menor medida, de todos os estudos que abordam o Grande Domínio.

3.2.1 Jean Durliat e Élisabeth Magnou-Nortier

Como dito anteriormente, os pesquisadores divergiram sobre a origem do Grande Domínio. Inama-Sternegg, por exemplo, identificou o século IX como momento de surgimento de tal organização³⁶³, já Alfons Dopsch e Charles-Edmond Perrin o localizaram no Baixo Império³⁶⁴, enquanto que François-Louis Ganshof e Verhulst apontaram a transição entre os séculos VII e VIII³⁶⁵ como o momento em que ele teria surgido. Outra divergência se deu em torno da sua função: Inama-Sternegg afirma que o Grande Domínio é a organização estruturante de todo o império carolíngio, responsável pela formação de uma verdadeira economia nacional³⁶⁶; Alfons Dopsch limita tanto a sua extensão quanto a sua influência dentro do império, devido, principalmente, à existência de inúmeros alódios que Inama-

questionamentos de teorias que se tornaram indefensáveis, até mesmo indignas deste *aggiornamento*. Eu sei bem que tais observações colocam em questão a elaboração do saber histórico, que cada um deveria sabiamente coloca-lo sob o signo da probabilidade, até o momento em que as provas acumuladas sejam suficientes a ponto de exprimir enfim uma evidência. Todas as ciências progridem assim, por que não a história?” (tradução nossa). MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. La chute de Rome a-t-elle eu lieu? **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo CLII, p. 537, 1994.

³⁶³ INAMA-STERNEGG, Karl. Theodor. *op. cit.* 1879, p. 278.

³⁶⁴ DOPSCH, Alfons. **The economic and social foundations of European civilization**. Londres: Stephen Austin and Sons, 1937, p. 44, p. 106, p. 114, p. 137, p. 171, p. 204, p. 288 ; PERRIN, Charles-Edmond. **La seigneurie rurale en France et en Allemagne du début du IX^e siècle à la fin du XII^e siècle**. Paris: Centre de documentation universitaire, 1953, p. 4.

³⁶⁵ GANSHOF, François Louis. Quelques aspects principaux de la vie économique dans la monarchie franque au VII^e siècle. **Settimane di Studio di Spoleto**, p. 76, 1958. VERHULST, Adriaan. *op. cit.* p. 153-160, 1965.

³⁶⁶ INAMA-STERNEGG, Karl Theodor. *op. cit.* 1879, p. 346.

Sternegg ignora³⁶⁷; Bloch o localiza em uma longa continuidade dos senhorios, que teria se iniciado durante o Período Romano e se estendido até a Revolução³⁶⁸; por fim, Duby defende que o Grande Domínio era uma organização central do Período Carolíngio, que permitia os senhores explorar o trabalho camponês através das corveias e que permitia garantir para os próprios senhores alimentos em abundância e uma vida de ociosidades³⁶⁹. Poderíamos apresentar ainda inúmeros outros exemplos de problemas para os quais foram dadas as mais diferentes soluções, contudo, todos eles possuem uma característica em comum: nenhum questiona a existência do Grande Domínio, mesmo que aceitando algumas variações.

Tal questionamento ocorreu, pela primeira vez em 1978, por meio de um artigo de Jean Durliat³⁷⁰. O ponto de partida de sua reflexão foi Guérard, que afirma que as taxas que os terratenentes pagam são estritamente privadas e não podem ser chamadas de impostos, já que o sistema fiscal fundado pelos romanos havia sido destruído pelos bárbaros, que reduziram a “coisa pública” em “coisa privada” poucos séculos depois de sua conquista³⁷¹. Para Durliat, os estudos de Robert Delatouche³⁷² mostraram que as teorias catastróficas, presentes nos trabalhos dos historiadores do século XIX e em autores do século XX, como Georges Duby, não faziam sentido. Muito diferente de uma ruptura, houve uma continuidade entre o Baixo Império e o Período Carolíngio. O documento analisado é o *brevium de Annapes*. Para ele, não é possível afirmar a baixa produtividade das terras reais a partir desse documento, como fez Duby³⁷³, pois nele estaria descrito apenas aquilo que é devido ao imperador em forma de imposto, segundo ele: “*cet usage des revenus publics n’a rien de surprenant pour qui connaît la pratique de l’administration du Bas-Empire, à partir du V^e siècle au moins*”³⁷⁴. Dessa forma, “(...) *les grands domaines sont responsables de la gestion de revenus publics, et vraisemblablement de la perception de l’impôt*”³⁷⁵. Consequentemente, segundo Durliat, os Polípticos não poderiam ser utilizados para o estudo da economia carolíngia, de suas

³⁶⁷ DOPSCH, Alfons. *op. cit.* p. 46, 1937.

³⁶⁸ BLOCH, Marc. **Les caractères originaux de l’histoire rurale française**. Paris: Armand Colin, 1952 (1931).

³⁶⁹ DUBY, Georges. La révolution agricole médiévale. **Revue de géographie de Lyon**, n°4, p. 361-366, 1954.

³⁷⁰ DURLIAT, Jean. *De conlaboratu*: faux rendements et vraie comptabilité publique à l’époque carolingienne. **Revue historique de droit français et étranger**, p. 445-457, 1978.

³⁷¹ GUÉRARD, Benjamin. *op. cit.* 1844, p. 657-658.

³⁷² DELATOUCHE, Robert. Regards sur l’agriculture aux temps carolingiens. **Journal des savants**, p. 73-100, 1977.

³⁷³ DUBY, Georges. **L’économie rurale et la vie des campagnes dans l’occident médiéval**. Paris: Aubier, 1962, p. 64.

³⁷⁴ “este uso dos rendimentos públicos não tem nada de surpreendente para quem conhece a prática da administração do baixo Império, a partir do século V pelo menos”. (tradução nossa). DURLIAT, Jean. *op. cit.* p. 450, 1978.

³⁷⁵ “(...) os Grandes Domínios são responsáveis pela gestão dos rendimentos públicos e provavelmente da cobrança de imposto”. (tradução nossa). *Ibidem*, p. 451.

estruturas fundiárias, nem para a compreensão da relação entre senhores e camponeses, pois eles descreveriam apenas o sistema fiscal franco, a relação entre o Estado e o contribuinte e não um sistema baseado na terra que estruturaria as relações sociais³⁷⁶.

Alguns anos depois, ao estudar o que ele chamou de “imposto para o exército” no Políptico de Saint-Germain-des-Prés³⁷⁷, Durliat afirma que, apesar do aprofundamento dos estudos dos Polípticos, as conclusões elaboradas até então eram fracas e facilmente contestáveis. Isso ocorria devido à indefinição em relação à natureza real do Políptico, assim como exposto no capítulo 1, e à má leitura do documento que os historiadores vinham fazendo até então. O *mansus* não seria uma unidade de produção, mas sim uma unidade imperial fiscal, que substitui o antigo *caput* romano: “*Au lieu de calculer l’assiette de chaque contribuable et de l’évaluer en fractions de caput, on a crée une assiette type, le manse, qui pouvait ensuite soit être divisé en demi ou quarts de manses*”³⁷⁸. Em outro artigo, o autor reforça a ideia: “*Le manse avait le même avantage que le caput: donner à l’Etat un nombre précis d’unités fiscales, nombre par lequel on divisait le montant de l’impôt à recouvrer*”³⁷⁹. É importante ressaltar que essa visão sobre o *mansus* é inovadora e busca romper com uma longa tradição³⁸⁰. Contudo, Durliat aproxima uma antiga unidade romana que desapareceu no século IV, o *caput*, a uma unidade surgida dentro do reino franco, o *mansus*, sem explicar como teria se dado essa continuidade.

Para amparar a sua tese, Durliat se utiliza de um novo argumento: no final da descrição de cada domínio do Políptico de Saint-Germain-des-Près há um resumo do que é devido. Contudo, se fizermos a soma do que está descrito e compararmos com o resumo, as quantidades não serão sempre as mesmas, com uma exceção: as somas ligadas ao *hostilitium*, isto é, um imposto pessoal, cobrado pela abadia e pago ao imperador para a manutenção do exército real. Para o autor, só é possível compreender a existência e a constância dessa informação nos Polípticos, se o considerarmos um documento fiscal utilizado pelo imperador e não um documento de uso privado que garante a posse de uma propriedade. Os mosteiros seriam os principais responsáveis pela administração do sistema fiscal do império carolíngio.

³⁷⁶ *Ibidem*, nota 32, p. 456.

³⁷⁷ DURLIAT, Jean. Le polyptyque d'Irminon et l'impôt pour l'armée. *Bibliothèque de l'École des Chartes*, tomo CXLI, p. 183-208, 1983.

³⁷⁸ “Ao invés de calcular a quantia de cada contribuinte e de avaliar em frações de *caput*, foi criada uma base tributária, o *mansus*, que poderia em seguida ser dividido em dois ou quatro”. (tradução nossa). *Ibidem*, p. 197.

³⁷⁹ “O *mansus* tinha a mesma vantagem do *caput*: dar ao Estado um número preciso de unidades fiscais, número pelo qual se dividia o montante de imposto a arrecadar”. (tradução nossa). DURLIAT, Jean. Du *caput* antique au manse medieval. *Pallas*, nº 29, p. 69, 1982.

³⁸⁰ Para mais detalhes, ver adiante.

Em um artigo seguinte, Durliat desenvolve a sua argumentação e procura definir, de maneira mais precisa, *mansus*³⁸¹. Para ele, definir *mansus* como uma unidade de produção de tamanho regular cria inúmeros problemas nas leituras de Polípticos, já que não é possível observar nenhuma regularidade no seu tamanho:

*Ratbertus colonus, homo sancti Germani, et uxor eius advena, cuius infantes non sunt sancti Germani. Manet in Holstoldi Villa. Tenent mansum I, habentem de terra arabili bunuaria XVIII*³⁸².

*Ualentus, colonus sancti Germani, habet secum matrem et sororem. Tenet mansum ingenuilem I, habentem de terra arabile bunuaria VI et antsingas III*³⁸³.

*Rumoldus colonus, homo sancti Germani, manet in Mantula. Tenet mansum I ingenuilem, ahabentem de terra arabili bunuaria VIII et iornalem I, de vinea aripennum I, de prato dimidium aripennum*³⁸⁴.

*In Atcona est ecclesia ad quam soluunt VII homines de lumine unusquisque de cera ualente denarios II. Casam indominicatam cum aliis casticiis. De prato bunaria XI. De terra arabili bunaria CC. De silua minuta bunarium I. De pastura inculta bunaria L. Mansa XXIII et semis, omnes per bunaria XII et ille dimidius per bunaria VI*³⁸⁵.

Assim, em Saint-Germain-des-Prés, Ratbertus possui 1 *mansus* com 18 *bonários* de terras aráveis, enquanto que Ualentus possui 1 *mansus* com seis *bonários* de terras aráveis e 3 *antsingas*. Enquanto que em Saint-Bertin, todos os *mansi* que formam as tenências de Atcona possuem 12 *bonários*. Também não é possível observar uma relação entre o tamanho do *mansus* e os pagamentos devidos:

*Uulfardus colonus et uxor eius libera, nomine Ermoara, habent secum infantes III (...) Solvit ad hostem de vino modios X, in pascione modios III, soalem I, valentem solidum I Arat ad hibernaticum perticas VI, ad tramisem perticas III. Corvadas, caplim, caropera, manopera, quantum ei iubetur*³⁸⁶.

³⁸¹ DURLIAT, Jean. Le manse dans le polyptyque d'Irminon - nouvel essai d'histoire quantitative. In: ATSMA, Hartmut. (ed.). **La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1989, p. 468.

³⁸² "Ratbertus, colono, homem de Saint-Germain, e sua mulher estrangeira, têm filhos que não são de Saint-Germain. Mora em Holstoldi Villa. Têm **I mansus e XVIII bonários de terras aráveis**". (tradução e grifo nosso). XXI, §81. Todos os exemplos aqui apresentados foram escolhidos a partir de nossa leitura dos documentos. Durliat não apresenta exemplos, ele tem com pressuposto que o seu leitor conhece os documentos.

³⁸³ "Ualentus, colono de Saint-Germain, tem consigo mãe e irmã. Tem **I mansus livre, têm VI bonários de terras aráveis e III antsingas**". (tradução e grifo nosso). XV, §7.

³⁸⁴ "Rumoldis, colono, homen de Saint-Germain, mora em Mantula. Tem **I mansus livre, têm VIII bonários de terras aráveis e I iornale, I arpeno de vinha e meio arpeno de prado**". (tradução e grifo nosso). XXI, §10.

³⁸⁵ "Em Atcona há um igreja, VII *luminarii*, cada um deve pagar uma quantia de cera equivalente a II denários. Casa senhorial com outras construções. XI *bonários* de prado. CC *bonários* de terras aráveis. I *bonário* de floresta com pequenas árvores. L *bonários* de pasto inculto. **XXIII mansi com XII bonários cada um e meio mansus com VI bonários**". (tradução e grifo nosso). XXI.

³⁸⁶ "Uulfardus colono e sua mulher liberta, chamada Ermoara, têm III filhos (...) Pagam para o exército X módios de vinho, na Páscoa, III módios, um porco equivalente a I soldo. Aram no inverno VI vergas, na primavera, III vergas. Corveia, corte de madeira, serviços de transporte e serviços manuais quanto o senhor exigir". (tradução nossa). VIII, §3.

*Vulfegaudus, colonus sancti Germani (...) Facit in vinea aripennos II Multones I; de vino in pascione modios III Arat ad hibernaticum perticas IIII, ad tramisem perticas II Corvadas, caplim, carropera, manopera, ubi ei iniungitur. Scindolas C; pullos III, ova XV*³⁸⁷.

Nem o número de famílias em cada *mansus*:

*Aregius colonus et uxor eius colona, nomie Blitgildis, homines sancti Germani. Ingelhaus colonus et uxor eius colona, nomine Erlindis (...) Amalgaudus servus et uxor eius colona, nomine Frotbolda (...) Lontgaus, colonus sancti Germani. Isti quattuor tenent mansum ingenuilem I (...)*³⁸⁸.

*Ualtarius servus habet secum infantem I Uualdegadus servus et uxor eius colona, nomine Elegia (...) Isto duo tenent mansum ingenuilem I (...)*³⁸⁹.

Nem a quantidade de *mansus* que possui cada família:

*Uualafredus, colonus et maior (...) tenet mansos ingenuiles II (...)*³⁹⁰.

*Ermenberga, Iste tenet dimidium mansum servilem (...)*³⁹¹.

*Gautmarus servus et uxor eius lida, nomine Sigalsis (...) Tenet quartam parte de manso (...)*³⁹².

*Desiderius colonus et mater eius, Adalhidis et sorores eius Amalgudis et Angalsindis et Amadinga. Tenet dimidium mansum ingenuilem (...)*³⁹³.

Há casos de pessoas que possuem *mansus*, pagam taxas, mas não possuem terras: “*Ermenulfus faber medietatem mansi de VI lanceis*”³⁹⁴ ou “*Hado faber prosolvit medietatem mansi de fabricina sua*”³⁹⁵. Diante de tamanha irregularidade, o autor afirma que não é possível compreender *mansus* como uma unidade de produção agrária.

Por meio da análise da produção de trigo de cada domínio, da extensão do *mansus*, da quantidade de sementes produzidas por *bonário* e do valor cobrado pelo *hostilitium*, Durliat procura mostrar que o montante cobrado como imposto para o exército é proporcional à produção de grãos, independente da extensão da terra. Isso comprovaria que o *mansus* é uma

³⁸⁷ “Vulfegaudus, colono de Saint-Germain (...) cultivava II arpentos de vinhas, paga I cordeiro, IV módios de vinho na páscoa. Ara no inverno IV vergas, na primavera, II vergas. Corveia, corte de madeira, serviços de transporte e serviços manuais quanto o senhor exigir. C vigas de madeiras, III frangos, XV ovos”. (tradução nossa). VIII, §24.

³⁸⁸ “Aregius colono e sua mulher colona, chamada Blitgildis, homens de Saint-Germain. Ingelhaus colono e sua mulher colona, chamada Erlindis (...) Amalgaudus servo e sua mulher colona, chamada Frotbolda (...) Lontgaus, colono de Saint-Germain. **Estes quatro** possuem I *mansus* livre”. (tradução e grifo nosso). IV, §21.

³⁸⁹ Ualtarius servo tem um filho. Uualdegadus servo e sua mulher colona, chamada Elegia (...) **Estes dois** possuem I *mansus* livre”. (tradução e grifo nosso). VII, §7

³⁹⁰ Uualafredus, colono e *maior* possui II *mansus*”. (tradução nossa). II, §2.

³⁹¹ “Ermenberga. Esta possui meio *mansus* servil”. (tradução nossa). IX, §215.

³⁹² “Gautmarus servo e sua mulher ‘meio-livre’, chamada Sigalsis (...) tem a quarta parte de um *mansus*”. (tradução nossa). XI, §7.

³⁹³ “Desiderius, colono, e sua mãe Adalhidis e suas irmãs Amalgudis e Angalsindis e Amadinga. Tem meio *mansus* livre”. (tradução nossa). XX, §11.

³⁹⁴ “Ermenulfus ferreiro paga VI lanças pelo seu *mansus*”. (tradução nossa). XIII, §103.

³⁹⁵ “Hado ferreiro paga por um *mansus* de sua oficina”. (tradução nossa). XIII, §104.

unidade abstrata, utilizada para a percepção fiscal, e não uma unidade agrária³⁹⁶. E explicaria também o fracionamento do *mansus*, onde o terratenente seria obrigado a pagar apenas uma parte do imposto. Já o agrupamento de diversas famílias no mesmo *mansus* ocorreria com o objetivo de facilitar a cobrança de impostos. Por fim, os casos de pessoas que possuem *mansus*, pagam taxas, mas não tem nenhuma terra descrita, se explicaria facilmente, já que o *mansus* não se referiria a uma terra, mas sim a uma unidade de percepção fiscal.

A partir dos estudos sobre o *mansus*, desenvolvido por Jean Durliat, Élisabeth Magnou-Nortier aprofundou os estudos fiscalistas ao ampliar o número de documentos estudados e ao abordar uma região distinta: o Limusino³⁹⁷. A autora compartilha com Durliat a visão de que não podemos ver o período entre os séculos V e VII como uma ruptura. Para ela, o historiador é obcecado por rupturas e descontinuidades, que não eram sentidas nem vividas pelas pessoas naquele momento:

*Là où les historiens n'ont vu que des ruptures et des effondrements, causes d'une amnésie générale et d'un retour à la barbarie, nos ancêtres vivaient la continuité. Faisons comme eux*³⁹⁸. “*Là où nous, historiens, tracions des frontières imaginaires, nos ancêtres voyageaient sans éprouver un réel dépaysement*”³⁹⁹.

Essa continuidade, defendida pela autora, se estenderia para além do Período Carolíngio: “*Enfin, la gestion publique qui n'était pas née avec les royaumes dits barbares, n'a pas disparu avec l'empire franc*”⁴⁰⁰ se estendendo até o século XII⁴⁰¹ ou até mesmo o século XIII⁴⁰².

O objeto de estudo de Magnou-Nortier é a *villa*. Segundo a autora, não é possível definir esse termo como uma propriedade fundiária bipartida dividida em *mansus*, assim como faz Adriaan Verhulst. Tal concepção não permite a compreensão de diversos trechos de cartas

³⁹⁶ DURLIAT, Jean. *op.cit.*, 1989, p. 487-494.

³⁹⁷ MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. La terre, la rente et le pouvoir dans les pays de Languedoc pendant le haut Moyen Age. **Francia**, n° 9 e n°10, p. 79-115, p.21-66, 1982-1983.

³⁹⁸ “Onde os historiadores viram somente rupturas e desmoronamentos, decorrentes de uma amnésia geral e de um retorno à barbárie, nossos ancestrais viviam a continuidade. Façamos como eles”. (tradução nossa). MAGNOU-NORTIER, Elisabeth. La gestion publique en Neustrie: les moyens et les hommes (VII^e-IX^e siècles). In: ATSM, Hartmut. (ed.). **La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1989, p. 284.

³⁹⁹ “Onde nós, historiadores, traçávamos fronteiras imaginárias, nossos ancestrais viajavam sem experimentar o desenraizamento”. (tradução nossa). MAGNOU-NORTIER, Elisabeth. La seigneurie foncière en Allemagne (XI^e-XII^e siècles), réflexion critique sur des travaux récents. **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo CLXIV, p. 37, 1986.

⁴⁰⁰ “Enfim, a gestão pública não nasceu com os reinos chamados de bárbaros, nem desapareceu com o Império Franco”. (tradução nossa). *Ibidem*, p. 318.

⁴⁰¹ MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *op. cit.* 1983, p. 61.

⁴⁰² MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *op. cit.* 1986, p. 21. A autora interpreta a cópia que Cesário de Prüm fez do Políptico dessa abadia, em 1222, como descrição daquele momento e não como uma cópia comentada de um documento do final do século IX.

de doação estudados por ela, como em casos em que todos os *mansus* são doados, mas a *villa* se mantém intacta, casos de *villae* urbanas e casos de *villae* fracionadas⁴⁰³. A chave de compreensão passaria pela definição de *mansus*, que retoma a definição de Durliat: “*le manse avait le même avantage que le caput: donner à l’Etat un nombre précis d’unités fiscales, nombre par lequel on divisait le montant de l’impôt à recouvrer*”⁴⁰⁴. Sendo o *mansus* um fracionamento da *villa*, a autora chega a conclusão que esta é “(...) *d’abord et avant tout l’assiette d’un revenu, d’un ensemble de rentes*”⁴⁰⁵, “*un cadre naturel de gestion des taxes ou rentes foncières*”⁴⁰⁶. Assim, poderíamos compreender melhor os casos de fracionamento de *villa*, a existência de *villae* urbanas e os casos em que os *mansus* são doados mas a *villa* se mantém, já que o termo não se referiria a terra, mas sim a uma unidade de percepção fiscal que englobaria unidades menores, os *mansus*. Ao estudar outra região, a Nêustria, a autora chega às mesmas conclusões⁴⁰⁷.

Já no artigo *Le grand domaine: des maîtres, des doctrines, des questions*⁴⁰⁸, a autora utiliza as suas conclusões anteriores para abordar diretamente a questão do Grande Domínio. A partir da revisão historiográfica dos trabalhos mais atuais sobre o assunto, ela aponta que mesmo após mais de um século de pesquisa, não há consenso sobre a origem de tal organização, nem qual seria o significado e a função do *mansus*. Isso demonstra que os historiadores, até aquele momento, estavam cometendo graves erros e sofriam de uma *curieuse ignorance*⁴⁰⁹. A autora mostra que nos formulários de Marculfo⁴¹⁰ e no testamento do Bispo Bertrand⁴¹¹ há diversas menções a frações de propriedades fundiárias de difícil compreensão, como *porciones de alode*⁴¹² nos formulários ou a doação feita por Bertrand de dois terços de uma *villa*. Tendo como pressuposto suas conclusões, anteriormente apresentadas, Magnou-Nortier reafirma que o *mansus* é uma divisão da *villa* e aponta que os *possessores* das *villae* seriam os sucessores dos *possessores* do Baixo Império, responsáveis

⁴⁰³ MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *op. cit.* p. 82, 1982.

⁴⁰⁴ “(...) o *mansus* tinha a mesma vantagem que o *caput*: dar ao Estado um número preciso de unidades fiscais, número pelo qual era dividido o total do imposto a ser cobrado”. (tradução nossa). MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *op. cit.* p. 22, 1983 *apud*. DURLIAT, Jean. *op. cit.* p. 69, 1982.

⁴⁰⁵ “(...) é inicialmente e antes de tudo a base de uma cobrança, de um conjunto de rendimento”. (tradução nossa). MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *op. cit.* p. 85, 1982.

⁴⁰⁶ “(...) um quadro natural da gestão de taxas ou rendimentos fundiários”. (tradução nossa). *Ibid.* p. 95.

⁴⁰⁷ MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *op. cit.* 1989.

⁴⁰⁸ MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *op. cit.* 1987.

⁴⁰⁹ “curiosa ignorância”. (tradução nossa). MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *op. cit.* 1987, p. 694.

⁴¹⁰ UDDHOLM, Alf (ed.). *Marculfi Formularum libri duo*. Uppsala: Eranos' Förlag, 1962.

⁴¹¹ WEIDEMANN, Margarete (ed.). *Geschichte des Bistums Le Mans von der Spätantike bis zur Karolingerzeit*. Mogúncia: Römisch-Germanischen Zentralmuseums, 2002, p. 102-141.

⁴¹² “porções de alódios”. (tradução nossa).

pela administração local e pela entrega do produto fiscal ao tesouro público⁴¹³. Concluindo, segundo a autora:

(...) *il me semble que nous ayons maintenant résolu les principales énigmes du grand domaine. Il suffisait de substituer à la propriété foncière régie par le système économique biparti celui de la gestion de l'impôt direct par districts ou villae, fractionnées ou non, et par manses*⁴¹⁴.

A aceitação desses pressupostos impossibilitaria qualquer estudo sobre história rural dos francos, como a própria Magnou-Nortier aponta: *“Il deviant dans ces conditions difficile, pour ne pas dire impossible, sinon par l'archéologie, d' écrire une histoire rurale ou agraire fondée sur une documentation de nature administrative et fiscale”*⁴¹⁵.

Durliat, em seu último artigo sobre o assunto⁴¹⁶, analisa os documentos contábeis de Tours, produzidos durante o Período Merovíngio, à luz de sua teoria. Para ele, não há dúvidas que os merovíngios mantiveram e utilizavam o sistema fiscal desenvolvido durante o Baixo Império. E a similaridade, entre os documentos de Tours com os Polípticos carolíngios, seria a prova que este sistema teria continuado durante toda a Alta Idade Média. Depois de mais de duas décadas de polêmica, Durliat lançou um livro que sistematiza a argumentação desenvolvida nas duas décadas anteriores⁴¹⁷.

Assim, na visão de Jean Durliat e Élisabeth Magnou-Nortier, os historiadores teriam passado mais de 150 anos estudando documentos fiscais, como os Polípticos, como se fossem descrições de uma organização fundiária e de relações sociais entre os camponeses e o seu senhor, o que acarretava em inúmeros mal-entendidos. Contrariamente do que Guérard afirma, o sistema fiscal não teria sido destruído pelos “bárbaros” e as taxas pagas pelos terratenentes não possuiriam um caráter privado⁴¹⁸. A *villa* seria uma unidade de percepção fiscal, dividida em unidades menores, os *mansi*, e as taxas pagas eram impostos devidos ao soberano, administrados por funcionários públicos. Ao acreditar revelar a verdadeira natureza dessas fontes, os autores pensaram estar resolvendo os maiores “enigmas” da história franca.

⁴¹³ MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *op. cit.* 1987, p. 684.

⁴¹⁴ “(...) me parece que nós resolvemos os principais enigmas do Grande Domínio. Bastaria substituir a propriedade fundiária regida pelo sistema econômico bipartido pela gestão direta dos impostos feita pelos distritos ou *villae*, fracionadas ou não, e pelos *mansi*”. (tradução nossa). *Ibidem*, p. 688.

⁴¹⁵ “Nessas condições se torna difícil, para não dizer impossível, a não ser pela arqueologia, escrever uma história rural ou agrária fundada em uma documentação de natureza administrativa e fiscal”. (tradução nossa). MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. *op. cit.* 1989, p. 305.

⁴¹⁶ DURLIAT, Jean. Qu'est-ce qu'un polyptyque? A propôs des documents de tours (ChLA 659). **Recueil de mélanges offert à Karl Ferdinand Werner**. Maulévrier: Hérault-Éditions, 1989a, p. 129-138.

⁴¹⁷ DURLIAT, Jean. Les finances publiques de Dioclétien aux carolingiens (284-889). Sigmaringen: Thorbecke, 1990.

⁴¹⁸ GUÉRARD, Benjamin. *op. cit.* 1844, p. 657-658.

Tais apontamentos, se confirmados, obrigariam uma reescrita completa da história franca. Os historiadores teriam passado mais um século pesquisando documentos fiscais como se fossem a descrição de uma realidade fundiária? O *mansus* realmente seria uma unidade fiscal? Poderíamos ler o Político de Saint-Bertin à luz desses apontamentos?

3.2.2 O Grande Domínio seria realmente uma circunscrição fiscal?

Jean-Pierre Devroey escreveu um artigo, em 1985, para debater o que ele considera como uma das teses mais inovadoras já feitas sobre os Políticos⁴¹⁹. Porém, logo no início do seu texto, o historiador belga acusou Durliat de generalizar suas conclusões sem as comprovar documentalmente e, quando assim a faz, ignora inúmeros estudos e leituras já feitos. Essa opinião foi compartilhada, mais tarde, por outros críticos do trabalho de Durliat, como: Walter Goffart⁴²⁰, Alexander Callander Murray⁴²¹, Georges Depeyrot⁴²² e Chris Wickham⁴²³. Além disso, algumas traduções propostas pelo historiador francês estão incorretas, segundo Devroey. Por exemplo, para demonstrar que os grandes senhores não são proprietários dos domínios, mas apenas responsáveis pela arrecadação dos impostos, Durliat se baseia no artigo 30 do Editto de Pîtres (25 de junho de 864), no qual se lê *census ad partem dominicam*. O autor traduziu a primeira palavra por “imposto” e presumiu que o último termo se refira ao rei. Devroey aponta, primeiro, que *census* possui outro significado durante a Alta Idade Média e que esse termo é utilizado para se referir às obrigações devidas pelos terratenentes aos senhores, assim como também indica Niermeyer⁴²⁴. Segundo, o termo *dominicam* não pode ser traduzido por “rei”, já que o próprio documento é muito claro quando este é o caso, através da fórmula *census ad partem regiam*, como aparece no artigo 28. Devroey aponta ainda que o termo *hostilitium* não pode ser traduzido e compreendido durante o século IX

⁴¹⁹ DEVROEY, Jean-Pierre. *op. cit.* 1985a, p. 786.

⁴²⁰ GOFFART, Walter. Les finances publiques de Dioclétien aux Carolingiens (284-889). **The English Historical Review**, p. 675, 1992.

⁴²¹ MURRAY, Alexander Callander. Les finances publiques de Dioclétien aux Carolingiens (284-889). **Speculum**, p. 960, 1992.

⁴²² DEPEYROT, Georges. Les finances publiques de Dioclétien aux Carolingiens (284-889). **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, p. 1123, 1995.

⁴²³ WICKHAM, Chris *op. cit.* p. 119, 1993.

⁴²⁴ NIERMEYER, Jan Frederik (org.). **Mediae latinitatis lexicon minus**. Leiden: Brill Academic Publishers, 1976 (1945), p. 167-168.

como um imposto pago para o exército real, já que esse termo, com esse sentido, aparece pela primeira vez em textos legislativos em 918, momento posterior à produção dos Polípticos⁴²⁵.

A visão crítica de Devroey diante das “teorias fiscalistas” se manteve nos seus trabalhos seguintes e a sua argumentação se ampliou. De acordo com o autor, não é possível observar continuidades, assim como Durliat propõe, entre os séculos V e IX. Primeiro, não é possível aproximar a realeza merovíngia do século VI ao poder de um imperador romano⁴²⁶. Segundo, não temos registros fiscais dos francos entre os séculos V e VI, apenas o testemunho de Gregório de Tours⁴²⁷, que relata casos de assassinato de coletores de impostos e queima de registros fiscais, o que faz Devroey afirmar, que: “*la légitimité de l’impôt semble n’avoir été acceptée ni par l’Église, ni par les Francs, ni même par les populations gallo-romaines*”⁴²⁸. É importante ressaltar que, nesse caso, Devroey constrói uma visão ampla demais para ser baseada em apenas um autor, o bispo de Tours, apesar dos problemas da tese de Durliat. Para Devroey, foi apenas no século XII que uma cobrança de impostos sistematizada e centralizada foi novamente aceita na região onde hoje é a França.

Além das observações feitas por Devroey, corroborada por outros autores citados, podemos apontar também que grande parte do estudo quantitativo e da leitura do Políptico de Saint-Germain-des-Prés de Durliat foi feita a partir das observações de Guérard que, apesar das divergências interpretativas apontadas anteriormente, ele aceita sem crítica: “(...) *on ne peut faire mieux que de rappeler les sages conclusions formulées au XIX^e siècles par Guérard* (...)”⁴²⁹. Isso o leva também, como já comentado, a acreditar que o Políptico de Saint-Germain-des-Prés não é um documento da prática, mas uma obra prima da caligrafia, destinada a satisfazer a vaidade do abade Irminon. Seria realmente possível uma obra prima da caligrafia ter sido escrita por, pelo menos, 14 mãos? Com diferentes grafias para as mesmas palavras e diversas partes apagadas e incompletas⁴³⁰? Ao utilizar exclusivamente a

⁴²⁵ DEVROEY, Jean-Pierre. *op. cit.* 1985a, p. 790. No Polípticos de Saint-Germain-des-Prés, por exemplo, o termo utilizado é *ad hostem*: “*Habet in Palatiolo mansos ingenuiles CVIII qui solvunt omni anno ad hostem carra VI...*”. “Há em Palatiolo CVIII mansi livres que pagam todos os anos VI carroças **para o exército**” (tradução e negrito nosso). II, §121.

⁴²⁶ DEVROEY, Jean-Pierre. *Économie rurale et société dans l’Europe franque (VI^e-XI^e siècles)*. Paris: Belin, 2003, p. 228.

⁴²⁷ *Ibidem.* p. 236.

⁴²⁸ “a legitimidade do imposto parece não ter sido aceita nem pela Igreja, nem pelos francos, nem mesmo pelas populações galoromanas”. (tradução nossa). *Ibidem.* p. 240.

⁴²⁹ “(...) não podemos fazer nada melhor do que lembrar as sábias conclusões formuladas no século XIX por Guérard (...)”. (tradução nossa). DURLIAT, Jean. *op. cit.* p. 406, 1968.

⁴³⁰ Para uma análise paleográfica mais detalhada: DEVROEY, Jean-Pierre. Saint-Germain-des-Prés et le polyptyque d’Irminon. Problèmes de critique autour du polyptyque de l’abbaye de Saint-Germain-des-Prés. In:

edição de Guérard para o seu trabalho e não atentar para o manuscrito, Durliat foi influenciado pelas omissões do primeiro.

Discutimos, a seguir, uma questão central para o desenvolvimento das teses de Durliat e os aprofundamentos feitos por Magnou-Nortier, que afeta diretamente a visão sobre o Grande Domínio: a definição de *mansus*.

3.2.3 O *mansus* nos Polípticos de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Bertin

Ao se referir ao *mansus*, Marc Bloch afirma: “*there is no more mysterious institution in agrarian history*”⁴³¹. Apesar de discordâncias em relação ao tamanho e função, os historiadores não discordam que o *mansus*, originalmente, se referia a uma casa⁴³², termo que teria originado a palavra francesa *maison*. Posteriormente, de acordo com alguns historiadores, por metonímia, tal termo passou a se referir também as terras em seu entorno. Segundo Charles-Edmond Perrin:

*Le manse (...) est couramment défini par les historiens de l'économie carolingienne comme l'unité de tenure par excellence du système d'exploitation domaniale (...) à charge (pour le tenancier) d'acquitter au dominus des redevances de nature variée et d'exécuter, au profit de la réserve, des prestations en travail ou services ou exploitations familiale de dix à douze hectares, suffisante pour faire vivre une famille et son personnel domestique, et dont les origines restent mystérieuses*⁴³³.

Afinal, o *mansus* seria uma unidade de percepção fiscal da *villa* ou uma divisão fundiária do Grande Domínio?

Primeiro, como já mencionado, grande parte da argumentação de Durliat se baseia na ideia de continuidade entre o Baixo Império e a Alta Idade Média. Assim, ele considera o *mansus* como um continuador do *caput* romano, unidade abstrata utilizada pelo império para

AT SMA, Hartmut. (ed.). **La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1989, p. 441-465.

⁴³¹ BLOCH, Marc. The Rise of Dependent Cultivation and Seigneurial Institutions. In: POSTAN, M. M. (org.). **The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire**, vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1966 (1941), p. 277.

⁴³² DEVROEY, Jean-Pierre. *op. cit.* 2006, p. 421.

⁴³³ “O *mansus* (...) é correntemente definido pelos historiadores da economia carolíngia como a unidade por excelência da tenência do sistema de exploração dominial (...) com condições de pagar ao *dominus* taxas de natureza variada e de executar, em proveito da reserva, prestações em trabalho ou serviços” ou “exploração familiar de dez a doze hectares, suficiente para a sobrevivência de uma família e de seus empregados domésticos e cujas origens permanecem misteriosas”. (tradução nossa). PERRIN, Charles-Edmond. Observations sur le manse dans la région parisienne au début du IX^e siècle. **Annales d'histoire sociale**, p. 39-40, 1945.

cobrar impostos. Porém, ele não mostra como se dá a continuidade entre um termo que desapareceu no século VI e outro que apareceu somente no século VII⁴³⁴. Segundo, o exame da utilização de tal termo nos Polípticos de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Bertin mostra que o seu uso e os adjetivos que o acompanham são muitos. A tabela seguinte mostra a grande quantidade de adjetivos que acompanham o termo *mansus*, assim como a variedade de outras informações que são fornecidas, o que torna difícil a compreensão do termo⁴³⁵.

	StB	StG
mansum dominicatum	XXVIII, XXXII	VII, XVIII
mansum I dominicatum		XII
mansum dominicatum cum casa et aliis casticiis sufficienter		II-IV, VII-X, XIII- XVI
mansum dominicatum cum casa et alia casticia abundanter		F2
mansum dominicatum cum casa et aliis aedificiis sufficienter		XXV
mansum dominicatum bene constructum et aliis casticiis sufficienter		XXII
mansum dominicatum bene constructum		XXIV
mansum indominicatum	XXXVIII	
mansum I indominicatum	XXVII	
mansum indominicatum absum		IX
mansum indominicatum cum casticiis	XXVIII, XXVI	XII
mansum indominicatum et aliis casticiis habundanter		XI
mansum indominicatum cum casa et aliis casticiis abundanter		XX
mansum indominicatum cum casa et aliis casticiis sufficienter		XIX, XXI
mansum indominicatum cum casa et aliis casticiis	XVI	
mansum		IX, XI
mansum II		VI
mansum I cum casa		IX
mansum cum casa et aliis casticiis	XXI	
mansa cum casticia...	XVIII	
mansum cum casticiis	XXXV	
mansum cum scuria	XX	
habet mansam... mansa II per bunaria XII	XVIII	
mansum in censo		VII
mansus I absus		IX, XXV
mansum vestiti VI... absa		XI
censilibus mansis		XXI
mansibus paraveradorum		XXII
mansum ministerialibus		XXII
dimidium mansum		II, VII, VIII, XIV
quartam partem de manso		II, IX, XI, XX
mansum ingenuilem		I, VII, VIII
mansum ingenuilem I et dimidium		XIV
dimidium mansum ingenuilem		I
mansum servilem		I
dimidium mansum servilem		VII, VIII
quartam partem de servili manso		IX
mansum I lidum		XIII

Figura 12: Tabela 1: Quantidade de adjetivos que acompanham o termo *mansus*

⁴³⁴ DEVROEY, Jean-Pierre. *op. cit.* 1985a, p. 785.

⁴³⁵ Os números nas colunas “StB” e “StG” se referem a exemplos não exaustivos de *breves* nos quais estas expressões aparecem.

No Políptico de Saint-Germain-des-Prés, *mansus* pode ser acompanhado de oito adjetivos: *(in)dominicum*, *ingenuile*, *servile*, *lidile*, *absus*, *vestitis*, *paraveradorem*, *ministerialibus*. Os quatro primeiros adjetivos não nos permitem chegar a nenhuma conclusão, já que os termos adjetivados podem ser referir tanto às terras de um senhor, de um livre, de um servo ou ao imposto devido por eles. Porém, na maior parte dos casos de reservas senhoriais, o termo *mansus (in)dominicum* vem acompanhado da expressão *cum casa*, o que faz com que a primeira expressão deixe de ser tão abstrata quanto Durliat aponta. Contudo, nada impede que uma circunscrição fiscal possuísse um centro de habitação. Entretanto, há alguns casos em que a expressão *mansus (in)dominicus* vem acompanhada da expressão adjetiva *bene constructum*⁴³⁶, o que torna o *mansus* o mais concreto possível e impossibilita a compreensão de tal palavra como uma unidade fiscal abstrata. Como uma unidade fiscal seria “bem construída”?

Absus e *vestitus* é de interpretação ambígua. Por um longo tempo, influenciado pelas interpretações de Du Cange⁴³⁷ e de Niermeyer⁴³⁸, *absus* foi compreendido como “vazio”, logo seriam terras abandonadas, improdutivas e sem terratenentes. *Vestitus*, por sua vez, foi tomado como antítese, isto é, terras produtivas ocupadas por terratenentes. Durliat, a partir de Niermeyer e Du Cange, aponta que *mansus absus* se refere a uma unidade fiscal constituída, mas que não é explorada e por isso isenta de qualquer cobrança pública⁴³⁹. Entretanto, no Políptico de Saint-Germain-des-Prés há um caso em que os terratenentes devem fornecer serviços para um *mansus indominicatus absus*:

*Habet in Celsiaco villa mansum indominicatum absus, ubi aspitunt de terra arabili bunuaria VII Habet ibi sex mansos, qui solvunt argento, omni anno, solidos VIII, pro carropera ad Trecas denarios VIII Arant ad ibernaticum perticas X, ad tremisum perticas IIII, curvadas IIII, si bovos habuerint (...)*⁴⁴⁰.

Se a reserva senhorial não está ocupada, nem explorada, de acordo com a definição de Durliat, que campos os terratenentes devem arar? Se ela está isenta de imposto, para quem e

⁴³⁶ XXII, §1; XXIII, §1.

⁴³⁷ <http://ducange.enc.sorbonne.fr/ABSUS>; <http://ducange.enc.sorbonne.fr/VESTIRE2>. Consultado no dia 28 de março de 2012.

⁴³⁸ NIERMEYER, Jan Frederik (org.). *op. cit.* 1976 (1945), p. 8 e p. 1083.

⁴³⁹ DURLIAT, Jean. *op. cit.* p. 71, 1982.

⁴⁴⁰ “Há na *villa* de Celsiaco um *mansus* senhorial não habitado, que possui VII *bonários* de terras aráveis. Há seis *mansus* que pagam, todos os anos, VIII soldos, conduzem uma carroça até Trecas no valor de VIII denários. Aram no inverno X vergas, na primavera, IIII vergas, IIII corveias se tiver bois (...).” (tradução nossa). IX, §304.

por que os terratenentes devem pagar oito soldos por ano? Assim, *absus* se refere a uma terra que não é habitada, porém, cultivada⁴⁴¹.

Por outro lado, a análise das cobranças do Político de Saint-Bertin nos permite observar uma situação em que a tenência é dividida por *mansus*, mas os serviços cobrados pelo senhor não tomam como referência tal unidade, mas sim o próprio camponês ou o conjunto deles:

*mansa XVIII et semis per bunaria XII, et ille dimidius per bunaria VI, cum seruis XI qui faciunt III dies in ebdomada, ancille VIII faciunt ladmones VIII. alii ingenui faciunt II dies in ebdomada et de ingenuis feminis X ueniunt ladmones V. ad uineas carra III et semis. unusquisque, de brace parat modia X, de farina VI; pullos III, oua XX. lunarii XXI. sunt ibi prebendarii VI. luminarii XC; soluunt inter omnes libram I, solidos V*⁴⁴².

*mansa XXI per bunaria X. sunt in eis serui XV qui faciunt in ebdomada dies III; ancille VII faciunt ladmones VII. Alii ingenui qui faciunt in ebdomada II dies et ille ingenue femine unaqueque facit ladmen semis. ad host e carrum semis. ad uineas carra III. facit unusquisque de brace modia X, de farina modia VI; pullos III, oua X. sunt ibi lunarii XXIII. luminarii XIII; soluunt inter omnes solidos XII. prebendarii sunt ibi VI*⁴⁴³.

Através desses exemplos, podemos perceber como os serviços podem ser cobrados individualmente e não baseado no *mansus*. Caso o *mansus* fosse realmente uma unidade fiscal, o que levaria os administradores de Saint-Bertin a ignorar tal divisão e cobrar o imposto individualmente? Além disso, não há evidências nos Políticos que tais serviços sejam um imposto público coletado por agentes reais.

Finalmente, se aceitarmos a definição de *mansus* como unidade abstrata de percepção fiscal e “imposto” como tradução para *census*, algumas passagens do Político de Saint-Germain-des-Prés se tornam incompreensíveis, como:

⁴⁴¹ Não há espaço aqui para uma discussão aprofundada em torno da expressão *mansus absus*, para uma discussão mais detalhada, assim como uma bibliografia sobre o assunto, cf.: DEVROEY, Jean-Pierre. *Mansi absi: indices de crise ou de croissance de l'économie rurale du haut Moyen Age?* Le Moyen Âge, p. 421-451, 1976.

⁴⁴² “XVIII *mansi* e meio, cada um possui XII *bonários*, a metade, VI *bonários*. XI servos devem trabalhar III dias por semana, IX servas devem fazer IX fusos de linho. Todos os homens livres devem trabalhar II dias por semana e as mulheres livres devem fazer V fusos de linho. IIII carroças e meia até as vinhas. Cada um deve moer X módios de malte, VI de farinha. III frangos, XX ovos. XXI *lunarii*. VI recebem prebenda. XL *luminarii*, que pagam no total uma libra e V soldos”. (tradução nossa). XXIII.

⁴⁴³ “XXI *mansi*, X *bonários* cada um. XV servos devem trabalhar III dias por semana, VII servas devem fazer VII fusos de linho. Todos os homens livres devem trabalhar II dias por semana e as mulheres livres devem pagar cada uma meio fuso de linho. Para o exército, meia carroça. III carroças até as vinhas. Cada um deve moer X módios de malte, VI de farinha. III frangos, X ovos. XXIV *lunarii*. LXII *luminarii*, que devem pagar no total XII soldos. VI recebem prebenda”. (tradução nossa). XXV.

*Habet **Bodo** colonus et uxot eius colona, nomine Ermentrudis, homines sancti Germani, habent secum infantes III **Tenet mansum ingenuilem I** (...)*

***Frambertus** colonus et uxor eius colona, nomine Odelindis, homines sancti Germani, habent secum infantem I **Tenet mansum ingenuilem I** (...)*

*Isti duo **tenent alium mansum in censo**, habentem de terra arabili bunuaria XIII, de vinea aripennos VI, de prato aripennos VI Inde solvunt sólidos V et denarios IIII⁴⁴⁴.*

Neste trecho ficamos sabendo que Bodo e Frambertus possuem, cada um, um *mansus* livre. Além disso, os dois terratenentes possuem, conjuntamente, um *mansum in censo*. O que significaria tal expressão? Se aceitarmos os apontamentos de Durliat, *mansus*, como unidade de percepção fiscal real e *census*, como imposto devido ao rei, tal expressão se torna incompreensível. Dessa forma, diante das críticas de historiadores, como Jean-Pierre Devroey, e dos problemas apontados por nós, em relação à definição de *mansus*, não é possível aceitar as hipóteses de Durliat, aprofundadas por Magnou-Nortier. Contudo, apesar de não ser possível aceitar a continuidade do sistema fiscal romano durante o Período Carolíngio e a existência de um sistema central de cobrança de impostos, não podemos negar que *mansus*, em alguns momentos, foi utilizado como medida para a cobrança de taxas senhoriais ou reais.

3.2.4 O *mansus* como unidade de cobrança

O termo *mansus* é onipresente na documentação carolíngia, assim como demonstrou Élisabeth Magnou-Nortier em suas pesquisas. Ele não está presente somente nos Polípticos, mas também em cartas de doação, capitulários e nos anais produzidos pelas abadias. No mosteiro de Saint-Bertin, há um Anal que descreve os acontecimentos ocorridos entre os anos 830 e 882, o que inclui o período no qual o Políptico da abadia foi confeccionado, isto é, entre os anos 844 e 859. Tal coincidência, espacial e temporal, nos leva a crer que o significado do termo, em ambos os documentos, se não for o mesmo, é muito próximo. Para tanto, analisamos quatro trechos escritos, pouco tempo depois da confecção do Políptico:

⁴⁴⁴ “**Bodo**, colono, e a sua mulher, chamada Ermentrudis, homens de Saint-Germain, têm III crianças. **Tem I mansus livre** (...)”. “**Frambertus**, colono, e a sua mulher, chamada Odelindis, homens de Saint-Germain, **têm I criança**. Tem I *mansus* livre (...)”. “**Esses dois têm um outro mansus in censo** com XIII *bonários* de terras aráveis, VI arpentos de vinhas, VI arpentos de prado. Pagam V soldos e IIII denários”. (tradução e grifo nosso). VII, §4, §5, §6.

860: *Karlus rex inani Danorum in Somna consistentium pollicitatione pellectus, exactionem de thesauris ecclesiarum et omnibus mansis ac negociatoribus etiam paupertinis, ita ut etiam domus eorum et omnia utensilia ad preciantur et inde statutus census exigeretur, fieri iubet*⁴⁴⁵.

864: *Hlotharius, Hlotharii filius, de omni regno suo quattuor denarios ex omni manso colligens, summam denariorum cum multa pensione farinae atque pecorum necnon vini ac sicerarum Rodulfo Normanno, Herioldi filio, ac suis locarii nomine tribuit*⁴⁴⁶.

869: (...) *de centum mansis unum haistaldum et de mille mansis unum carrum cum duobus bobus praedicto placito cum aliis exeniis, quae regnum illius ad modum gravant, ad Pistas mitti praecepit, quatenus ipsi haistaldi castellum, quod ibidem ex ligno et lapide fieri praecepit, excolerent et custodirent*⁴⁴⁷.

877: (...) *de mansis indominicatis solidus unus, de unoquoque manso ingenuili 4 denarii de censu dominico et 4 de facultate mansuarii, de manso vero servili duo denarii de censu dominico et duo de facultate mansuarii* (...) ⁴⁴⁸.

Os trechos escolhidos se inserem no contexto das invasões normandas, durante o reinado de Carlos, o Calvo. Nos anos citados, um acordo foi feito com os invasores: em troca de um pagamento, não haveria ataques. Para levantar a quantia pedida, foi exigida uma quantia mínima de cada *mansus* do reino. No primeiro trecho, ficamos sabendo que o rei Carlos ordenou que taxas fossem cobradas dos tesouros das igrejas, de todos os *mansi* e dos mercadores, para que uma quantia de 3.000 libras fosse paga para os “Dinamarqueses”. No segundo, Lotário, filho de Lotário, exigiu que todos os *mansi* do reino pagassem 4 denários mais uma quantia de farinha, de víveres, assim como vinho e cidra para Rodulfo Normanno, filho de Herioldi, pelos serviços prestados. No terceiro, ficamos sabendo que Carlos exigiu que um jovem guerreiro fosse enviado a Pîtres, para cada 100 *mansi* e uma carroça com dois bois a cada 1.000 *mansi*, que seriam utilizados na defesa de uma fortaleza recém-construída na região. Por último, temos o único caso em que a cobrança foi feita de acordo com o status do *mansus*. Cada *mansus indominicatus* deveria pagar um soldo; para cada *mansus ingenuile*, o terratenente, assim como o senhor, deveriam pagar 4 denários; para cada *mansus servile*, o

⁴⁴⁵ 860: “O rei Carlos, no rio Somme, enganado pelas falsas promessas dos dinamarqueses, ordenou que taxas fossem cobradas dos tesouros das igrejas e de todos os *mansi* e de todos os mercadores, mesmo os mais pobres: mesmo que suas casas e todos os seus equipamentos fossem utilizados para o pagamento do que fora exigido”. (tradução nossa). WAITZ, Georg (ed.). **Monumenta Germaniae Historica**, Annales Bertiniani, SS rer. Germ. Hannover: Libreria Aulica Hahniana 1883, p. 53

⁴⁴⁶ 864: “Lotário, filho de Lotário, colheu quatro denários de cada *mansus* em todo o reino e entregou a quantia em moedas para Rodulfo Normanno, filho de Herioldi, e para seus homens, além de uma grande quantia de farinha e outros víveres e também vinho e cidra, como pagamento de tributos”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 67

⁴⁴⁷ 869: “(...) [Carlos ordenou que] fosse enviado a Pîtres um guerreiro a cada cem *mansi* e uma carroça com dois bois a cada 1.000 *mansi*, conjuntamente com outras obrigações que causavam grandes danos ao seu reino. Esses jovens homens foram utilizados para completar a guarda do forte que o rei ordenou que fosse construído em Pîtres de madeira e pedra (...)”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 98

⁴⁴⁸ 877: “(...) [O tributo deve ser cobrado da seguinte maneira]: cada *mansus* senhorial, um soldo; cada *mansus* livre, 4 denários o senhor, 4 denários o terratenente; cada *mansus* servil, 2 denários o senhor, 2 denários o terratenente (...)”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 135

terratenente, assim como o senhor, deveriam pagar 2 denários; e, por último, cada bispo deveria receber dos padres um máximo de 5 soldos e um mínimo de 4 denários. Neste ano, foram arrecadadas 5.000 libras, que foram entregues aos *Nortmannis*.

Em todos os casos citados, é possível observar claramente o *mansus* sendo utilizado como unidade mínima para a cobrança de uma taxa: em 864, o mesmo valor para todos os *mansi*, enquanto que em 877, uma quantia determinada de acordo com o status do *mansus*. Entretanto, reconhecer que o *mansus* poderia ser utilizado como medida para a cobrança de taxas, na segunda metade do século IX, não significa a aceitação dos apontamentos de Durlat e Magnou-Nortier, pois não é possível, de forma alguma, provar a continuidade da fiscalidade romana no período estudado. Devemos ressaltar que esses apontamentos são incipientes e precisam ser confirmados por meio de uma pesquisa mais ampla; em outras fontes, como os capitulários e cartas de doação; e que leve em conta também as possíveis variações de sentido que a palavra *mansus* pode ter sofrido durante os mais de três séculos em que ela foi utilizada, dimensão ignorada na grande maioria dos estudos sobre o assunto, assim como as suas variações semânticas regionais. Contudo, esse trabalho ultrapassaria os seus objetivos iniciais, ou seja, discutir os problemas em torno do conceito de Grande Domínio, a partir da comparação do Político de Saint-Germain-des-Prés, que foi tomado como modelo, e o Político de Saint-Bertin.

Sem dúvida alguma, não é possível estudar a questão do Grande Domínio ignorando a “teoria fiscalista”. A pesquisa de Durlat e Magnou-Nortier desafiou, durante algumas décadas, uma longa tradição de estudo sobre o assunto, o que também inclui os estudos feitos até então sobre o Político de Saint-Bertin. Caso as suas hipóteses fossem aceitas e confirmadas por um grande número de pesquisadores, a história do Império Franco deveria ser completamente reescrita à luz dessa nova leitura. Porém, a crítica iniciada por Devroey apontou inúmeras falhas nos estudos de ambos os autores.

De nossa parte, apontamos ainda os problemas em torno da definição de *mansus* como unidade de percepção fiscal. Problemas que, somados, fizeram com que esses apontamentos fossem desconsiderados. Apesar da “teoria fiscalista” não ser aceita nos dias de hoje, a sua importância se mantém⁴⁴⁹, já que obrigou os pesquisadores a debater os desafios propostos

⁴⁴⁹ Grande parte dos manuais e livros de síntese publicados depois da década de 1990 comentam as teorias fiscalistas, apesar de elas terem sido descartadas pela maioria dos pesquisadores, cf.: NELSON, Janet. **Charles, le Chauve**. Paris: Aubier Montaigne, 1994 (1992), p. 47; TOUBERT, Pierre. **L'Europe dans as première croissance**. Paris: Fayard, 2004, p. 80.

por tais hipóteses, como apontou Hans-Werner Goetz: “*Dem is zuzustimmen. Daß seine eigene Theorie neue und stärkere Widersprüche provoziert, ist ein anderes Ergebnis, das die Forschung nun zu einer gründlichen Widerlegung zwingt*”⁴⁵⁰; aprofundando ainda mais os estudos sobre o Grande Domínio.

Não podemos compreender o *mansus* como uma divisão do Grande Domínio destinada a sustentar uma família. Como compreender a existência de *mansi* com mais de quatro famílias? Seria um sinal de decadência, de desorganização, como apontaram algumas teses “catastróficas”? Por outro lado, resumir o *mansus* a uma unidade fiscal, assim como fizeram Durliat e Magnou-Nortier não resolve os “enigmas” da história franca, como procuramos mostrar. Por meio das descrições contidas nos Polípticos, podemos observar que o *mansus* era uma unidade fundiária, que tinha como base as terras cedidas aos camponeses; por outro lado, não podemos negar que tal unidade foi utilizada, em alguns momentos, como base para a cobrança de taxas, algumas senhoriais, outras reais, assim como procuramos mostrar por meio da análise de alguns trechos dos Anais de Saint-Bertin.

3.3 O Modelo Evolutivo

As críticas ao modelo de Grande Domínio não se resumiram aos trabalhos de Jean Durliat e Élisabet Magnou-Nortier. Paralelamente, outros autores criticaram a possibilidade da utilização desse modelo para a compreensão do mundo rural franco⁴⁵¹. A resposta mais direta a esses questionamentos foi dada pelo pesquisador japonês Yoshiki Morimoto. Objetivamos inicialmente, apresentar o que o autor chamou de Modelo Evolutivo. Em um segundo momento, discutimos a possibilidade da utilização desse modelo para a compreensão do Políptico de Saint-Bertin, principalmente no que tange às estruturas que não se encaixam no modelo do Grande Domínio bipartido, como os Pequenos domínios e as terras que não são divididas em *mansi*.

⁴⁵⁰ “É preciso concordar que sua [Durliat] teoria provocou novos e intensos protestos e obrigou os pesquisadores a elaborar uma sólida refutação”. (tradução nossa). GOETZ, Hans-Werner. *op. cit.* p. 690, 1993.

⁴⁵¹ Além de Georges Duby, que já comentamos, podemos citar também os trabalhos de Robert Fossier, discutidos mais adiante.

3.3.1 Yoshiki Morimoto

Apesar de a teoria fiscalista ter sido completamente descartada, as críticas aos estudos dos Grandes Domínios se mantiveram, tendo como ponto de partida os estudos de Georges Duby. Para alguns autores, como Robert Fossier, o Grande Domínio bipartido é uma exceção no meio de um grande número de pequenas unidades camponesas, verdadeiros motores da economia carolíngia. E prova, ainda, que o sistema dominial bipartido estaria em decadência no século IX⁴⁵². Tal crítica tem como base a descrição de diversos complexos fundiários contidos em cartas de doações e também nos Polípticos, inclusive entre o Loire e o Reno, que não se encaixam no modelo clássico de Grande Domínio descrito por Verhulst. O número extremamente reduzido de terras, que poderiam ser descritas como um Grande Domínio clássico, comprovaria a pouca importância dessa organização durante o Período Carolíngio.

A principal resposta dada a essas críticas foi elaborada pelo pesquisador japonês Yoshiki Morimoto. O seu ponto de partida foi as hipóteses sobre a gênese do Grande Domínio construídas por Verhulst, chamando a atenção para o fato que a constituição de um Grande Domínio se dava por um lento processo, primeiro ao norte do reino franco e depois em outras regiões, como exposto anteriormente. Assim, segundo Morimoto: *“l'état de choses carolingien peut alors être interprété comme une coexistence de plusieurs types de propriété-exploitations foncières, représentant chacun un stade différent de l'évolution”*⁴⁵³.

O primeiro documento analisado por Morimoto sob essa ótica foi exatamente o Políptico de Saint-Bertin⁴⁵⁴. Como descrito anteriormente, no capítulo 1, o Políptico de Saint-Bertin descreve Grandes Domínios seguidos de uma grande variedade de terras divididas em *mansus* ou não. O autor não acredita que essa grande quantidade de terras, que não se encaixa no modelo clássico, seria a prova de que o sistema dominial estaria em declínio, mas ao

⁴⁵² FOSSIER, Robert. Habitat, domaines agricoles et main-d'oeuvre en France du Nord-Ouest au IXe siècle. In: JANSEEN, Walter; LOHRMANN, Dietrich (eds.). **Villa-curtis-grangia: Landwirtschaft zwischen Loire und Rhein von der Römerzeit zum Hochmittelalter**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1982, p. 131-132.

⁴⁵³ “o estado das coisas durante o Período Carolíngio pode ser interpretado como uma coexistência de vários tipos de propriedades/ explorações fundiárias, cada um representando um estado diferente de evolução”. (tradução nossa). MORIMOTO, Yoshiki. Autour du grand domaine carolingien: aperçu critique des recherches récentes sur l'histoire rurale du haut Moyen Âge (1987-1992). In: VERHULST, Adriaan; MORIMOTO, Yoshiki (eds.). **Économie rurale et économie urbaine au Moyen Âge**. Gante: Publication du Centre belge d'histoire rurale, 1994, p. 60.

⁴⁵⁴ MORIMOTO, Yoshiki. Problèmes autour du polyptyque de Saint-Bertin (844-859). In: *Id. Études sur l'économie rurale du haut Moyen Âge*. Bruxelas: de Boeck, 2008, p. 399-424. Artigo primeiramente publicado em 1985, no livro: VERHULST, Adriaan. **Le grand domaine aux époques mérovingiennes et carolingienne**. Gante: Publicatoins du Centre Belge d'histoire rurale, 1985, p. 125-152.

contrário, que ele estaria exatamente no seu momento de constituição, rumo a uma organização bipartida. Seriam terras recém-adquiridas pelo mosteiro, que ainda não tivera tempo suficiente para organizá-las, assim como as outras. Morimoto aponta que essas terras estariam em quatro momentos distintos de integração ao sistema dominial. No primeiro momento haveria uma relação de submissão, apenas entre o senhor daquelas terras e a abadia, que não teria domínio nenhum sobre os trabalhadores dessas. O senhor seria obrigado a um pagamento simples, como alguns soldos, a aragem de uma porção de terras, ou simplesmente o exercício de sua função, como por exemplo, *maior*, sem nenhuma outra cobrança. Tal situação seria ilustrada pela descrição das seguintes terras:

*In Elciaco Amalger habet bunaria XIII, mancipia III, arat bunaria III et soluit solidos II*⁴⁵⁵.

*Lantfredt habet de terra bunaria XXXI et semis, de silua minuta bunaria III; mancipia XIII; arat bunaria II, soluit solidos II*⁴⁵⁶.

*Engelger maior habet bunaria de terra XLIII et semis, de silua minuta bunaria X; mancipia XX*⁴⁵⁷.

*Quod molinum habet Odbertus; et habet bunaria XIII et habet mancipia V et custodit siluam*⁴⁵⁸.

*Salaca maior habet casam dominicam cum aliis casticiis; de terra arabili bunaria XXX; silua minuta bunaria III; mancipia XII*⁴⁵⁹.

*Adda habet bunaria XL; mancipia XV; facit ladmen I; arat bunaria II et colligit*⁴⁶⁰.

*Saxger habet bunaria XX; mancipia III; soluit solidos III*⁴⁶¹.

*Amaluualdus habet bunaria VI, mancipia III et caballicat. Alfuuardus ille Saxo habet bunaria VIII*⁴⁶².

Em um segundo momento, a abadia passaria a exercer controle sobre os *mancipia* do senhor, que passariam também a trabalhar nas terras da abadia, arando, colhendo e até mesmo sendo obrigados a entregar uma quantia determinada de víveres, como frangos e ovos:

⁴⁵⁵ “Em Elciaco, Amalger tem XIII *bonários*, III *mancipia*, ara III *bonários* e paga II soldos”. (tradução nossa). XVIII.

⁴⁵⁶ “Lantfred tem XXXI *bonários* e meio de terra, III *bonários* de floresta com pequenas árvores; XIII *mancipia*; ara II *bonários*, paga II soldos”. (tradução nossa). XVIII.

⁴⁵⁷ “Engelger, maior, tem XLIII *bonários* e meio de terra, X *bonários* de floresta com pequenas árvores; XX *mancipia*”. (tradução nossa). XVIII.

⁴⁵⁸ “Odbertus tem um moinho e XIII *bonários* e V *mancipia* e cuida de uma floresta”. (tradução nossa). XXX.

⁴⁵⁹ “Salaca, maior, tem uma casa senhorial com outras construções, XXX *bonários* de terras aráveis, III *bonários* de florestas com pequenas árvores, XII *mancipia*”. (tradução nossa). XXX.

⁴⁶⁰ “Adda tem XL *bonários*, XV *mancipia*, faz I peça de tecido, ara II *bonários* e os colhe”. (tradução nossa). XXXII.

⁴⁶¹ “Saxger tem XX *bonários*, III *mancipia*, paga III soldos”. (tradução nossa). XXXIII.

⁴⁶² “Amaluualdus tem VI *bonários*, III *mancipia* e cavalga. Alfuuardus, saxão, tem VIII *bonários*”. (tradução nossa). XXXIII.

*Bauo habet mansum cum casa et aliis casticiis, de prato bunaria V et semis, de terra arabili bunaria XLVI et semis, de silua minuta bunaria VIII; mancipia XIII. Isti unaquaque ebdomada faciunt II dies. Si non caballicant sepiunt uirgas V et in monasterio inter omnes uirgas III*⁴⁶³.

*Item alius Engelgerus habet casam cum casticiis, de terra arabili bunaria XLII, de silua minuta bunaria X; mancipia VII. Isti arant bunaria III, unusquisque et sepiunt uirgas XV*⁴⁶⁴.

*Badager habuit inde precariam I, hoc est mansum I, de terra bunaria XLIII; mancipia II. Isti arant bunaria III, unusquisque et sepiunt uirgas XV; et in estate facit dies XVI, et colligit bunarium I et semis et ducit ad monasterium et ad monasterium sepiunt inter omnes uirgas III, dant pullos II, oua X*⁴⁶⁵.

Já no terceiro momento, as terras recentemente integradas aos domínios da abadia seriam divididas em *mansi* de 12 *bonários*, assim como os outros *mansi*, e os serviços que os *mancipia* deveriam prestar, passariam a ser cobrados semanalmente de forma sistemática:

Berharius caballarius habet mansam, de terra arabili bunaria XX, de prato bunaria V, de silua minuta bunaria VI; mansa II per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia VIII.

Benemar habet casam cum aliis casticiis, de prato bunaria X, de terra arabili bunaria XXX, de pastura et silua minuta bunaria XXIII; mansa III per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia XXIII.

Ostoradus habet mansa cum casticia¹, de prato bunaria XII, de terra arabili bunaria XX, de silua minuta bunaria VI; mansa III per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia XXIII.

Bauo habet casam cum aliis casticiis, de prato bunaria XI, de terra arabili bunaria XXX, de silua minuta bunaria III; casam I per bunaria VIII; facit sicut superius; mancipia XVII.

Uuendelhadus habet casam cum aliis casticiis, de prato bunaria XI, de terra arabili bunaria XXX, silua minuta bunaria III; mansum I per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia XIII.

Megenfridus habet casam cum aliis casticiis, de prato bunaria XI, de terra arabili bunaria XLV, de silua minuta et pastura bunaria XVI; mansa II per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia III.

*Balduinus habet casam cum aliis casticiis, de prato bunaria VI, de terra arabili bunaria XX, de silua minuta et pastura bunaria XX; mansum I per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia VIII*⁴⁶⁶.

⁴⁶³ “Bauo tem um *mansus* com casa e outras construções, V *bonários* e meio de prado, XLVI *bonários* e meio de terras aráveis, VIII *bonários* de floresta com pequenas árvores; XIII *mancipia*. Trabalham II dias por semana. Se não cavalga, cerca V vergas e III vergas no mosteiro.”. (tradução nossa). XVIII.

⁴⁶⁴ “Um outro Engelgerus possui casa com outras construções, XLII *bonários* de terras aráveis, X *bonários* de floresta com pequenas árvores; VII *mancipia*. Devem arar III *bonários* e cercar XV vergas”. (tradução nossa). XXIII.

⁴⁶⁵ “Badager tem I *precária*, I *mansus*, XLIII *bonários* de terra; II *mancipia*. Devem arar III *bonários*, cada um, e cercar XV vergas; trabalhar XVI dias por ano e colher I *bonário* e meio e cercar III vergas do mosteiro, dar II frangos, X ovos”. (tradução nossa). XXIII.

⁴⁶⁶ “Berharius, cavaleiro, tem um *mansus*, XX *bonários* de terras aráveis, V *bonários* de prados, VI *bonários* de floresta com pequenas árvores, II *mansi* com XII *bonários* cada; paga assim como os outros; VIII *mancipia*”. “Benemar tem uma casa com outras construções, X *bonários* de prado, XXX *bonários* de terras aráveis, XXIII

Vale a pena ressaltar que essa interpretação não é clara no documento, pois o trabalho devido é determinado através da expressão *facit sicut superius*. O primeiro problema que se coloca é: Quem é o sujeito da frase? Segundo: A qual serviço tal expressão se refere, já que nenhum serviço é mencionado no domínio de Morningehem? Terceiro: O trabalho deveria ser feito para quem? De acordo com o autor, a expressão se refere ao próprio *mansus*. O trabalho devido seria o mesmo que em outros domínios: alguns dias de trabalho nas terras do senhor para os homens e uma determinada quantidade de tecido para as mulheres, assim como o pagamento de víveres. Para Morimoto, todos esses serviços deveriam ser prestados em favor da abadia. Porém, Rénard afirma que não, os serviços eram devidos diretamente aos pequenos senhores que utilizavam aquele mão-de-obra. Tal hipótese é reforçada pelo fato que o responsável pela escrita do Políptico não se preocupou em detalhar o serviço, assim como foi feito para os Grandes Domínios, já que a abadia não teria benefícios⁴⁶⁷.

Por fim, na última etapa indicada por Morimoto, antes das terras adquiridas serem completamente integradas aos domínios da abadia, o senhor, que ainda possui o controle sobre elas, teria que prestar serviços, as terras já estariam divididas em *mansus* de 12 *bonários*, com colonos livres ou servos instalados, que deveriam prestar serviços previamente determinados, além da presença de outras pessoas, como os *lunarios*:

*Mortbert caballarius habet casam indomnicatam cum aliis casticiis; terram bunaria XX; silua minuta bunaria XII et semis; mancipia X; mansa IIII, per bunaria XII; resident in eis ingenui qui nihil aliud faciunt per totum annum nisi II dies in ebdomada. Dat unusquisque eorum pullum I, oua V. Isti arant unusquisque bunarium I et colligit I et caballicat*⁴⁶⁸.

Suithger caballarius habet casam dominicatam cum aliis casticiis; de prato bunaria VII; de terra arabili bunaria XLVI; de silua minuta bunaria X; mansa III per

bonários de pastos e florestas com árvores pequenas, III *mansi* com XII *bonários* cada; paga assim como os outros; XXIII *mancipia*". "Ostoradus tem um *mansus* com construções, XII *bonários* de prados, XX *bonários* de terras aráveis, VI *bonários* de florestas com pequenas árvores, III *mansi* com XII *bonários* cada; paga assim como os outros; XXIII *mancipia*". "Bauo tem uma casa com outras construções, XI *bonários* de prado, XXX *bonários* de terras aráveis, III *bonários* de floresta com pequenas árvores, I casa com VIII *bonários*; paga assim como os outros; XVII *mancipia*". "Uuendelhadus tem uma casa com outras construções, XI *bonários* de prado, XXX *bonários* de terra aráveis, III *bonários* de floresta com árvores pequenas; I *mansus* com XII *bonários*; paga assim como os outros; XIII *mancipia*". "Megenfridus tem uma casa com outras construções, XI *bonários* de prado, XLV *bonários* de terras aráveis, XVI *bonários* de pasto e floresta com pequenas árvores; II *mansi* com XII *bonários* cada; paga assim como os outros; III *mancipia*". "Balduuinus tem uma casa com outras construções, VI *bonários* de prado, XX *bonários* de terras aráveis, XX *bonários* de pasto e floresta com pequenas árvores; I *mansus* com XII *bonários*; paga assim como os outros; VIII *mancipia*". (tradução nossa). XVIII.

⁴⁶⁷ RENNARD, Étienne. Lectures et relectures d'un polyptyque carolingien (St. Bertin, 844-859). *Revue d'histoire ecclésiastique*, p. 397-400, 1999.

⁴⁶⁸ "Mortbert, cavaleiro, tem uma casa senhorial com outras construções; XX *bonários* de terra; XII *bonários* e meio de floresta com árvores pequenas; X *mancipia*, III *mansi* com XII *bonários* cada um, onde residem camponeses livres que não devem nenhum trabalho anual a não ser II dias de trabalho por semana. Cada um deve I frango, V ovos. Cada um deve arar I *bonário* e colher I e cavalgar". (tradução nossa). XVII.

*bunaria XII, cum seruis II et faciunt III dies in ebdomada; ingenue III femine faciunt unaqueque ladmen semis faciunt seruitium sicut in ipsa uilla; et habet lunarios VII*⁴⁶⁹.

Essa visão evolutiva sobre o Grande Domínio também é utilizada por Morimoto para discutir o problema clássico do “superpovoamento” no Político de Prüm. Para o autor, a quantidade de *mansi* fracionados era muito maior do que se pensava, pois o primeiro editor da fonte não transcreveu a letra “s” que aparecia próxima aos números, significando a abreviação de *semis*. Além disso, duas metades de *mansus* eram citadas como se fosse um único. Isso ocorre, por exemplo, na descrição da região de Tremele, que possuía quatro *mansi*, descritos em detalhes, entre eles: “*Inde Adalem maior habet mansum dimidium sine censu*”⁴⁷⁰. Isto é, entre os quatro *mansi* citados, dois são metades e uma delas possuída por Adalem. Assim, ele afirma mais uma vez que a existência de terras que não se encaixem no modelo clássico, como os *mansi*, com mais de uma família ou fragmentados, não é a prova da decadência dessa organização, mas sim, prova da sua dinâmica. Os Grandes Domínios estariam em constante movimento, com uma grande gama de variações, coexistindo com o modelo clássico encontrado em algumas regiões⁴⁷¹.

Vale a pena ressaltar que a interpretação de Morimoto está ligada diretamente à sua visão sobre os Políticos, assim como detalhada no capítulo 1. Esses documentos não seriam uma imagem fixa de um determinado momento, como apontou Fossier⁴⁷², nem um reflexo distorcido da realidade, como apontou Duby⁴⁷³, mas instrumentos da gestão fundiária, que eram constantemente modificados de acordo com as necessidades locais. Essas modificações seriam observáveis nos manuscritos originais, que contém trechos rasurados, raspados ou mesmo deixados em branco, para a inserção futura de uma informação. Ou seriam observáveis nos documentos que possuímos apenas cópias, por meio de uma análise diplomática das fórmulas utilizadas ou das grafias das palavras.

Dessa forma, a grande quantidade de terras que não se encaixa no modelo do Grande Domínio clássico não seria uma prova de que esta organização estaria em declínio dentro do

⁴⁶⁹ “Suithger, caveleiro, tem uma casa senhorial com outras construções; VII *bonários* de prado; XLVI *bonários* de terras aráveis; X *bonários* de floresta com árvores pequenas; III *mansi* com XII *bonários* cada um; com servos que trabalham III dias por semana; III mulheres livres que fazem meio tecido nesta *villa*; e tem VII *lunarios*”. (tradução nossa). XXX.

⁴⁷⁰ “Neste local, Adalem, *maior*, tem meio *mansus* sem *census*”. (tradução nossa). O autor não cita as edições existentes, devido aos problemas mencionados, mas o próprio manuscrito: fol. 43r, l. 19.

⁴⁷¹ MORIMOTO, Yoshiki. Sur les manses surpeuplés ou fractionnaires dans le polyptyque de Prüm: phénomènes marginiaux ou signes de décadences? In: MORNET, Élisabeth. (dir.). **Campagnes médiévales: l’homme et son espace**. Paris, 1994a, p. 409-423.

⁴⁷² FOSSIER, Robert. **Polyptyques et censiers**. Brepols: Turnhout, 1978, p. 29.

⁴⁷³ DUBY, Georges. *op. cit.* 1962, p. 68.

mundo franco, mas ao contrário, seria a prova do dinamismo e plasticidade de tal organização, que ainda estaria se expandindo na segunda metade do século IX, por meio da integração das terras camponesas⁴⁷⁴. Contudo, é preciso fazer uma ressalva em relação à hipótese de Morimoto. Esse movimento evolutivo descrito só é observável no Político de Saint-Bertin. Não há nenhum outro documento do período que descreva um movimento de integração de terras ao Grande Domínio, assim como Morimoto faz.

3.3.2 Pequenos Domínios bipartidos

Morimoto já alertara que a concentração das pesquisas no Grande Domínio fez com que os pesquisadores ignorassem outras formas de organização fundiária, como o Pequeno Domínio bipartido, que, segundo o autor, havia sido pouco estudada até o ano de 2000⁴⁷⁵. Nestes mais de 150 anos de pesquisa, as terras controladas por abades e, em menor grau, as terras controladas pelos reis, foram bastante estudadas. Esse foco não foi fruto de uma escolha deliberada feita pelos historiadores, mas uma consequência. Grande parte das fontes disponíveis para o estudo das estruturas fundiárias no século IX é monástica, como os Políticos e as cartas de doação. Já para o estudo de terras controladas pelo rei, temos apenas o *Brevium Exempla*, o *Capitulário de Villis* e algumas cartas de doação, confeccionadas no momento em que essas terras passaram a fazer parte do mosteiro. Esse corpo documental excluiu uma grande quantidade de Grandes Domínios que não eram controlados nem por abades, nem por reis, mas pela aristocracia. Para Werner Rösener, a escassez de fontes sobre os Grandes Domínios laicos não é mero acaso, mas consequência das características dessa organização, mais dispersa e mais sujeita a transferências e fragmentação do que as terras reais e monásticas:

Der Mobilität des Grundbesitzes war in karolingischer Zeit beim Adel grundsätzlich höher als bei der Kirche und beim Fiskalgut, da die Güter des Adels durch Erbgang,

⁴⁷⁴ MORIMOTO, Yoshiki. État et perspective des recherches sur les polyptyques carolingiens (ca. 1980-1986). *Annales de l'Est*, n° 40, p. 127, 1988.

⁴⁷⁵ MORIMOTO, Yoshiki. Aperçu critique des recherches sur l'histoire rurale du haut Moyen Âge: vers une synthèse équilibrée (1993-2004). In: *Id. Études sur l'économie rurale du haut Moyen Âge*. Bruxelles: de Boeck, 2008, p. 169

*Heiratsgaben und Schenkungen stärken Veränderungen unterworfen waren und dadurch häufig zersplitterten*⁴⁷⁶.

Apesar da escassez das fontes, estudos foram feitos sobre as terras de algumas famílias aristocráticas, como os Welfs,⁴⁷⁷ ou apenas de uma pessoa, como Beata⁴⁷⁸. Fleckenstein e Sprandel conseguiram identificar a formação, a fragmentação e o fim desses complexos fundiários sem, contudo, obter informações detalhadas sobre o seu conteúdo. Qual era a composição das terras? Havia prados? Terras aráveis? Em que quantidade? Dependentes? Outro entre os poucos documentos que nos permite saber em detalhes a composição de terras controladas por uma aristocracia, mesmo que local e não completamente independente, é o Político de Saint-Bertin.

Nesse documento é possível identificar onze senhores que, apesar de estarem ligados de alguma maneira à abadia⁴⁷⁹, possuem um complexo fundiário. Inúmeras pessoas, com alguma quantidade de terra, são listadas ao longo do documento. Utilizamos como critério a existência de prados e/ ou florestas, que totalizem mais que 30 *bonários*, assim como de terratenentes ligados a uma reserva. Esquematicamente, temos o seguinte quadro⁴⁸⁰:

⁴⁷⁶ “A mobilidade dos bens fundiários durante o Período Carolíngio foi fundamentalmente maior entre os bens da aristocracia do que da Igreja ou do Fisco. Os bens da aristocracia foram frequentemente, devido a questões de sucessão, casamento e doações, submetidos à fragmentação” (tradução nossa). RÖSENER, Werner. Strukturformem der adeligen Grundherrschaft. In: *Id.* (org.). **Strukturen der Grundherrschaft im frühen Mittelalter**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993, p. 175.

⁴⁷⁷ FLECKENSTEIN, Joseph. Über die Herkunft der Welfen und ihre Anfänge in Süddeutschland. In: TELLENBACH, Gerd (org.). **Studien und Vorarbeiten zur Geschichte des großfränkischen und frühdeutschen Adels**. Freiburg im Breisgau: Alemanisches Institut, 1957, p. 71-136.

⁴⁷⁸ SPRANDEL, Rolf. **Das Kloster St. Gallen in der Verfassung des karolingischen Reiches**. Freiburg im Breisgau: Alemanisches Institut, 1958.

⁴⁷⁹ Alguns são *ministeriales*, como maior Iremhairus ou o cavaleiro Mortber, outros devem algum tipo de pagamento, como soldos ou víveres.

⁴⁸⁰ A tabela foi feita a partir de uma outra, organizada por Werner Rösener. *op. cit.* 1993, p. 161. Contudo, ela não tinha como objetivo analisar apenas senhores de Pequenos Domínios e por isso utilizamos alguns critérios diferentes, o que modificou a composição da tabela.

Beneficiário	§	Reserva						mancipia	Tenências		Total	
		Terras aráveis		prados	floresta	soma			quant.			
		bun.	mans.	bun.	bun.	bun.	mans.					
		bun.	mans.	bun.	bun.	bun.	mans.	quant.	quant.	bun.	mans.	
1. Berharius	XVIII	20	1.5	5	6	31	2.5	8	2	24	4.5	
2. Benemar	XVIII	30	2.5	10	23	63	5	24	3	36	8	
3. Ostoradus	XVIII	20	1.5	12	6	38	3	24	3	36	6	
4. Uuendelhadus	XVIII	30	2.5	11	3	44	4	14	1	12	5	
5. Megenfridus	XVIII	45	4	11	16	72	6	4	2	24	8	
6. Balduuinus	XVIII	20	1.5	6	20	46	4	9	1	12	5	
7. Iremharius	XXI	22	1.5	10	15	47	4	9	2	24	6	
8. Mortbert	XXVII	20	1.5	-	12.5	32.5	3	10	4	48	7	
9. Uuinetmar	XVIII	32	2.5	3	5	40	3.5	-	2	24	5.5	
10. Suithger	XXX	46	4	7	10	63	5	-	3	36	8	
11. Bauo	XVIII	30	2.5	11	4	45	4	16	0.5	8	4.5	

Figura 13: Tabela 2: Esquema para Pequenos Domínios de Saint-Bertin

Todos os domínios listados são bipartidos, isto é, divididos em reserva e tenências. A composição desses domínios é muito semelhante entre si, praticamente todos possuem terras aráveis, prados e florestas, com exceção de Mortbert. Se compararmos a extensão desses domínios bipartidos com outros pertencentes diretamente à abadia, como por exemplo, Kelmis, podemos observar a grande diferença entre a dimensão dos domínios:

*In Kelmis habent monachi ecclesiam I ac bunaria XII et mancipia VI; luminarii IIII; unusquisque soluit de cera ualente denarium I. Mansum indominicatum cum casa et aliis casticiis. De prato bunaria XXXVIII. De terra arabili bunaria CLXXX. De silua grossa bunaria XXX. De silua minuta bunaria XV. Mansa XV per bunaria XII, et ille dimidiis per bunaria VI (...)*⁴⁸¹.

Kelmis possui 39 *bonários* de prados, 180 de terras aráveis, 30 de florestas e as tenências com 186 *bonários*, totalizando 535 *bonários* de terra. Já as terras de Suithger, o maior domínio, possuem apenas 99 *bonários* no total. Essa diferença pode ser maior ainda se compararmos com os Grandes Domínios de Saint-Germain-des-Prés, como Palatiolo, que possui aproximadamente 861 *bonários*⁴⁸².

⁴⁸¹ “Em Kelmis há I igreja monacal com XII *bonários* e VI *mancipia*; IIII *luminarii*, cada um deve pagar uma quantia de cera equivalente a I denário. *Mansus* senhorial com casa e outras construções. XXXVIII *bonários* de prado. CLXXX *bonários* de terras aráveis. XXX *bonários* de floresta com grandes árvores. XV *bonários* de florestas com pequenas árvores. XV *mansi* com XII *bonários* cada um e meio *mansus* com VI *bonários* (...)”. (tradução nossa). XVI.

⁴⁸² Esta conta foi feita a partir dos dados fornecidos por Guérard, que incluem as terras das reservas, das tenências e das igrejas. Como já apontado, muitos dos cálculos feitos por Guérard estão sujeitos à crítica, mesmo que o número fosse um pouco maior ou menor, já é possível perceber a diferença de grandeza entre os diferentes domínios. GUÉRARD, Benjamin. *op. cit.* 1844, p. 829.

O tamanho reduzido, apesar da semelhança da estrutura, fez com que o último editor da fonte, François-Louis Ganshof chamasse essas terras de “Pequenos Domínios”⁴⁸³. Segundo ele, esses domínios teriam sido recentemente criados para serem cedidos aos *maiores* e *cabalarii*, em troca dos seus serviços. Hipótese que seria reforçada pela regularidade do tamanho dos *mansi*, todos com 12 *bonários*. Magnou-Nortier reafirma a extrema regularidade destas organizações e afirma que o fato de alguns desses pequenos senhores serem obrigados a prestar algum *servitium*, quando não exerciam as suas funções de cavaleiros⁴⁸⁴, corrobora as teses de Ganshof. Já para Delatouche, a abadia criava esses Pequenos Domínios com o objetivo de otimizar a sua produção. A divisão da mão-de-obra, disponível em pequenos grupos, tornaria a administração e supervisão mais fácil do que em terras de grandes extensões e, conseqüentemente, obteria uma produção de maior rentabilidade⁴⁸⁵. Já Morimoto, como citado anteriormente, identifica esses Pequenos Domínios como representantes da sua terceira e quarta etapa evolutiva. Enquanto que Rösener, mesmo sem citar Morimoto, corrobora a sua tese ao afirmar que os Pequenos Domínios são o meio do caminho entre os Grandes Domínios e os alódios⁴⁸⁶. Genicot também se aproxima dos apontamentos de Morimoto ao afirmar que essas terras teriam sido recém-adquiridas pelo mosteiro, cedidas por pequenos senhores camponeses que, por vontade própria ou forçados, renunciaram sua plena liberdade econômica e doaram suas terras para os monges em troca de proteção⁴⁸⁷.

Contudo, dos onze nomes listados, apenas cinco possuem alguma função específica, ou são *maior* ou *cabalarius*. Não temos alguma informação sobre os outros seis senhores, o que enfraquece a argumentação de Ganshof. Além disso, apesar da regularidade do tamanho dos *mansi*, 12 *bonários*, não é possível observar nenhuma outra, seja a relação entre a reserva e as tenências ou a reserva e os *mancipia*, ou nos padrões de cobrança, como aponta Magnou-Nortier. Por último, após um longo período de discussão sobre as taxas de produção durante a Alta Idade Média, desde as primeiras estimativas catastróficas feitas por Duby⁴⁸⁸, não foi possível chegar à conclusão alguma sobre o tema, o que impede e torna inócuas as comparações entre a produção do Grande e do Pequeno Domínio, assim como fez Delatouche.

⁴⁸³ GANSHOF, François-Louis. *op. cit.* 1975, p. 45.

⁴⁸⁴ MAGNOU-NORTIER, Elisabeth. *op. cit.* p. 678, 1987.

⁴⁸⁵ DELATOUCHE, Robert. *op. cit.* p. 94, 1977.

⁴⁸⁶ RÖSENER, Werner. *op. cit.* 1993, p. 159-160.

⁴⁸⁷ GENICOT, L. Sur le domaine de Saint-Bertin à l'époque carolingienne. *Revue d'histoire ecclésiastique*, p. 69-78, 1976.

⁴⁸⁸ DUBY, Georges. *op. cit.* p. 363, 1954.

O estado atual da documentação não nos permite um estudo aprofundado sobre a origem dessa organização, apenas especulações. Por isso, devemos analisar o Pequeno Domínio da única forma que é possível, a partir da sua dependência direta do Grande Domínio.

Como já dito, dos onze senhores de Pequenos Domínios, não temos informação alguma sobre seis, pois eles não exercem nenhuma função específica como *maior* ou *cabalarius* e os serviços devidos são substituídos pela fórmula *facit sicut superiores*. Dos outros cinco, sabemos que Iremharius e Uuinetmar são *maiores* e Bernhairus é *caballarius*. Os serviços devidos também são substituídos pela expressão *facit sicut superiores*, sem mais detalhes. Sabemos que os terranentes do *caballarius* Suithger deveriam prestar serviços em Aldomhem e que o *caballarius* Bauo, além dos seus serviços como cavaleiro, deve cercar terras do mosteiro. Por último, o *caballarius* Mortbert, além dos seus serviços, deve dar 1 frango e 5 ovos e cultivar 1 *bonário* de terra. O que podemos perceber nessa suscinta descrição é que, além do laço de dependência entres esses pequenos senhores e abadia, representado pelos serviços prestados, nem sempre definidos, a situação de cada um era muito distinta e provavelmente definida no momento em que eles passavam a ser dependentes do mosteiro.

A diferença entre o Pequeno e o Grande Domínio não reside unicamente na dimensão das terras. Outra característica marcante desses pequenos domínios bipartidos é a grande quantidade de *mancipia* listados. No extenso Político de Saint-Germain-des-Prés, raros *mancipia* são listados. Já em Saint-Bertin, são citados 21 *mancipia* nos Grandes Domínios: 6 em Kelmis, 10 em Bermingahem, 2 em Coiaco e 3 em Gisna; enquanto que alguns senhores de Pequenos Domínios, como Benemar e Ostoradus, possuem 24 cada um. No total, são 118 *mancipia* nos Pequenos Domínios bipartidos. Ganshof defende que esses *mancipia*, assim como as terras, foram cedidos pela abadia para a execução dos serviços necessários na reserva, já que o número de terratenentes seria muito reduzido. Já Morimoto, tendo como pressuposto o seu Modelo Evolutivo, defende que esses *mancipia* têm como origem os escravos dos Pequenos Domínios merovíngios, descritos por Verhulst. Por outro lado, Rénard afirma que o termo *mancipia*, no Político de Saint-Bertin, seria um termo genérico para determinar estes camponeses. Como eles não prestavam nenhum serviço para abadia, não havia interesse em registrar se eles eram *lunarii*, *luminarii*, *homines* etc.⁴⁸⁹ Porém, tal análise não se sustenta, pois no caso de Uuinetmar e Suithger, não é citado nenhum *mancipia*, mas sim *lunarii*. Por que, nestes dois casos, os dependentes foram determinados como *lunarii* e

⁴⁸⁹ RENARD, Étienne. *op. cit.* p. 421, 1999.

nos outros, foram chamados, de forma geral, de *mancipia*? Além disso, ao analisar os Grandes Domínios de Saint-Bertin, temos *mancipia* listados juntamente com os *luminarii*, *ingenui*, *servi*, *homines*, *prebendarii*, *berbicarius*, *decanus*, etc. Isso invalida as observações de Rénard. É importante ressaltar que, em diversas cartas de doações, além de terras férteis, prados, moinhos e vinhas, comumente os *mancipia* eram listados como parte da doação, o que atesta a sua condição inferior e invalida a possibilidade de ser um termo genérico, assim como atesta Rénard⁴⁹⁰.

Por meio do único caso em que o trabalho dos *mancipia* é especificado, podemos perceber que os trabalhos devidos, com exceção de Iremberto, eram mais pesados do que os trabalhos normalmente devidos pelos *ingenui* e *servi*:

*Mancipia X. Omnes excepto Iremberto arant ad ipsam uillam bunaria IIII et colligunt II et ducunt ad monasterium et cludunt uirgas XV et in monasterio item omnes uirgas IIII et facit unusquisque in anno dies XXIIII in estate. Irembertus autem arat bunaria II et colligit I*⁴⁹¹.

Isso reforça a ideia que *mancipia* designa um grupo específico, que possui um status inferior aos *ingenui* e aos *servi* e não simplesmente um termo para trabalhadores que não prestam serviços nas terras da abadia. Devemos ressaltar que esse também é o ponto de vista defendido pelo último editor da fonte⁴⁹². Por outro lado, apesar da sua condição inferior, não há evidências que nos permitam dizer que um termo que surge no século III a.C, para designar tanto escravos quanto escravas,⁴⁹³ tenha mantido o seu sentido original até o século IX d.C., assim como faz Leon-Robert Ménager⁴⁹⁴, Robert Fossier⁴⁹⁵ e Stéphane Lebecq⁴⁹⁶. Para indicar que os *mancipia* não eram escravos, objetos que poderiam se trocados, vendidos etc.,

⁴⁹⁰ Stéphane Lebecq, em seu estudo sobre o papel econômico dos mosteiros francos, cita diversas cartas de doações em que os *mancipia* figuram entre moinhos e vinhas. cf.: LEBECQ, Stéphane. The role of the monasteries in the systems of production and exchange of the Frankish world between the seventh and the ninth century. In: HANSEN, Lyse; WICKHAM, Chris. **The long eighth century**. Leiden: Brill, 2000, p. 121-148.

⁴⁹¹ “X *mancipia*. Todos com exceção de Iremberto aram nessa *villa* IIII *bonários* e colhem II e levam até o mosteiro e cercam XV vergas e no mosteiro IIII vergas e, cada um, trabalha XXIIII dias por ano. Contudo, *Irembertus* ara II *bonários* e colhe I”. (tradução nossa). XX.

⁴⁹² GANSHOF, François-Louis. *op. cit.* 1975, p. 28.

⁴⁹³ DEVROEY, Jean-Pierre. *op. cit.* 2006, p. 287.

⁴⁹⁴ MÉNAGER, Leon-Robert. Considérations sociologiques sur la démographie des grands domaines ecclésiastiques carolingiens. In: **Études d'histoire du droit canonique dédiées à Gabriel le Bras**. Paris, 1965, p. 1323-1325.

⁴⁹⁵ FOSSIER, Robert. La terre et les hommes en Picardie jusqu'à la fin du XIII^e siècle. Paris: Béatrice-Nauwelaerts, 1968, p. 210.

⁴⁹⁶ LEBECQ, Stéphane *et. al.* **L'économie médiévale**. Paris: Armand Colin, 1997, p. 58.

Jean-Pierre Devroey, por exemplo, opta pela expressão “não-livre” ou mantém o latim *mancipia*, assim como fazemos, deixando claro o seu status inferior⁴⁹⁷.

As inúmeras divergências entre os autores sobre a origem e o papel do Pequeno Domínio se deve ao fato de que é somente no Político de Saint-Bertin que os Pequenos Domínios bipartidos aparecem de forma clara, um documento elíptico e de difícil interpretação, assim como Étienne Renard aponta:

[o documento] *rédigé dans un latin concis, volontiers elliptique, usant de termes techniques pour lesquels nous n'avons bien entendu pas conservé de glossaire et qui sont parfois la traduction latine de mots de langue vulgaire, ce document ne se laisse pas facilement appréhender. La concision et la technicité du texte, autant que le défaut d'attention des commentateurs pour les implications de sa remarquable homogénéité, furent souvent à l'origine de commentaires en sens divergent*⁴⁹⁸.

A análise dos Pequenos Domínios, descritos no Político de Saint-Bertin, não nos permite avançar muito em questões como origem, função e a relação desses pequenos senhores com o centro⁴⁹⁹. Por outro lado, a análise das dimensões e a observação de um grande número de *mancipia* por *bonário* nos permite vislumbrar uma organização diferente daquela descrita por Verhulst. É importante ressaltar que essa organização diferente não se localiza nas fronteiras do Reino Franco, mas sim no seu coração, entre o Loire e o Reno, assim como um grande número de terras que não são se quer, divididas em *mansi*, tema que discutimos a seguir.

3.3.3 Terras não amansadas

Além dos 11 pequenos domínios, citados anteriormente, há uma grande quantidade de terras não “amansadas”, isto é, não divididas em *mansi*. Algumas vezes são até maiores que os Pequenos Domínios, mas não são bipartidas, o que chamamos de grandes tenências; outras vezes podem ter um tamanho extremamente reduzido, como por exemplo, apenas meio

⁴⁹⁷ DEVROEY, Jean-Pierre. *op. cit.* 2006.

⁴⁹⁸ “[o documento] redigido em um latim conciso, voluntariamente elíptico, com o uso de termos técnicos, dos quais nós não temos notícias de um glossário conservado e que são algumas vezes a tradução latina de palavras de língua vulgar, não se deixa facilmente ser apreendido. A concisão e a tecnicidade do texto, assim como a falta de atenção dos comentadores às implicações de sua marcante homogeneidade, foram frequentemente a origem de comentários divergentes”. (tradução nossa). RENARD, Étienne. *op. cit.* p. 379, 1999.

⁴⁹⁹ Além do próprio Político de Saint-Bertin, não há outro documento que permita estudar o fenômeno com detalhes. As cartas de doação, por exemplo, são apenas 17 para o século IX e nenhuma delas menciona os domínios comentados anteriormente. *Ibidem.* p. 404.

bonário. Ganshof apontou que estes pequenos lotes de terra podem ter sido recém adquiridos pela abadia. Uma parte continuaria sob a posse do doador e outra seria cultivada em proveito dos monges. Contudo, ele mesmo admite que esta observação é apenas uma hipótese, já que não há como traçar a origem dessas terras⁵⁰⁰. Já Fossier, influenciado pela sua visão negativa da economia nos tempos carolíngios e da certeza da decadência do Grande Domínio na segunda metade do século IX, aponta que essas terras constituem uma prova da desorganização do sistema dominial bipartido. Esses pequenos lotes de terra teriam sido subtraídos dos Grandes Domínios e os grandes senhores enfraquecidos, nada podiam fazer para evitar a fragmentação de suas terras⁵⁰¹.

Metade das grandes tenências listadas é administrada por *ministeriales*, como nos casos de Roholf, Godobert, Hisegeger e Odbertus:

*Godobert **caballarius** habet casam dominicatum; de terra bunaria XXI; mancipia IIII; de silua minuta bunaria IIII*⁵⁰².

*Roholf habet casam dominicatum et est **caballarius**; bunaria XIII; mancipia II*⁵⁰³.

*Hisegeger **maior** habet bunaria XVIII, mancipia VIII*⁵⁰⁴.

*Quod molinum habet Odbertus; et habet bunaria XIII et habet mancipia V et custodit siluam*⁵⁰⁵.

Essas terras podem possuir apenas uma pequena quantidade de terras não classificada, como no caso já citado de Roholf, ou um complexo formado por terras aráveis, prados e florestas, como no caso de Thegen, Stillefridus e Bauo:

*Thegen maior habet casam dominicatum cum aliis casticiis, de **prato** bunaria V, de **terra arabili** bunaria XX, de **silua** minuta bunaria V; mancipia XII*⁵⁰⁶.

*Stillefridus habet mansum, de **prato** bunaria VI et iornalem I, de **terra arabili** bunaria XXXV, de **silua** minuta bunaria VI; mancipia VIII*⁵⁰⁷.

*Bauo habet mansum cum casa et aliis casticiis, de **prato** bunaria V et semis, de **terra arabili** bunaria XLVI et semis, de **silua** minuta bunaria VIII; mancipia XIII*⁵⁰⁸.

⁵⁰⁰ GANSHOF, Louis-François *op. cit.* 1975, p. 36.

⁵⁰¹ FOSSIER, Robert. *op. cit.* 1968, p. 225.

⁵⁰² “Godobert, **cavaleiro**, tem uma casa senhorial; XXI *bonários* de terra; IIII *mancipia*; IIII *bonários* de florestas com pequenas árvores”. (tradução e grifo nosso). XXXII.

⁵⁰³ “Roholf tem uma casa senhorial e é **cavaleiro**; XIII *bonários*; II *mancipia*”. (tradução e grifo nosso). XXXII.

⁵⁰⁴ “Hisegeger, **maior**, tem XVIII *bonários*, VIII *mancipia*”. (tradução e grifo nosso). XXXIII.

⁵⁰⁵ “Odbertus **tem um moinho** e XIII *bonários* e V *mancipia* e cuida de uma floresta”. (tradução e grifo nosso). XXX.

⁵⁰⁶ “Thegen, **maior**, tem uma casa senhorial com outras construções, V *bonários* de **prado**, XX *bonários* de **terras aráveis**, V *bonários* de floresta com pequenas árvores; XII *mancipia*”. (tradução e grifo nosso). XVIII.

⁵⁰⁷ “Stillefridus tem um *mansus*, VI *bonários* de **prado** e I *iornale*, XXXV *bonários* de terras aráveis, VI *bonários* de **floresta** com pequenas árvores; VIII *mancipia*”. (tradução e grifo nosso). XXI.

Esse complexo pode ser classificado, em alguns momentos, de *dominicum*, como nos casos já citados de Thegen e Roholf, mas nenhum deles possui tenências dependentes, fonte de mão-de-obra, por isso não podem ser classificadas nem como Grande Domínio nem como Pequeno Domínio. Sem terratenentes, que cultivem as suas terras, 21 das 22 grandes tenências listadas possuem pelo menos um *mancipia*; uma não possui nenhum, porém, possui *lunarii*: “*Hlodoger caballarius habet mansum dominicum; de prato bunaria VII, de terra arabili bunaria XLIII; silua minuta bunaria VIII; lunarii XXI*”⁵⁰⁹.

Além dos Pequenos Domínios e das grandes tenências, há uma grande quantidade de terras listadas de pequena extensão, algumas vezes apenas meio *bonário*, que não são classificadas como *mansus*, nem mesmo quando possui o tamanho padrão de 12 *bonários*, como no caso de Uuilbertus: “*Uuilbertus habet bunaria XII, soluit solidos II et preuidet siluam*”⁵¹⁰ ou Megentio: “*Megentio habet bunaria XII; est berbicarius et preuidet siluam*”⁵¹¹. Além disso, não possuem dependentes, se quer um *mancipia* e são obrigados a cultivar uma determinada quantidade de terra do senhor daquele domínio ou pagar uma quantidade em moedas, como nos casos seguintes:

*Ded habet bunaria VI, arat bunaria II*⁵¹².

*In eadem uilla Heleca habet bunarium semis arat iurnalem I*⁵¹³.

*Brunger habet bunaria VI, arat bunarium I et semis*⁵¹⁴.

*Bauo habet bunaria III, soluit denarios VIII*⁵¹⁵.

*Megenhardus habet bunaria III et semis, soluit solidum I et semis*⁵¹⁶.

Se compararmos esses serviços com aqueles devidos pelos terratenentes dos Grandes Domínios, isto é, o cultivo das terras do senhor por 2 ou 3 dias, a entrega de uma determinada quantidade de víveres como farinha, ovos, frangos e carneiros, além de serviços de transporte e manutenção do domínio, podemos afirmar, comparativamente, que pessoas citadas anteriormente, como Ded e Bauo gozavam de uma independência diante da abadia maior do

⁵⁰⁸ “Bauo tem um *mansus* com uma casa e outras construções, V *bonários* e meio de Prado, XLVI *bonários* e meio de **terras aráveis**, VIII *bonários* de **floresta** com pequenas árvores; XIII *mancipia*”. (tradução e grifo nosso). XXI.

⁵⁰⁹ “Hlodoger, cavaleiro, tem um *mansus* senhorial; VII *bonários* de Prado, XLII *bonários* de terras aráveis; VIII *bonários* de floresta com pequenas árvores; XXI *lunarii*”. (tradução e grifo nosso). XXVIII.

⁵¹⁰ “Uuilbertus tem XII *bonários*, paga II soldos e cuida da floresta”. (tradução e grifo nosso). XXI.

⁵¹¹ “Megentio tem XII *bonários*, é pastor e cuida da floresta”. (tradução e grifo nosso). XXXII.

⁵¹² “Ded tem VI *bonários*, **ara** II *bonários*”. (tradução e grifo nosso). XVI.

⁵¹³ “Na mesma *villa*, Heleca tem meio *bonário* e **ara** I *iurnale*”. (tradução e grifo nosso). XVII.

⁵¹⁴ “Brunger tem VI *bonários*, **ara** I *bonário* e meio”. (tradução e grifo nosso). XXIII.

⁵¹⁵ “Bauo tem III *bonários*, **paga** VIII *denários*”. (tradução e grifo nosso). XXIII.

⁵¹⁶ “Megenhardus tem III *bonários* e meio, **paga** I soldo e meio”. (tradução e grifo nosso). XXV.

que os terratenentes dos Grandes Domínios. Outro detalhe que corrobora a nossa hipótese é que estas pessoas, aqui citadas, são nomeadas, diferentemente dos terratenentes.

É importante observar que esse padrão, pequena quantidade de terras, cultivo de uma porção menor ainda, não ocorre com todos os pequenos lotes. Em raros casos, esses terratenentes não pagavam nada pela pequena quantia de terra que lhes era concedida, apenas exerciam a sua função. Não estamos falando de *ministeriales* como *maior* ou os cavaleiros, mas do responsável, por exemplo, pela criação de porcos: “*Porcarius unus habet bunaria III ad uestitum*”⁵¹⁷; ou no caso de alguns decanos: “*Ille decanus habet bunaria IIII et semis ad prebendam*”⁵¹⁸; “*Ille decanus habet bunaria V ad prebendam*”⁵¹⁹. Vale ainda observar que há um caso em que a taxa exigida é muito maior do que nos casos já citados. Além de arar dois *bonários* de terra, Stituuine deve fazer o transporte de duas carroças, uma até o mosteiro, distante mais ou menos 35km, outra até Uuadnam, local não identificado⁵²⁰: “*Stituuine habet bunaria XII, arat bunaria II, dat carrum ad Uuadnam et ad monasterium*”⁵²¹. Seria ele um comerciante da abadia?⁵²²

Diante desse grande número de pequenas porções de terra, 43 no total, uma questão se coloca: O que as diferencia de outras terras que possuem 12 *bonários* e são chamadas de *mansus*, ou 6 *bonários* e são chamados de *mansus semis*? Por que as terras de 12 *bonários* dos Grandes Domínios são chamadas de *mansus* e os 12 *bonários* de Uuilibertus não recebe a mesma classificação? A diferença não está na extensão das terras, já que há algumas terras com 12 *bonários*, que são chamadas de *mansus* e outras não, mas sim no regime de cobrança. As terras “amansadas” possuem um padrão de cobrança uniforme em Saint-Bertin: 2 ou 3 dias de trabalho por semana para os homens, produção de tecidos para mulheres, além do pagamento de uma determinada quantia em víveres e a execução de trabalhos como transporte ou a manutenção das cercas. Enquanto que as terras não “amansadas”, devem apenas arar uma pequena quantia terras. Essa observação corrobora nossos apontamentos anteriores sobre o *mansus*, que não pode ser considerado somente como uma unidade fundiária, mas também

⁵¹⁷ “O responsável pelos porcos tem III *bonários* para as suas vestimentas”. (tradução nossa). Optamos pela tradução literal, essa frase significa que, ao invés do mosteiro fornecer as vestimentas necessárias, ele concedeu três *bonários* de terra para a pessoa responsável pelos porcos. XXVII.

⁵¹⁸ “Este decano tem IIII *bonários* e meio como prebenda”. (tradução nossa). XXX.

⁵¹⁹ “Este decano tem V *bonários* como prebenda”. (tradução nossa). XXXII.

⁵²⁰ GANSHOF, François-Louis. *op. cit.* 1975, nota 17, p. 111.

⁵²¹ “Stituuine tem XII *bonários*, ara II *bonários*, transporta uma carroça até Uuadnam e uma outra até o mosteiro”. (tradução nossa). XXXII.

⁵²² Ver adiante.

como uma divisão utilizada na percepção de taxas, sejam elas senhoriais, como neste caso, sejam elas reais, como nos casos citados anteriormente⁵²³.

A multiplicidade de organizações que coexistem com os Grandes Domínios, como os Pequenos Domínios, as grandes tenências e os pequenos lotes de terras, não “amansados”, não pode ser interpretada como diferentes etapas da constituição de uma organização única. O Modelo Evolutivo de Morimoto pode parecer, em uma primeira leitura, sedutora, uma explicação que responde, de uma vez só, todas as críticas elaboradas ao modelo de Grande Domínio. Porém, além do problema documental já apontado - apenas o Político de Saint-Bertin permite essa leitura - a explicação de Morimoto monta uma armadilha. Se aceitarmos sua teoria e a levarmos a diante, podemos afirmar que todas as terras que não se encaixam no modelo de Grande Domínio estão em alguma etapa de formação. Ao identificar todos os outros lotes de terra em torno do Grande Domínio, como uma etapa anterior deste, o autor encerra toda a organização fundiária do reino franco em um único modelo. Essa postura já foi criticada há muito tempo, desde os primeiros artigos de Theodor von Inama-Sternegg. A identificação de outras formas de organização da terra, em torno do Grande Domínio nos mostra, que apesar de sua importância, devido ao seu tamanho e a quantidade de pessoas envolvidas, não era dominante, nem mesmo onde ela era plenamente identificável, isto é, no norte do reino franco. O reconhecimento de que outras formas de organização fundiária, que não faziam parte de uma etapa da formação do Grande Domínio, nos leva a questionar sobre as possíveis relações que foram estabelecidas entre elas e a constatar que a pesquisa sobre a estrutura fundiária no mundo franco não pode se restringir ao modelo de Grande Domínio, nem mesmo na região entre o Loire e o Reno.

3.4 Os domínios excêntricos

Os domínios localizados distantes da abadia nunca chamaram muito a atenção dos pesquisadores. Além dos primeiros artigos publicados, na década de 1920, o assunto praticamente não foi abordado até a década de 1980⁵²⁴. Seriam eles iguais aos domínios

⁵²³ Étienne Renard também aponta nesta direção: RENARD, Étienne. *op. cit.* p. 387, 1999.

⁵²⁴ Na década de 1980, os estudos sobre os domínios excêntricos voltaram a ser feitos, principalmente por pesquisadores alemães, que estudaram regiões bem específicas, e alguns pesquisadores franceses: cf.: KNICHEL, Martina. *Geschichte des Fernbesitz der Abtei Prüm in den heutigen Niederlanden, in der*

próximos a abadia? Se não, quais as diferenças? Sua função seria a mesma? Qual a intenção da abadia em manter domínios distantes, mesmo com todas as dificuldades de transporte e de administração que a distância trazia? Assim, nosso objetivo agora é debater como esse tema foi trabalhado pelos pesquisadores, para, finalmente, abordar essas questões a partir das descrições dos domínios excêntricos, mencionados no Políptico de Saint-Bertin.

3.4.1 Para além do debate Dopsch-Pirenne

No ano de 1923, o pesquisador belga Hans van Werveke se propôs a responder a seguinte questão: Como os estabelecimentos religiosos belgas obtinham vinho na Idade Média? As condições climáticas e do solo não permitiam o cultivo de vinhas em regiões como Saint-Omer ou Saint-Vaast e, conseqüentemente, os monges não conseguiam produzir vinho, tão importante para a dieta e liturgia do período⁵²⁵. O mapa abaixo ilustra essas regiões⁵²⁶:

Picardie, in Revin, Fumay und Fépin sowie in Awans und Loncin. Mogúncia: Verlag der Gesellschaft für mittelhheinische Kirchengeschichte, 1987; *Id.* Geschichte des Fernbesitzes der Abtei Prüm. *In:* Nolden, Reiner (ed.). **Anno verbi incarnati DCCCXCII conscriptum: im Jahre des Herrn 893 geschrieben. 1100 Jahre Prümer Urbar.** Tréveris: Geschichtsverein "Prümer Land", 1993, p. 145-156; *Id.* Geschichte des Fernbesitzes der Abtei Prüm im Metropolitanverband Mainz. *In:* **Archiv für mittelhheinische Kirchengeschichte**, nº 45, p. 11-59, 1993; *Id.* Geschichte des Fernbesitzes der Abtei Prüm in der alten Erzdiözese Mogúncia im 8. und 9. Jahrhundert. **Jahrbuch für westdeutsche Landesgeschichte**, nº 19, p. 81-90, 1993; MUSSET, Lucien. Signification et destinée des domaines excentriques pour les abbayes de la moitié septentrionale de la Gaule jusqu'au IX^e siècle. *In:* DUBOIS, Dom Jacques (ed.). **Sous la règle de saint Benoît. Structures monastiques et sociétés en France du moyen âge à l'époque moderne.** Paris: Publication de l'École Pratique des Hautes Études, 1982, p. 167-184; STÖRMER, Wilhelm. Zur Frage der Funktionen des kirchlichen Fernbesitzes im Gebiet der Ostalpen vom 8. bis zum 10. Jahrhundert. *In:* BEUMANN, Helmut; SCHRÖDER, Werner (eds.). **Die transalpinen Verbindungen der Bayern, Alemannen und Franken bis zum 10. Jahrhundert.** Sigmaringen: Thorbeck, 1987, p. 379-403; EWIG, Eugen. Der Fernbesitz von St. Arnulf/ Metz in den alten Diözesen Trier und Köln. **Rheinische Vierteljahrbblätter**, nº 50, p. 16-31, 1986; REY, Manfred van. Der Deutsche Fernbesitz der Klöster und Stifte der alten Diözese Lüttich. **Annalen des historischen Vereins für den Niederrhein**, nº 186, p. 19-80, 1983.

⁵²⁵ WERVEKE, Hans van. Comment les établissements religieux belges se procuraient-ils du vin au haut moyen âge? **Revue belge de philologie et d'histoire**, p. 643-662, 1923.

⁵²⁶ POUNDS, Norman J. G. Northwest Europe in the Ninth Century: Its Geography in Light of the Polyptyques. **Annals of the Association of American Geographers**, nº 3, p. 456, 1967.

Figura 14: Imagem: Mapa 3: Mapa que identifica as regiões produtoras e não produtoras de vinho. LEGENDA: Produtoras de vinho marcadas com um círculo preto. Regiões não produtoras de vinho, mas que possuíam serviços de transporte dessa mercadoria, marcadas com um círculo branco.

Ao analisar os cartulários de vinte e cinco abadias localizadas nos Países Baixos, o aluno de Pirenne observa que esses estabelecimentos possuíam terras em regiões distantes como Soissons, na atual França, ou em regiões próximas ao rio Reno e a seu afluente Mosela, na atual Alemanha, que produziam vinho. Através de cobrança de taxas, os terratenentes eram obrigados a transportar a produção da região até o mosteiro⁵²⁷. Segundo o autor, tal situação se explica devido à ausência de mercados e de mercadores profissionais, que pudessem fornecer o produto para os Grandes Domínios eclesiásticos, predominante naquele período⁵²⁸. Dessa maneira, as abadias eram obrigadas a produzir tudo o que fosse necessário para a manutenção da instituição, além de manter domínios distantes que pudessem fornecer aquilo que não fosse possível obter nas terras próximas ao mosteiro, como o vinho. Segundo o autor,

⁵²⁷ *Ibidem.* p. 653.

⁵²⁸ WERVEKE, Hans van. Grands propriétaires en Flandre au VII^e et au VIII^e siècle. *Revue belge de philologie et d'histoire*, p. 321-327, 1923a.

apesar de todas as dificuldades de transporte e produção que esse sistema acarretava, ele era o único possível em um mundo sem comércio⁵²⁹.

Em um estudo posterior, van Werveke estendeu a sua análise para outros produtos essenciais, como sal e o óleo para iluminação. O padrão observado para o vinho se repetia. Os Grandes Domínios que não possuíam salinas nos domínios próximos aos mosteiros mantinham terras distantes, que ele chamou de “excêntricas”, até mesmo na Itália, para que o produto pudesse ser regularmente fornecido. Para o autor, o fato de grandes quantidades de mercadorias serem transportadas pelo continente não permite afirmar a existência de um comércio regular, pois a mercadoria não mudava de mãos, não era vendida, o que reforça a ideia de um “economia fechada”⁵³⁰.

Alguns anos depois, outro aluno de Pirenne, Henri Laurent, se propõe a estudar não a existência ou não de comércio de mercadorias, mas aqueles que transportavam essas mercadorias. É possível afirmar a inexistência do comércio mesmo quando as fontes mencionam numerosas vezes *negotiatores*? Quando documentos régios confirmam a proteção real a mercadores? Para o autor, os *negotiatores*, mencionados nas fontes, não podem ser considerados “comerciantes livres”, já que eles estavam diretamente ligados ou ao rei ou às abadias. Eram obrigados a manter pessoas especializadas no transporte de mercadorias, diante da inexistência de mercados e mercadores livres. Dessa forma, ao invés de contrariar as teses de Pirenne, as menções a mercadores nas fontes carolíngias, analisadas pelo autor, corroborariam os apontamentos do professor⁵³¹.

Para além do debate Dopsch-Pirenne, Renée Doehaerd lançou uma nova visão sobre documentos já há muito tempo analisados, como o Político de Saint-Germain-des-Prés. Ele abandona a dicotomia continuidade-ruptura, comércio antigo versus comércio medieval, e estuda a economia da Alta Idade Média, mais especificamente o comércio por si só, lançando as bases para os estudos que se seguem na segunda metade do século XX. Diante da impossibilidade documental, devemos abandonar o debate em torno de quantias e focar em análises qualitativas⁵³². Desconsiderando as “teorias catastróficas” elaboradas por Georges

⁵²⁹ *Ibidem*. p. 661.

⁵³⁰ WERVEKE, Hans van. Les propriétés excentriques des églises au haut moyen âge. **Revue belge de philologie et d'histoire**, p. 136-141, 1925.

⁵³¹ LAURENT, Henri. Marchands du palais et marchands d'abbayes. **Revue historique**, p. 281-297, 1938.

⁵³² DOEHAERD, Renée. Ce qu'on vendait et comment on le vendait dans le bassin parisien. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, n° 3, p. 266-280, 1947.

Duby⁵³³, Jean-Pierre Devroey se aproxima de Doehaerd, em sua abordagem sobre o Político de Prüm⁵³⁴. Ele tem como objetivo analisar duas obrigações devidas pelos terratenentes: a *angaria* e a *scara* (serviços de transporte), assim como a produção e distribuição de produtos nas terras controladas pela abadia da região de Eifel. Contudo, a utilização do Político impõe um problema: no documento, o local de partida e de chegada é frequentemente mencionado, porém, raramente é dita a quantidade e a qualidade das mercadorias. Por isso, a análise se concentra muito mais nas redes de distribuição do que de produção.

Devroey observa que, com o objetivo de melhor administrar a produção dos domínios, todos os produtos deveriam ser enviados para Prüm. Isso poderia ser feito diretamente, do domínio para a abadia. Contudo, em casos de domínios mais distantes, a produção era concentrada em um centro intermediário e depois enviada para o mosteiro e nos casos de domínios mais isolados, a produção era primeiramente coletada para depois ser enviada para um centro e depois para a abadia. Tal movimento de concentração da produção em direção a Prüm pode ser mais claramente observado no mapa abaixo⁵³⁵:

⁵³³ Cf. capítulo 2.

⁵³⁴ DEVROEY, Jean-Pierre. Les services de transport de l'abbaye de Prüm au IX^e siècle. **Revue du Nord**, p. 543-569, 1979.

⁵³⁵ *Ibidem*, p. 551.

Figura 15: Imagem: Mapa 4: Mapa que ilustra a rede de transporte da produção em Prüm.

Para o autor, a rede representada no mapa coloca em evidência a produção de excedentes dos domínios de Prüm. Somente domínios com um excedente de produção poderiam enviar produtos para a abadia, caso contrário, seus habitantes pereceriam. Assim, ele afirma que essa densa rede, que utilizava estradas romanas, pequenos caminhos que passavam por florestas e até mesmo os rios, revela uma “mentalidade de lucro dos monges-proprietários”, que vendia parte da produção de seus domínios. Além disso, não é possível negar que a obrigação do transporte de mercadorias se transformava em oportunidade aos terratenentes para vender o seu próprio excedente. Caso contrário, como eles pagariam as obrigações cobradas em moedas, comuns no Político de Prüm e também no Político de Saint-Bertin? Por fim, ele conclui dizendo que não podemos separar radicalmente religiosidade e gestão dominial, já que essas duas esferas se sustentam mutuamente em um

“movimento dialético”⁵³⁶, como no caso de Münstereifel, sede de um priorado, de um mercado e local de peregrinação.

Para sustentar as hipóteses anteriormente apresentadas, Devroey estudou uma outra região, aquela retratada pelo Políptico de Saint-Germain-des-Prés. O próprio título do artigo apontou para uma mudança de paradigma: ele não se propõe a estudar o comércio da região parisiense ou do Período Carolíngio, mas sim a “economia de trocas”⁵³⁷. Para o autor, a utilização desse conceito permite ir além das dicotomias que alimentaram a discussão até aquele momento, como autarquia versus comércio, ou economia natural versus economia mercante⁵³⁸.

O mesmo padrão observado em Prüm é observado em Saint-Germain-des-Prés: há uma tendência de concentração da produção na abadia. Contudo, é possível observar também um movimento contrário em direção a locais mais distantes, como podemos observar no mapa⁵³⁹:

Figura 16: Imagem: Mapa 5: Mapa da rede de transporte da produção em Saint-Germain-des-Prés.

⁵³⁶ *Ibidem.* p. 554.

⁵³⁷ DEVROEY, Jean-Pierre. Un monastère dans l'économie d'échanges: les services de transport à l'abbaye Saint-Germain-des-Prés au IX^e siècle. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n° 3, p. 570-589, 1984.

⁵³⁸ DEVROEY, Jean-Pierre. Gérer et exploiter la distance. Pratiques de gestion et perception du monde dans les livres fonciers carolingiens. In: DEPREUX, Philippe; BOUGARD, François; LE JAN, Régine (dir.). *Les élites et leurs espaces. Mobilité, Rayonnement, Domination (du VI^e au XI^e siècle)*. Turnhout: Brepols, 2007, p. 51.

⁵³⁹ *Ibidem.* p. 574-575.

Nesse artigo, o autor vai além da mera constatação da existência de redes de trocas, ele afirma que: “*Le grand domaine céréalier d’entre Seine et Rhin, décrit dans les polyptyques du IX^e siècle, apparaît comme un élément moteur des circuits d’échanges et comme le support indispensable au développement d’une classe plus nombreuse de non-producteurs*”⁵⁴⁰. Visão compartilhada por outros pesquisadores, como Franz Irsigler⁵⁴¹ e Adriaan Verhulst⁵⁴². Dentro desse esquema, o *mansus* seria o menor vetor de troca desse sistema em contato direto com mercados rurais, que permitiria que grandes e pequenos terratenentes vendessem os seus excedentes e comprassem o que fosse necessário⁵⁴³. Waltraut Bleiber afirma que esses mercados, chamados por ele de *grundherrschaftliche Märkte*⁵⁴⁴, se espalharam pelo reino franco no século IX. Outros autores, como Olivier Bruand e Stéphane Lebecque, chamam esses pequenos centros de trocas de mercadorias de “mercados rurais” e afirmam que, apesar da dificuldade de estudá-los e quantificá-los, não há dúvidas sobre a sua existência⁵⁴⁵. Por outro lado, a abadia, através da cobrança de taxas, alimentava redes de trocas regionais dentro dos seus domínios. Aquilo que não era consumido pelos monges e seus dependentes era comercializado e, no caso do vinho e dos cereais, para regiões para fora do reino franco, alimentado um “comércio internacional”, como atesta as obrigações de transporte de mercadorias para portos como Quentovic⁵⁴⁶. Para Devroey, o principal problema da tese de Pirenne é que ele olha apenas para a cidade. Não era a cidade que movimentava as trocas no mundo carolíngio, mas sim o campo⁵⁴⁷. O autor aponta que a necessidade de se escolher entre “economia mercante”, “economia natural” e “economia doméstica” é um falso dilema

⁵⁴⁰ “O Grande Domínio cerealífero entre o Sena e o Reno, descrito nos Polípticos do século IX, aparece como um elemento instigador dos circuitos e das trocas e como o suporte indispensável ao desenvolvimento de uma classe mais numerosa de não produtores”. (tradução nossa). *Ibidem*. p. 585.

⁵⁴¹ IRSIGLER, Franz. Grundherrschaft, Handel und Märkte zwischen Maas und Rhein im frühen und hohen Mittelalter. In: FLINK, Klaus; JANSSEN Wilhelm. **Grundherrschaft und Stadtentstehung am Niederrhein**. Kleve: Stadt Kleve, 1989, p. 52-78.

⁵⁴² VERHULST, Adriaan. Marchés, marchands et commerce au Haut Moyen Âge dans l’historiographie récente. **Settimane di Studi di Spoleto**, p. 30-41, 1993.

⁵⁴³ Visão compartilhada por outros autores, como: HÄGERMANN, Dieter. Grundherrschaft und Markt in Prümer Urbar. In: **Das Prümer Urbar als Geschichtsquelle und seine Bedeutung für das Bitburger und Luxemburger Land**. Bitburg: GAK, 1993b, p. 17-26.

⁵⁴⁴ “mercados grande-dominiais” (tradução nossa). BLEIBER, Wautraut. Grundherrschaft und Markt zwischen Loire und Rhein während des 9. Jahrhunderts. **Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte**, p. 105-131, 1982-83.

⁵⁴⁵ LEBECQ, Stéphane. *op. cit.* 2000, p. 141; BRUAND, Olivier. **Voyageurs et marchandises aux temps carolingiens**. Bruxelas: de Boeck, 2002, p. 144.

⁵⁴⁶ *Ibidem*. p. 581-583. Olivier Bruand, no seu livro já citado, faz uma síntese sobre os “viajantes e as mercadorias” no Período Carolíngio, utilizando uma ampla gama de documentos como textos legislativos, diplomas, cartulários, hagiografias e espístolas que corrobora os apontamentos feitos por Devroey a partir dos Polípticos, cf.: BRUAND, Olivier. *op. cit.* 2002.

⁵⁴⁷ DEVROEY, Jean-Pierre. Réflexions sur l’économie des premier temps carolingiens (768-877): grands domaines et action politique entre Seine et Rhin. **Beihefte der Francia**, n° 13, p. 475-488, 1985b.

colocado aos medievistas, que o conceito de “economia de trocas” busca contornar⁵⁴⁸. Não é possível negar que excedentes agrícolas circulavam dentro e fora do reino franco.

Para Devroey, não apenas os mosteiros e seus domínios tinham um papel ativo na economia do período, mas também os reis carolíngios. Isso é possível observar em capitulários em que o preço do trigo é estipulado ou é sugerido aos intendentess reais que comprem vinho e cereais sempre que as condições forem favoráveis ou que vendam frangos e ovos quando for possível⁵⁴⁹. Porém, o autor aponta que não devemos substituir o modelo de Pirenne ou as teorias catastróficas de Duby por um modelo de dirigismo estatal levado a cabo pelos reis carolíngios e pelos abades. Não é possível medir o impacto das medidas reais na economia do período, nem saber o volume e a quantidade de produtos que os mosteiros colocavam em circulação. A realidade pobremente documentada nas fontes é muito mais complexa⁵⁵⁰. Dessa maneira, segundo o autor, podemos interpretar os domínios excêntricos não como provas da inexistência do comércio, mas como participantes de uma extensa rede de trocas sustentada pelos mosteiros. Seria possível observar esse movimento para além dos já consagrados documentos de Saint-Germain-des-Prés e de Prüm?

3.4.2 Os domínios excêntricos de Saint-Bertin

Como foi demonstrado por van Werveke, o mosteiro de Saint-Bertin possuía domínios que forneciam vinho para a abadia, já que não era possível produzi-lo nas terras próximas a instituição religiosa. O Político de Saint-Bertin não as descreve, elas aparecem somente nas cartas de doação estudadas pelo pesquisador belga, porém entre outras obrigações, os terratenentes tinham que se dirigir até esses locais para transportar o vinho⁵⁵¹. Apesar de não descrever as distantes vinícolas, outros três domínios excêntricos foram mencionados: Pascandala, Pupurninga e Thorbodeshem. O primeiro, o mais distante entre eles, aproximadamente 70km da abadia, não é na verdade a descrição de um domínio, mas de uma

⁵⁴⁸ DEVROEY, Jean-Pierre. *op. cit.* 2006, p. 567.

⁵⁴⁹ Opinião compartilhada por: LEBECQ, Stéphane. *op. cit.* 2000, p. 136.

⁵⁵⁰ DEVROEY, Jean-Pierre. *op. cit.* 1984, p. 585. O debate sobre a “economia de trocas” feito por Devroey ao longo dos seus artigos foi recentemente resumido e seus pontos de vista reafirmados na seguinte obra: DEVROEY, Jean-Pierre. *op. cit.* 2003, p. 147-155.

⁵⁵¹ Das 19 descrições do Políticos, 12 descrevem obrigações de transporte até as vinhas do mosteiro. A fórmula utilizada é: “ad uineas carra...”, com apenas uma variação: “ad uineas unumquodque annum carros...”.

igreja com os seus anexos. O abade não controla uma grande quantidade de terras e possui uma parte dos rendimentos de uma igreja: “*In Pascandala, habet de una ecclesia III partes; mansa III, per bunaria XX. Solum in censum de assibus II*”⁵⁵².

Já os outros dois domínios são mais extensos e descritos com mais detalhes. Pupurninga se localiza a aproximadamente 45km a nordeste da abadia, atualmente Flandres ocidental, Bélgica. Suas dimensões são imensas, é o maior domínio sob controle do mosteiro. Inicialmente, parece ser um domínio bipartido, como Palatiolo, pois possui um *mansus dominicatus* com 558 *bonários* e tenências, que totalizam 819 *bonários*, com tamanhos não uniformes, controladas por terratenentes que pagam algumas taxas. Porém, as semelhanças param por aí. Dos 558 *bonários* de terra da reserva, 400 *bonários* são florestas, capazes de alimentar 600 porcos. A importância da criação de porcos se dá, não somente pela quantidade possível de porcos criados, mas pela existência de uma pessoa responsável por esta criação, que possui um pequeno lote de terra e não deve pagar nada para a abadia além do seu próprio serviço: “*Porcarius unus habet bunaria III ad uestitum*”⁵⁵³. Devido a grande quantidade de porcos em relação às pessoas mencionadas e ao relativo isolamento de *Pupurninga*, podemos supor que tal criação não era destinada apenas ao consumo local, mas sim ao envio à abadia. Além de alimentar os porcos, a floresta também era fonte de madeira, o que justifica a existência de uma pessoa com um pequeno lote de terra, responsável por fornecer regularmente 12 tonéis de madeira (*flascones*) e 100 potes de madeira (*scutellas*) para a abadia: “*Item de bunariis III soluunt flascones XII, scutellas C*”⁵⁵⁴.

Outra característica de *Pupurninga*, que a distancia de um domínio bipartido clássico, é a grande quantidade de pessoas que não possuem terras, mas devem pagar uma quantia em moedas. No total são 174 *luminarios* e 109 *herescarii*, que devem pagar 2 libras, 14 soldos e 25 denários. Além disso, há uma cobrança atípica que recai sobre as terratenentes livres, que devem pagar 4 denários cada uma: “*Alii ingenui faciunt II in ebdomada dies et ille ingenuae femine soluit unaquaque denarios III*”⁵⁵⁵ e uma *terra censali*, que não sabemos a extensão, que deve pagar 11 soldos. Somando a quantidade de moedas pagas pelos *luminarios*,

⁵⁵² “Em Pascandala há três partes de uma igreja; III *mansa* com XII *bonários* cada um. Recebe II as *in censum*”. (tradução nossa). XXVIII. Dois as é equivalente a um denário, isto é, um valor muito baixo.

⁵⁵³ “O responsável pelos porcos tem III *bonários* para as suas vestimentas”. (tradução nossa). Para mais detalhes sobre a tradução dessa frase, conferir nota 191. Todas as citações relativas à *Pupurninga* são retiradas do parágrafo XXVII.

⁵⁵⁴ “III *bonários* devem entregar 12 tonéis de madeira e 100 potes de madeira”. (tradução nossa).

⁵⁵⁵ “Todos os livres devem trabalhar II dias por semana e as livres devem pagar cada uma II denários”. (tradução nossa).

herescarii, *ingenue* e *terra censali* temos, no total, 2 libras, 25 soldos e 41 denários, uma grande quantidade que os dependentes deveriam pagar regularmente, o que nos leva a crer que eles as obtinham de alguma forma, como por meio da venda do excedente da sua produção em mercados locais ou por meio da venda do seu próprio trabalho, contrariando os apontamentos de van Werweke e Henri Laurent. Droste, ao analisar o Políptico de Montirender se aproxima dos estudos de Morimoto e afirma que estes domínios, com grandes florestas e com uma grande criação de porcos, seria característico de um domínio recém-criado, uma etapa anterior ao Grande Domínio clássico⁵⁵⁶. Pelos motivos apresentados anteriormente, não acreditamos que este seja o caso de Pupurninga, mas sim que esse domínio de posição excêntrica estava inserido dentro das redes de trocas de Saint-Bertin, fornecendo madeira, porcos e uma grande quantidade de moedas, que provavelmente eram obtidas, através de outras redes de trocas locais. Isso explica as suas especificidades e não o fato de se encontrar em um estágio anterior de desenvolvimento. Por último, devemos observar que além das pequenas quantidades de terras controlada pelo responsável da floresta e pelo responsável dos porcos, há uma grande quantidade de terras sob o controle de senhores de pequenos domínios, descritos anteriormente; além de grandes e pequenos terratenentes que controlam terras não “amansadas”. No conjunto, as terras que não fazem parte nem da reserva, nem das tenências, totalizam 334 *bonários* e meio, o que leva a Ganshof afirmar que Pupurninga não pode ser considerada como um domínio bipartido, mas sim tripartido⁵⁵⁷.

O terceiro domínio excêntrico citado é Thorbodeshem. Ele se localiza ao sudoeste da abadia, a aproximadamente 50km, e apenas 6km do rio Canche, que dá acesso ao canal da Mancha, onde se localiza um dos principais portos francos do século IX, Quentovic⁵⁵⁸. Esse domínio é menor do que Pupurninga, totalizando aproximadamente 425 *bonários*. A sua estrutura é bipartida, com reserva e tenências, também com tamanho não uniforme. Não podemos falar de estrutura tripartida, já que as terras não amansadas somam um pouco mais do que 70 *bonários*. Diferentemente de outros domínios, essa região não deve fornecer nenhuma carroça para o exército (*ad host*), mas 4 soldos. Somando essa quantidade, com a dos *luminarios* e a de outros pequenos terratenentes, totaliza 8 soldos e 8 denários, quantidade muito menor do que Pupurninga, mas que reforça a ideia de uma circulação de moedas, que apesar de ser pequena algumas vezes, é constante.

⁵⁵⁶ DROSTE, Claus. D. (ed.). **Das Polyptychon von Montierender: Kritische Edition und Analyse**. Tréveris: Trierer Historische Forschungen, 1988, p. 143-144.

⁵⁵⁷ Ganshof, François-Louis. *op. cit.* 1975, p. 87.

⁵⁵⁸ Para mais informações sobre a importância de Quentovic na economia de trocas no reino franco durante o século IX, cf.: BRUAND, Olivier. *op. cit.* 2002.

Além do *maior* e de um cavaleiro, esse domínio menciona três terratenentes: um possui uma pequena quantidade de terras e deve arar outra pequena quantidade, assim como acontece em diversos outros domínios: “*Alaius habet bunaria II, arat bunarium I*”⁵⁵⁹. Outro, nomeado Saxger, possui 20 *bonários*, 3 *mancipia* e não deve víveres para a abadia, apenas 3 soldos mencionados anteriormente: “*Saxger habet bunaria XX; mancipia III; soluit solidos III*”⁵⁶⁰. Seria o nome Saxger referente a sua origem saxã? Seria os três soldos cobrados de sua renda obtida no comércio? Essa hipótese é reforçada pelo terceiro terratenente, Alfuardus, saxão, que possui nove *bonários* de terra e não deve nada para a abadia: “*Alfuuardus ille Saxo habet bunaria VIII*”⁵⁶¹. Essa ausência de cobrança seria devido aos serviços como comerciante que este terratenente presta para a abadia? Além da localização do domínio, próximo ao canal da mancha, e a existência de dois “saxões”, termo que nem sempre designa a origem da pessoa, mas a sua função, isto é, a de comerciante⁵⁶², os terratenentes do domínio não devem transportar uma ou duas carroças das vinhas até o domínio, como acontece nos domínios de Kelmis, Atcona, Rumingahem, Pupurninga, Weserinio, Aldomhem, Scala, Gisna e Teruanna, mas três. O que seria feito com essa grande quantidade de vinho? Venda através do canal da Mancha? Apesar da descrição de Thorbodeshem ser apenas um indício, a menção de dois saxões, a localização e a obrigação do transporte de uma grande quantidade de vinho, nos permite supor que esse domínio mantinha relações de troca não apenas dentro das terras de Saint-Bertin, como Pupurninga, mas também com outros reinos, através do porto de Quentovic.

Assim, temos dois domínios que possuem semelhanças que vão além da posição excêntrica em relação à abadia e o tamanho irregular dos *mansi*. Pupurninga, localizado em uma região pouco habitada e com uma densa floresta, é fornecedora de madeira e víveres, como os porcos, além de uma grande quantidade de moedas para a abadia, o que nos permite supor a existência de um perene comércio local. Já Thorbodeshem, localizado em uma região privilegiada, próximo a Quentovic, provavelmente se integrava em uma rede de trocas mais extensa e que alcançava regiões mais distantes, como as ilhas britânicas. Esses domínios mostram que a realidade fundiária carolíngia é mais complexa do que a oposição entre Grande Domínio e camponeses livres.

⁵⁵⁹ “Alaius tem II *bonários*, ara I *bonário*”. (tradução nossa). Todos os trechos citados do domínio de Thorbodeshem se referem ao parágrafo XXXIII.

⁵⁶⁰ “Saxger tem XX *bonários*; III ‘*mancipia*’; paga III soldos”. (tradução nossa).

⁵⁶¹ “Alfuuardus, saxão, tem VIII *bonários*”. (tradução nossa).

⁵⁶² Ganshof, François-Louis. op. cit. 1975, p. 123.

A análise desses domínios, apesar de insuficiente para sustentar hipóteses mais amplas, corrobora os apontamentos anteriormente analisados de pesquisadores como Jean-Pierre Devroey, Stéphane Lebecq e Olivier Bruand, que para além do debate Pirenne-Dopsch, não analisam a existência de uma “economia monetária” ou de um “comércio internacional”, mas buscaram compreender como as mercadorias eram produzidas e como elas circulavam dentro e fora do reino franco. A partir do que foi discutido, não podemos considerar que os Grandes Domínios fossem a imagem de uma “economia fechada de subsistência”; o estudo dos domínios excêntricos nos permite observar como esses grandes complexos fundiários se integravam economicamente com os pequenos domínios e com pequenos lotes de terras não “amansados”, tanto em um nível de trocas local quanto inter-regional.

A falta de precisão vocabular no estudo sobre a organização fundiária carolíngia até a primeira metade do século XX dificultou o debate entre os historiadores que se debruçavam sobre o tema. A definição de Grande Domínio clássico feita por Adriaan Verhulst criou uma referência sobre a qual os pesquisadores de diferentes nacionalidades puderam desenvolver o seu trabalho. Em que regiões esse modelo é observável? Em que regiões esse modelo não é observável? Existem variantes? Quais? Onde? Com objetivo de responder a essas questões, documentos antes pouco estudados, passaram a ser pesquisados com mais profundidade, entre eles, o Político de Saint-Bertin. Conjuntamente, as críticas feitas por Jean-Durliat a toda uma tradição historiográfica obrigou os historiadores a repensarem suas abordagens, sendo o Modelo Evolutivo proposto por Yoshiki Morimoto uma resposta a esse desafio. Apesar das críticas feitas a essa teoria, o pesquisador japonês chamou a atenção para estruturas que até então eram ocultados pelo estudo do Grande Domínio, isto é: os pequenos domínios, as terras não “amansadas” e os domínios excêntricos. O estudo dessas três organizações de forma alguma invalida os estudos sobre o Grande Domínio, mas mostra como a pesquisa não precisa ficar restrita aos modelos e parâmetros criados pelo estudo do Político de Saint-Germain-des-Prés e o modelo bipartido.

PARTE C. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o conceito de Grande Domínio está amplamente presente nos estudos sobre o Período Carolíngio, em todos os campos de estudo. Pode ser na história econômica, área na qual a própria noção surgiu; em algumas abordagens da história social, muitas vezes preocupada em compreender como vivia a maior parte da população, isto é, os camponeses; ou na história demográfica, que estuda não apenas a densidade populacional dentro desses domínios, mas também se preocupa com a dinâmica das famílias camponesas. O Grande Domínio se torna muitas vezes a moldura dentro da qual se desenvolve a pesquisa. Porém, não é possível estudar o Grande Domínio ignorando as fontes com as quais os historiadores trabalham, neste caso, os Polípticos.

Como procuramos demonstrar no primeiro capítulo dessa dissertação, os Polípticos não formam um corpo documental uniforme. Alguns documentos, como o Políptico de Saint-Germain-des-Prés, descrevem uma enorme quantidade de tenências nos seus mínimos detalhes, desde as construções pertencentes aos senhores, passando pela capacidade produtiva de cada terra, até o nome dos cavaleiros, dos responsáveis pela floresta, dos responsáveis pelos porcos chegando ao nome de cada camponês e seus filhos. O detalhe e a quantidade de informações contida em seus 130 fólios encantaram os historiadores por mais de um século. Em outros, apenas um ponto é descrito em mais detalhes, como os pagamentos que os camponeses devem aos senhores, enquanto outros são negligenciados, como os nomes dos camponeses ou a capacidade produtiva de cada terra. Diante dessa diferença, diversos historiadores consideraram distintos documentos como um Políptico. Dopsch, por exemplo, considerou os documentos produzidos até o século XV na Áustria como tal. Já Fustel de Coulanges recuou no tempo e afirmou que os primeiros Polípticos foram produzidos durante o Baixo Império. Acreditamos que não é qualquer descrição de terras com os seus habitantes que podem ser considerados um Políptico. Um documento assim chamado descreve, antes de tudo, Grandes Domínios, com os seus senhores, seus camponeses e os direitos e deveres que ligam esses dois grupos durante o Período Carolíngio, principalmente o século IX. Nenhum documento produzido antes ou depois dessa época possui as características acima descritas.

A indefinição entre os historiadores do que seria um Políptico provocou também diversas abordagens sobre o que seria um Grande Domínio e qual seria o seu papel no período

em que ele existiu, assim como discutido no segundo capítulo. Essa organização foi descrita por Inama-Sternegg como estrutura fundamental da economia carolíngia; ou fazia parte da espinha dorsal de todo o mundo rural do ocidente europeu até a Revolução Francesa nos trabalhos de Marc Bloch, chegando até mesmo a organização sustentadora do luxo dos senhores que exploravam os camponeses famintos, segundo Duby. A partir dos debates ocorridos na segunda metade do século XX se criou um consenso sobre o que seria considerado um Grande Domínio “clássico”, tendo como referência o Político parisiense, ou seja: uma organização fundiária bipartida, que tem sua origem no Período Merovíngio e que pode ser plenamente observável no Período Carolíngio. Uma parte, a reserva, ficava sob o controle direto do senhor; a outra parte era dividida entre diversos terratenentes e foi chamada de tenência. As duas partes estavam diretamente ligadas uma a outra por meio das diversas taxas que os camponeses eram obrigados a pagar ao senhor, que podia ser desde alguns dias de trabalho por semana, passando por produtos como cereais e tecidos até o pagamento de moedas.

Apesar de outros Políticos também descreverem Grandes Domínios bipartidos, da mesma maneira que aparece no documento de Saint-Germain-des-Prés, há uma ampla gama de outras organizações que são descritas e que não condizem com o paradigma estabelecido, assim como procuramos debater no terceiro capítulo. O Político de Saint-Bertin é emblemático neste caso, pois apesar de contar com descrições consideradas clássicas de Grande Domínio, como Kelmis, traz diversos elementos que não se encaixam no modelo estabelecido. A localização do mosteiro de Sithiu também é importante, pois esses elementos dissonantes não estão nas fronteiras do mundo franco para além do Reno ou dos Pirineus, mas apenas alguns quilômetros ao norte de Paris, uma região densamente povoada e com grande importância econômica.

Inicialmente, identificamos domínios que não podem ser chamados de “grandes”. São pequenas porções de terras, que apesar de não serem extensas, são divididas em duas: uma parte destinada ao senhor e outra parte destinada a um pequeno número de camponeses. Ademais, esses Pequenos Domínios, assim como foram chamados por François-Louis Ganshof e por Yoshiki Morimoto são mais dependentes da abadia do que os Grandes Domínios, já que, muitas vezes, os próprios senhores são obrigados a pagar serviços para a comunidade monástica. Além dessas pequenas terras bipartidas, há outras que além de pequenas, não possuem uma organização bipartida e não estão divididas como as outras terras,

isto é, em *mansi*, por isso chamadas de “não-amansadas”. Algumas chegam a possuir florestas, prados e terras aráveis. Sem terratenentes que pagam taxas, possuem um grande número de *mancipia* que cultivam as suas terras. Outras são realmente pequenas, com apenas alguns *bonários*, muitas vezes menores do que uma tenência regular. Apesar da reduzida extensão das suas terras, esses pequenos senhores gozam de um status maior do que os terratenentes livres, já que as taxas exigidas são bem menores.

Por fim, analisamos o caso de dois domínios excêntricos de Saint-Bertin: Pupurninga e Thorbodeshem. O primeiro é o maior domínio sob o controle da abadia, possui uma floresta que engloba quase todas as terras senhoriais e poucos camponeses mencionados. A sua constituição nos leva a crer que era uma região que fornecia madeira e porcos para a abadia, já que a floresta era o local de criação desses animais. Tal hipótese é reforçada pela existência de uma pessoa responsável apenas pela criação dos porcos e outra apenas pelo cuidado com a floresta, que deveria entregar regularmente 12 tonéis de madeira e 100 potes de madeira. O segundo domínio excêntrico se localiza a apenas 6km do rio Canche, que dá acesso a Quentovic, principal porto ao norte do Império Franco. Além da sua localização que favorece o comércio, há a menção de dois *saxões*, termo que nem sempre designa a origem da pessoa, mas o seu ofício, isto é, comerciante. Por fim, os camponeses têm como obrigação o transporte de uma grande quantidade de vinho, maior que em outras regiões. Esses indícios nos levam a crer que esse domínio não mantinha apenas uma relação de trocas com a abadia, assim como Pupurninga, mas também com pessoas de fora do Império.

A análise dos Pequenos Domínios, das terras não “amansadas” e dos domínios excêntricos a partir do Político de Saint-Bertin não invalida a importância do modelo de Grande Domínio para a compreensão do mundo franco, mas chama a atenção para a existência de uma variedade de organizações fundiárias no período até então pouco estudadas. Essas outras formas de divisão da terra e de organização da produção mostram ainda que não é mais possível estudar o Grande Domínio como um complexo fechado em si mesmo, já que há conexões não apenas entre os seus próprios domínios, mesmo quando distantes, mas também com regiões fora do Império, como mostro o domínio de Thorbodeshem, próximo do porto de Quentovic.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

BORETIUS, Alfred Erwin (ed.) **Monumenta Germaniae Historica, Capitularia regum Francorum I**. Hannover: Libraria Aulica Hahniana, 1883, p. 176-177.

DROSTE, Claus-Dieter (ed.). **Das polyptychon von Montierender**. Tréveris: Trierer Historische Forschungen, 1988.

GANSHOF, François-Louis. **Le polyptyque de l'abbaye de Saint-Bertin (844-859)**. Paris: Imprimerie Nationale, 1975.

GUÉRARD, Benjamin (ed.). **Cartulaire de l'abbaye de Saint-Bertin**. Paris: Crapelet, 1840.

GUÉRARD, Benjamin (ed.). **Polyptyque de l'abbé Irminon ou dénombrement des manses, des serfs et des revenus de l'abbaye de Saint-Germain-des-Prés sous le règne de Charlemagne**. Paris: Imprimerie Royale, 1844.

GYSELING, M; KOCH, A. C. F (eds.). **Diplomata belgica ante annum millesimum centesimum scripta ediderunt**. Tongeren: Belgisch Inter-Universitair Centrum voor Neerlandistiek, 1950.

HÄGERMANN, Dieter; ANDREAS, Hedwig (eds.). **Das Polyptychon und die Notitia de Arcis von Saint-Maur-des-Fossés**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1990.

_____. (eds.). **Das Polyptychon von Saint-Germain-des-Prés**. Colônia: Böhlau Verlag 1993.

HOLDER-EGGER, Oswald (ed.). *Gesta Abbatum Sancti Bertini Sithiensium*. In: **Monumenta Germaniae Historica, Scriptores SS, XIII**, p.600-673, 1881.

LOEWENFELD, S. (ed.) **Monumenta Germaniae Historica, Gesta Abbatum Fontanellensium 747-787**, SS rer. Germ. Hannover: Libraria Aulica Hahniana, 1886, p. 6-45.

LONGNON, Auguste (ed.). **Polyptyque de l'abbaye de Saint-Germain-des-Prés**. Paris: Chez H. Champion, 1886.

PERTZ, Georg Heinrich (ed.). **Monumenta Germaniae Historica, Annales Allamannici, a. 751**, SS 1. Hannover: Libraria Aulica Hahniana, 1826, p. 27-30.

WAITZ, Georg (ed.). **Monumenta Germaniae Historica, Annales Bertiniani**, SS rer. Germ. Hannover: Libraria Aulica Hahniana 1883.

Fontes Secundárias

BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria - da Germânia antiga à França do século XII**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

BEYER, Heinrich. **Urkundenbuch zur Geschichte der mittelhheinischen Territorien**. Zurich: Georg Olms, 1974 (1860).

BISCHOFF, Bernhard. **Manuscripts and Libraries in the Age of Charlemagne**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BLEIBER, Wautraut. Grundherrschaft und Markt zwischen Loire und Rhein während des 9. Jahrhunderts. **Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte**, p. 105-131, 1982-83.

BLOCH, Marc. **L'Île de France (les pays autour de Paris)**. Paris: Publication de la Revue de synthèse historique, 1913.

_____. **Rois et serfs, un chapitre d'histoire capétienne**. Paris: Champion, 1920.

_____. L'origine et la date du Capitulaire *de Villis*. **Revue historique**, p.40-56, 1923.

_____. **Les Rois thaumaturges**. Estrasburgo: Publication de la faculté des lettres de l'Université de Strasbourg, 1924.

_____. La société du haut moyen âge et ses origines. **Journal des Savants**, p. 403-420, 1926.

_____. La organización de los Dominios reales Carolingios y las teorías de Dopsch. **Anuario de Historia del derecho español**, tomo III, p. 89-119, 1926a.

_____. Quelques études récentes sur l'histoire économique et sociale de l'ancienne France. **Revue Historique**, p. 93-103, 1927.

_____. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. **Revue de Synthèse**, n° 136, p. 15-50, 1928.

_____. **Les caractères originaux de l'histoire rurale française**. Paris: Armand Colin, 1952 (1931).

_____. Le prêt des manuscrits. **Annales d'histoire économique et sociale**, p. 387-388, 1932.

_____. La seigneurie lorraine: critique de témoignages et problèmes d'évolution. **Annales d'histoire économique et sociale**, p. 451-459, 1935.

_____. La genèse de la seigneurie: idée d'une recherche comparée. **Annales d'histoire économique et sociale**, p. 225-227, 1937.

_____. **La société féodale**. Paris: Albin Michel, 2002 (1939).

_____. The Rise of Dependent Cultivation and Seignorial Institutions. *In*: POSTAN, M. M. (org.). **The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire**, vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1966 (1941), p. 235-290.

_____. Les invasions. Occupation du sol et peuplement. **Annales d'histoire sociale**, p. 13-28, 1945.

_____. Critique historique et critique du témoignage. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, n° 1, p. 1-8, 1950.

BRAUDEL, Ferdinand. Hommage à Ferdinand Lot. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, n° 5, p. 1177-1178, 1966.

BRUAND, Olivier. **Voyageurs et marchandises aux temps carolingiens**. Bruxelles: de Boeck, 2002.

BRUNEL, Clovis. Ferdinand Lot. **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo CXI, p. 334-339, 1953.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989) - a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

COLEMAN, Emily R. L'infanticide dans le haut Moyen Âge. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, n° 2, p. 315-335, 1974.

CROSBY, Summer McKnight. Excavations in the abbey church of St.-Denis 1948: the façade of Fulrad's church. **Proceedings of the American Philosophical Society**, p. 347-361, 1949.

D'ARCHIMBAUD, Gabrielle Démians. L'habitation rurale en Provence occidentale: techniques de construction et d'aménagement d'après des fouilles recentes. **Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public**, p. 59-110, 1972.

DEBORD, André. L'archéologie médiévale. **Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public**, p. 219-245, 1989.

DELATOUCHE, Robert. Regards sur l'agriculture aux temps carolingiens. **Journal des savants**, p. 73-100, 1977.

DEPEYROT, Georges. Jean Durliat, Les finances publiques de Dioclétien aux Carolingiens (284-889). **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, p. 1121-1123, 1995.

DESPORTES, Pierre; DOLBEAU, François. Découvertes de nouveaux documents relatifs au polyptyque de Saint-Rémi de Reims. **Revue du Nord**, p. 575-607, 1986.

DEVROEY, Jean-Pierre. *Mansi absi*: indices de crise ou de croissance de l'économie rurale du haut Moyen Age? **Le Moyen Âge**, p. 421-451, 1976.

_____. Les services de transport de l'abbaye de Prüm au IX^e siècle. **Revue du Nord**, p. 543-569, 1979.

_____. Les méthodes d'analyse démographique des polyptyques du Haut Moyen Âge. **Acta Historica Bruxellensia**, tomo IV, p. 71-88, 1981.

_____. Un monastère dans l'économie d'échanges: les services de transport à l'abbaye Saint-Germain-des-Prés au IX^e siècle. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, n° 3, p. 570-589, 1984.

_____. (ed.). **Le polyptyque et les listes de cens de l'abbaye de Saint-Rémi de Reims (IX^e-XI^e siècles)**. Reims: Académie Nationale de Reims, 1984a.

_____. Les premiers polyptyques rémois VII^e-IV^e siècles. *In*: VERHULST, Adriaan (ed.). **Le grand domaine aux époques mérovingiennes et carolingiennes**. Gante: Publication du Centre belge d'histoire rurale, 1985, p. 78-97.

_____. Polyptyques et fiscalité à l'époque carolingienne. Une nouvelle approche? **Revue belge de philologie et d'histoire**, tomo 63, p. 783-794, 1985a.

_____. Réflexions sur l'économie des premier temps carolingiens (768-877): grands domaines et action politique entre Seine et Rhin. **Beihefte der Francia**, n° 13, p. 475-488, 1985b.

_____. Pour une typologie des formes domaniales en Belgique romane au haut moyen âge. *In*: **La Belgique rurale du Moyen Âge à nos jours, mélanges offerts à Jean-Jacques Hoebanx**. Bruxelles: Publications de l'Université Libre de Bruxelles, p. 29-45, 1985c.

_____. **Le polyptyque et les listes de biens de l'abbaye de Saint-Pierre de Lobbes**. Bruxelles: Académie royale de Belgique, 1986.

_____. Saint-Germain-des-Prés et le polyptyque d'Irminon. Problèmes de critique autour du polyptyque de l'abbaye de Saint-Germain-des-Prés. *In*: AT SMA, Hartmut. (ed.). **La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1989, p. 441-465.

_____. **Économie rurale et société dans l'Europe franque (VI^e-XI^e siècles)**. Paris: Belin, 2003.

_____. Elaboration et usage des polyptyques. Quelques éléments de réflexion à partir de l'exemple des descriptions de l'Église de Marseille (VIII^e-IX^e siècles). *In*: HÄGERMANN, Dieter; HAUBRICHS, Wolfgang e JARNUT, Jörg (eds.). **Akkulturation. Probleme einer germanisch-romanischen Kultursynthese in Spätantike und frühem Mittelalter**, Berlin: Walter de Gruyter & Co, 2004, p. 436-472.

_____. **Puissants et misérables. Système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VI^e-IX^e siècles)**. Bruxelles: Académie royale de Belgique, 2006.

_____. Gérer et exploiter la distance. Pratiques de gestion et perception du monde dans les livres fonciers carolingiens. *In*: DEPREUX, Philippe; BOUGARD, François; LE JAN, Régine

(dir.). **Les élites et leurs espaces. Mobilité, Rayonnement, Domination (du VI^e au XI^e siècle)**. Turnhout: Brepols, 2007, p. 49-65.

DOEHAERD, Renée. Ce qu'on vendait et comment on le vendait dans le bassin parisien. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, n° 3, p. 266-280, 1947.

DOPSCH, Alfons. **Österreichische Urbare**. Viena: Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1904.

_____. **Die Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit**. Weimar: Hermann Böhlau Nachfolger, 1921 (1912).

_____. **Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung**. Viena: Seidel & Sohn, 1923.

_____. **Naturalwirtschaft und Geldwirtschaft in der Weltgeschichte**. Amsterdam: Scientia-Verlag, 1968 (1930).

_____. **Herrschaft und Bauer in der deutschen Kaiserzeit**. Stuttgart: Gustav Fischer Verlag, 1964 (1934).

_____. **The economic and social foundations of European civilization**. Londres: Stephen Austin and Sons, 1937.

DUBY, Georges. La révolution agricole médiévale. **Revue de géographie de Lyon**, n°4, p. 361-366, 1954.

_____. **L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'occident médiéval**. Paris: Aubier, 1962.

_____. **Guerriers et Paysans (VII^e-XII^e siècle): premier essor de l'économie européenne**. Paris: Gallimard, 1973.

DURLIAT, Jean. La vigne et le vin dans la région parisienne au début du IX^e siècle d'après le polyptyque d'Irminon. **Le Moyen Âge**, p. 387-419, 1968.

_____. *De conlaboratu*: faux rendements et vraie comptabilité publique à l'époque carolingienne. **Revue historique de droit français et étranger**, p. 445-457, 1978.

_____. Du caput antique au manse medieval. **Pallas**, n° 29, p. 67-77, 1982.

_____. Le polyptyque d'Irminon et l'impôt pour l'armée. **Bibliothèque de l'École des Chartes**, tomo CXLI, p. 183-208, 1983.

_____. Le manse dans le polyptyque d'Irminon - nouvel essai d'histoire quantitative. In: ATSMA, Hartmut. (ed.). **La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1989, p. 467-504.

_____. Qu'est-ce qu'un polyptyque? A propos des documents de Tours (ChLA 659). **Recueil de mélanges offert à Karl Ferdinand Werner**. Maulévrier: Hérault-Éditions, 1989a, p. 129-138.

_____. **Les finances publiques de Dioclétien aux carolingiens (284-889)**. Sigmaringen: Thorbecke, 1990.

ELMHÄUSER, Konrad; HEDWIG, Andreas. **Studien zum Polyptychon von Saint-Germain-des-Prés**. Colônia: Böhlau Verlag, 1993.

EWIG, Eugen. Der Fernbesitz von St. Arnulf/ Metz in den alten Diözesen Trier und Köln. **Rheinische Vierteljahrbblätter**, n° 50, p. 16-31, 1986.

FAWTIER, Robert. La dernière lettre de Charles Seignobos à Ferdinand Lot. **Revue Historique**, p. 1-12, 1953.

FEBVRE, Lucien. Psychologie d'historiens: deux lettres de Fustel de Coulanges à Gabriel Monod et une lettre de Ferdinand Lot sur Fustel. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, n° 2, p. 149-156, 1954.

FELTEN, J. Franz. Herrschaft des Abtes. In: PRINZ, Friedrich. **Herrschaft und Kirche**. Stuttgart: Hiersemann, 1988, p. 174-296.

FLECKENSTEIN, J. Über die Herkunft der Welfen und ihre Anfänge in Süddeutschland. In: TELLENBACH, Gerd (org.). **Studien und Vorarbeiten zur Geschichte des großfränkischen und frühdeutschen Adels**. Freiburg im Breisgau: Alemanisches Institut, 1957, p. 71-136.

FOSSIER, Robert. **La terre et les hommes en Picardie jusqu'à la fin du XIII^e siècle**. Paris: Béatrice-Nauwelaerts, 1968.

_____. **Polyptyques et censiers**. Turnhout: Brepols, 1978.

_____. Les tendances de l'économie: stagnation ou croissance?. **Settimane di Studio di Spoleto**, p. 261-274, 1981.

_____. Habitat, domaines agricoles et main d'œuvre en France du Nord-Ouest au IX^e siècle. In: JANSEEN, Walter; LOHRMANN, Dietrich. (eds.). **Villa-curtis-grangia: Landwirtschaft zwischen Loire und Rhein von der Römerzeit zum Hochmittelalter**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1982, p. 123-132.

FRESNE, Charles et. al. **Glossarium Mediae et infimae latinitatis**. Niort: L. Favre, 1883-1887.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **Recherches sur quelques problèmes d'histoire**. Paris: Librairie Hachette, 1913 (1885).

_____. De l'analyse de texte historique. **Revue des questions historiques**, p. 5-35, 1887.

_____. **L'alleu et le domaine rural pendant l'époque mérovingienne**. Paris: Hachette, 1914 (1889).

GANSHOF, François-Louis. Étude sur l'administration de la justice dans la région Bourguignonne de la fin du X^e au début du XIII^e siècle. **Revue historique**, p. 193-218, 1920.

_____. Notes critiques sur Eginhard, biographe de Charlemagne. **Revue belge de philologie et d'histoire**, tomo 3, p. 725-758, 1924.

_____. Benefice and Vassalage in the Age of Charlemagne. **Cambridge Historical Journal**, vol. 6, n° 2, p. 147-175, 1939.

_____. **Qu'est-ce que la féodalité?**. Paris: Tallandier, 1982 (1944).

_____. Le domaine gantois de l'Abbaye de Saint-Pierre-au-Mont-Blandin à l'époque carolingienne. **Revue belge de philologie et d'histoire**, tomo 26, p. 1021-1041, 1948.

_____. Manorial Organization in the Low Countries in the Seventh, Eighth and Ninth Centuries. **Transactions of the Royal Historical Society**, vol. 31, p. 29-59, 1949.

_____. Observations sur la localisation du Capitulaire *de Villis*. **Le Moyen Âge**, p. 201-223, 1949a.

_____. Charlemagne et l'usage de l'écrit en matière administrative. **Le Moyen Âge**, p. 1-25, 1951.

_____. Ferdinand Lot (1866-1952). **Revue belge de philologie et d'histoire**, tomo 30, p. 1269-1281, 1952.

_____. L'origine des rapports féodo-vassaliques. **Settimane di Studio di Spoleto**, p. 27-69, 1953.

_____. Quelques aspects principaux de la vie économique dans la monarchie franque au VII^e siècle. **Settimane di Studio di Spoleto**, p. 74-101, 1958.

GASNAULT, Pierre. **Documents comptables de Saint-Martin de Tours à l'époque mérovingienne**. Paris: Bibliothèque nationale, 1975.

GENICOT, L. Sur le domaine de Saint-Bertin à l'époque carolingienne. **Revue d'histoire ecclésiastique**, p. 69-78, 1976.

GOETZ, Hans-Werner. Review: Les finances publiques de Dioclétien aux Carolingiens (284-889). **Gnomon**, n° 65, p. 687-690, 1993.

_____. Frühmittelalterliche Grundherrschaften und ihre Erforschung im Europäischen Vergleich. In: BORGOLTE, Michael. **Frühmittelalterliche Grundherrschaften und ihre Erforschung im europäischen Vergleich**. Oldenbourg: Oldenbourg Akademieverlag, 2001, p. 65-87.

GOFFART, Walter. Review: Les finances publiques de Dioclétien aux Carolingiens (284-889). **The English Historical Review**, p. 675-676, 1992.

GUÉRARD, Benjamin. **Essai sur le système des divisions territoriales de la Gaule, depuis l'âge romain jusqu'à la fin de la dynastie carolingienne**. Paris: Imprimerie Royale, 1832.

GUÉRAULT, Stéphane. Le vocabulaire économique et technique des polyptyques. **Histoire & Mesure**, n° XVIII, p. 2-18, 2003.

GUERREAU, Alain. Fustel de Coulanges médiéviste. **Revue historique**, p. 381-406, 1986.

HÄGERMANN, Dieter. Quellenkritische Bemerkungen zu den karolingerzeitlichen Urbaren. In: RÖSENER, Werner. **Strukturen der Grundherrschaft im frühen Mittelalter**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993a, p. 47-73.

_____. Grundherrschaft und Market in Prümer Urbar. *In: Das Prümer Urbar als Geschichtsquelle und seine Bedeutung für das Bitburger und Luxemburger Land.* Bitburg: GAK, 1993b, p. 17-26.

HÜLLMANN, Karl Dietrich. **Geschichte des Ursprungs der Stände in Deutschland.** Frankfurt an der Ober: Akademischen Buchhandlung, 1806.

INAMA-STERNEGG, Karl Theodor von. **Ausbildung der grossen Grundherrschaften in Deutschland während der Karolingerzeit.** Leipzig: Duncker & Humblot. 1878.

_____. **Deutsche Wirtschaftsgeschichte.** Leipzig: Ducker & Humblot, 1879.

IRSIGLER, Franz. Grundherrschaft, Handel und Märkte zwischen Maas und Rhein im frühen und hohen Mittelalter. *In: FLINK, Klaus; JANSSEN Wilhelm. Grundherrschaft und Stadtentstehung am Niederrhein.* Kleve: Stadt Kleve, 1989, p. 52-78.

KNICHEL, Martina. **Geschichte des Fernbesitz der Abtei Prüm in den heutigen Niederlanden, in der Picardie, in Revin, Fumay und Fépin sowie in Awans und Loncin.** Mogúncia: Verlag der Gesellschaft für mittelhheinische Kirchengeschichte, 1987.

_____. Geschichte des Fernbesitzes der Abtei Prüm. *In: Nolden, Reiner (ed.). Anno verbi incarnati DCCCXCII conscriptum: im Jahre des Herrn 893 geschrieben. 1100 Jahre Prümer Urbar.* Tréveris: Geschichtsverein "Prümer Land", 1993, p. 145-156.

_____. Geschichte des Fernbesitzes der Abtei Prüm im Metropolitanverband Mainz. *In: Archiv für mittelhheinische Kirchengeschichte*, n° 45, p. 11-59, 1993a.

_____. Geschichte des Fernbesitzes der Abtei Prüm in der alten Erzdiözese Mogúncia im 8. und 9. Jahrhundert. **Jahrbuch für westdeutsche Landesgeschichte**, n° 19, p. 81-90, 1993b.

KUCHENBUCH, Ludolf. Sources ou documents?. **Hypothèses**, n° 1, p. 287-315, 2003.

_____. Die Klostergrundherrschaft im Frühmittelalter. Eine Zwischenbilanz. *In: PRINZ, Friedrich. Herrschaft und Kirche.* Stuttgart: Hierseemann, 1988, p. 297-385.

LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques.** Paris: Hachette, 1898.

LAURENT, Henri. Marchands du palais et marchands d'abbayes. **Revue historique**, p. 281-297, 1938.

LEBECQ, Stéphane et. al. **L'économie médiévale**. Paris: Armand Colin, 1997.

_____. The role of the monasteries in the systems of production and exchange of the Frankish world between the seventh and the ninth century. *In*: HANSEN, Lyse; WICKHAM, Chris. **The long eighth century**. Leiden: Brill, 2000, p. 121-148.

LOT, Ferdinand. Geoffroi Grisegonelle dans l'épopée. **Romania**, n° 19, p. 377-393, 1890.

_____. Charles Schmidt, Les Seigneurs, les paysans et la propriété rurale au Moyen Âge. **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo LX, p. 308-309, 1899.

_____. Le monastère inconnu pillé par les Normands en 845 (comment les rumeurs se propagent au IX^e siècle). **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo LXX, p. 433-445, 1909.

_____. Karl-Theodor von Inama-Sternegg. Deutsche Wirthschaftsgeschichte. **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo LXXIV, p. 361-362, 1913.

_____. La Loire, l'Aquitaine et la Seine de 862 à 866. **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo LXXVI, p. 473-510, 1915.

_____. Conjecture démographique sur la France au IX^e siècle. **Le Moyen Âge**, p. 1-27, 1921.

_____. La grandeur des fiscs à l'époque carolingienne. **Revue belge de philologie et d'histoire**, tomo 3, p. 51-57, 1924.

_____. Note sur la date du polyptyque de Montierender. **Le Moyen Âge**, p. 108-117, 1924-25.

_____. **La Fin du monde antique et le début du Moyen Âge**. Paris: La Renaissance du Livre, 1927.

_____. L'histoire urbaine du nord de la France de la fin du III^e siècle à la fin du XI^e siècle. **Journal des Savants**, p. 5-10, p. 63-79, 1935.

_____. **Recherches sur la population et la superficie des cités remontant à la période gallo-romaine**. Paris: Champion, 1945.

_____. **L'art militaire et les armées au Moyen Âge en Europe et dans le proche orient**. Paris: Payot, 1947.

_____. **Recueil de travaux historique**, 3 v. Paris: EPEH, 1968-1973.

MABILLON, Jean. **De re diplomatica**. Paris: Robustel, 1709 (1681).

MAGNOU-NORTIER, Élisabeth. La terre, la rente et le pouvoir dans les pays de Languedoc pendant le haut Moyen Âge. **Francia**, n° 9 e n° 10, p. 79-115, p. 21-66, 1982-1983.

_____. La seigneurie foncière en Allemagne (XI^e-XII^e siècles), réflexion critique sur des travaux récents. **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo CLXIV, p. 5-37, 1986.

_____. Le grand domaine: des maîtres, des doctrines, des questions. **Francia**, n° 15, p. 659-700, 1987.

_____. La gestion publique en Neustrie: les moyens et les hommes (VII^e-IX^e siècles). In: ATSMA, Hartmut. (ed.). **La Neustrie. Les pays au nord de la Loire de 650 à 850**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1989, p. 271-320.

_____. La chute de Rome a-t-elle eu lieu? **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo CLII, p. 521-541, 1994.

_____. Savoir compter des terres et des hommes. Note sur la breviatio de Saint-Bertin. In: FELLER, Laurent. (org.). **L'argent au Moyen Âge**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1998, p. 145-158.

MAURER, Georg Ludwig von. **Einleitung zur Geschichte der Mark - Hof, Dorf - und Stadtverfassung und der öffentlichen Gewalt**. Munique: Verlag von Christian Raiser, 1854.

MÉNAGER, Léon R. Considération sur la démographie des grands domaines ecclésiastiques carolingiens. In: **Études d'histoire du droit canonique dédiées à Gabriel le Bras**, tomo II. Paris: Sirey, 1964, p. 1317-1335.

METZ, Wolfgang. Zur Geschichte und Kritik der frühmittelalterlichen Güterverzeichnisse. **Archiv Diplomatik**, p. 183-206, 1958.

MORIMOTO, Yoshiki. Problèmes autour du polyptyque de Saint-Bertin (844-859). In: VERHULST, Adriaan. (ed.). **Le grand domaine aux époques mérovingienne et carolingienne**. Gante: Publications du Centre belge d'histoire rurale, 1985, p. 125-151.

_____. État et perspective des recherches sur les polyptyques carolingiens (ca. 1980-1986). **Annales de l'Est**, n° 40, p. 99-149, 1988.

_____. Un aspect du domaine de l'abbaye de Prüm à la fin du IX^e siècle et pendant la première moitié du X^e siècle. Essai d'une utilisation dynamique du polyptyque. In: RÖSENER, Werner (org.). **Strukturen der Grundherrschaft im frühen Mittelalter**. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1993, p. 266-284.

_____. Autour du grand domaine carolingien: aperçu critique des recherches récentes sur l'histoire rurale du haut Moyen Âge (1987-1992). In: VERHULST, Adriaan; MORIMOTO, Yoshiki. **Économie rurale et économie urbaine au Moyen Âge**. Gante: Publications du Centre belge d'histoire rurale, 1994, p. 25-79.

_____. Sur les manses surpeuplés ou fractionnaires dans le polyptyque de Prüm: phénomènes marginaux ou signes de décadences? In: MORNET, Élisabeth. (dir.). **Campagnes médiévales: l'homme et son espace**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1994a, p. 409-423.

_____. Verhulst (Adriaan). Rural and Urban Aspects of Early Medieval Northwest Europe. **Revue belge de philologie et d'histoire**, tomo 73, p. 1061-1067, 1995.

_____. **Études sur l'économie rurale du haut Moyen Âge: historiographie, régime domanial, polyptyques carolingiens**. Bruxelles: de Boeck, 2008.

MÖSER, Justus. **Osnabrückische Geschichte**. Berlin: 1780.

MURRAY, Alexander Callander. Les finances publiques de Dioclétien aux Carolingiens (284-889). **Speculum**, p. 959-962, 1992.

MUSSET, Lucien. Signification et destinée des domaines excentriques pour les abbayes de la moitié septentrionale de la Gaule jusqu'au IX^e siècle. In: DUBOIS, Dom Jacques (ed.). **Sous la règle de saint Benoît. Structures monastiques et sociétés en France du moyen âge à l'époque moderne**. Paris: Publication de l'École Pratique des Hautes Études, 1982, p. 167-184.

NELSON, Janet. **Charles, le Chauve**. Paris: Aubier Montaigne, 1994 (1992).

NIERMEYER, Jan Frederik (org.). **Mediae latinitatis lexicon minus**. Leiden: Brill Academic Publishers, 1976 (1945).

PERRIN, Charles-Edmond. Verfassungs- und Wirtschaftsgeschichte des Mittelalters. **Annales d'histoire économique et sociale**, p. 457-462, 1929.

_____. Une étape de la seigneurie: l'exploitation de la réserve a Prüm au IX^e siècle. **Annales d'histoire économique et sociale**, p. 450-466, 1934.

_____. Sur la servage médiéval. **Annales d'histoire économique et sociale**, p. 274-277, 1934a.

_____. **Recherches sur la seigneurie rurale en Lorraine, d'après les plus anciens censiers (IX-XII siècle)**. Paris: Les Belles Lettres, 1935.

_____. Observations sur le manse dans la région parisienne au début du IX^e siècle. **Annales d'histoire sociale**, p. 39-52, 1945.

_____. Le grand domaine en Allemagne - son organisation et les grands traits de son histoire au moyen âge. In: **Le Domaine**. Wetteren: Éditions Scaldis, 1949, p. 115-147.

_____. L'abbaye de Saint-Germain-des-Prés au neuvième siècle. **Revue de Deux Mondes**, p. 318-324, 1951.

_____. **La seigneurie rurale en France et en Allemagne du début du IX^e siècle à la fin du XII^e siècle**. Paris: Centre de documentation universitaire, 1953.

_____. Nécrologie - Ferdinand Lot. **Revue Historique**, p. 444-450, 1953a.

_____. Le manse dans le polyptyque de l'abbaye de Prüm à la fin du IX^e siècle. In: **Études historiques à la mémoire de Noël Didier**. Paris: Montchrestien, 1960, p. 245-258.

_____. Note sur la population de Villeneuve-Saint-Georges au IX^e siècle. **Le Moyen Âge**, p. 75-86, 1963.

_____. L'économie rurale dans l'Occident médiéval. **Journal des savants**, p. 21-46, 1964.

_____. **Un historien français: Ferdinand Lot, 1866-1952**. Genebra: Droz, 1968.

PESEZ, Jean-Marie. Archéologie de la maison paysanne. **Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public**, p. 181-192, 1990.

POUNDS, Norman J. G. Northwest Europe in the Ninth Century: Its Geography in Light of the Polyptyques. **Annals of the Association of American Geographers**, n° 3, p. 456, 1967.

RENARD, Étienne. Lectures et relectures d'un polyptyque carolingien (Saint-Bertin, 844-859). **Revue d'histoire ecclésiastique**, p. 373-435, 1999.

REY, Manfred van. Der Deutsche Fernbesitz der Klöster und Stifte der alten Diözese Lüttich. **Annalen des historischen Vereins für den Niederrhein**, n° 186, p. 19-80, 1983.

RÖSENER, Werner. Strukturformem der adeligen Grundherrschaft. In: *Id.* (org.). **Strukturen der Grundherrschaft im frühen Mittelalter**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993, p. 126-180.

SCHWAB, Ingo (ed.). **Das Prümer Urbar**. Düsseldorf: Publikationen GRhKde, 1983.

SCHWARZ, G. M. Village populations according to the polyptyque of the abbey of St. Bertin. **Journal of Medieval History**, n° 2, p. 31-41, 1985.

SEEBOHM, Frederic. French Peasant Proprietorship Under the Open Field System of Husbandry. **The Economic Journal**, vol. 1, p. 59-72, 1891.

SEELIGER, Gerhard Wolfgang. **Staat und Grundherrschaft in der älteren deutschen Geschichte**. Leipzig: Edelmanni, 1909.

SIGAUT, François. **L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle**. Paris: EHESS, 1985.

SPRANDEL, Rolf. **Das Kloster St. Gallen in der Verfassung des karolingischen Reiches**. Freiburg im Breisgau: Alemanisches Institut, 1958.

STÖRMER, Werner. Zur Frage der Funktionen des kirchlichen Fernbesitzes im Gebiet der Ostalpen vom 8. bis zum 10. Jahrhundert. In: BEUMANN, Helmut; SCHRÖDER, Werner (eds.). **Die transalpinen Verbindungen der Bayern, Alemannen und Franken bis zum 10. Jahrhundert**. Sigmaringen: Thorbeck, 1987, p. 379-403.

THOMPSON, James Westfall. The Statistical Sources of Frankish History. **The American Historical Review**, vol. 40, p. 625-645, 1935.

TOUBERT, Pierre. **L'Europe dans sa première croissance**. Paris: Fayard, 2004.

UDDHOLM, Alf (ed.). **Marculfi Formularum libri duo**. Uppsala: Eranos' Förlag, 1962.

VERHULST, Adriaan. La genèse du régime domanial classique en France au haut Moyen Âge. **Settimane di Studio di Spoleto**, p. 135-160, 1965.

_____. La diversité du régime domanial entre Loire et Rhin à l'époque carolingienne. *In*: JANSEEN, Walter; LOHRMANN, Dietrich (eds.). **Villa-curtis-grangia: Landwirtschaft zwischen Loire und Rhein von der Römerzeit zum Hochmittelalter**. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 1982, p. 133-148.

_____. **Le grand domaine aux époques mérovingiennes et carolingienne**. Gante: Publicatoins du Centre Belge d'histoire rurale, 1985.

_____. Marchés, marchands et commerce au Haut Moyen Âge dans l'historiographie récente. **Settimane di Studi di Spoleto**, p. 23-43, 1993.

_____. **The Carolingian Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

WAILLY, de Natalis. "Mr Guérard". **Bibliothèque de l'école des chartes**, tomo XVI, p. 385-411, 1855.

WEIDEMANN, Margarete (ed.). Geschichte des Bistums Le Mans von der Spätantike bis zur Karolingerzeit. Mogúncia: Römisch-Germanischen Zentralmuseums, 2002, p. 102-141.

WERVEKE, Hans van. Comment les établissements religieux belges se procuraient-ils du vin au haut moyen âge? **Revue belge de philologie et d'histoire**, tomo 2, p. 643-662, 1923.

_____. Grands propriétaires en Flandre au VII^e et au VIII^e siècle. **Revue belge de philologie et d'histoire**, p. 321-327, 1923a.

_____. Les propriétés excentriques des églises au haut moyen âge. **Revue belge de philologie et d'histoire**, tomo 4, p. 136-141, 1925.

WICKHAM, Chris. La chute de Rome n'aura pas lieu. **Le Moyen Âge**, p. 107-126, 1993.

ZERNER, Monique. Enfants et jeunes au IX^e siècle. La démographie du polyptyque de Marseille 813-814. **Provence Historique**, n° 31, p. 355-377, 1981.

ANEXOS

ANEXO 1 – Políptico de Saint-Bertin⁵⁶³

Breuiatio uillarum monachorum uictus^a

XV

Sed quia gesta beati Folcuuini^b narrando, parumper ab abbatum gestis digressi sumus, libet iam ad ea pernarranda calamum agrestem^c reflectere. Abbas igitur Adalardus uillas ad fratrum usus pertinentes, uel quicquid. exinde sub qualicumque^d seruitio uidebatur prouenire, absque his que in aliis ministeriis erant distribute uel que militibus et cauallariis erant beneficiate, tali iussit breuitate describere^e.

^a D *breuiarium uillarum monachorum et.* - ^b C *Folquini.* - ^c Com. - ^d D *qualicumque.* - ^e D place *tali... describere* entre *pertinentes* et *uel*. E n'a pas le paragraphe XV, mais Dom Dewitte écrit en marge: "856 *Circiter* Adalard abbé de St.Bertin, fait écrire vers la dite année 856 un abrégé des villes ou villages qui servaient à faire nourrir ses moines". Nous suivons C et F.

XVI

In Kelmis habent monachi ecclesiam^a I ac bunaria XII et mancipia VI; luminarii^b III; unusquisque soluit de cera ualente denarium I. Mansum indominicatum cum casa et aliis casticiis^c. De prato bunaria XXXVIII. De terra arabili bunaria CLXXX. De silua grossa bunaria XXX. De silua minuta bunaria XV. Mansa XV per bunaria XII, et ille dimidiis per bunaria VI, cum seruis X qui faciunt in ebdomada III dies^d et ancille VI faciunt ladmones^e VI. Alie ingenue facit^f unaqueque^g ladmen semis^h. Unusquisque parat de brace modia X, de farina VI; pullos III, oua XX. Ad uineas unumquodque annum carros II. Lunarii XVI. Prebendarii VII. Ded habet bunaria VI, arat bunaria II.

^a C *ecclesiam.* - ^b CD *luminaria.* - ^c C *castitiis.* - ^d D *heddomada dies tres dies.* - ^e F *ladmen.* - ^f D *faciunt.* - ^g D *unaquaeque.* - ^h S. doit être résolu par *semis*; bien qu'il y ait des exemples de déclinaison, *semis* dans les textes non littéraires est généralement invariable.

⁵⁶³ GANSHOF, François-Louis. *Le polyptyque de l'abbaye de Saint-Bertin (844-859)*. Paris: Imprimerie Nationale, 1975, p. 13-24.

XVII

In Fresingahem Eueruinus habet bunaria V^a, arat iurnales^b III et soluit denarios VI. In eadem uilla Heleca habet bunarium semis arat iurnalem^c I.

^a C avait VI, mais on a effacé le I. - ^b D *jornales*, le *jo* étant une correction. - ^c Même observation que pour^b.

XVIII

In Loningahem Berenger^a habet bunaria VIII, arat bunaria III.

In Elciaco Amalger habet bunaria XIII, mancipia III, arat bunaria III et soluit solidos II.

^a C *Beregen*.

XVIII

In Morningehem Gundbertus^a habet bunaria VIII, arat bunaria III. Gerbald^b habet bunaria III, arat bunarium I. Stracret^c habet bunaria VI, arat bunarium unum et^d semis. Thegen maior habet casam dominicam^e cum aliis casticiis^f, de prato bunaria V, de terra arabili bunaria XX, de silua minuta bunaria V; mancipia XII. Berharius caballarius habet mansam, de terra arabili bunaria XX, de prato bunaria V, de silua minuta bunaria VI; mansa II per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia VIII^g. Benemar habet casam cum aliis casticiis^f, de prato bunaria X, de terra arabili bunaria^h XXX, de pastura et silua minuta bunaria XXIII; mansa III per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia XXIIIⁱ. Ostoradus habet mansa cum casticia^j, de prato bunaria XII, de terra arabili bunaria XX, de silua minuta bunaria VI; mansa III per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia XXIII^k. Bauo habet casam cum aliis casticiis, de prato bunaria XI, de terra arabili bunaria XXX, de silua minuta bunaria III; casam I per bunaria VIII; facit sicut superius; mancipia XVII. Uuendelhadus habet casam cum aliis casticiis^m, de prato bunaria XI, de terra arabili bunaria XXX, silua minuta bunaria III; mansumⁿ I per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia XIII^o. Megenfridus habet casam cum aliis casticiis^p, de prato bunaria XI, de terra arabili bunaria XLV, de silua minuta et

pastura bunaria XVI; mansaⁿ II per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia IIII^q. Balduuinus^r habet casam cum aliis casticiis, de prato^s bunaria VI, de terra arabili bunaria XX, de silua minuta et pastura bunaria XX; mansum^t I per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia VIII^u.

^a C *Guntbertus*. - ^b D *Gerbaldus*. - ^c D *Strefret*. Lecture incertaine. - ^d Ici et ailleurs, nous traduirons par *et semis* le sigle S derriere un nombre, pour indiquer une demi unité supplémentaire; c'est, en effet, certainement ainsi qu'on lisait *bunarium* I. S. - ^e D *dam*, la fin du mot est raturée. F *daminicatam* biffé. - ^f C *castitiis*. - ^g DE *facit sicut superius mancipia VIII*, ce qui est absurde. - ^h *Dam*. - ⁱ D a fort raisonnablement ici: *facit sicut superius. Mancipia* 24. E même observation que sous ^g. - ^j C *castitiis*. - ^k DE même observation que sous ^g. - ^l CDE même observation que sous ^g. - ^m D *castitiis*. - ⁿ C *mansus*. - ^o DEF même observation que sous ^g. - ^p D *castitiis aliis*. - ^q CDE même observation que sous ^g. - ^r CD *Balduinus*. - ^s D après *de prato* avait *bunaria undecim de terra arabili bunaria* 45. *de silua minuta et pastura*. Tous ces mots sont barrés et remplacés par les mêmes mots et chiffres que dans les autres manuscrits. - ^t C *mansus*. - ^u CDE même observation que sous ^g.

XX

In Bermingahem habet mansum cum scuria, de terra arabili bunaria XXIII, silua minuta^a bunaria III et in Edekenas de terra bunaria X. Mancipia X. Omnes excepto Iremberto arant ad ipsam uillam bunaria IIII et colligunt II et ducunt ad monasterium et cludunt uirgas XV et in monasterio item omnes uirgas IIII et facit unusquisque in anno dies XXIII in estate^b. Irembertus autem arat bunaria II et colligit I. Luminarii XI soluunt inter omnes solidos VII, denarios VIII. Homines qui faciunt in anno III dies sunt XX.

^a D *siluam minutam*. - ^b CD *estate*.

XXI

In Atcona est ecclesia^a ad quam soluunt VII homines de lumine unusquisque de cera ualente denarios II. Casam indominicatam cum aliis casticiis^b. De prato bunaria XI. De terra arabili bunaria CC. De silua minuta bunarium I. De pastura inculta bunaria L. Mansa XXIII et semis^c, omnes per bunaria XII et ille dimidius per bunaria VI, cum seruis XII qui faciunt in ebdomada dies III; ancille XII faciunt ladmones^d XII. Alii ingenui faciunt II dies in ebdomada et de illis ingenuis feminis XIII ueniunt ladmones^e VI et semis^f. Ad uineas carra VI. Facit unusquisque de brace modia X, de farina VI; pulli III, oua XX. Lunarii XV. Prebendarii VI. Uuilbertus habet bunaria XII, soluit solidos II et preuidet siluam. Sunt ibi homines qui faciunt II dies in ebdomada LXXIII. Iremharius maior habet casam indominicatam cum aliis casticiis^g, de prato bunaria X, de terra arabili bunaria XXII, de pastura et silua minuta bunaria

XV; mansa II per bunaria XII; facit sicut superius; mancipia XXIII^h. Stillefridus habet mansum, de pratoⁱ bunaria VI et iornalem I, de terra arabili bunaria XXXV, de silua minuta bunaria VI; mancipia VIII. Bauo habet mansum cum casa et aliis casticiis^j, de prato^k bunaria V et semis, de terra arabili bunaria XLVI et semis, de silua minuta bunaria VIII; mancipia XIII. Isti unaquaque ebdomada faciunt II dies. Si non caballicant sepiunt uirgas V et in monasterio inter omnes uirgas III. Iodberta habet in Selem pertinentem ad Atcona^l precariam I unde soluit solidum I.

^a C *ecclesia*. - ^b C *castitiis*. - c Voir XVI, ^f et XVIII, ^c. - ^d et e ^e F *ladmen*. - ^f Voir ^c. - ^g C *castitiis*. - ^h DE même observation que sous XVIII, ^g. - ⁱ D *mansum de brato*. - ^j C *castitiis*. - ^k D *castitiis de prato*. - ^l C *Attona*.

XXII

In Bodningahem^a Bertrada habet aliam unde debet arare.

^a C *Botniggahem*.

XXIII

In Bermingahem^a habet inter siluam et terram arabilem bunaria plus XL

^a C *Berningahem*.

XXIII

In Beinga^a uilla habet ecclesiam^b. Indominicatum mansum cum casticiis. De prato bunaria XV. De terra arabili bunaria CXX^c. De silua grossa bunaria XL, ad saginandos porcos XX. De silua minuta bunaria C. Mansa^d XVIII et semis per bunaria XII, et ille dimidius per bunaria VI, cum seruis XI qui faciunt III dies in ebdomada, ancille VIII faciunt^e ladmones^f VIII. Alii ingenui faciunt II dies in ebdomada et de ingenuis feminis^g X ueniunt ladmones^h V. Ad uineas carra III et semis. Unusquisque, de brace paratⁱ modia X, de farina VI; pullos III, oua XX. Lunarii XXI. Sunt ibi prebendarii VI. Luminarii XC; soluunt inter omnes libram I, solidos V. Brunger habet bunaria VI, arat bunarium I et semis^j. Megel habet bunarium I et semis arat semis^k. Megenger habet bunaria II, arat semis^l. Bauo habet bunaria III, soluit denarios VIII. Gundelbertus habet bunaria III, arat bunaria^m II. Omel decanus habet bunaria

III, arat bunaria II. Lantfredⁿ habet de terra bunaria XXXI et semis, de silua minuta bunaria III; mancipia XIII; arat bunaria II, soluit solidos II. Engelger maior habet bunaria de terra XLIII et semis, de silua minuta bunaria X; mancipia XX. Item alius Engelgerus habet casam cum casticiis, de terra arabili^o bunaria XLII, de silua minuta bunaria X; mancipia VII. Isti arant bunaria IIII, unusquisque et sepiunt uirgas XV. Gundelbertus habet bunaria XL; inde soluit solidos VI; et unaquaque ebdomada II dies; et habet mancipia III. Molinos^p III. De uno ueniunt modia C, de aliis de unoquoque modia LX et ille unus dat pullos XX, oua CC, illi alii unusquisque pullos XV, oua C. Badager habuit inde precariam I, hoc est mansum I, de terra bunaria XLIII; mancipia II. Isti arant bunaria IIII, unusquisque et sepiunt uirgas XV; et in estate facit dies XVI, et colligit bunarium I et semis et ducit ad monasterium et ad monasterium sepiunt inter omnes uirgas III, dant pullos II, oua X.

^a C *Beingahem*. - ^b C *ecclesiam*. - ^c D 122. - ^d C *mansum*. - ^e C *facit*. - ^f F *ladmen*. - ^g D *foeminis*. - ^h F *ladmen*. - ⁱ E ajoute le mot dans l'interligne avec un renvoi. F om. - ^j C *semis unum*. - ^k D *quinque*. D emploie un seul et même signe S pour signifier tour à tour *semis* et 5. - ^l D *quinque*. - ^m D om. - ⁿ C *Lanfredh*. D *Lantfredus*. - ^o EF *casam cum casticiis de terra arabili*. - ^p C *molendinos*.

XXV

In Coiaco habet ecclesiam^a cum bunariis XVIII, mancipia II; de luminaribus solidos III. Casam indominicatam cum aliis casticiis. De prato bunaria XL. De terra arabili bunaria CLX. De silua minuta bunaria XXXV^b. Mansa XXI per bunaria X. Sunt in eis serui XV qui faciunt in ebdomada dies III; ancille VII faciunt ladmones^c VII. Alii ingenui qui faciunt in ebdomada II dies et ille ingenue femine unaqueque^d facit ladmen semis. Ad host e carrum semis. Ad uineas carra^f III. Facit unusquisque de brace modia X, de farina modia VI; pullos III, oua X. Sunt ibi lunarii^g XXIII. Luminarii XLII; soluunt inter omnes solidos XII. Prebendarii sunt ibi VI. Habet ibi sedilium unum; inde soluit solidum I. Uualager habet bunaria II, arat bunarium I. Molinum^h I; soluit modia XXX. Camba I; soluit solidos IIII. Megenhardus habet bunaria III et semis, soluit solidum I et semis. Homines qui faciunt II dies in anno sunt XXXVII. Ille maior habet casam cum casticiis, de terra bunaria XXII, silua minuta bunaria VII; mancipia IIII.

^a C *ecclesiam*. - ^b D XXX.s. - ^c F *ladmen*. - ^d CF *unaqueque*. - ^e EF *hostes*. - ^f D *carrae*. - ^g D *luminaria*. - ^h C *Molendinum*.

XXVI

In Rumingahem habet mansum cum casticiis. De terra^a bunaria XV. De silua minuta bunaria X. Mansa II et semis per bunaria XII, et ille dimidius per bunaria VI. Resident in eis serui III, qui faciunt^b in ebdomada dies III; ipsique perseruiunt totos illos mansos. Ad uineas carrum semis^c. Faciunt de brace modia X; pullos II, oua XX. Habet ibi lunares XIII^d. Luminarios X; soluunt inter omnes solidos II, denarios II. Homines qui faciunt II dies in anno sunt III. Sunt ibi bunaria XIII; ueniunt ad incensum^e de formaticis pense X. Item de bunariis II, soluit^f pensam I de formatico^g. Item de bunario I, soluit de formaticis II pensam semisⁱ. Item de bunariis VII ueniunt de formaticis pense VII.

^a E *cum casticiis de terra*. - ^b C *facit*. - ^c Ici F intereale un commentaire historique relatif à Poperinge. - ^d E *III*. - ^e E *incensam*. - ^f D om. - ^g DF *formaticis*. - ^h C om. *Item ... de formaticis*. - ⁱ D *pensas* 5.

XXVII

In Pupurninga uilla habet ecclesiam^a cum bunariis XVIII. Mansum^b I indominicatum. De terra arabili bunaria^c CLVIII. De silua grossa faginina et minuta mixta bunaria CCCC, ad saginandos porcos DC. Mansa XLVII et semis. Ex his X constant bunariis XXIII. Itemque X, bunariis XX. Itemque X, bunariis XV. Illi alii omnes per bunaria XIII. Et ille dimidius bunaria VIII. Resident in eis serui III; faciunt in ebdomada III dies. Ancille III faciunt^d camsiles III. Alii ingenui faciunt II in ebdomada dies et ille ingenue femine soluit unaquaque^e denarios III. Lunarium nullum. Luminarios CLXXIII; inde ueniunt libre II, solidi XVIII. Herescarii CVIII; ueniunt solidi XIII, denarii VII. De terra censali hoc est de aliquibus supradictis mansis solidi XI^f. De terra censali incultis et infructuosis bunaria CXVIII^g, ueniunt in censum de formaticis pense XXI, aucas XXV. Ad host^h carros II. Ad uineas carros II. Ille III ancille parant de brace modia X. Unusquisque pullos II, oua X, in tertio anna porcum I, ualente denarios III. Ille maior habet mancipia III. De bunariis X ueniunt de mel sextarii III. Godobert caballarius habet casam indominicatam cum aliis casticiisⁱ; de terra bunaria LXXXVI, silua minuta bunaria III; mancipia VI. Mortbert caballarius habet casam indominicatam cum aliis casticiis; terram bunaria XX; silua minuta bunaria XII et semis; mancipia X; mansa III, per bunaria XII; resident in eis ingenui qui nihil^j aliud faciunt^k per totum annum nisi II dies in ebdomada. Dat unusquisque eorum pullum I, oua V. Isti arant unusquisque bunarium I et colligit^l I et caballicat. De terra censali^m bunaria XII, ueniunt de mel sextarii II. Porcarius unus habet bunaria III ad uestitum. Item de bunariis III soluunt flascones XII, scutellas C. Engeten habet bunaria III, arat bunarium semis et operatur unaquaqueⁿ ebdomada I diem. Radeken habet bunaria III, arat bunarium semis et

facit in ebdomada II dies. Aldbert^o bunaria IIII, facit similiter. Abbo bunaria V, arat semis^p.

^a C *ecclesiam*. - ^b D *mancipium* corrigé en *mansum*. EF *mancipium*. - ^c E *Bunaria* ajouté dans l'interligne avec renvoi. F om. - ^d C *facit*. - ^e C *unaqueque*. - ^f C am. De terra... *solidi XI*. - ^g D *119*. - ^h EF *hastes*. - ⁱ C *castitiis*. - ^j C *nichil*. - ^k C *facit*. - ^l C *colligunt*. - ^m C *De censali terra*. - ⁿ C *unaqueque*. - ^o D *Aidbertus*. - ^p D *bunaria 5. arat quinque*.

XXVIII

In Pascandala, habet de una ecclesia^a III partes; mansa^b III, per bunaria XX. Solum in censum de assibus II.

^a C *ecclesia*. - ^b C *mansum*.

XXVIII

In Weserinio habet ecclesiam^a. Indominicatum^b mansum cum casticiis. De prato^c bunaria XVI. De terra arabili bunaria^d CLVIII. De silua grossa bunaria XVIII, ad saginandos porcos XX. De silua minuta bunaria LI. De pastura communi sufficienter. Mansa XVIII. Decem ex his constant per bunaria XII. Item V constant bunaria X. Tres bunaria VIII. Cum seruis XII, ancillis VIII. Faciunt^e in ebdomada dies III et ladmones^f VIII. Alii ingenui faciunt^g II dies in ebdomada et de ingenuis feminis^h X ueniunt ladmonesⁱ V. Ad host^j carrum^k semis. Ad uineas carrum^l I et semis. Unusquisque parat de brace modia X, de farina VI et dant pullos II, oua XX. Prebendarii V. Lunarii XXXVI. Luminarii LX; inter omnes soluunt libram I. Sunt ibi homines XXI, qui faciunt in anno II dies. Habet^m ibi sedilios X. Ueniunt in incensum de argento solidiⁿ VIII et semis^o. Tunel habet bunaria XIII, arat bunaria II et custodit siluam. Molinos^p III; unusquisque soluit modia maiora XXX; in uno anno saginat porcos II, in alio I et debet pullos XX oua CC. Item molinum^q I, solidos^r V. Uuinetmar maior habet de prato bunaria III, de terra arabili bunaria XXXII, silua minuta bunaria V; mansa II; facit^s sicut superiores; lunarii XVII^t. Hlodoger^u caballarius^v habet mansum dominicatum^w; de prato bunaria VII, de terra arabili bunaria XLIII; silua minuta bunaria VIII; lunarii XXI. Geruine^x caballarius habet casam dominicatum cum casticiis; de terra^y bunaria XV; mancipia II.

^a C *ecclesiam*. - ^b Corr. Tous les manuscrits ont *ecclesiam indominicatum*. C *ecclesiam indominicatum mansam*. - ^c D *casticiis de prato*. - ^d E *bunaria* ajouté dans l'interligne avec renvoi. F om. - ^e C *facit*. - ^f F *ladmen*. - ^g C *facit*. - ^h D *foeminis*. - ⁱ F *ladmen*. - ^j EF *hostes*. - ^k D *carras quinque*. EF *carram*. - ^l E *carram*. - ^m D *habet et*. - ⁿ EF *solidos*. - ^o Voir XVI, ^h et XVIII, ^d. - ^p C *molendinos*. - ^q C *molendinum*. - ^r D *soluit*. - ^s D *faciunt*. - ^t E *a facit sicut superiores lunarii XVII*, ce qui est absurde. - ^u DF *Hlodoger*. - ^v E ajoute le mot au dessus de la ligne, avec renvoi. - ^w E *mansam dominicatum*. - ^x C *Geruinus*. - ^y E *casticiis de terra*.

XXX

In Aldomhem habet casam indomnicatam cum aliis casticiis. De prato bunaria XV. De terra arabili bunaria XCVIII. Silua grossa bunaria L, ad saginandos porcos XXX. Silua minuta bunaria LIII. Mansa XV per bunaria XII, cum seruis VII; faciunt^a in ebdomada dies III; ancille II faciunt^b ladmones^c II. Alii ingenui faciunt in ebdomada II dies, et de ingenuis feminis ueniunt ladmones^d V. Ad host^e carrum^f semis^g. Ad uineas carrum^h I et semisⁱ. Parat unusquisque de brace modia X, de farina VI et debet pullos III, oua XX. Sunt ibi prebendarii VI. Lunarii XVIII. Luminarii XXIII; inter omnes soluunt solidos VIII et semis^j. Molinos^k II. Ex uno ueniunt modia maiora XXX; et ex alia^l modia XXX; uno anno saginat porcos II, alio I, pullos XX, oua CC. Quod molinum^m habet Odbertusⁿ; et habet bunaria XIII et habet mancipia V et custodit siluam. Ille decanus habet bunaria III et semis^o ad prebendam. Homines facientes in anno II dies sunt XVIII. Salaca maior habet casam dominicatam cum aliis casticiis^p; de terra arabili^q bunaria XXX; silua minuta^r bunaria III; mancipia XII. Suithger caballarius habet casam dominicatam cum aliis casticiis; de prato bunaria VII; de terra arabili bunaria XLVI; de silua minuta bunaria X; mansa III per bunaria XII, cum seruis II et faciunt^s III dies in ebdomada; ingenue III femine faciunt^t unaqueque^u ladmen semis^v faciunt^w seruitium sicut in ipsa uilla; et habet lunarios VII. Et habet ecclesiam^x dimidiam cum bunariis VIII et mancipiis II; et luminariis XV, soluunt inter omnes solidos III et denarios VIII.

^a et ^b C facit. - ^c F ladmen. - ^d F ladmen. - ^e EF hostes. - ^f et ^h E carram. - ^g Voir XVI, ^h. - ⁱ et ^j Voir XVI, ^h et XVIII, ^d. - ^k C molendinos. - ^l D alio. - ^m C molendinum. - ⁿ C Odbertus. - ^o Voir ⁱ - ^p C castitiis. - ^q D cum aliis casticiis de terra arabili. - ^r D de prato. - ^s et ^t C facit. - ^u C unaqueque. - ^v Voir ^h. - ^w C facit. - ^x C ecclesiam.

XXXI

In Scala habet casam indomnicatam cum aliis casticiis^a. De prato^b bunaria VII^c. De terra arabili bunaria LXXXII. De pastura communi sufficienter. Mansa XVI, omnes per bunaria XII, cum seruis V, qui faciunt^d II dies in ebdomada. Ancille II, qui faciunt^e ladmones II. Alie ingenue unaqueque^f facit ladmen semis^g. Ad host^h solidos III. Ad uineasⁱ carrum^j I et semis^k. Parat unusquisque de brace modia X, de farina similiter; pullos III, oua X. Sunt ibi prebendarii VI. Adalland^l habet bunaria XX, arat bunaria III. Ille maior habet XXIII; mancipia I.

^a C *castitiis*. D *castitiis de prato*. - ^b D 8. - ^c et ^e C *facit*. - ^d D *quae*. - ^f D *unaquaeque*. - ^g Voir XVI, ^h. - ^h E *hostes*. - ⁱ C *bineas*. - ^j E *carram*. - ^k Voir XVI, ^h et XVIII, ^d. - ^l C *Adalandus*. D *Adallandus*.

XXXII

In Gisna habet ecclesiam^a cum bunariis XII; mancipia III. Habet ibi casam indominicatam cum aliis casticiis^b. De prato bunaria LXXX. De terra arabili bunaria CXLVIII. De silua grossa bunaria XXX, ad saginandos porcos XX. De silua minuta bunaria XL. De pastura communi sufficienter. Mansa XVI. Ex his constant VII bunariis XII^c. Item III constant bunariis XI. Item III, bunariis^d VIII. Item III, bunariis^e VIII. Resident in eis serui VIII qui faciunt in ebdomada III dies. Ancille III faciunt^f ladmones III. Alii ingenui faciunt^g II dies in ebdomada; alie ingenue faciunt^h unaquequeⁱ ladmen^j semis^k. Ad host^l carrum semis^m. Ad uineas carra II. Unusquisque de brace parat modia X, de farina modia VI; pullos III, oua XX. Lunarii XVIII. Luminarii XCIII; inter omnes soluunt libram I et solidum I, denarios VIII. Homines qui faciuntⁿ duos dies in anno XL. De terra censali bunaria XII; Soluunt solidos IIII. Megentio habet bunaria XII; est berbicarius et preuidet siluam. Et sunt prebendarii IIII. Ille decanus habet bunaria V ad prebendam. Harduine^o berbicarius habet bunaria VIII ad prebendam. Thiodradus caballarius habet bunaria XI et semis^p. Stituuine^q habet bunaria XII, arat bunaria II, dat carrum ad Uuadnam et ad monasterium. De bunariis XI et mancipiis II ueniunt de melle^r sextarii VI. Item de bunariis VI ueniunt pisces quanti possunt. De terra censali in Colonia et de precariis ueniunt de formaticis pense LX. Ille maior habet mansum dominicatum; de terra arabili bunaria XLV, de silua minuta iornalem I; mancipia V. Roholf^s habet casam dominicatum et est caballarius; bunaria XIII; mancipia II. Godobert caballarius habet casam dominicatum; de terra bunaria XXI; mancipia IIII; de silua minuta bunaria IIII^t. Adda habet bunaria XL; mancipia XV; facit ladmen^u I; arat bunaria II et colligit.

^a C *ecclesiam*. - ^b C *castitiis*. - ^c C VII. - ^d E *constant devant bunariis*, raturé. F *constant bunariis*. - ^e C om. Item *tres, bunariis VIII*. - ^f, ^g et ^h C *facit*. - ⁱ C *unaqueque*. - ^j C *ladmones*. - ^k Voir XVI, ^h. - ^l E *hastes*. - ^m Voir ^k. - ⁿ C *facit*. - ^o C *Harduinus*. - ^p Voir XVI, ^h et XVIII, ^d. C om. - ^q *Stituuinus*. - ^r CD *mel*. - ^s C *Roolf* - ^t E *de silua... IIII* ajoutés dans l'interligne avec renvoi. - ^u C et D *ladmones*.

XXXIII

In Teruuanna^a habet casam indominicatam cum aliis casticiis^b. De terra arabili bunaria LIII. De silua grossa bunaria VI ad porcos IIII^c. De silua minuta bunaria IIII. Mansa^d X per

bunaria XII. Omnes tenent ingenui. Faciunt^e in ebdomada II dies. Ad uineas carrum I. Unusquisque debet denarios III; pullos II, oua XX. Faciunt de brace modia X, de farina VI; ladmen nullum; ad host^f nihil^g. Ango habet bunaria II; arat iurnalem I. Megenlano habet iornales^h III; arat bunarium semis. Hildeburg habet bunaria III, arat bunaria II. Litlo habet bunaria III, arat bunaria II. Sunt ibi lunarii VIII. Luminarii et herescarii CLV. Ueniunt libre II, solidi XIII, denarii VIII. Habet ibi sedilios XXXIII; inde ueniunt solidi XV et semisⁱ, libre II. Ille maior habet bunaria VIII. Beretger^j habet bunarium I et semis^k, arat iurnalem I. Hadaken habet bunarium I et semis^l, arat bunarium semis^m. Erumgerⁿ habet bunarium I et semis^o, arat iornalem I. Habet ibi molinum^p I; soluit modia C, pullos XXX, oua CCC; saginat porcum I.

^a C *Ternuana*. - ^b C *castitiis*. - ^c E *de silua ... porcos IIII* ajoutés en marge avec renvoi. - ^d C *Mansum*. - ^e C *Facit*. - ^f E *hastes*. - ^g C *nichil*. - ^h D *iurnales*. - ⁱ Voir XVI, ^h et XVIII, ^d. - ^j C *Bereger*. - ^k et ^l Voir ⁱ. - ^m Voir XVI, ^h. - ⁿ C *Frumger*. - ^o Voir ⁱ. - ^p C *molendinum*.

XXXIII

In Thorbodeshem^a habet ecclesiam^b cum bunariis VIII et iornalem I, mancipium I. Indominicatum. De prato^c bunaria XV. De terra arabili bunaria CXLVII. Silua minuta bunaria VIII. De pastura communi satis. Mansa XVIII. Ex his unum^d constat bunariis XII. Decem per bunaria X. Item VII per bunaria VIII. Sunt in eis serui XII, qui faciunt^e in ebdomada dies III. Ancille VIII faciunt^e ladmones VIII. Alii ingenui faciunt^f in ebdomada II dies. Et ille ingenue femine^g VII, unaqueque^h facit ladmen semis. Ad hostⁱ solidos III. Ad uineas carra III. Facit de brace modia X, de farina similiter. Pullos II, oua X. Lunarios^j VI. Luminarios^k XVI^l; soluunt inter omnes^m solidos II, denarios VIII. Molinumⁿ I; inde ueniunt^o in censum modia XII. De terra censali bunaria VIII^p. Arat bunaria III et dat multonem I. Regenger habet bunarium I et iornalem I; arat bunarium I. Alaiius habet bunaria II, arat bunarium^q I. Hisegeger maior habet bunaria XVIII, mancipia VIII. Molinum^r I, soluit modia XI. Homines qui faciunt II dies in anno sunt XXVIII. Saxger^s habet bunaria XX; mancipia III; soluit solidos III. Amaluualdus habet bunaria VI, mancipia III et caballicat. Alfuuuardus^t ille Saxo habet bunaria VIII.

^a C *Thorbodessem*. - ^b C *ecclesiam*. - ^c CD *indominicatum de prato*. - ^d D *una*. - ^e et ^f C *facit*. - ^g D *foeminae*. - ^h C *unaqueque*. - ⁱ E *hostes*. - ^j C *lunarii*. - ^k C *luminarii*. - ^l C XV. - ^m C om. - ⁿ C *molendinum*. - ^o C *uenit*. - ^p D *incensum modia 12 de terra censali bunaria 9*. - ^q E *Alaiius ... bunarium I*, ajouté en marge avec renvoi. - ^r C *Molendinum*. - ^s E *Saxger*. - ^t C *Alfuuard*.

XXXV

Intra monasterium per diuersas officinas habet prebendarios XCV. Et de hortis ueniunt libre XX, si eis prebende; dantur et uestimenta et utensilia. Habet in Uuidingaham mansum^a cum casticiis^b; de terra bunaria XX. Seruit unaquaque die fratribus ad condimentum cibi in coquina. Item habet inter Mighem et Huolingaham^c bunaria XXX. Seruit unaquaque die ad pistrinum et ad bracitorium in adducendis lignis. Item habet in Boningaham mansa IIII per bunaria XII. Nihil^d aliud faciunt per totum annum nisi emendant tecta monasterii. De silua grossa inter Ciampingaham e et Hilsferod unde possunt saginari porci L. Item habet ad portam mansum I per bunaria XIII. Seruit unaquaque die ad portam. Molinum^f I ad opus eorum.

^a D mansa. E mansam. - ^b C castitiis. - ^c C Huolingaam. - ^d C nichil. - ^e EF Grampingaham. - ^f C molendinum.